



**ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ DE AUTENTICIDADE E ACESSIBILIDADE: APLICAÇÃO
NO PALÁCIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Marco Aurélio da Silva Máximo

Brasília | 2021



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

MARCO AURÉLIO DA SILVA MÁXIMO

**ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ DE AUTENTICIDADE E ACESSIBILIDADE: APLICAÇÃO NO PALÁCIO DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira

Área de Concentração | Teoria, História e Crítica

Brasília | 2021



e-mail: ppg-fau@unb.br
tel.: + 55 (61) 3107-7441/7442

Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte
Caixa Postal 4431 Brasília
Distrito Federal
CEP 70842-970



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM464a Máximo, Marco Aurélio da Silva
Atualização da Matriz de Autenticidade e Acessibilidade:
Aplicação no Palácio do Supremo Tribunal Federal / Marco
Aurélio da Silva Máximo; orientador Oscar Luís Ferreira. --
Brasília, 2021.
248 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Arquitetura e
Urbanismo) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Adaptação do Patrimônio Cultural. 2. Autenticidade. 3.
Acessibilidade. 4. Palácio do Supremo Tribunal Federal. I.
Ferreira, Oscar Luís, orient. II. Título.

MARCO AURÉLIO DA SILVA MÁXIMO

**ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ DE AUTENTICIDADE E ACESSIBILIDADE: APLICAÇÃO NO PALÁCIO DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Brasília, 5 de novembro de 2021.

Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira

Orientador

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PPG-FAU/UnB

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee

Examinador Interno

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PPG-FAU/UnB

Dr. Carlos Madson Reis

Examinador Externo – Superintendente do IPHAN-DF
(2014/2019)

Profa. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Suplente

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PPG-FAU/UnB

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que acreditam numa sociedade mais justa,
igualitária e inclusiva, no presente e no futuro.

RESUMO

Desde a sua criação, em 2011, a Matriz de Autenticidade e Acessibilidade (Matriz A&A) é usada para avaliar os impactos das intervenções de acessibilidade no Patrimônio Cultural. A necessidade de sua atualização decorre da publicação de novos instrumentos normativos de acessibilidade, de preservação do patrimônio cultural e da experiência adquirida em estudos de caso realizados ao longo dos anos. Com relação às normativas técnicas, a NBR 9050, a principal referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, foi revisada nos anos de 2015 e 2020, trazendo alterações importantes. Na legislação, em 2015 foi publicada a Lei nº 13.146 que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, consolidando toda a legislação brasileira até então sobre acessibilidade. No campo do patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – publicou em 2018 a Política de Patrimônio Cultural Material e a Carta de Burra foi revisada em 2013 pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, ambos documentos trazendo contribuições relevantes para a gestão e *preservação* do

Patrimônio Cultural. A atualização da Matriz A&A, a partir da melhoria de seus processos e da atualização e inserção de novas ferramentas, objetiva contribuir para a busca da universalização do acesso ao Patrimônio Cultural, orientando as possibilidades de adaptações físicas nas edificações e no ambiente urbano. Nesse sentido, também é apresentado o estudo de caso realizado com a versão atualizada da matriz no Palácio do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, um edifício tombado, inserido no conjunto urbano tombado, representante da arquitetura moderna e monumental em Brasília. Mais uma vez, os resultados da aplicação da Matriz A&A demonstram que é possível fazer adaptações para acessibilidade de forma compatível com a preservação do Patrimônio Cultural. A Matriz A&A é um método capaz de avaliar os possíveis impactos que as demandas de adaptação podem causar no Patrimônio Cultural.

Palavras-chave: Adaptação do Patrimônio Cultural, Autenticidade, Acessibilidade; Palácio do Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

Since its creation in 2011, the Authenticity and Accessibility Matrix (Matrix A&A) has been used to evaluate accessibility interventions impacts on Cultural Heritage. It needs to be updated because of new normative instruments for accessibility, for Cultural Heritage preservation and of experience acquired from case studies carried out over the years. Regarding accessibility, the main normative reference of the Brazilian Technical Standards Association - ABNT - is NBR 9050 standard, that was revised in 2015 and 2020, with important changes since the 2004 version. On cultural heritage, the Brazilian Historic and Artistic Heritage Institute - IPHAN - published in 2018 the Material Cultural Heritage Policy and the Burra Charter was revised in 2013, both documents tracing relevant contributions for the Cultural Heritage management and preservation. Brazilian legislation also changed; in 2015 the Law 13,146 dealing with the disability people Statute, consolidating all the Brazilian legislation on accessibility was published.

The Matrix A&A updating seeks to contribute to the quest for universalizing access to Cultural Heritage, guiding the possibilities for physical adaptations in buildings and urban environment. In this sense, it is also presented the case study carried out with the updated version of the matrix at the Brazilian Federal Supreme Court Palace, in Brasília, a listed building and inserted in the listed urban complex, representative of modern and monumental architecture in Brasília. Once again, the Matrix A&A applying results demonstrate that it is possible to make adaptations to accessibility in a way that is compatible with Cultural Heritage preservation. The Matrix A&A is a method capable of evaluating the possible impacts of adaptation works on Cultural Heritage.

Keywords: Cultural Heritage adaptation, Authenticity, Accessibility, The Brazilian Federal Supreme Court Palace.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Palácio do Supremo Tribunal Federal – STF – fachada leste.	18
Figura 2 – Palácio do Supremo Tribunal Federal – STF – fachada norte.....	32
Figura 3 – Linha do tempo – Legislação, cartas e documentos patrimoniais relacionados com a revisão da matriz.	41
Figura 4 – Demonstrativo da conexão de referência.	44
Figura 5 – Demonstrativo da conexão de acesso.....	45
Figura 6 – Demonstrativo da conexão de cautela.....	47
Figura 7 – Demonstrativo da conexão de solução.....	48
Figura 8 – Quadrantes dos documentos – Legislação ordinária, norma da ABNT e normas do IPHAN.	49
Figura 9 – Vista parcial do plenário do Palácio do STF.....	52
Figura 10 – Ilustração do processo de fusão da Matriz A&A, conforme proposto por (Ferreira, 2011).	55
Figura 11 – Tabela de autenticidade (Ferreira, 2011, p. 182).....	56
Figura 12 – Matriz A&A (Ferreira, 2011, p. 201).	57
Figura 13 – Palácio Itamaraty em Brasília.	58
Figura 14 – Palácio da Justiça em Brasília.....	59
Figura 15 – Edifício OCA / UnB em Brasília.	60
Figura 16 – Escola Parque 308 sul em Brasília.	60
Figura 17 – Adro do Convento São Francisco em Olinda.....	61
Figura 18 – Convento São Francisco em Olinda.	61
Figura 19 – Etapas do método “Matriz A&A”	62
Figura 20 – Tabela de avaliação qualitativa proposta por Máximo – dimensões artística.	69
Figura 21 – Tabela de avaliação qualitativa proposta por Máximo – dimensão histórica.	70
Figura 22 – Tabela de avaliação qualitativa proposta por Máximo – dimensão social.	71
Figura 23 – Tabela de avaliação qualitativa proposta por Máximo – dimensão científica.....	72
Figura 24 – Tabela auxiliar A&A – Tipologia de intervenções e demandas de adaptação – área externa.	73
Figura 25 – Tabela auxiliar A&A - Tipologia de intervenções e demandas de adaptação – área interna – circulação e esquadrias..	74
Figura 26 – Tabela auxiliar A&A - Tipologia de intervenções e demandas de adaptação– área interna – sanitários e bebedouros.	75
Figura 27 – Tabela auxiliar A&A - Tipologia de intervenções e demandas de adaptação– área interna – mobiliário.....	76
Figura 28 – Tabela auxiliar A&A - Tipologia de intervenções e demandas de adaptação– área interna – vestiário, bibliotecas.....	77

Figura 29 – Tabela auxiliar A&A - Tipologia de intervenções e demandas de adaptação– área interna – auditórios e similares.....	78
Figura 30 – Tabela auxiliar A&A - Tipologia de intervenções e demandas de adaptação– área interna – restaurantes e similares. .	79
Figura 31 – Atividades da etapa de preenchimento da lista de verificação de acessibilidade.	83
Figura 32 – Colunas do Palacio do STF – fachada oeste.....	86
Figura 33 – Vista panorâmica da Praça dos Três Poderes – a partir do piso da praça.	90
Figura 34 – Vista panorâmica da Praça dos Três Poderes – a partir da varanda do STF.....	90
Figura 35 – Palácio do Supremo Tribunal Federal - STF - Fachada Norte.....	94
Figura 36 – Obra de restauração das fachadas do Palácio do STF – maio de 2020.....	99
Figura 37 – Setorização das ambiências. Fonte: Inventário do STF (IPHAN, 2013, p. 341).	101
Figura 38 – Envolvente do estudo – intervenção sobre vista aérea/base. Fonte: Google Earth editado pelo autor.....	102
Figura 39 – Croquis da Praça dos Três Poderes. Fonte: SILVA,2012, p. 216.....	103
Figura 40 – Ambiência entre o Palácio do STF e o Anexo I.	104
Figura 41 – Colunas do Palácio do STF.	104
Figura 42 – Rampa principal do Palácio do STF e a Praça dos Três Poderes.....	105
Figura 43 – Esquema estrutural do Palácio do STF. Fonte: SILVA, 2012, p. 425.	106
Figura 44 – Fachada norte do Palácio do STF – rampa e escadas em mármore.....	106
Figura 45 – Fachada Oeste do Palácio do STF – colunas, varanda e esquadrias.	107
Figura 46 – Adaptação da planta baixa do térreo, prancha 1/18. Fonte: Inventário do STF (IPHAN, 2013, p. 125).....	108
Figura 47 – Escada principal de acesso ao museu no segundo pavimento.	109
Figura 48 – Sala dos advogados no hall principal.	110
Figura 49 – Salão Branco.	110
Figura 50 – Plenário do Palácio do STF, bens integrados (painel e crucifixo).....	112
Figura 51 – Estátua “A Justiça”.....	114
Figura 52 – Estátua “A Justiça”.....	115
Figura 53 – Adaptação da planta baixa do segundo pavimento, prancha 2/18. Fonte: Inventário do STF (IPHAN, 2013, p. 126)...	117
Figura 54 – Adaptação da planta baixa do terceiro pavimento, prancha 3/18. Fonte: Inventário do STF (IPHAN, 2013, p. 127). ...	119

Todas as figuras são do acervo de Marco Aurélio da Silva Máximo, exceto quando indicada a fonte na legenda.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. Conceitos, termos e legislação adotados para a operacionalização da Matriz A&A.....	19
<i>Autenticidade</i>	21
<i>Significância Cultural</i>	24
<i>Referência Cultural</i>	26
<i>Outros termos relevantes</i>	28
<i>Conceituação e contextualização sobre acessibilidade</i>	33
<i>Legislação sobre acessibilidade</i>	34
<i>Norma NBR 9050 da ABNT</i>	37
<i>O IPHAN, suas instruções normativas e a Carta ao Cidadão</i>	38
<i>Inter-relação da legislação e das normativas patrimoniais</i>	42
<i>Conclusões do capítulo</i>	50
CAPÍTULO 2. A Matriz de Autenticidade e Acessibilidade	53
<i>A versão original da matriz</i>	53
<i>Proposta de revisão da Matriz A&A - método x ferramenta</i>	62
<i>Proposta de revisão da tabela de avaliação qualitativa de autenticidade e a inserção da tabela auxiliar A&A</i>	63
<i>Proposta de revisão da lista de verificação de acessibilidade</i>	80
<i>Conclusões do capítulo</i>	84

CAPÍTULO 3. Aplicação da Matriz A&A atualizada no Palácio do Supremo Tribunal Federal	87
<i>Breve histórico do Palácio do STF: do plano de Lucio Costa para Brasília até as intervenções mais recentes</i>	88
<i>O palácio e seus atributos</i>	99
<i>Resultados da Matriz A&A</i>	120
<i>Conclusões do capítulo</i>	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	132
APÊNDICE I – Matriz A&A_2021- STF – Avaliação Qualitativa de Autenticidade e dos Impactos das Adaptações	137
APÊNDICE II – Matriz A&A_2021 - STF – Lista de verificação de acessibilidade	160
APÊNDICE III – Detalhamento de não-conformidades de acessibilidade e demandas de adaptação - STF	194
APÊNDICE IV – Manual de Uso da Matriz A&A_2021	209

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), no Censo Demográfico de 2010, 23,9% da população brasileira (cerca de 45,6 milhões de pessoas) declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja motora, visual, auditiva ou mental/intelectual, e 76% da população se concentram em áreas predominantemente urbanas.

No entanto, a maioria das cidades brasileiras não apresenta projetos urbanos e edificações com acessibilidade adequada. As barreiras físicas que prejudicam a acessibilidade às edificações e aos espaços construídos devem ser minimizadas e, se possível, excluídas, para com isso ser possível garantir e promover a inclusão social, a satisfação e o conforto dos usuários.

Há ainda a necessidade de intervenções para as adaptações às exigências da vida moderna, que nestes últimos anos modificaram-se acentuadamente em virtude dos avanços

tecnológicos e sociais. Conjugando as necessidades de atualização do presente com os valores do passado é o desafio que se coloca, em especial ao patrimônio moderno.

A *conservação* das edificações, bem como qualquer intervenção para renovação e adaptação para a acessibilidade, impõe particularidades e desafios. Se as adaptações ferirem os *valores* da edificação será ferida também a *autenticidade*, por exemplo (BRANDI, 2004).

É necessário que as edificações e espaços passem por avaliação de adequação aos critérios de acessibilidade e sofram os ajustes necessários. Tal desafio de adaptar é ainda maior quando as edificações e os espaços são protegidos (por exemplo tombados) ou apresentam *significância cultural*, de modo que as possibilidades de solução para atendimento aos requisitos de acessibilidade mereçam maior cuidado (*abordagem cautelosa*¹), para não ferir os *valores* que fazem daquela edificação ou espaço um ambiente singular.

Nesse debate, torna-se fundamental compreender que os instrumentos de *preservação*², entre eles o tombamento,

¹ A carta de Burra (2013) defende uma *abordagem cautelosa* para a implementação de alterações num *bem*: “faça tudo o que for necessário para cuidar do *bem* e torná-lo utilizável, no entanto, altere-o o menos possível para que sua *significância cultural* seja mantida”.

² Embora o termo *conservação* seja genérico no campo do patrimônio, por questão de alinhamento com a Política de Patrimônio Cultural Material, definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, será adotado o termo *preservação*. Na portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, a qual definiu a política, consta que *preservação*

não têm por finalidade a cristalização do *bem*, mas o *reconhecimento* e a *proteção* dos *valores* e da significação cultural que lhe são atribuídos pela sociedade. Modificações não são proibidas, renovações em muitos casos são necessárias e possíveis nestas edificações e espaços. Mesmo tombados, muitas edificações e espaços já sofreram modificações e alterações (como é o caso do Palácio Itamaraty, do Palácio do Planalto, exemplares da arquitetura moderna monumental em Brasília).

É preciso reconhecer ainda que discutir a acessibilidade universal no Patrimônio Cultural, pressupõe antes de tudo a disposição para “ouvir o outro” e entender o direito de todos. Ao se discutir adaptações para acessibilidade no patrimônio adentra-se num terreno difícil, sensível, complexo e diverso (JUNCÀ UBIERNA, 2011).

O curso de certas adaptações tem mostrado diversos equívocos na sua implantação, mesmo em edifícios atuais.

Como diretriz importante ao tratar de acessibilidade e patrimônio, destaca-se o **equilíbrio e pragmatismo** (oriundos da abordagem anglo-saxônica do assunto). Tal diretriz

estabelece que não se deve propor nenhuma intervenção no Patrimônio Cultural se não houver certeza de que essa medida será eficaz em termos de acessibilidade. Ou seja, deve-se evitar intervenções supérfluas e ineficazes, que também podem alterar o patrimônio (JUNCÀ UBIERNA, 2011).

Para a gestão do Patrimônio Cultural material, ao criar a Política de Patrimônio Cultural Material em 2018, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – definiu, dentre outros, o princípio do acesso equitativo, reconhecendo que todos têm o direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais patrimonializados.

Na busca pelo equilíbrio entre acessibilidade e *preservação* do Patrimônio Cultural, foi desenvolvida na tese de doutorado do Professor Dr. Oscar Luís Ferreira, da FAU-UnB, a ferramenta “Matriz de Autenticidade e Acessibilidade do Patrimônio Cultural” - Matriz A&A.

A Matriz A&A é uma ferramenta metodológica que possibilita verificar o grau de atendimento aos requisitos de acessibilidade, levantar as restrições impostas para a *preservação* do patrimônio e para orientar as ações de

é “ação que designa o conceito mais genérico do conteúdo do trabalho do IPHAN em relação ao patrimônio cultural material. Implica nos processos de identificar, reconhecer, proteger,

normatizar, autorizar, avaliar, fiscalizar, conservar, interpretar, promover e difundir os bens culturais materiais.”

adaptação das edificações e espaços para fins de torná-los adequados à acessibilidade universal, preservando a *autenticidade* e a *significância cultural* do patrimônio. Os resultados obtidos com a aplicação da Matriz A&A podem contribuir para tornar as edificações e espaços acessíveis não apenas às pessoas com deficiência, mas a todos indistintamente.

Desde 2012 a Matriz A&A tem sido aplicada pelo seu autor em diversos estudos de caso publicados, tais como: Palácio Itamaraty (publicado no PLURIS 2012, em Brasília); Instituto Central de Ciências – ICC da Universidade de Brasília (publicado no ITECONS 2012, em Coimbra/Portugal); Palácio da Justiça (publicado no IAHS 2013, em Milão/Itália); edifício OCA 2 (publicado no REHABEND 2014, em Santander/Espanha); Escola Parque 308 Sul (publicado no REHABEND 2016, em Burgos/Espanha); Adro do Convento de São Francisco em Olinda (publicado no ENEAC 2018, em Fortaleza).

Não há dúvidas que adaptar edificações e espaços considerados *referências culturais*³ demanda ações coerentes com *abordagem cautelosa*.

Além disso, para o Patrimônio Cultural há a dificuldade em se aplicar “soluções padronizadas”, como seria o caso em ambientes convencionais, sendo necessária análise caso a caso, visto que nesses casos os detalhes são da maior relevância.

O debate sobre a necessidade de intervenção para renovação e *adaptação* do Patrimônio Cultural às exigências legais e da vida contemporânea é inevitável. O desafio envolve adaptações do patrimônio arquitetônico, tanto “histórico” como contemporâneo, e esse processo deve garantir a acessibilidade e a *preservação do bem*.

Abordar acessibilidade em Patrimônio Cultural requer dividir o tema em duas partes: a necessidade de adaptação para atendimento aos requisitos de acessibilidade e as restrições impostas para a *preservação* do patrimônio tomando por base a *autenticidade* e os *valores (significância cultural)*.

³ O conceito de referência cultural é o adotado pelo IPHAN, inclusive no manual do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (2000). A portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 estabelece: “Por patrimônio cultural material entende-se o universo de bens tangíveis,

móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Com base na legislação atual e em orientações normativas e práticas mais recentes de gestão do patrimônio, a presente pesquisa traz uma versão atualizada da ferramenta “Matriz de Autenticidade e Acessibilidade do Patrimônio Cultural”, a Matriz A&A, com o objetivo de servir de subsídio para nortear ações de adaptação das edificações e espaços e torná-los acessíveis a todos, sem distinção, respeitando e contribuindo para a *preservação* do patrimônio.

A atualização da lista de verificação sobre acessibilidade, parte integrante da Matriz A&A, é necessária, pois houve mudanças importantes na legislação desde a sua criação. Em relação aos normativos recentes voltados a pessoas com deficiência, destacam-se a norma NBR 9050, de 2020, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. A nova lei, inclusive, passou a considerar improbidade administrativa

o não cumprimento de requisitos para acessibilidade previstos na legislação.

Além disso, em 28 de fevereiro de 2014, o IPHAN publicou nova Instrução Normativa, também de nº 01, que alterou a instrução de 2003, acrescentando a sua aplicação a “intervenções em conjuntos urbanos consistentes em drenagem urbana, saneamento ambiental, embutimento de fiação elétrica, pavimentação, implantação de sinalização de trânsito ou turística e implantação de mobiliário urbano” (IPHAN, 2014b).

O IPHAN ainda publicou a portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, que instituiu a Política de Patrimônio Cultural Material, contendo princípios, premissas e objetivos relacionados às ações e às atividades de preservação do Patrimônio Cultural material de responsabilidade do instituto.

Vale ressaltar que a partir da promulgação do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, tornou-se obrigatória a adoção dos princípios do desenho universal nos projetos arquitetônico e urbanístico, e as adaptações para a acessibilidade em construções e reformas de caráter público ou coletivo.

Às edificações existentes de uso público, foi concedido o prazo de trinta meses para o atendimento ao decreto, e esse prazo encerrou-se em meados de 2007. Ou seja, passados mais de treze anos, o país ainda está em processo de adaptação à legislação, e a maioria dos edifícios e espaços públicos ainda se apresenta pouco acessível.

Diante da obrigatoriedade imposta pelo Decreto nº 5.296/2004, dos novos requisitos inseridos e modificados pela NBR 9050/2020 e pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), publicados após a criação da Matriz A&A, a necessidade da realização de estudos criteriosos que avaliem a demanda e a capacidade de atendimento das eventuais adaptações de forma equilibrada se torna evidente para edificações e espaços considerados *referências culturais*.

Na área do patrimônio os estudos para adaptação de *bens* tombados, espaços e edifícios de valor histórico têm se baseado principalmente na carta de Veneza (1964), no Documento de Nara (1994) elaborados pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS e na Carta de Burra, criada pela sucursal australiana do ICOMOS. Esta última tem sido um dos principais instrumentos, fornecendo

orientações para a *conservação* e gestão de sítios e locais com *significância cultural*, orientando a definição de políticas e de procedimentos por meio do seu processo e das orientações complementares. A versão mais recente da Carta de Burra é do ano de 2013 e traz alterações em relação à versão anterior de 1999.

Diante do surgimento de novos documentos normativos, da revisão e atualização de outros e da experiência adquirida após anos de aplicação da Matriz A&A, como afirmado anteriormente, surge a necessidade de revisar e atualizar a citada ferramenta.

Para testar a aplicação da versão atualizada da Matriz A&A foi selecionado o Palácio do Supremo Tribunal Federal – STF - como estudo de caso, exemplar representante da arquitetura moderna monumental em Brasília, localizado dentro do conjunto urbano tombado e parte integrante do conjunto das obras tombadas de Oscar Niemeyer na cidade. Além da importância icônica do edifício, tal seleção se justifica, dentre outras razões, pela quantidade de informações previamente obtidas sobre o *bem* durante diversas visitas realizadas ao longo de seis meses de atividades profissionais

do pesquisador quando trabalhou no acompanhamento das obras de intervenção nas fachadas do edifício realizadas no ano de 2020, bem como, em razão da possibilidade de acesso a um importante conjunto de informações contidas no Inventário do IPHAN sobre o edifício em 2013, que permitirá complementar a pesquisa.

Busca-se gerar um conjunto de informações que podem tornar a edificação mais acessível, melhorar o acesso, a circulação e o usufruto do *bem* por qualquer pessoa, sem risco à segurança, e com atenção à *preservação* do Patrimônio Cultural.

O trabalho está dividido em três capítulos, conforme descrito a seguir:

CAPÍTULO 1. Conceitos, termos e legislação adotados para a operacionalização da Matriz A&A

O primeiro capítulo aborda os conceitos de autenticidade, significância cultural, referência cultural e outros relevantes para a atualização da matriz, tais como aspectos, atributos, dimensão e valor, com base em referências da literatura e em normativas como as cartas patrimoniais, as orientações da

UNESCO e do IPHAN. Aborda ainda a legislação sobre acessibilidade, as normativas de Patrimônio relacionadas com acessibilidade (Instruções do IPHAN), as cartas e documentos patrimoniais selecionadas para o trabalho, mostrando a inter-relação entre os documentos no que diz respeito às tratativas de adaptação do patrimônio para atendimento da acessibilidade universal.

CAPÍTULO 2. A Matriz de Autenticidade e Acessibilidade

O segundo capítulo apresenta o processo da matriz A&A, seu histórico de utilização e as considerações sobre a sua atualização. É apresentada a proposta de atualização da Matriz, com a revisão das tabelas de acessibilidade e a tabela de avaliação qualitativa de *autenticidade*.

CAPÍTULO 3. Aplicação da Matriz A&A atualizada no Palácio do Supremo Tribunal Federal

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso no qual foi aplicada a versão revisada da Matriz A&A no Palácio do Supremo Tribunal Federal em Brasília. Como parte do método da matriz são apresentadas informações sobre o palácio,

desde sua inserção no plano urbanístico de Lucio Costa, passando pelo reconhecimento do palácio como patrimônio cultural, pelas intenções projetuais de Oscar Niemeyer e pelo histórico da construção e outras intervenções. Em seguida são apresentados os atributos do palácio e os resultados obtidos com a aplicação da versão revisada e atualizada da matriz.

Por fim, as considerações finais trazem reflexões sobre a atualização da Matriz A&A, a continuidade de sua aplicação em novos estudos de caso e as suas contribuições para tornar o Patrimônio Cultural acessível.

Não se pretende, e nem se poderia, discutir e apresentar de forma exaustiva todas as possibilidades ou restrições de *adaptação* à acessibilidade.

Este trabalho busca contribuir com as reflexões sobre as necessidades de atendimento aos requisitos de acessibilidade, sobre os cuidados que se deve ter em adaptar edificações e espaços considerados Patrimônio Cultural, sobre o respeito à diversidade e à inclusão, com uma visão otimista de que é possível, sim, fazer muito para tornar o Patrimônio Cultural acessível a todos, sem distinção.



FIGURA 1 – PALÁCIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF – FACHADA LESTE.

CAPÍTULO 1. Conceitos, termos e legislação adotados para a operacionalização da Matriz A&A

Neste capítulo são apresentados os conceitos, os termos orientações e a legislação adotados que orientaram este trabalho de atualização da Matriz A&A. No campo do patrimônio tem-se conceitos de *autenticidade*, *significância cultural* e *referência cultural*, bem como os principais documentos normativos e orientativos que tratam desses conceitos e de suas aplicações. Quanto à legislação, buscou-se contextualizar a relação das principais normativas sobre acessibilidade que impactam na conservação do Patrimônio, bem como as normativas de Patrimônio relacionadas com

acessibilidade, tais como as Instruções do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Demonstrar a inter-relação entre normas, leis e instruções normativas tem por objetivo entender como todos esses documentos contribuem e se sustentam mutuamente, embasando as tratativas de adaptação do Patrimônio para atendimento da acessibilidade universal.

Para a discussão sobre gestão e *preservação* do Patrimônio Cultural no presente trabalho foi preciso estabelecer um recorte de quais documentos balizares seriam escolhidos para tal. O Documento de Nara (1994) reconhecidamente tem preceitos práticos para o exame de *autenticidade* do patrimônio, sendo que a Matriz A&A está estruturada na Nara-Grid ⁴ (que também é baseada no Documento de Nara). Dessa forma, as Cartas patrimoniais de Veneza (1964) e de Burra (2013), as Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial ⁵ da UNESCO e o Documento de Nara sobre *autenticidade* (1994) são os documentos internacionais escolhidos para embasar as

⁴ Para maiores detalhes ver BALEN, Koenraad van. The Nara Grid: Na evolution Scheme based on the Nara Document on Authenticity. Association for Preservation Technology International – APT Bulletin, v. 39. nº 2/3 (2008), p.40.

⁵ Tal documento está voltado a orientar a inscrição de bens na lista do Patrimônio Mundial e a promover a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO

discussões. A Carta de Veneza (1964) tem sido a base para a *conservação* e *restauração* de monumentos e sítios, e ela subsidia o Documento de Nara (1994) e os trabalhos do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios – ICOMOS⁶. A abordagem e o processo relacionados à *significância cultural* estabelecidos na Carta de Burra, produzida pelo ICOMOS Austrália, têm ganhado força no cenário internacional para a definição de políticas e de planos de gestão do patrimônio. O documento Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, da UNESCO, tem abrangência internacional e indiscutível. No âmbito brasileiro foram selecionados os seguintes documentos produzidos pelo IPHAN, quais sejam, o manual do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (2000) e a portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, na qual instituiu a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM).

É com base nesses documentos e no material de apoio que se desenvolveu a discussão sobre os termos e expressões que foram adotados na versão atualizada da Matriz A&A.

Da legislação, os documentos acessados para a discussão da pesquisa foram a Constituição Federal, de 05/10/1988, a Lei nº 10.048, de 08/11/2000, que trata da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, o Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, que regulamenta as leis nº 10.048 e nº 10.098 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 06/07/2015). Do IPHAN foram utilizados a Instrução Normativa nº 01 do IPHAN, de 25/11/2003, que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, a Instrução Normativa nº 01 do IPHAN, de 28/02/2014, que altera a instrução nº 01/2003, o caderno técnico nº 9 do IPHAN, de 2014, que trata de mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos e a portaria nº 420 do IPHAN, de 22/12/2010, que trata dos procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas

⁶ Uma das três organizações consultivas que assessoram o Secretariado do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura - UNESCO, cujo papel consiste em fomentar a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à *conservação* do patrimônio arquitetônico e arqueológico

respectivas áreas de entorno. E por fim, do campo técnico geral será abordada a norma NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Autenticidade

A definição do conceito de *autenticidade* está baseada na ideia de algo do qual se tem a origem comprovada, ou aquilo que é considerado verdadeiro diante de certos critérios. Durante algum tempo, o significado de preservar mantendo a *autenticidade* foi interpretado como preservar sem alterações ou mudanças, de acordo com a Carta de Veneza (1964). *Autenticidade* não é, e nem representa, um tipo de intervenção, mas sim um modo de avaliação dos *valores* do *bem* considerado. A *autenticidade* de um *bem* define em grande extensão o significado desse *bem*, e está fundamentada na identificação, avaliação e interpretação dos *valores* atuais e dos *valores* que o caracterizaram no passado. A *autenticidade*

atribui o caráter de verdadeiro às dimensões ou *valores* (artística, histórica, social e científica) identificados no Patrimônio Cultural (FERREIRA, 2011; IPHAN,2004).

A origem do conceito atual de *autenticidade* fundamenta-se tanto na ideia de valor documental apresentado por Camilo Boito (2008) que defendia como princípio de intervenção a identificação de qualquer alteração, além do respeito às diversas fases de vida do monumento, quanto na visão de Cesare Brandi que apresenta como princípio a preservação da unidade da obra-de-arte em sua dualidade artística e histórica. Desta forma a *autenticidade* está associada à identificação, avaliação e interpretação dos *valores* atribuídos a um *bem*. Ferindo-se os *valores* por meio de intervenção física sobre os *aspectos*⁷ (forma e desenho, materiais e substâncias etc.), ferimos também a *autenticidade* (BOITO, 2008; BRANDI, 2004).

A partir da teoria da restauração de Brandi, na qual a obra de arte é entendida como um “todo” ou como “unidade”, tal obra é o resultado de um processo criativo, onde o artista

⁷ O termo ASPECTOS será substituído pelo termo ATRIBUTOS, conforme será justificado mais adiante.

"cria" a realidade física da obra com base na forma dada pela "realidade pura" na mente do artista. O aspecto artístico da obra permanece "intangível", mas deve ser experimentado na realidade física da obra. Uma vez criada, essa obra tem uma existência independente; no entanto, a atribuição de *valor* e a *conservação* dependem do reconhecimento do seu significado artístico cada vez que a obra for contemplada. Para Brandi, assim como para Heidegger⁸ e Riegl⁹ nesse sentido, o aspecto artístico de uma obra de arte está no presente, ou seja, na mente de quem a reconhece (JOKILEHTO, 2006).

Em 1994, o Documento de Nara apresentou a *autenticidade* como principal elemento de qualificação dos *valores* que caracterizam um *bem* e que incluem sempre: forma e desenho, materiais e substâncias, uso e função, tradição e técnicas, localização e espaço e; espírito e sentimento. A partir da compreensão desses *aspectos* é possível construir com maior propriedade um quadro representativo das *dimensões* (ou *valores*) artísticas, históricas, sociais e científicas do *bem*, garantindo sua *conservação*. É a manutenção dos *valores* que

assegura a importância do *bem* para determinada comunidade, o que leva à sua *preservação*. Se algo tem representatividade para a sociedade, ela o preservará, caso contrário, sua perda ou dano nada representará (FERREIRA, 2011; IPHAN, 2004).

Todas as categorias de *valores* estão relacionadas entre si. Os *valores* artísticos (dimensões) são compreendidos a partir das qualidades visuais, características de estilo, composição, volumetria, relação entre cheios e vazios, proporções entre as partes, elementos que permitem perceber mudanças e alterações ao longo tempo. Já os *valores* históricos estão presentes na idade de materiais e substâncias, nas técnicas construtivas que retratam um período, e na associação do *bem* a eventos históricos, dentre outros. Os *valores* sociais estão relacionados ao uso da edificação para encontros, celebrações, manifestações, que de algum modo qualificam a edificação e o local, conferindo importância e reforçando os laços de identidade. Percebe-se claramente a relação, por exemplo, entre a dimensão histórica e a social. Os *valores* científicos estão relacionados a pesquisas das

⁸ Martin Heidegger

⁹ Alois Riegl

características construtivas, composição de materiais, sua degradação, ação do clima, sendo então relacionados à *preservação física do bem*.

Visto que os *valores* qualificam o *bem*, eles devem ser avaliados sob a ótica da *autenticidade*, ou seja, a capacidade dos *valores* de transmitirem o significado, enquanto por *integridade* é possível entender como a capacidade do *bem* de assegurar a existência dessa significação ao longo do tempo, com todas as características capazes de transmitir seus valores, que devem ser assegurados nas suas dimensões artística, histórica, social e científica.

Para garantir a *preservação* de um *bem* é necessário diagnosticar os *valores* a ele atribuídos, avaliando a *autenticidade*, para depois desenvolver planos de intervenção que não interfiram ou que apresentem mínima interferência sobre os *valores* identificados. Preservar *valores* significa preservar a identidade do *bem*. Toda intervenção significa

algum impacto sobre os *valores* da edificação e sobre a maneira com que a comunidade se identifica com ela.

Outro ponto importante é cuidar para que as intervenções não acrescentem diferentes tipos de materiais (tradições e técnicas) em relação à edificação original, interferindo na manutenção do patrimônio construído. No caso da *preservação* do patrimônio moderno as intervenções podem representar riscos já que a diferenciação entre o “novo” e o “antigo” é mais difícil (princípio da *distinguibilidade*¹⁰). Acréscimos de longas rampas e sinalização tátil podem alterar profundamente a percepção e a compreensão das edificações e dos espaços. No entanto, outras intervenções para a acessibilidade podem reforçar o sentimento em relação à impressão íntima, física e espiritual em relação ao *bem*, ao proporcionar que mais pessoas o desfrutem. Portanto toda intervenção deve ser facilmente reconhecível e facilitar intervenções futuras. Com base na avaliação dos *valores* e a partir da caracterização dos *atributos* pode-se formar um

¹⁰ Camillo Boito menciona a orientação de que “é necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje”.

quadro qualitativo das principais características do *bem*, seus *valores* e sua *autenticidade*.

Significância Cultural

Tomando por base as cartas patrimoniais de Veneza (1964), de Burra (2013), o Documento de Nara (1994) e as Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO (2019), apresenta-se a seguir uma comparação de como tais documentos abordaram ou mencionaram a *significância cultural* ao longo desses anos.

Na Carta de Veneza no seu artigo 1º está mencionado o termo “significação cultural”. A carta expressa que não somente as grandes criações são dignas de serem consideradas como monumento histórico, mas também as obras modestas e que tivessem adquirido significação cultural. A carta não conceitua o termo, mas dá a entender que ser testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico também estava relacionado com o termo (IPHAN, 2004).

A expressão “valor atribuído” presente no Documento de Nara pode ser entendida como um sinônimo de *significância*. Ao entender que a *preservação* do Patrimônio Cultural está fundamentada nos *valores* atribuídos ao próprio patrimônio, as fontes de informação sobre esses *valores* devem ser primeiramente reconhecidas, para então a compreensão dos *valores* ser alcançada. O conhecimento e a compreensão das fontes de informação relativas ao patrimônio são requisitos básicos da avaliação da *autenticidade* (IPHAN, 2004).

Outra abordagem sobre o conceito de significância cultural pode ser encontrada no Plano de Conservação de autoria de James Semple Kerr. Nele *significância cultural* é apresentada como algo que busca ajudar a identificar e avaliar os *atributos* que constituem um lugar de *valor* para nós e para a nossa sociedade. Para o autor, a compreensão da significância é base para qualquer processo de planejamento de intervenção e uma vez que o significado de um lugar é compreendido, decisões políticas informadas podem ser tomadas, permitindo que a significância seja retida, revelada ou, ao menos, prejudicada o menos possível. Uma compreensão clara da natureza e do nível de significância de

um lugar não apenas sugerirá restrições à ação futura, mas também introduzirá flexibilidade ao identificar áreas que podem ser adaptadas ou desenvolvidas com maior liberdade (KERR, 2013).

A Carta de Burra (2013) define, em seu artigo 1.2, que *significância cultural* é sinônimo de valores estético, histórico, social e científico para as gerações passadas, presentes e futuras. Explica ainda que a *significância cultural* está incorporada no próprio *bem*, seja na sua estrutura, no ambiente, no uso, nas associações, nos significados, nos registros, nos bens e locais relacionados, e nos objetos relacionados. Percebe-se certa semelhança com a definição do Documento de Nara para o termo “valor atribuído”. (ICOMOS Australia, 2013).

Enquanto a definição de *valor* já está consolidada na área do patrimônio, é possível constatar que a definição de *significância cultural* apresentada no plano de conservação

proposto por Kerr ¹¹ em muito se aproxima da definição de valor atribuído do Documento de Nara (1994). A Carta de Burra (2013), por sua vez não define a *significância cultural* como um novo conceito (uma vez que a própria carta reconhece que *significância* é sinônimo de *valor*), mas apresenta na realidade um procedimento para o estabelecimento de um plano de gestão do *bem* a partir do levantamento da *significância* e das políticas de conservação ¹².

A Carta de Burra é atualizada de tempos em tempos e tenta incorporar as práticas comumente adotadas na conservação. Assim, com base no processo ¹³ definido na carta pode-se desenvolver um plano de gestão para determinado *bem*. Para o desenvolvimento de um plano de gestão pode-se adotar dois estágios: a compreensão do *bem* e o desenvolvimento e implementação da política de *conservação*, sendo no primeiro estágio estão incluídas as ações de avaliação de *significância* (KERR, 2013).

¹¹ Conservation Plan - A guide to the preparation of conservation plans for places of European cultural significance, de James Semple Kerr

¹² O artigo 6.1 da Carta de Burra (2013) define que “A *significância cultural* de um *bem* e outras questões que afetam seu futuro são mais bem compreendidas quando se realiza a coleta e a análise de informações, antes de tomar decisões. Compreender a *significância cultural* é

o primeiro passo, depois o desenvolvimento de políticas e, finalmente, a gestão do *bem*, de acordo com a política. Este é o processo da carta de Burra”.

¹³ As três etapas do processo previstas na carta são: Entender a significância, desenvolver políticas e gerenciar de acordo com as políticas.

O processo da Carta de Burra (2013) inclui a participação popular, além do envolvimento de técnicos no processo de *conservação, interpretação e gestão dos bens*. Estabelece que essa participação popular deve ser de pessoas que tenham *associações* e sentimentos significativos ou que tenham responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais com o *bem*¹⁴ (ICOMOS Australia, 2013).

A Carta de Burra tem se mostrado instrumento relevante na prática da conservação atual, tanto que diversos exemplos de sua aplicação têm sido cada vez mais comuns. Diversas experiências realizadas pelo *Getty Conservation Institute*¹⁵ fizeram uso tanto do conceito como da produção da declaração de *significância cultural* para fundamentar suas decisões. Entre as mais recentes estão o plano de conservação do Resort dos Escritores do Lago Sevan (2019), da Casa Eames (2018), da Casa Gropius (2018), do Sanatório Paimio (2016), entre outros.

No Plano de Gerenciamento da Conservação (*Conservation Management Plan*) desenvolvido para a Casa

Eames, os pesquisadores estabeleceram que a avaliação da *significância cultural* corresponde ao principal elemento da *conservação* através da identificação dos *atributos* físicos, sociais e culturais, e que é possível estabelecer *níveis de significância*¹⁶ que variam de excepcional, alto, moderado, baixa significância e, finalmente, intrusivo. Esta classificação representa uma possibilidade de abordagem que permite tratar com relativa segurança as intervenções possíveis, que podem variar desde a *conservação* até o *restauro*, para os *atributos de valor* excepcional ou a *liberação* (demolição após registro cadastral) no caso dos *atributos* considerados “intrusivos”. (GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 2018).

Referência Cultural

No ano 2000 o IPHAN publicou o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, considerado um instrumento para a identificação e documentação de bens culturais, e aplicável tanto a bens imateriais como aos bens materiais.

¹⁴ Tradução livre do artigo 12, sobre Participação popular

¹⁵ Para maiores informações, consultar <http://www.getty.edu/>

¹⁶ No artigo 5.2, a Carta de Burra (2013) estabelece que graus relativos de significância cultural podem levar a diferentes ações de conservação em um bem.

Foram dois os objetivos principais que determinaram sua elaboração: 1) identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e 2) apreender os sentidos e significados atribuídos ao Patrimônio Cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação (IPHAN, 2000).

Com base na concepção antropológica do que se entende por cultura, a expressão “referência cultural” tem sido utilizada sobretudo em textos que enfatizam a diversidade tanto da produção material quanto dos sentidos e dos *valores* atribuídos a bens e práticas sociais pelos diferentes sujeitos. Dessa forma, adota-se uma perspectiva plural que deixa de ser centrada em critérios, considerados objetivos, que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da *preservação* de bens culturais (IPHAN, 2000).

O INRC estabelece que ao se buscar a identificação de *referências culturais*, deseja-se que, as intervenções considerem além dos valores histórico e artístico dos bens a

dimensão simbólica daquele lugar para seus habitantes, que é plural e diversificada. Mas reconhece também que a preocupação com a racionalidade econômica e social das intervenções pode levar a que os inventários deixem de fora a *dimensão simbólica*. Outra dificuldade reconhecida é que a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais “vvida” do que de fato conhecida (IPHAN, 2000).

O ponto de partida é considerar que um ambiente não se constitui apenas de elementos da natureza, tais como vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora ou de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural. Por processo cultural entende-se como sendo a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes (IPHAN, 2000).

A portaria nº 375 do IPHAN, de 19 de setembro de 2018, que trata da Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), define, dentre outros, o princípio da participação ativa, de acordo com o qual deve ser assegurada à sociedade a

participação ativa na elaboração de estratégias para a *preservação* do patrimônio cultural material (IPHAN, 2018a).

Nortear ações de *preservação* a partir da noção de *referência cultural* significa buscar formas de se aproximar do ponto-de-vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Tanto o INRC elaborado no ano 2000 quanto a Política de Patrimônio Cultural Material publicada em 2018 reconhecem o valor simbólico e a importância da participação social na gestão e *preservação* do Patrimônio Cultural. Dessa forma, para aqueles que trabalham alinhados com as normativas do IPHAN, não há tanta inovação assim trazida pela Carta de Burra¹⁷ em termos conceituais, mas sua maior visibilidade internacional e o fato de propor um procedimento e um processo – o que procura torná-la operacional -, talvez expliquem a difusão do seu uso atualmente.

Outros termos relevantes

PONTO DE VISTA, DIMENSÃO, SIGNIFICÂNCIA e VALOR

A Convenção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO definiu no artigo 1º que o Patrimônio Cultural, quando se tratar de monumentos ou conjuntos (categorias nas quais se enquadram as obras de arquitetura em geral), deve ter *valor* excepcional sob o *ponto de vista* da história, da arte ou da ciência. A referida convenção visa a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do Patrimônio Cultural e natural de Valor Universal Excepcional. (UNESCO,1972).

O Documento de Nara, ao tratar da *autenticidade*, definiu em seu artigo 15º que as avaliações de autenticidade de um *bem* devem ser pautadas em pesquisas e levantamentos que incluam informações sobre os *aspectos* - Forma e Desenho, Materiais e Substância, Uso e Função, Tradições e Técnicas, Localização e Espaço, Espírito e

¹⁷ Criada em 1979 com revisões em 1981, 1988, 1999 e 2013.

Sentimento - para delinear as *dimensões* específicas do *bem* - Dimensões Artística, Histórica, Social e Científica (IPHAN, 2004).

Russel e Winkworth (2009) ao definirem as etapas do processo de avaliação de *significância* para itens e coleções, consideram como critérios primários na avaliação de *significância* o seguinte: Significância Histórica, Significância Artística ou Estética, Significância Científica ou de Pesquisa, e Significância Social ou Espiritual.

Para a filosofia, entende-se por *dimensão* todo plano, grau ou direção no qual se possa efetuar uma investigação ou realizar uma ação. Fala-se, assim, de "Dimensão de uma pesquisa" para designar os vários planos ou níveis nos quais ela pode ser conduzida (ABBAGNANO, 2012).

A Carta de Burra em seu artigo 1º item 1.2 define que *significância cultural* envolve *valores* estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras, e que a *significância cultural* está incorporada no próprio *bem*, em sua estrutura, em seu cenário, no uso, nas associações, nos significados, nos registros, nos lugares e objetos relacionados. O termo *significância cultural* é

sinônimo de valores estético, histórico, social e científico para as gerações passadas, presente e futuras (ICOMOS Australia, 2013).

O documento Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO está alinhado com o Documento de Nara e manteve as mesmas quatro *dimensões* - Artística, Histórica, Social e Científica - para identificar os *atributos* significativos aplicáveis à *autenticidade*. (UNESCO, 2019).

De forma simplificada, pode-se considerar que *ponto de vista*, *dimensão*, *significância* e *valor*, conforme citados nas referências acima, seriam expressões ou termos similares, a depender do contexto.

ASPECTOS e ATRIBUTOS

Da filosofia temos que *aspecto* é o ponto de vista ou ângulo visual de que pode ser considerado um fato ou uma observação, objetivamente, o lado que o fato ou a situação apresenta. Embora na filosofia moderna e contemporânea a palavra *atributo* seja usada raramente, uma das possibilidades de definição é que para as coisas criadas, se diz sobre o que

nelas não se comporta nunca de modo diferente, como a existência e a duração, não deve ser, na coisa que existe e dura, chamada de qualidade ou de modo, mas sim de *atributo*. Pode-se ainda associar àquilo que o intelecto percebe da substância como constituindo a essência dela (ABBAGNANO, 2012).

Na tentativa esclarecer melhor, outra contribuição do campo filosófico, é que por atributo pode-se entender como tudo aquilo que pode ser dito de um sujeito ou de uma substância, ou seja, todas as características que lhe são próprias e únicas e lhe constituem sua própria essência (COMTE-SPONVILLE, 2003).

A Carta de Veneza (1964) e a Convenção do Patrimônio Mundial (1972) não trazem informações precisas sobre aspectos e atributos. O Documento de Nara, ao tratar do julgamento de *autenticidade*, menciona que tais julgamentos podem estar relacionados ao *valor* de uma grande variedade de *fontes de informação*. *Aspectos* das fontes podem incluir forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e ambiente, e espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. O uso dessas

fontes permite a elaboração das *dimensões* artísticas, históricas, sociais e científicas específicas do Patrimônio Cultural em estudo (IPHAN, 2004).

A Carta de Burra admite que a *significância cultural* está incorporada no *bem*, em sua estrutura, em seu cenário, no uso, nas associações, nos significados, nos registros, nos lugares e objetos relacionados (ICOMOS Australia, 2013).

A expressão “incorporada” passa a ideia de que tudo o que pode ser considerado como elemento constituinte do *bem* e das suas relações ou que dão a ele *significância* ou significado, seja sua estrutura, o cenário em que está envolto, o uso que se dá, nas inter-relações do *bem* inclusive com objetos relacionados, tudo é potencial detentor de *valor*.

Embora o documento Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, da UNESCO, esteja alinhado com o Documento de Nara, e tenha mantido as mesmas quatro *dimensões* (Artística, Histórica, Social e Científica) para identificar os *atributos* significativos aplicáveis à *autenticidade*, ao descrever onde e como os *valores* de um *bem* podem estar expressos de modo crível e verídico, o documento abandonou o termo *aspectos* (do Documento de

Nara) e adotou o termo *atributos* para descrever forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e ambiente, língua e outras formas de patrimônio imaterial, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos (UNESCO, 2019).

Novamente recorrendo ao processo de organização das informações na Nara-Grid, pode-se dizer que é a partir das *dimensões*, que se busca identificar na forma e no desenho (inerentes, incorporados e constituintes de determinado *bem*), por exemplo, a expressão dos *valores* significativos. Portanto, para a coisa criada (*bem*) os *atributos* são aquilo que nela não se comportam nunca de modo diferente, não se modificam. Pode parecer contraditório definir uso e função, por exemplo, como um *atributo* a partir da definição filosófica, já que muitas vezes se propõe a alteração do uso de um *bem* para que possa continuar existindo. Mas não há contradição se for adotado o ponto de vista da unidade potencial da teoria de Cesare Brandi, pois nenhum uso alternativo deve ser adotado a não ser aqueles que mantenham a unidade potencial do *bem*.

Portanto, na proposta de revisão e atualização da matriz, será adotado o conceito e expressão *atributos* para

definir onde se identifica a manifestação dos *valores* num bem material.

Uma vez abordados os conceitos e temas no campo do Patrimônio, relevantes para a operacionalização da matriz, é o momento de verificar os conceitos e requisitos presentes na legislação que tratam da acessibilidade e avaliar suas vinculações com o Patrimônio.



FIGURA 2 – PALÁCIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF – FACHADA NORTE.

Conceituação e contextualização sobre acessibilidade

Pode-se compreender acessibilidade como gozar do poder de chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais do lugar e participar das atividades fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Fazem parte ainda do conceito as condições de acesso à informação e as possibilidades de deslocamento, onde todos exerçam seus direitos de cidadão.

O Decreto Federal nº 5.296/2004, de 2 de dezembro de 2004, define acessibilidade como:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, p. 3).

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, por sua vez, define acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos,

edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL 2015, p. 1)

Percebe-se que a legislação ampliou o conceito de acessibilidade. Em primeiro lugar inseriu o termo “possibilidade” ao tratar do alcance para utilização, reforçando a ideia de que todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de viabilizar o acesso.

Em segundo lugar, ampliou e definiu melhor o campo de atuação da legislação, focando no acesso público, independentemente do lugar (se rural ou urbano) e se o espaço, o edifício ou o serviço ofertado são de uso público ou privado (uso coletivo neste caso). Por fim, abandona a expressão “pessoa portadora de deficiência” e passa a adotar “pessoa com deficiência”, mostrando-se alinhada com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU, e seu Protocolo Facultativo, assinados na cidade de Nova York, em 30 de março de 2007. O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de

2009, trouxe a promulgação da convenção, colocando-a em vigor no plano jurídico interno (BRASIL, 2009).

As ações necessárias para o cumprimento das exigências da legislação de acessibilidade não devem ser confundidas com restauração, pois são de fato ações de adaptação. Adaptação significa dar um novo uso ao Bem, sem, no entanto, alterar seus valores principais, causando o mínimo de danos à consistência material do Patrimônio Cultural, bem como nos valores que o caracterizam. Algumas intervenções podem inserir novos usos ou serviços, tais como a instalação de equipamentos de áudio e vídeo, elevadores, sinalização visual e tátil, por exemplo (FERREIRA, 2011).

Portanto a acessibilidade consiste nas adaptações necessárias para conferir a um determinado patrimônio arquitetônico as características sugeridas pelo desenho universal, ou seja, ser acessível a todos de maneira segura e autônoma. O Patrimônio Cultural material, em sua maioria, é composto de Bens construídos em períodos da história onde acesso universal, igualdade e mesmo respeito ao direito de todos não eram questões sequer discutidas. Mesmo para o patrimônio arquitetônico moderno construído recentemente

nas décadas de 1980 ou 1990, por exemplo, a acessibilidade, no Brasil, ainda não era uma realidade.

Discutir a acessibilidade universal no Patrimônio Cultural significa muitas vezes adentrar um campo difícil, complexo e diverso, onde, além ser necessário entender o direito de todos, é preciso buscar equilíbrio e pragmatismo, evitando-se propor intervenções de adaptação sem que se tenha certeza de suas eficácias. Outra dificuldade é que não se pode adotar soluções padronizadas, como em ambientes convencionais, o que acaba por demandar estudos criteriosos para prover adaptação (JUNCA UBIERNA, 2011).

Legislação sobre acessibilidade

É possível entender que o princípio da fruição coletiva do Patrimônio Cultural decorre diretamente do art. 215, caput, da Constituição Federal. No art. 227, § 2º encontramos referência direta às adaptações necessárias para o acesso aos edifícios de uso público por parte das pessoas com deficiência. A Constituição Federal, portanto, garante a todos o direito do acesso aos bens culturais em igualdade de condições e

autonomia. O direito de usufruir um bem cultural é um princípio jurídico onde os desiguais devem ser tratados de maneira desigual, ou seja, o ambiente construído deve oferecer tratamentos diferenciados às pessoas em razão de suas diferentes necessidades e é por meio desta ação, o princípio da isonomia, que se pode promover a igualdade (RODRIGUES; MIRANDA, 2012).

A Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, determinou a **prioridade de atendimento** às pessoas com deficiência, aos idosos (acima de 60 anos), às gestantes, às lactantes e às pessoas com crianças de colo, nas repartições públicas e nas empresas concessionárias de serviços públicos, nas instituições financeiras e no transporte coletivo (por meio assentos exclusivos) (BRASIL, 2000 a).

Já a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a **promoção da acessibilidade** das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Seus requisitos abordam a necessidade de supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano,

na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000 b).

A regulamentação das duas leis citadas somente ocorreu em 02/12/2004, com a publicação do Decreto nº 5.296. Ao tratar da implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística, o decreto ampliou as exigências contidas na Lei nº 10.098 e estabeleceu o cumprimento das normas da ABNT relativas à acessibilidade, tanto na concepção como na implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, atendendo os princípios do desenho universal (BRASIL, 2004).

A norma técnica da ABNT que tratava de acessibilidade na época era a NBR 9050, de 31 de maio de 2004, sendo então vinculada ao Decreto, e seu cumprimento se tornou obrigatório. Tal norma estabelece os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados nas fases de projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

O Decreto trouxe uma inovação que somente em 2021, dezessete anos após sua publicação, parece que sairá do papel: que é a inclusão de conteúdos temáticos sobre desenho

universal nas diretrizes curriculares da educação superior de engenharia e arquitetura.

Art. 10. A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto.

§ 1º Caberá ao Poder Público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos.

§ 2º Os programas e as linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos de auxílio à pesquisa e de agências de fomento deverão incluir temas voltados para o desenho universal. (BRASIL, 2004, p. 4).

Em virtude de sentença judicial, o Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação emitiu o parecer nº 948/2019, publicado no Diário Oficial da União no dia 25/03/2021 (Seção 1, Pág. 113), no qual aprovou a inclusão do desenho universal como disciplina obrigatória nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação de engenharia e de arquitetura e urbanismo (alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, que institui as Diretrizes

Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia e alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo) (BRASIL, 2019).

E a legislação no Brasil continuou avançando. Em 06 de julho de 2015, foi publicada a Lei nº 13.146 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. A referida Lei está baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, é mais abrangente e buscou consolidar toda a legislação nacional sobre acessibilidade, trazendo inclusive artigos específicos sobre a acessibilidade relacionada ao Patrimônio Cultural, além de ampliar ainda mais o campo de atuação ao mencionar a exigência de normas técnicas de acessibilidade, sem se prender única e exclusivamente à ABNT (BRASIL, 2015).

Este tópico trouxe em linhas gerais e de forma resumida a cronologia e a abordagem de alguns instrumentos legais

relacionados com acessibilidade. Artigos específicos e a inter-relação entre a legislação mencionada e as normas técnicas e instruções do IPHAN serão tratados mais adiante. A seguir serão abordadas as normas técnicas e as instruções normativas do IPHAN.

Norma NBR 9050 da ABNT

A norma NBR 9050 da ABNT foi publicada pela primeira vez em 1985, sendo revisada em 1994, em 2004, em 2015 e a sua versão mais recente foi publicada em 2020. Essa norma estabelece os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados nas fases de projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Visa ainda proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

A versão de 1985 possui o título “Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente”, e tem

como premissa a adequação, não contemplando a concepção de projetos e mobiliários, por exemplo. Na versão de 1994 a norma ganha um caráter mais abrangente e tem seu título alterado para “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos”. Em 2004, esse é novamente alterado para “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. Retirou-se o conceito de “portador” e o foco passou a ser a acessibilidade e não mais na deficiência, e incorporaram-se os princípios do Desenho Universal. Nessa ocasião, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a ABNT e o Ministério Público Federal, a NBR 9050 passou a ser disponibilizada gratuitamente (BERNARDI, 2020).

Foram muitas as alterações entre a versão de 2004 e a atual. A tabela de acessibilidade da matriz A&A é basicamente fundamentada nos itens da norma NBR 9050, portanto, a matriz requer ser revisada e atualizada para continuar sendo aplicada e fornecer informações adequadas e úteis para as premissas das intervenções no Patrimônio Cultural, sendo que

tais intervenções devem ainda observar as instruções normativas do IPHAN.

O IPHAN, suas instruções normativas e a Carta ao Cidadão

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, atualmente uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo, responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao instituto proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

No ano de 2003 o IPHAN publicou a Instrução Normativa nº 01 – IN 01, de 25 de novembro, na qual apresenta considerações básicas sobre a adaptação de bens culturais imóveis acautelados em nível federal, com fundamento na Lei nº 10.098/2000 e na norma NBR 9050 da ABNT. Esta instrução considera a necessidade do desenvolvimento de estudos baseados na avaliação de propostas bem-sucedidas de *adaptação*, normas internacionais, técnicas e novas tecnologias de acessibilidade com intuito da elaboração de

métodos de avaliação das condições de acessibilidade real dos bens culturais imóveis. Segundo a instrução o limite das intervenções para acessibilidade deve ser o possível grau de comprometimento do “valor testemunhal e da integridade estrutural” do *bem*. Para valor testemunhal é possível subentender-se *autenticidade* (IPHAN, 2003).

Em 28 de fevereiro de 2014, o instituto publicou outra Instrução Normativa nº 01, que acrescentou o campo de aplicação da instrução anterior a “intervenções em conjuntos urbanos consistentes em drenagem urbana, saneamento ambiental, embutimento de fiação elétrica, pavimentação, implantação de sinalização de trânsito ou turística e implantação de mobiliário urbano” (IPHAN, 2014b).

Também em 2014 o IPHAN lançou o caderno técnico nº 9 - “Caderno de Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos”, para a difusão de soluções de acessibilidade buscando fortalecer o compromisso com a democratização do espaço urbano, com a inclusão de todos em ambiente seguro, confortável, e com oportunidades de conhecimento e de fruição (IPHAN, 2014c).

Ainda em 2014 o instituto lançou sua carta ao cidadão, um documento que representou um pacto de compromissos objetivando a transparência e o fortalecimento das relações entre o IPHAN e a sociedade. Na referida carta o instituto reconhece sua missão de:

promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. (IPHAN, 2014a, p. 8).

Dentre os valores reconhecidos na carta, o IPHAN menciona o acesso ao Patrimônio Cultural. A promoção e a garantia do acesso se dão de diversas formas, e é necessário entender o termo acesso da forma mais ampla possível, e aqui também está incluída a acessibilidade física a um *bem* material (edifício ou espaço).

Em 04 de setembro de 2018, o IPHAN publicou a portaria nº 366, que trata das diretrizes a serem observadas para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados. Embora não seja diretamente

relacionada com acessibilidade, tem muito a contribuir. De um lado porque a NBR 9050 também tem itens relacionados à segurança dos usuários com deficiência em situações de risco, tais como a exigência de área de resgate.

Por outro lado, porque a referida portaria estabelece a possibilidade de medidas mitigadoras complementares quando as exigências normativas de prevenção contra incêndio e pânico não puderem ser implementadas em razão de restrições impostas pelo patrimônio. Exemplos dessas medidas são o controle da quantidade de pessoas que adentram um edifício e a presença de brigada contra incêndio (IPHAN, 2018b).

A portaria nº 366 é resultado de esforço conjunto¹⁸ do IPHAN, do Ministério Público Federal e de representantes dos Corpos de Bombeiro de todo o país, com intuito de compatibilizar as exigências para a segurança, prevenção e combate a incêndios com o mínimo impacto sobre o patrimônio. Esse mesmo exemplo poderia ser seguido nas

¹⁸ Notícia disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/clc/noticias/detalhes/4808/normativa-define-diretrizes-para-a-prevencao-e-combate-a-incendio-em-edificacoes-tombadas>

discussões sobre as adaptações de acessibilidade em patrimônio para que pudessem contar com a participação ampla de representantes do IPHAN, do Ministério Público e de entidades representantes das pessoas com deficiência apresentassem suas demandas e compatibilizassem entendimentos numa nova portaria que tratasse das necessidades e possibilidades de adaptação do patrimônio aos requisitos de acessibilidade, atingindo o equilíbrio e pragmatismo necessário aos dias de hoje.

A seguir apresenta-se uma linha do tempo para melhor visualização da cronologia da publicação dos diversos documentos (ver Figura 3).

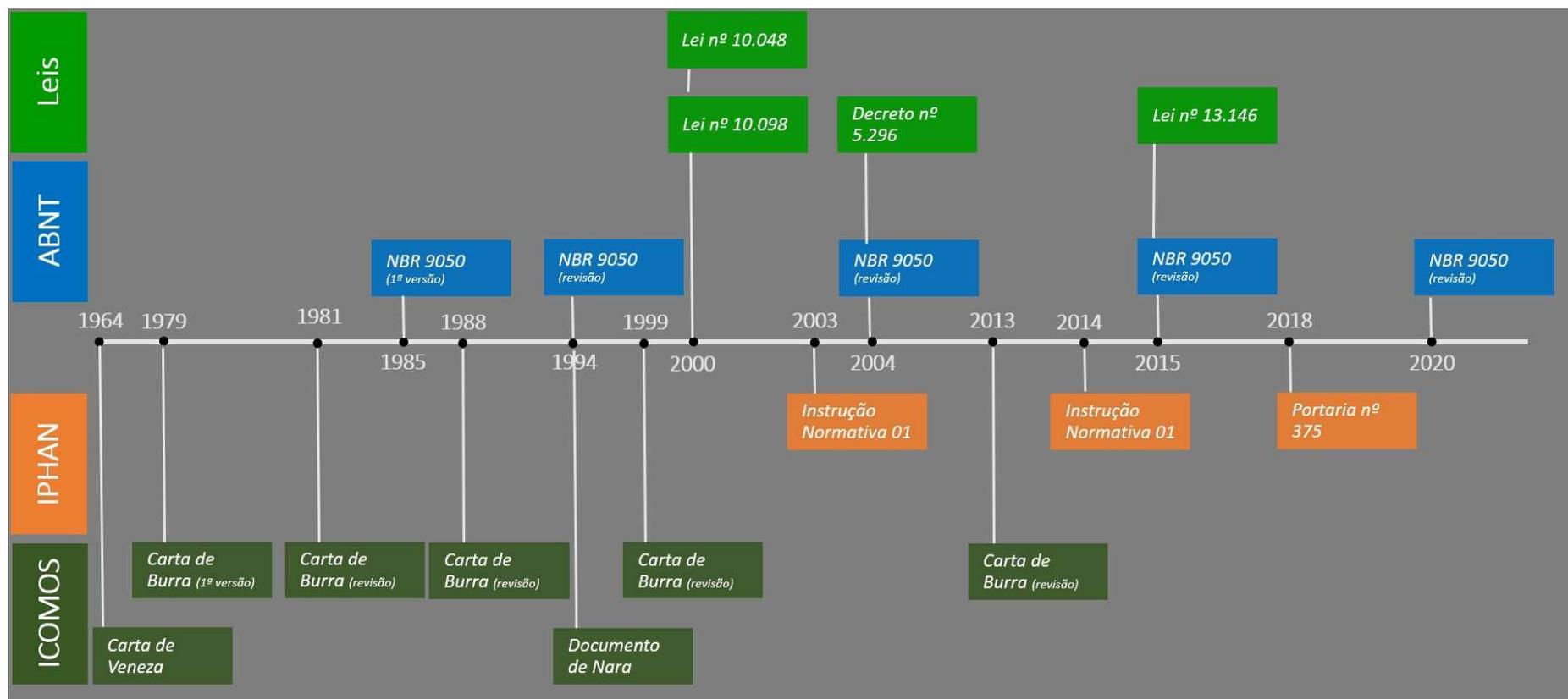


FIGURA 3 – LINHA DO TEMPO – LEGISLAÇÃO, CARTAS E DOCUMENTOS PATRIMONIAIS RELACIONADOS COM A REVISÃO DA MATRIZ.

Inter-relação da legislação e das normativas patrimoniais

Este tópico procura demonstrar a inter-relação entre a Lei nº 10.098/2000, a instrução normativa nº 01/2003 do IPHAN, o Decreto nº 5.296/2004, a portaria nº 420/2010 do IPHAN, a Lei nº 13.146/2015 e a norma NBR 9050/2020 da ABNT por meio das evidências encontradas em alguns artigos, itens e trechos dos referidos documentos.

Para organizar a demonstração da inter-relação foi preciso definir a forma de classificação dessas conexões entre os documentos. Foram estabelecidas as seguintes classes de conexão: de referência, de acesso, de cautela, e de solução.

Por **conexões de referência** entende-se quando um documento faz menções diretas ou indiretas ¹⁹ a outros documentos. **Conexões de acesso** acontecem quando os conteúdos dos documentos tratam da necessidade de garantia de acesso aos edifícios e espaços. As **conexões de cautela**

são aquelas em que os documentos estabelecem que as intervenções de adaptação para atendimento dos requisitos de acessibilidade necessitam de cautela ao serem projetadas e implementadas. As **conexões de solução** são aquelas nas quais os documentos descrevem como as soluções de projeto devem ser concebidas e implementadas.

Serão adotadas duas formas de apresentar a inter-relação entre os documentos: por meio de ilustrações e por meio de transcrições de alguns artigos, itens, parágrafos desses documentos evidenciando o que se pretende demonstrar.

CONEXÕES DE REFERÊNCIA

A Lei nº 10.098/2000, especificamente com relação ao Patrimônio Cultural, no capítulo X, Disposições Finais, em seu artigo 25, indica a obrigatoriedade de aplicação da lei aos “edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico” e ainda, no mesmo artigo, informa que para que se atinja tal objetivo dever-se-á observar a

¹⁹ Por menções diretas entende-se quando um documento cita outro nominalmente e indiretas quando faz menção ao tipo do outro documento, mas não relaciona seu nome.

“normas específicas reguladores desses bens”, no caso, a Instrução Normativa - IN nº 01/2003 do IPHAN. A IN, por sua vez, faz menção à mesma Lei e à norma NBR 9050 da ABNT por meio do item 1.1. Já o Decreto nº 5.296/2004, conecta-se à NBR 9050 por meio dos artigos 14 e 15 (ver Figura 4).

Ainda no rol de normativas relacionadas ao patrimônio, apresenta-se a portaria nº 420/2010 do IPHAN que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Na seção II, há a conexão com o preceito do desenho universal e com a instrução normativa nº 01/2003 do próprio instituto (IPHAN, 2010).

CONEXÕES DE ACESSO

Considerando que grande parte dos imóveis sob responsabilidade do IPHAN são de uso público, tais como igrejas, museus, casas do Patrimônio (escritórios técnicos do instituto), fortificações, teatros, casas e centros de cultura, por exemplo, é importante destacar a conexão entre o Decreto nº 5.296/2004, seção II, artigo 19 que explicita a necessidade de

ao menos um acesso livre de barreiras e obstáculos, com a IN nº 01/2003 do IPHAN. A lei nº 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com deficiência) conecta-se com a Lei nº 10.098/2000, com a IN 01/2003 e com a NBR 9050/2020 (ver Figura 5).

Muitas edificações e espaços do Patrimônio Cultural sofrem alteração de uso para continuarem existindo, por exemplo passando a funcionar como museus e pousadas, além de vários teatros hoje sob a responsabilidade do IPHAN. Considerando no jargão profissional da engenharia e da arquitetura que por reforma pode-se enquadrar as ações de *preservação* (em especial o restauro), o artigo 56 do Estatuto da Pessoa com Deficiência reitera a obrigação de atendimento à acessibilidade para obras e ações nas quais o Patrimônio Cultural pode estar envolvido e novamente pode-se evidenciar a conexão da lei com as normativas de acessibilidade. Os artigos 44, 45 e 57 da mesma lei também fazem conexão com as normas de acessibilidade (onde cabem a NBR 9050 e as instruções normativas do IPHAN). As figuras abaixo demonstram as conexões de referência (ver Figura 4) e de acesso (ver Figura 5).

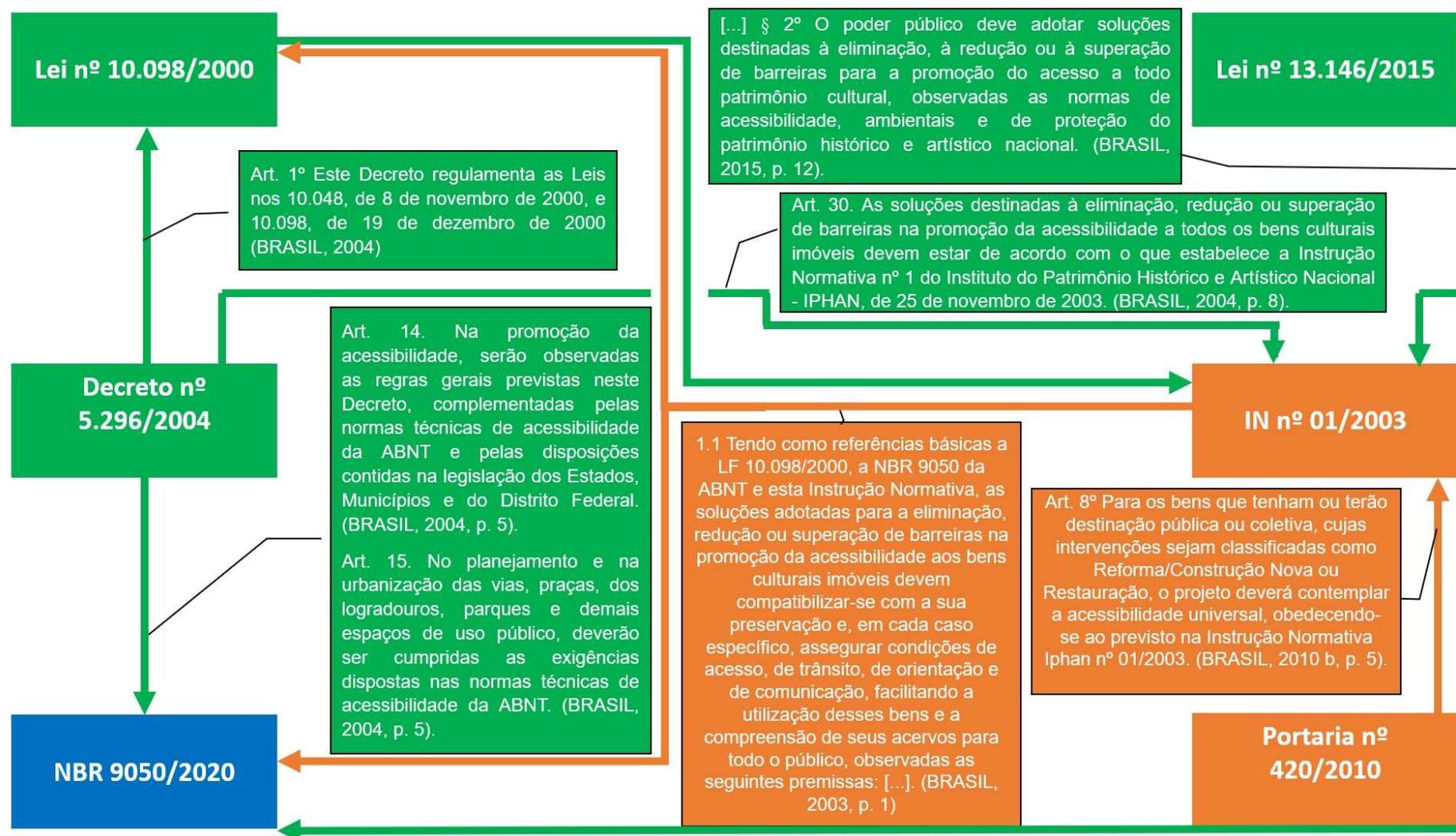


FIGURA 4 – DEMONSTRATIVO DA CONEXÃO DE REFERÊNCIA.

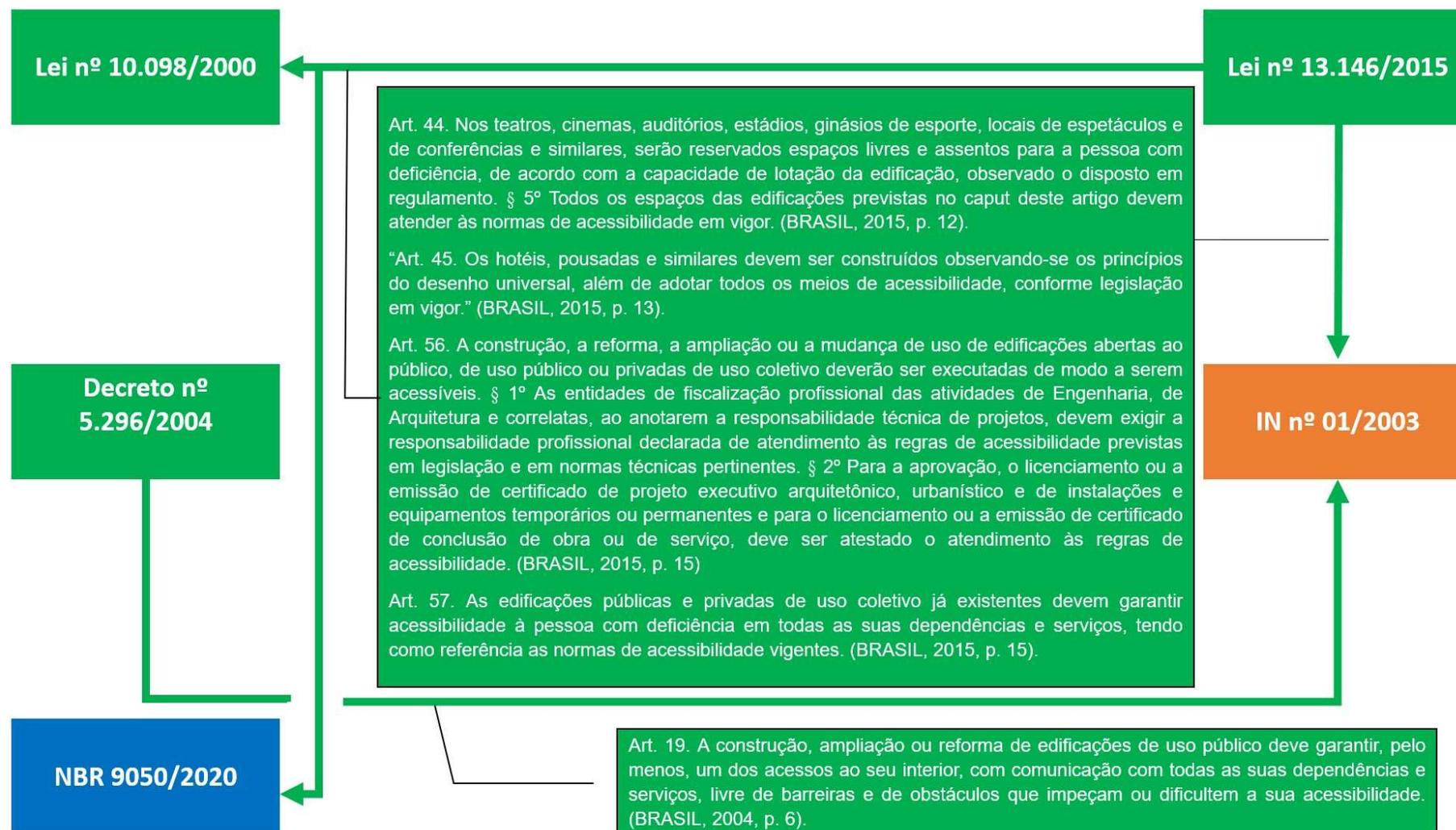


FIGURA 5 – DEMONSTRATIVO DA CONEXÃO DE ACESSO.

CONEXÕES DE CAUTELA

A adoção de intervenções para implantação da acessibilidade no Patrimônio Cultural tem suas limitações estabelecidas em função dos riscos que podem representar à *preservação* e a prioridade em preservar o *bem* também está considerada tanto na IN nº 1/2003 como na Lei nº 10.098/2000. O Decreto nº 5.296/2004, na seção IV, aborda a acessibilidade aos bens culturais imóveis e remete as ações também à IN nº 1/2003 do IPHAN. Percebe-se que ainda havia o pensamento focado mais sobre os riscos que as adaptações para a acessibilidade poderiam causar no *bem* e não na promoção e divulgação do Patrimônio Cultural que poderiam ser advindas dessas intervenções. Já na NBR 9050/2020 percebe-se uma ligeira mudança de rumo no sentido de focar na promoção do acesso ao Patrimônio Cultural (ver Figura 6).

CONEXÕES DE SOLUÇÃO

Dentre vários aspectos relacionados com as possibilidades de soluções projetuais, o desenho universal se destaca como a principal premissa. O Decreto nº 5.269/2004 e a IN nº 01/2003 do IPHAN já preconizavam a adoção do

desenho universal como premissa no desenvolvimento das adaptações. Os demais documentos emitidos a posteriori, a Lei nº 13.146/2015 e a NBR 9050/2020, também adotaram o mesmo princípio (ver Figura 7).

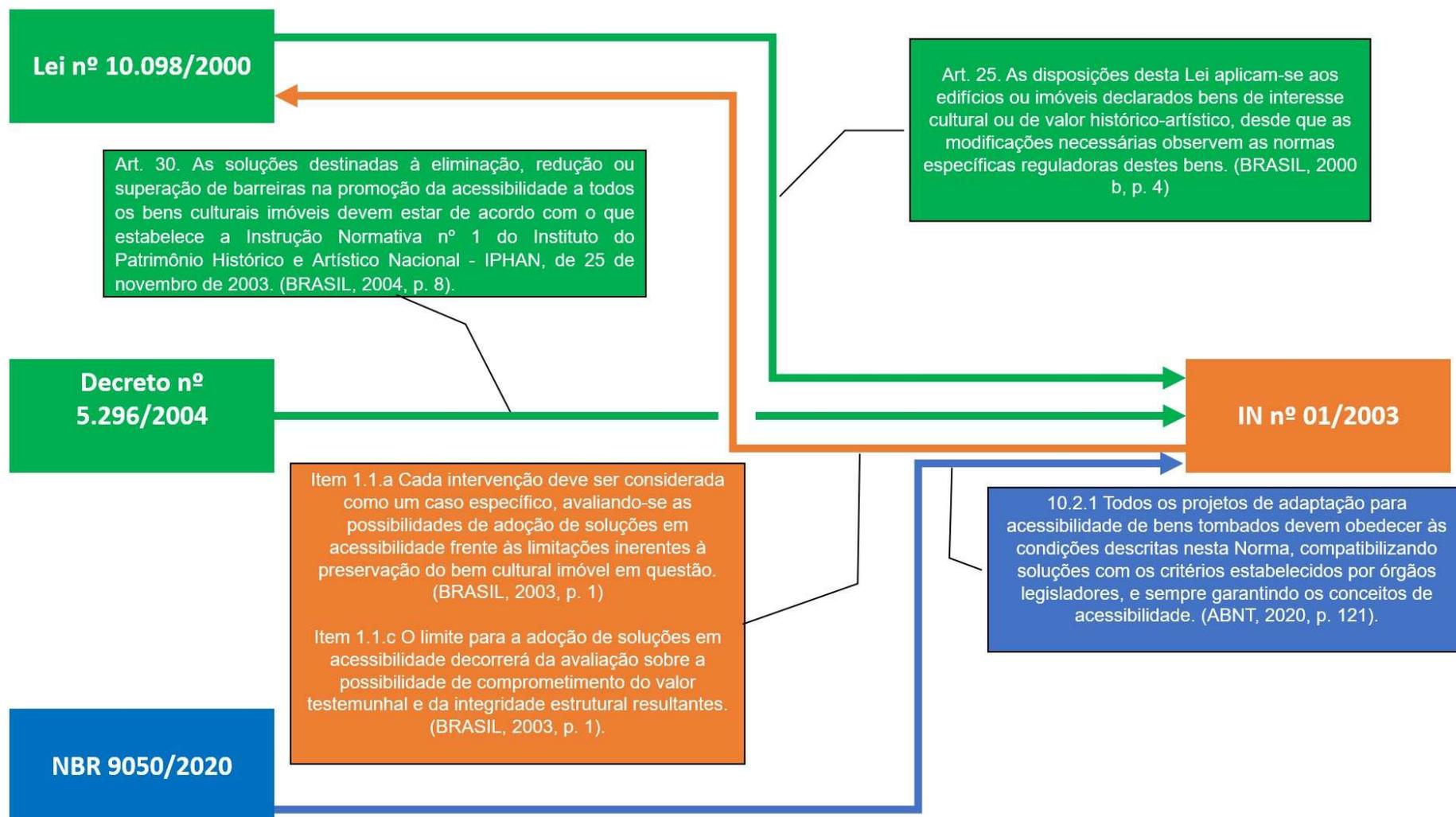


FIGURA 6 – DEMONSTRATIVO DA CONEXÃO DE CAUTELA.

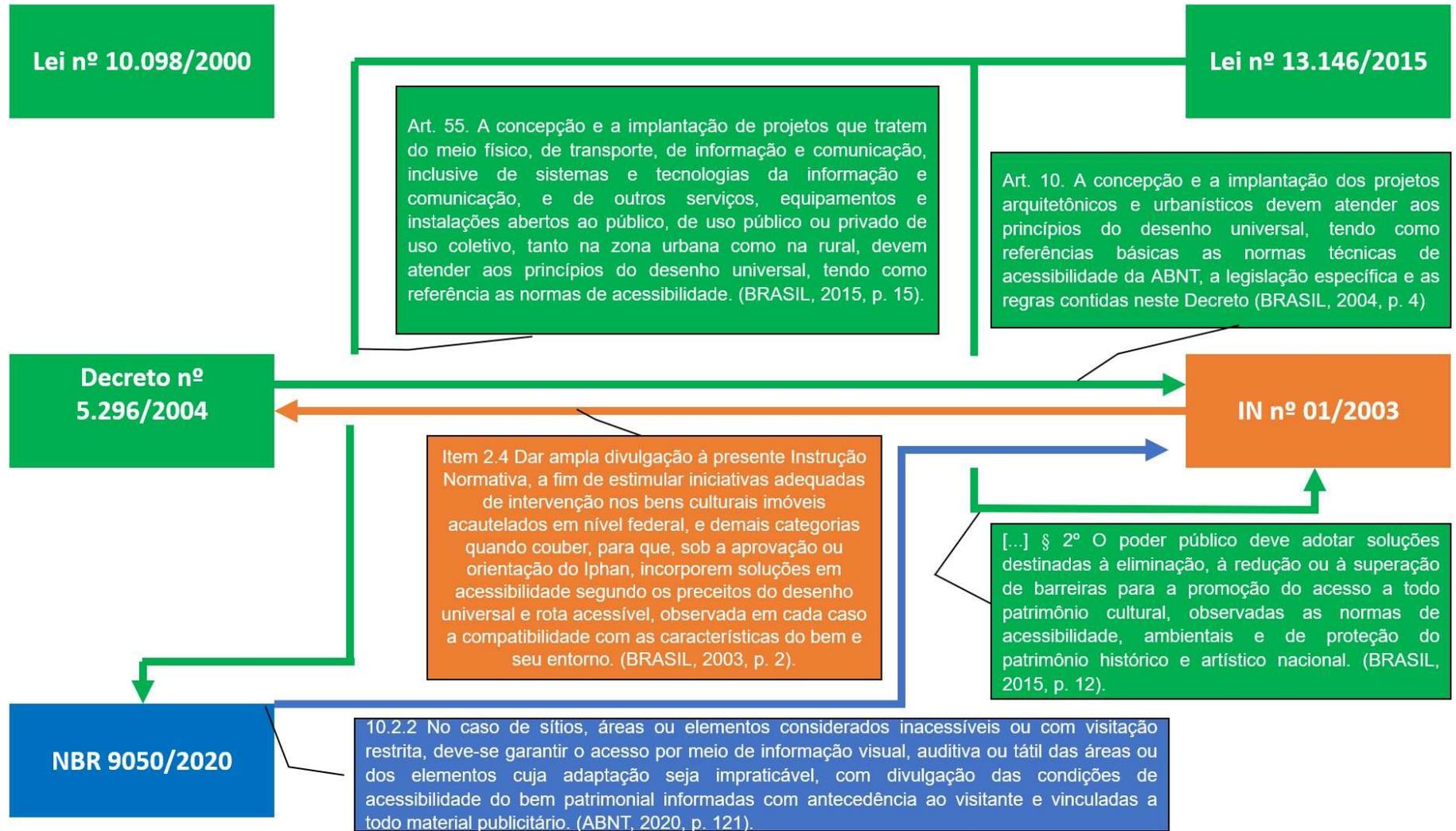


FIGURA 7 – DEMONSTRATIVO DA CONEXÃO DE SOLUÇÃO.

Foram apresentadas algumas evidências das inter-relações dos documentos de legislação (leis e decreto), da norma NBR 9050/2020, da ABNT, e das normativas do IPHAN. Esse conjunto de documentos representa três dos quatro quadrantes de documentos essenciais para a operacionalização da matriz A&A, e contém as justificativas da necessidade de prover adaptações, de forma cautelosa, nos edifícios e espaços públicos pertencentes ao patrimônio cultural. A figura a seguir, demonstra os três quadrantes, sendo o quarto quadrante constituído pelas cartas e documentos patrimoniais (ver Figura 8).

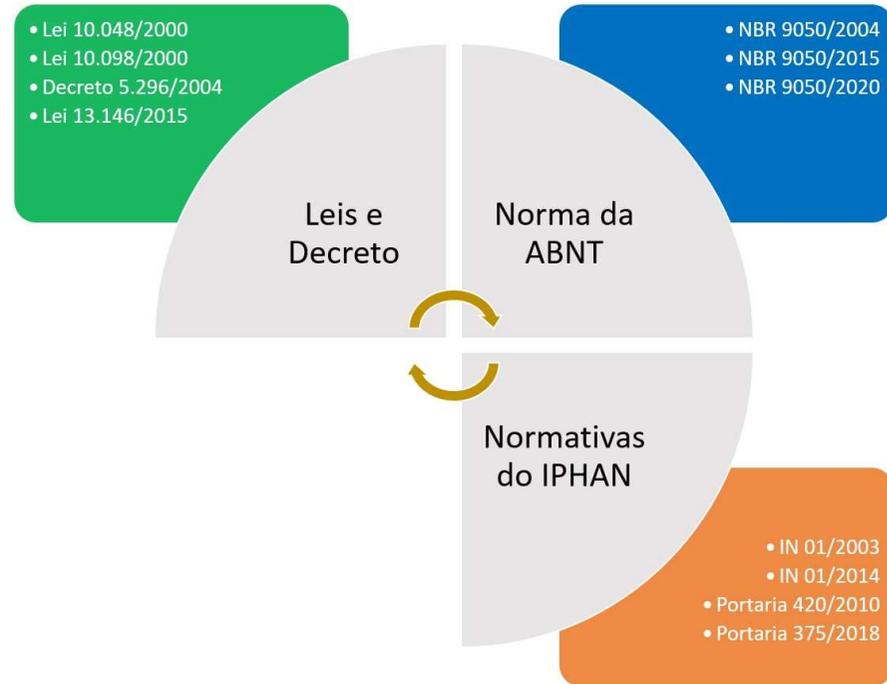


FIGURA 8 – QUADRANTES DOS DOCUMENTOS – LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA, NORMA DA ABNT E NORMAS DO IPHAN.

Conclusões do capítulo

O referencial teórico no campo do Patrimônio se mostrou adequado para discutir os principais conceitos para atualizar a matriz A&A, sendo eles: *autenticidade, significância cultural, referência cultural, dimensões, valores, aspectos e atributos*. Reconhecendo a diversidade de material disponível para discutir os conceitos mencionados, houve a necessidade de se fazer um recorte privilegiando os documentos normativos e orientativos, tais como as cartas patrimoniais, o INRC e a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do IPHAN.

Tanto a Carta de Burra (ao tratar da significância cultural) quanto o INRC (ao tratar de Referência Cultural) e a PPCM reconhecem a participação social na *preservação* e na gestão do Patrimônio Cultural. Dessa forma, se por um lado o conceito de *significância cultural* não altera a operacionalização da matriz, por outro o procedimento estabelecido pela carta de Burra (2013), bastante utilizado atualmente, pode contribuir com a atualização da matriz na medida em que o reconhecimento de *significância cultural* implica no reconhecimento de *valores* de um *bem*, e é o

reconhecimento dos *valores* que de alguma forma pode representar as restrições (ou impedâncias) para a implementação das ações de *adaptação* para atendimento aos requisitos de acessibilidade.

Mesmo com a adoção de premissas consideradas nos documentos de abrangência nacional, como o INRC e a PPCM, não se restringe ou diminui o alcance da contribuição que a matriz pode ter, uma vez que ela adota conceitos difundidos internacionalmente (*autenticidade, valor e atributo*).

Quanto ao tema acessibilidade é perceptível a evolução e avanço da legislação e das normativas do IPHAN. As conexões dos diversos documentos analisados, sejam elas diretas ou indiretas, demonstram como eles contribuem e se sustentam mutuamente, seja no campo jurídico, seja no campo técnico da arquitetura e da engenharia. O reconhecimento dessas conexões é importante para embasar as tratativas de *adaptação* do Patrimônio Cultural para atendimento da acessibilidade universal.

Reconhecer não só a relevância da necessidade de prover adaptações, mas também, e principalmente, a obrigatoriedade de se adaptar os edifícios e os espaços do

Patrimônio Cultural abre uma janela de oportunidades tanto para a ampliação da garantia dos direitos das pessoas com deficiência como para a promoção e divulgação do Patrimônio Cultural, o que pode contribuir inclusive para sua *preservação*.

A acessibilidade é parte dos requisitos para intervenções de *adaptação* do ambiente construído e está associada aos requisitos das normas técnicas e outros instrumentos legais. Recentemente a sociedade brasileira vem buscando garantir o acesso e a utilização de ambientes públicos, privados e coletivos de forma adequada, sem a segregação que tanto ocorreu no passado, e que ainda ocorre. Prover adaptações e transformações dos espaços, permitindo o acesso de todos sem distinção demonstra a busca da construção de uma nova realidade urbana e rural, de modo a se ter cidades e lugares mais democráticos. O país encontra-se hoje em processo de adaptação e o pleno respeito à legislação envolve também a *adaptação* do Patrimônio Cultural.



FIGURA 9 – VISTA PARCIAL DO PLENÁRIO DO PALÁCIO DO STF.

CAPÍTULO 2. A Matriz de Autenticidade e Acessibilidade

Neste capítulo é apresentado o processo no qual se dá a operacionalização da Matriz A&A e de seus componentes (a lista de verificação de acessibilidade, a tabela de avaliação qualitativa de autenticidade e a tabela de avaliação dos possíveis impactos das adaptações). Apresenta-se ainda o histórico da sua utilização após a criação, demonstrando a versatilidade da ferramenta e sua contribuição no levantamento de informações para os estudos das possibilidades de *adaptação* do patrimônio.

Serão apresentadas de forma simplificada as propostas de revisão para atualizar a matriz, tanto para a lista de verificação de acessibilidade quanto para a tabela de avaliação qualitativa de autenticidade (que são duas das três tabelas da matriz original).

Ao longo do processo de revisão verificou-se a oportunidade de separar a lista de verificação de acessibilidade da matriz propriamente. A partir da atualização e revisão descritas, surgiu uma nova forma de entender a Matriz A&A, não mais como uma ferramenta, mas como um método descrito por processos, cujas vantagens se mostraram significantes.

A versão original da matriz

Desde sua criação a matriz tem sido referenciada como uma “ferramenta” que tem como objetivo servir de subsídio para nortear ações de *adaptação* das edificações e espaços e torná-los acessíveis não apenas às pessoas com deficiência, mas a todos indistintamente.

O processo da operacionalização da matriz requer a coleta e análise de informações sobre acessibilidade e *autenticidade* e é uma fusão de duas tabelas: a tabela de *autenticidade* (Nara-Grid) e a tabela de avaliação de acessibilidade, realizada por meio de uma lista de verificação de atendimento aos requisitos das normas de acessibilidade. A

“ferramenta” está ambientada no software “Excel” (Microsoft), e ela permite avaliar os prováveis impactos das adaptações para a acessibilidade sobre a *autenticidade* (FERREIRA, 2011).

O primeiro passo para a construção da matriz é levantar informações sobre a avaliação de *autenticidade* e para tal se utiliza a tabela de avaliação qualitativa. Para isso identificam-se, pela investigação e coleta de informações, os *valores* do patrimônio objeto de estudo, partindo-se das dimensões (artística, histórica, social e científica) e verificando-se a manifestação e presença dos *valores* nos *atributos* do *bem* (“forma e desenho”, “materiais e substâncias”, “uso e função”, “tradições e técnicas”, “localização e espaço”, “espírito e sentimento”).

Dentre outras ações, uma revisão bibliográfica, o mais ampla possível, é fundamental para o levantamento de informações sobre os *valores* do *bem*. A aplicação da matriz independe se o objeto de estudo (edificação ou espaço urbano)

é tombado²⁰ ou não, mas na busca de informações cabe destacar inventários e processos de tombamento²¹ como fontes essenciais, quando disponíveis.

A etapa seguinte é o preenchimento de uma lista de verificação de acessibilidade sobre o atendimento dos requisitos normativos presentes na norma NBR 9050 e na legislação específica. As não-conformidades no atendimento aos requisitos de acessibilidade se tornam demandas de *adaptação*, que podem impactar nos valores identificados na tabela de avaliação qualitativa de *autenticidade*. Na sequência, a junção das informações sobre as demandas de atendimento dos requisitos de acessibilidade é confrontada com as informações de avaliação qualitativa e se fundem para a construção da matriz. Nas figuras seguintes estão demonstradas as etapas do processo de montagem e a organização das informações resultantes do processo, ou seja, a chamada Matriz A&A que demonstra as avaliações dos

²⁰ O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que trata da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional define que qualquer cidadão, organização da sociedade civil ou instituição tem competência para requerer a instauração do processo de reconhecimento de bens de natureza material, móveis e imóveis, por meio do tombamento federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm

²¹ De acordo com o IPHAN, na sua Carta ao Cidadão, o interessado em propor o tombamento de um *bem* deve enviar requerimento contendo a necessidade de proteção e a relevância do *bem*. Uma vez que o instituto identifique os valores nacionais do *bem*, com análise técnica e jurídica, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural decidirá sobre o tombamento federal. Portanto, uma das fontes essenciais para o levantamento dos valores de um bem tombado é o seu processo de tombamento, seja ele federal ou não.

possíveis impactos das intervenções para acessibilidade sobre a *autenticidade* do patrimônio²².

Destaca-se que a visão inicial que se tinha à época da sua criação (2011), e mesmo depois da realização de vários estudos de caso, era a de perceber somente os possíveis impactos negativos que as adaptações poderiam ter sobre os *valores* do patrimônio. Atualmente, e após o estudo de caso do Adro do Convento São Francisco em 2018, passa a prevalecer uma visão mais ampla da questão, considerando que as adaptações para acessibilidade têm potencial significativo de contribuir para a difusão e a promoção do Patrimônio Cultural.

As informações da verificação de atendimento aos requisitos normativos de acessibilidade são evidenciadas numa lista extensa de itens numa das abas da matriz (planilha eletrônica arquivo em software Excel). Por questão de limitação de espaço, somente a nova lista de verificação de acessibilidade será anexada nesta dissertação. As figuras a seguir ilustram a fusão que gera a matriz, a tabela de avaliação

qualitativa e a tabela de avaliação de impactos propostas por Ferreira (2011):



FIGURA 10 – ILUSTRAÇÃO DO PROCESSO DE FUSÃO DA MATRIZ A&A, CONFORME PROPOSTO POR (FERREIRA, 2011).

²² As Intervenções para Acessibilidade na matriz são chamadas de IpA, de acordo com Oscar Luís Ferreira, autor da Matriz A&A.

INTERPRETAÇÃO DAS RELAÇÕES – DIMENSÕES E ASPECTOS

Aspectos (Documentação)	Dimensões do Patrimônio Cultural (Valores)			
	Artística	Histórica	Social	Científica
Forma e Desenho	Como a dimensão artística pode ser percebida na Forma e Desenho da edificação?	De que maneira forma desenho relacionam-se à dimensão histórica da edificação?	De que maneira a comunidade ou grupo colaboram no sentido de preservar o bem?	De que maneira o estudo da forma e do desenho da edificação colabora na compreensão do tipo ou estilo arquitetônico do bem garantindo sua preservação?
Materiais e Substância	Qual a contribuição dos materiais e substância da edificação para sua dimensão artística?	De que maneira os materiais expressam o momento ou momentos históricos presentes na edificação?	De que maneira os materiais existentes e a substância do bem reforçam ou não a identidade com a comunidade ou grupo?	De que maneira as pesquisas científicas colaboram com a preservação do bem?
Uso e Função	De que maneira pode-se relacionar o uso e a função da edificação à sua dimensão artística?	Como uso e função podem ser interpretados e representam a dimensão histórica do bem?	De que maneira a edificação é utilizada pela comunidade ou grupo reforçando ou não seu sentimento de identidade?	De que maneira o estudo do uso e da função do bem colaboram para a compreensão do tipo ou estilo arquitetônico?
Tradições e Técnicas	De que maneira as Tradições, técnicas e habilidade dos artesãos participam da dimensão artística da edificação?	Como os aspectos da técnica, das tradições contribuem para a compreensão da dimensão histórica e a ela se relacionam de modo a garantir a preservação do bem?	De que maneira a comunidade pode colaborar ou colabora para a preservação de técnicas e tradições presentes no bem?	De que maneira as investigações das técnicas e materiais presentes no bem contribui para sua preservação?
Localização e Espaço	Como a localização e a área de localização da edificação contribuem para sua dimensão artística?	Como a compreensão da relação do bem com seu entorno bem como com sua própria dimensão histórica pode garantir sua preservação?	De que maneira a comunidade pode colaborar ou colabora na preservação do sítio e na garantia de seu acesso?	De que maneira a investigação da localização e situação do bem podem colaborar com sua preservação ou de outros bens?
Espírito e Sentimento	De que maneira a dimensão artística do bem interfere/influencia sua relação com aspectos como sentimento e espírito reforçando a sua identidade?	De que maneira a dimensão histórica do bem compõem seus os aspectos de identidade com a comunidade por meio de laços de sentimento e espírito?	De que maneira a comunidade ou grupo se relaciona com o bem e qual a sua importância para estes?	De que maneira os estudos científicos do bem auxiliam na compreensão de dimensões imateriais como espírito e sentimento?

FIGURA 11 – TABELA DE AUTENTICIDADE (FERREIRA, 2011, P. 182)

MATRIZ DE AUTENTICIDADE & ACESSIBILIDADE

Avaliação do impacto das intervenções para acessibilidade sobre a Autenticidade Patrimônio Arquitetônico				
Aspectos	Dimensões do Patrimônio Cultural (Valores)			
	Artística	Histórica	Social	Científica
Forma e Desenho	Como as Intervenções para Acessibilidade – IpA podem alterar a dimensão artística quando se referem a alterações de Forma e Desenho da edificação?	De que maneira as IpA podem alterar o desenho e a forma da edificação no que se refere ao valor histórico do bem?	De que maneira as IpA podem alterar as relações da comunidade ou grupo quanto a preservação da forma e do desenho do bem?	De que maneira as IpA podem interferir no estudo da forma e do desenho da edificação?
Materiais e Substância	Em que medida as IpA podem alterar materiais e substância do bem que são configuram sua dimensão artística?	De que maneira as IpA podem alterar materiais e substância que configuram a dimensão histórica do bem?	De que maneira as IpA podem alterar as relações da comunidade ou grupo com os materiais e a substância que compõem ou reforçam sua identidade do bem?	De que maneira as IpA podem interferir na preservação do bem?
Uso e Função	De que maneira as IpA alteram o uso e a função da edificação com relação à sua dimensão artística?	De que maneira as IpA podem alterar uso e função que configuram a dimensão histórica do bem?	De que maneira as IpA podem alterar a maneira como a edificação é utilizada pela comunidade ou grupo reforçando ou não seu sentimento de identidade?	De que maneira as IpA podem interferir para a compreensão do uso e da função do bem de modo a alterar a compreensão do tipo ou estilo arquitetônico do bem?
Tradições e Técnicas	De que maneira as IpA podem alterar as tradições, técnicas construtivas que configuram a dimensão artística da edificação?	De que maneira as IpA podem alterar as tradições e as técnicas que configuram a dimensão histórica do bem?	De que maneira as IpA podem alterar a forma como a comunidade colabora para a preservação de técnicas e tradições presentes no bem?	De que maneira as IpA podem alterar ou inserir novas técnicas e novos que demandem novas pesquisas para a sua preservação?
Localização e Espaço	Como as IpA podem alterar a localização e o espaço onde se situa a edificação alterando assim a sua dimensão artística?	Como as IpA podem alterar a relação do bem com seu entorno de modo a interferir com sua dimensão histórica?	De que maneira as IpA podem alterar a forma como a comunidade colabora na preservação do sítio e na garantia de seu acesso?	De que maneira as IpA podem alterar ou exigir investigações sobre a localização e situação do bem de modo a garantir a preservação do bem?
Espírito e Sentimento	De que maneira as IpA podem alterar o espírito e o sentimento do lugar que configuram a sua dimensão artística?	De que maneira as IpA podem alterar espírito e sentimento que configuram a dimensão histórica do bem?	De que maneira as IpA podem alterar a forma como a comunidade ou grupo se relacionam com o bem?	De que maneira as IpA podem alterar as dimensões imateriais, como espírito e sentimento, identificadas nos estudos científicos?

FIGURA 12 – MATRIZ A&A (FERREIRA, 2011, P. 201).

Histórico de utilização da matriz

Desde sua criação em 2011, a Matriz A&A já foi posta à prova em diversas ocasiões pelo seu idealizador. As publicações de vários artigos relacionados ao uso da matriz como ferramenta de avaliação das possibilidades de adaptação do Patrimônio Cultural aos requisitos de acessibilidade demonstram o interesse pelo tema, visto que o acesso ao Patrimônio Cultural representa uma demanda social.

O primeiro estudo realizado pelo Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira em parceria com este pesquisador, foi o do Palácio Itamaraty em Brasília, edifício representante da arquitetura moderna e monumental, no ano de 2012, para que o pesquisador obtivesse sua diplomação na especialização REABILITA – Reabilitação ambiental sustentável arquitetônica e urbanística do Laboratório de sustentabilidade aplicada à arquitetura e ao urbanismo pela UnB. Publicado no 5º Congresso Luso-Brasileiro de Planejamento Urbano Regional Integrado e Sustentável - PLURIS 2012, realizado em Brasília,

o artigo “Palácio Itamaraty em Brasília: Análise de adequação às normas brasileiras sobre acessibilidade e propostas de melhoria, respeitando a autenticidade”²³ foi depois adaptado e publicado na revista PARANOÁ²⁴, Cadernos de Arquitetura e Urbanismo - nº 14 (2015) – Olhares da Reabilitação Ambiental Sustentável²⁵ (MAXIMO; FERREIRA, 2012).



FIGURA 13 – PALÁCIO ITAMARATY EM BRASÍLIA.

²³ Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11501>

²⁴ Periódico do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UnB

²⁵ Disponível em <https://www.periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10963/9623>

O segundo estudo de caso foi o do Instituto Central de Ciências – ICC da Universidade de Brasília, edifício da arquitetura moderna, publicado em conjunto com o estudo de caso do Palácio Itamaraty ²⁶ no 4º Congresso Português de Construção - ITECONS 2012, realizado pela Universidade de Coimbra, Portugal (FERREIRA; MAXIMO, 2012).

Em 2013 foi a vez de aplicar a ferramenta a outro edifício representante da arquitetura moderna e monumental em Brasília, o Palácio da Justiça Raimundo Faoro ²⁷. Tal estudo de caso foi publicado no *39th World Congress on Housing Science - Changing needs, adaptative buildings, smart cities – XXXIX IAHS*, realizado pelo Instituto Politécnico de Milão, Itália. (FERREIRA; MAXIMO, 2013).



FIGURA 14 – PALÁCIO DA JUSTIÇA EM BRASÍLIA.

O quarto estudo de caso foi sobre o pavilhão OCA 2 da UnB ²⁸, representante da arquitetura moderna e experimental, e rendeu a publicação de outro artigo no Congresso Latino-americano REHABEND 2014 sobre Patologia da Construção, Tecnologia de Reabilitação e Gestão do Patrimônio, em Santander, Espanha (FERREIRA; MAXIMO, 2014).

²⁶ Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17473>

²⁷ Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17474>

²⁸ Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17472>



FIGURA 15 – EDIFÍCIO OCA / UNB EM BRASÍLIA.

A partir de 2016, o congresso REHABEND, de realização bianual, passou a ser euro-americano e ganhou mais destaque. Realizado na cidade de Burgos, Espanha, dessa vez foi publicado o estudo de caso da Escola Parque 308²⁹ em Brasília, edifício representante da arquitetura moderna e escolar (MAXIMO; FERREIRA, 2016).

²⁹ Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21308>



FIGURA 16 – ESCOLA PARQUE 308 SUL EM BRASÍLIA.

O sexto estudo foi do Adro do Convento São Francisco³⁰ em Olinda, publicado no VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído – ENEAC 2018 e VIII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, realizado em Fortaleza. O artigo foi inserido no Volume 4 do livro “Um novo olhar para o projeto: a ergonomia no ambiente construído”, organizado pelas professoras Claudia Mont’Alvão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio e Vilma

³⁰ Patrimônio histórico

Villarouco da Universidade Federal do Ceará (FERREIRA; MAXIMO, 2018).



FIGURA 17 – ADRO DO CONVENTO SÃO FRANCISCO EM OLINDA.

Em 2020 foi estudado o Convento São Francisco em Olinda, representante do Patrimônio Histórico, que foi publicado no Congresso Euro-americano REHABEND 2020 sobre Patologia da Construção, Tecnologia de Reabilitação e

Gestão do Patrimônio realizado em Granada, Espanha ³¹ (MAXIMO; FERREIRA, 2020).



FIGURA 18 – CONVENTO SÃO FRANCISCO EM OLINDA.

Esses estudos de caso mencionados abrangeram edificações da arquitetura moderna (monumental e não), da arquitetura religiosa/patrimônio histórico e espaços públicos como no caso do adro do convento, em situações diversas,

³¹ Disponível em https://www.rehabend.unican.es/wp-content/uploads/2021/02/Libro_RESUMENES.pdf

sejam elas de uso, de função, de localização, de técnicas e materiais construtivos.

Proposta de revisão da Matriz A&A - método x ferramenta

Ao fazer uma análise crítica do modo de trabalhar com o arquivo original, após todos esses anos da aplicação da matriz, e avaliando melhor os procedimentos e o processo descritos na Carta de Burra (2013), concluiu-se que é necessária uma alteração substancial de entendimento: adotar daqui em diante a ideia de que a matriz é um método com um processo definido, e não mais uma ferramenta.

Por método entende-se a sequência lógica para se atingir a meta desejada, portanto ele desempenha uma função estratégica. O recurso a ser utilizado no método é a ferramenta, que executa uma função operacional, portanto, mais limitada, embora igualmente importante para a solução do problema. De nada adianta conhecer várias ferramentas se o método não é dominado, visto que o que soluciona problemas não são as ferramentas, mas sim o método (CAMPOS, 2014).

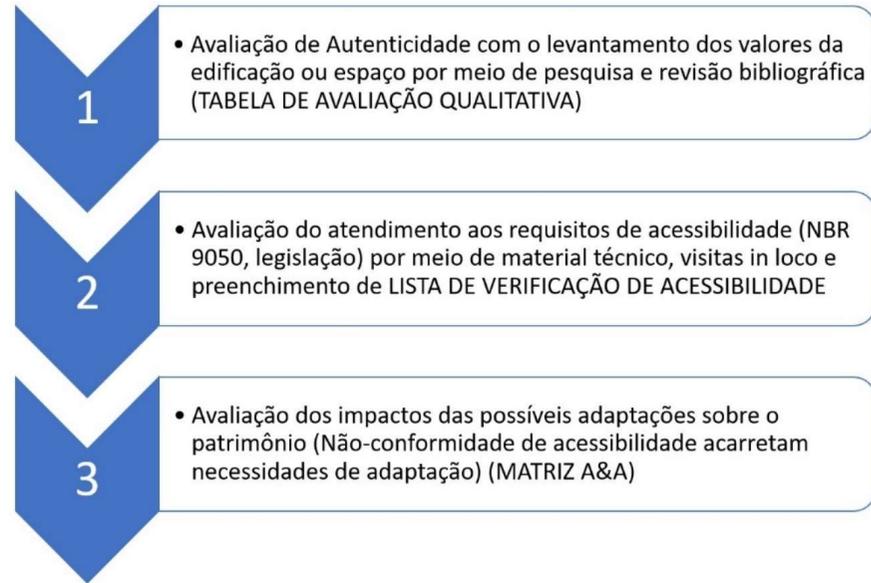


FIGURA 19 – ETAPAS DO MÉTODO “MATRIZ A&A”

Ora, o que se deseja atingir no final é o levantamento de informações sobre os possíveis impactos que as adaptações demandadas pela acessibilidade podem causar nos *valores* do patrimônio. Então, a sequência lógica mostrada na figura acima é um método. Já as abas na planilha eletrônica e a própria planilha em si são na realidade ferramentas, ou seja, desempenham funções operacionais. Por exemplo, a lista de verificação de acessibilidade tem a função operacional de

evidenciar o grau de atendimento da edificação quanto aos requisitos normativos de acessibilidade e expor as não-conformidades como demandas de adaptação. Se no lugar de uma planilha eletrônica utilizarmos um aplicativo para verificar o atendimento aos requisitos de acessibilidade, isso muda uma das ferramentas, mas não muda o método.

As três etapas do processo permanecem, mas é possível que as ferramentas utilizadas em cada etapa sejam alteradas sem que isso signifique que o método mudou.

Por Matriz A&A, daqui em diante, será entendido como o método de avaliação descrito pelas três etapas demonstradas na figura 21, e expressões como “Método Matriz A&A” e “Matriz A&A” serão sinônimos.

Proposta de revisão da tabela de avaliação qualitativa de autenticidade e a inserção da tabela auxiliar A&A

As quatro dimensões previstas na tabela de avaliação qualitativa de autenticidade permanecem inalteradas (artística,

histórica, social e científica). Já os atributos não serão os mesmos a serem considerados na proposta de revisão dessa tabela. Serão adotados os seguintes atributos: forma, materiais, uso e função, tradições e técnicas, localização e envolvente.

A forma de operacionalizar a matriz revisada está descrita no **Manual de Uso da Matriz A&A_2021, presente no Apêndice IV**. Uma vez que a Matriz A&A tem um histórico de utilização e já goza de alguma difusão, é importante explicar, ao menos resumidamente, essas alterações na relação dos atributos.

Os *atributos* da tabela da avaliação qualitativa de autenticidade são oriundos dos pares propostos no Documento de Nara sobre autenticidade (1994) e utilizados pelas Diretrizes Operacionais da UNESCO para o Patrimônio Mundial, a saber: forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, sendo essa a relação adotada na Nara-Grid de Koenraad van Balen, conforme já mencionado.

O par de *atributos* “espírito e sentimento” não diz respeito a um lugar “físico” do *bem* onde se possa identificar a

manifestação de valor. É a partir do olhar da dimensão social sobre os atributos “espírito e sentimento” que se pode identificar o valor simbólico, o qual requer a experiência vivenciada pelo ator social que lhe atribuiu o referido valor. Dessa forma, é importante admitir as limitações de identificação dos impactos das intervenções de adaptação sobre o valor simbólico, razão pela qual o par de atributos “espírito e sentimento” foi excluído da tabela de avaliação qualitativa de autenticidade, objetivando sempre o uso prático da matriz. Por questões da própria indefinição de conceito, o par de *atributos* “outros fatores externos e internos” também foi excluído da matriz.

Uma vez que as dimensões (artística, histórica, social e científica), ao se materializarem e manifestarem nos atributos de um *bem*, determinam os *valores* dele, o *atributo* forma é mais que suficiente para o método da matriz. Para fins de simplificação de uso e para dar maior praticidade que favoreça a difusão da matriz, desenho ou projeto não são fatores que contribuem, uma vez que as possíveis intervenções de adaptação se darão na forma do *bem* edificado. Da mesma

maneira, o *atributo* “materiais” é suficiente, pois é neles que se poderá ter que intervir para prover a acessibilidade.

Por fim, a exclusão do atributo “espaço”, já que a ideia contida se mostra de forma indefinida. A expressão mais usada no âmbito do patrimônio aponta para a conveniência da adoção de entorno, envolvente, ambiência ou envoltória. Ao surgir também a dificuldade para delimitação da área de entorno de um *bem* edificado, quando esse não tem uma poligonal de proteção, por exemplo, é que se propõe a adoção do termo “envolvente” como sendo a área contida entre o objeto de estudo até o limite em que é possível vincular o objeto às suas formas de acesso, numa região física em que o proprietário ou o responsável do imóvel ou do espaço urbano tem atribuições estabelecidas em código de obras para intervir, por exemplo. Isso não significa ignorar as relações que um *bem* possa ter com outros adjacentes, localizados fora desse limite da “envolvente” indicada pela acessibilidade.

Conforme mencionado, a matriz original era uma fusão de duas tabelas: a tabela de avaliação qualitativa de *autenticidade* e a tabela de avaliação de acessibilidade (lista de verificação de atendimento aos requisitos das normas de

acessibilidade). Portanto, o arquivo da planilha eletrônica da matriz era composto por três abas. A proposta de revisão e atualização considera a mesma fusão original, mas substitui a aba da lista de verificação de acessibilidade³² por outra, a aba “tabela auxiliar A&A”, na qual as não-conformidades de atendimento de acessibilidade (oriundas da lista de verificação ambientada em outro arquivo) serão inseridas já agrupadas por localização (externa e interna) e por tipologias de intervenção necessária.

Observados os requisitos presentes na lista de verificação de acessibilidade, foi possível identificar os principais tipos de intervenção que podem ser necessários em calçadas, por exemplo: alteração no piso (troca, retirada, inserção de revestimento), alteração de dimensões (largura e inclinação), alteração de trajeto (inclinação/obstáculos), retirada de elementos (obstáculos), ajustes construtivos para inserção de rampa chanfrada/rebaixo ou travessia elevada, alteração no piso do estacionamento (troca, execução de pintura) e inserção de sinalização (placas, pintura no piso).

Assim, as não-conformidades da lista de verificação são entendidas como “saídas” que aquela “ferramenta” proporciona ao cumprir com a etapa do processo. Essas “saídas” são então “entradas” para a “ferramenta” tabela auxiliar A&A, agrupadas agora por tipologia e área.

A partir do agrupamento das demandas por tipo de intervenção, foi possível identificar os principais elementos construtivos que as compõem e assim organizá-los em seis grupos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, *layout*, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas, entre outros; 6) portas, mobiliário e bens integrados. Tais agrupamentos se justificam a partir da necessidade de preenchimento da tabela de autenticidade, ou seja, numa forma mais rápida e adequada de levantar informações de valores.

Os grupos 1, 2 e 6 contêm elementos mais vinculados à arquitetura. Enquanto os elementos do grupo 1 (pisos, paredes e fachadas) podem ser alterados por intervenções nos

³² A justificativa dessa substituição será complementada mais adiante no próximo item do capítulo.

revestimentos e forma, os elementos do grupo 6 (portas, mobiliário e bens integrados) podem ser impactados pela necessidade de ajustes pontuais simples, ou mesmo de subtração, por exemplo. Já o grupo 2, composto por paisagismo, *layout*, hierarquia entre ambientes tem elementos que dizem respeito à organização dos ambientes e sua lógica de funcionamento e inter-relação.

O grupo 3 contém elevadores, escadas e rampas, elementos vinculados à circulação vertical. Tanto o grupo 4, formado pelo sistema estrutural e seus elementos, quanto o grupo 5, formado pelas instalações gerais, possuem elementos vinculados à engenharia, objetivando aumentar o foco das investigações sobre *valores*, muitas vezes limitadas às questões arquitetônicas, e isso se justifica principalmente quando se tratar da dimensão científica da avaliação qualitativa da *autenticidade*.

A tabela de avaliação qualitativa de autenticidade (ver Figura 20, Figura 21, Figura 22 e Figura 23) passa a incorporar às perguntas gerais, já previstas na tabela original, perguntas mais específicas sobre como as dimensões podem estar materializadas ou contidas nos atributos e em determinados

elementos físicos. Não se trata de somente buscar informações de valores e atributos nos elementos citados, correndo-se o risco de negligenciar uma visão mais holística do *bem*, mas de tentar trazer à tona informações sobre os elementos que podem ser os mais impactos pelas possíveis adaptações. Dessa forma, elementos antes relegados a uma posição de menor importância, ganham a oportunidade de serem melhor investigados e valorados, ampliando o reconhecimento que se pode ter sobre o objeto analisado.

Assim, a tabela auxiliar A&A contempla, além das tipologias de adaptação necessárias a cada caso, campos de preenchimento onde serão analisados os possíveis impactos das adaptações sobre os valores do bem, a partir de três perguntas-padrão. Três exemplos serão apresentados a seguir e as demais estão descritas no **Manual de Uso da Matriz A&A_2021, presente no Apêndice IV**.

Para a dimensão artística e o atributo forma a primeira pergunta é: como as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos),

podem alterar a dimensão artística quando de algum modo podem causar modificações na forma (p.e. alterações de proporção e/ou de inter-relação entre elementos constituintes), da edificação ou do espaço?. Exemplos: o aumento na largura de uma calçada pode diminuir um canteiro de plantas (paisagismo) afetando a relação de proporção das áreas verdes com o edifício; a retirada de árvores para instalação de rampa externa e/ou plataforma elevatória na entrada de um edifício pode alterar o paisagismo e a relação de proporção deste com o edifício.

A segunda pergunta é: como as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidrosanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral, podem alterar a dimensão artística quando se referem a alterações de forma (p.e. alterações de proporção e/ou de inter-relação entre

ambientes e elementos constituintes das fachadas, do paisagismo, alterações no *layout*, no fluxo de deslocamento e na hierarquia dos ambientes), da edificação ou do espaço? Exemplo 1: a inserção de uma rampa externa, mesmo sendo removível e mesmo não causando impactos diretos em piso e paredes, dependendo de suas dimensões, pode afetar a fachada do edifício (alterando a percepção da fachada, a inter-relação de elementos constituintes e desequilibrando a volumetria e a visada). Exemplo 2: a inserção de uma plataforma elevatória para o palco de um teatro histórico, a depender da relação das dimensões dessa plataforma com as dimensões da sala de apresentações onde será inserida, pode representar um impacto visual negativo, no qual a plataforma chame mais a atenção do que os demais elementos que representem valor artístico na forma da sala do teatro.

Por fim, a terceira pergunta é: como os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e *layout* podem alterar a dimensão artística quando se referem a alterações de forma (p.e. alterações de proporção e/ou de inter-relação entre ambientes e elementos constituintes, alteração de fluxos de

deslocamento, alteração de hierarquia dos espaços), da edificação ou do espaço? Exemplo: a retirada de cadeiras de um auditório para disponibilizar espaços para o módulo de referência - M.R. (espaço para pessoa em cadeiras de rodas) pode alterar a percepção do espaço ocupado pelo conjunto de cadeiras em relação ao volume de todo o auditório, podendo requerer que na distribuição dos espaços para os M.R. seja priorizada a percepção dessa relação de volumes/espaços e não as diretrizes normativas de acessibilidade.

As imagens a seguir mostram melhor as alterações descritas na tabela de avaliação qualitativa (ver Figura 20, Figura 21, Figura 22, Figura 23) e a inserção das tipologias de adaptação na tabela auxiliar A&A (ver Figura 24, Figura 25, Figura 26, Figura 27, Figura 28, Figura 29, Figura 30) . As demais orientações de investigação sobre como avaliar os possíveis impactos das demandas de adaptação para acessibilidade nos diversos cruzamentos de dimensões com atributos estão detalhadas no **Manual de Uso da Matriz A&A_2021, presente no Apêndice IV.**

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO	DIMENSÃO
	ARTÍSTICA
FORMA	Como a dimensão artística pode ser percebida na forma da edificação ou do espaço? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente na forma do bem.
MATERIAIS	Qual a contribuição dos materiais constituintes da edificação ou do espaço para a sua dimensão artística? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente nos materiais do bem
USO E FUNÇÃO	De que modo se pode relacionar o uso e a função com a sua dimensão artística? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente no uso e na função do bem
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	De que maneira as tradições e técnicas e habilidades dos artesãos participam da dimensão artística da edificação ou espaço? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente nas tradições e técnicas aplicadas ao bem.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	Como a localização da edificação ou do espaço, e a envolvente contribuem para a dimensão artística? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente na localização e envolvente do bem.

FIGURA 20 – TABELA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA PROPOSTA POR MÁXIMO – DIMENSÕES ARTÍSTICA.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO	DIMENSÃO HISTÓRICA
FORMA	De que maneira a forma relaciona-se com a dimensão histórica? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente na forma do bem.
MATERIAIS	De que maneira os materiais expressam os momentos históricos presentes na edificação ou espaço? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente nos materiais do bem.
USO E FUNÇÃO	Como o uso e função podem ser interpretados e como representam a dimensão histórica do bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente no uso e na função do bem
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	Como as técnicas e das tradições contribuem para a compreensão da dimensão histórica e a ela se relacionam de modo a garantir a preservação do bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente nas tradições e técnicas aplicadas ao bem
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	Como a compreensão da relação do bem com seu entorno e com sua dimensão histórica podem garantir sua preservação? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente na localização e envolvente do bem

FIGURA 21 – TABELA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA PROPOSTA POR MÁXIMO – DIMENSÃO HISTÓRICA.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO	DIMENSÃO
	SOCIAL
FORMA	De que maneira a comunidade colabora no sentido de preservar o bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído na forma do bem.
MATERIAIS	De que maneira os materiais existentes no bem reforçam ou não a identidade com a comunidade? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído aos materiais do bem.
USO E FUNÇÃO	De que maneira a edificação ou espaço é utilizado pela comunidade reforçando ou não seu sentimento de identidade? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído ao uso e função do bem.
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	De que maneira a sociedade pode colaborar ou já colabora para preservação de técnicas e tradições presentes no bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído às tradições e técnicas aplicadas ao bem.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	De que maneira a sociedade poderá colaborar ou já colabora com a preservação do sítio e na garantia de seu acesso? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído à localização e envolvente do bem.

FIGURA 22 – TABELA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA PROPOSTA POR MÁXIMO – DIMENSÃO SOCIAL.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO	DIMENSÃO
	CIENTÍFICA
FORMA	De que maneira o estudo da forma da edificação ou do espaço colabora na compreensão do tipo ou estilo arquitetônico do bem, garantindo a sua preservação? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para a compreensão do tipo/estilo arquitetônico
MATERIAIS	De que maneira as pesquisas científicas colaboram com a preservação do bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para a pesquisa de materiais presentes no bem.
USO E FUNÇÃO	De que maneira o estudo do uso e da função do bem colaboram para a compreensão do tipo ou estilo arquitetônico ou de outros aspectos construtivos? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para a compreensão do tipo/estilo arquitetônico ou de outros aspectos construtivos.
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	De que maneira as investigações das técnicas aplicadas ao bem contribuem para sua preservação? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para a compreensão das técnicas empregadas na construção do bem.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	De que maneira a investigação da localização e situação do bem podem colaborar com a sua preservação? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para pesquisas sobre a localização e envolvente do bem.

FIGURA 23 – TABELA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA PROPOSTA POR MÁXIMO – DIMENSÃO CIENTÍFICA.

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas		A necessidade de adaptação foi identificada?	
		SIM	NÃO
ÁREA EXTERNA	CALÇADAS/PASSEIOS/ESTACIONAMENTO		
	Alteração no piso (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Alteração de dimensões (largura e inclinação)		
	Alteração de trajeto (inclinação/obstáculos)		
	Retirada de elementos (obstáculos)		
	Ajustes construtivos para inserção de rampa chanfrada/rebaixo ou travessia elevada		
	Alteração no piso do estacionamento (troca, execução de pintura)		
	Inserção de sinalização (placas, pintura no piso)		
	ACESSO À EDIFICAÇÃO/ESPAÇO		
	Inserção de sinalização (informativa e de emergência)		
	Inserção de mapa acessível		
	Alteração no piso (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	ENTRADAS DO LOCAL (RAMPAS, ESCADAS EXTERNAS, EQUIPAMENTOS MECÂNICOS)		
	Inserção de rampas e equipamentos mecânicos (p.e. plataforma)		
	Ajustes construtivos para instalação / operação de equipamentos mecânicos (elevador, plataforma)		
	Alteração de dimensões de rampas e escadas (largura, extensão/patamar)		
	Ajustes construtivos em rampas e escadas para inserção de elementos (p.e. corrimãos)		
	Alteração no piso de rampas e escadas (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		

FIGURA 24 – TABELA AUXILIAR A&A – TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES E DEMANDAS DE ADAPTAÇÃO – ÁREA EXTERNA.

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas		A necessidade de adaptação foi identificada?	
		SIM	NÃO
ÁREA INTERNA	CIRCULAÇÃO INTERNA (HORIZONTAL E VERTICAL)		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		
	Alteração de dimensões de corredores (largura, extensão)		
	Alteração no piso dos ambientes (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Retirada de elementos (obstáculos à livre circulação e rota acessível)		
	Ajustes na iluminação das áreas comuns (p.e. rota acessível)		
	Inserção de sinalização (informativa e de emergência)		
	Inserção de rampas e equipamentos mecânicos (p.e. plataforma, elevador)		
	Alteração de dimensões de rampas e escadas (largura, extensão/patamar)		
	Ajustes construtivos em rampas e escadas para inserção de elementos (p.e. corrimãos)		
	Alteração no piso de rampas e escadas (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Ajustes / troca de equipamentos mecânicos (elevador, plataforma)		
	Ajustes construtivos p/instalação/operação de equip. mecânicos (elevador, plataforma)		
	ESQUADRIAS		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		
	Alteração do tipo de porta (de correr, nº de folhas)		
	Alteração de acessórios (maçanetas, fechaduras)		
	Alteração no sentido de abertura		
	Inserção de sinalização tanto nas portas como nas paredes (informativa e de emergência)		
Ajustes construtivos p/ portas (alargamento de vãos) e soleiras (tratamento de ressalto)			

FIGURA 25 – TABELA AUXILIAR A&A - TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES E DEMANDAS DE ADAPTAÇÃO – ÁREA INTERNA – CIRCULAÇÃO E ESQUADRIAS.

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas		A necessidade de adaptação foi identificada?	
		SIM	NÃO
ÁREA INTERNA	SANITÁRIOS COLETIVOS e NÃO COLETIVOS		
	Ajustes construtivos para alteração de dimensões (todo o ambiente, box, box de chuveiro)		
	Alteração no piso dos ambientes (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Inserção de acessórios (barras, espelhos, papelreira, dispositivo de emergência)		
	Instalação / troca de bacias sanitárias acessíveis		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		
	Alteração do tipo de porta (de correr, nº de folhas)		
	Alteração de acessórios (maçanetas, fechaduras)		
	Alteração no sentido de abertura		
	Inserção de sinalização tanto nas portas como nas paredes (informativa e de emergência)		
	Ajustes construtivos p/ portas (alargamento de vãos) e soleiras (tratamento de ressaltos)		
	Instalação / troca de lavatórios		
	Instalação / troca de metais (torneira) e acessórios (cabide, saboneteira, toalheiro)		
	Instalação / troca de mictório e válvula		
	Ajustes na iluminação (p.e. rota acessível)		
	BEBEDOUROS		
	Instalação / realocação / troca de bebedouros		
	Ajustes na altura de instalação		
Ajustes nas instalações hidros sanitárias e elétricas para a instalação / realocação			

FIGURA 26 – TABELA AUXILIAR A&A - TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES E DEMANDAS DE ADAPTAÇÃO– ÁREA INTERNA – SANITÁRIOS E BEBEDOUROS.

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas		A necessidade de adaptação foi identificada?	
		SIM	NÃO
ÁREA INTERNA	MOBILIÁRIO - BALCÃO DE ATENDIMENTO, BALCÃO DE INFORMAÇÕES, TOTENS DE AUTOATENDIMENTO		
	Instalação / realocação / troca de balcões e totens		
	Alteração de dimensões (largura, altura, recuo inferior)		
	Inserção de sinalização (informativa)		
	MOBILIÁRIO - ASSENTOS FIXOS - ESPERA ATENDIMENTO		
	Instalação / realocação / troca de assentos (pessoa obesa e módulo de referência)		
	Ajustes na disposição e layout		
	Inserção de sinalização (informativa)		
	MOBILIÁRIO - INTERIOR DOS AMBIENTES		
	Ajustes na disposição para permitir livre circulação mínima		
Instalação / troca de mesas de trabalho com dimensões adequadas			

FIGURA 27 – TABELA AUXILIAR A&A - TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES E DEMANDAS DE ADAPTAÇÃO– ÁREA INTERNA – MOBILIÁRIO.

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas		A necessidade de adaptação foi identificada?	
		SIM	NÃO
ÁREA INTERNA	VESTIÁRIOS		
	Ajustes construtivos para alteração de dimensões (ambiente e cabinas individuais)		
	Alteração no piso dos ambientes (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Inserção de acessórios (barras, cabides, porta-objetos, espelhos etc.)		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		
	Alteração do tipo de porta (de correr, nº de folhas)		
	Alteração de acessórios (maçanetas, fechaduras)		
	Alteração no sentido de abertura		
	Inserção de sinalização tanto nas portas como nas paredes (informativa e de emergência)		
	Ajustes construtivos p/ portas (alargamento de vãos) e soleiras (tratamento de ressaltos)		
	Instalação / troca de bancos		
	Ajustes na iluminação (p.e. rota acessível)		
	BIBLIOTECAS		
	Ajustes na disposição de equip. e nas passagens internas p/permitir circulação mínima		
	Troca de mobiliário (instalação de mesas acessíveis)		
	Ajustes / troca de estantes e prateleiras (altura de utilização)		
	Instalação / ajustes de terminais de consulta acessíveis		
	Ajustes na iluminação (p.e. rota acessível)		

FIGURA 28 – TABELA AUXILIAR A&A - TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES E DEMANDAS DE ADAPTAÇÃO– ÁREA INTERNA – VESTIÁRIO, BIBLIOTECAS.

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas		A necessidade de adaptação foi identificada?	
		SIM	NÃO
ÁREA INTERNA	AUDITÓRIOS E SIMILARES		
	Instalação/realocação/troca de assentos (obesa, em cad. de rodas, c/ mobilidade reduz.)		
	Retirada de assentos para instalação de novos assentos acessíveis		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		
	Alteração de dimensões de corredores (largura, extensão)		
	Alteração no piso dos ambientes (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Retirada de elementos (obstáculos à livre circulação e rota acessível)		
	Ajustes na iluminação das áreas comuns (p.e. rota acessível)		
	Inserção de sinalização (informativa e de emergência)		
	Inserção de rampas e equipamentos mecânicos (p.e. plataforma, elevador)		
	Alteração de dimensões de rampas e escadas (largura, extensão/patamar)		
	Ajustes construtivos em rampas e escadas para inserção de elementos (p.e. corrimãos)		
	Alteração no piso de rampas e escadas (troca, retirada, inserção de revestimento)		
Ajustes / troca de equipamentos mecânicos (elevador, plataforma)			
Ajustes construtivos p/ instalação/operação de equip. mecânicos (elevador, plataforma)			

FIGURA 29 – TABELA AUXILIAR A&A - TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES E DEMANDAS DE ADAPTAÇÃO– ÁREA INTERNA – AUDITÓRIOS E SIMILARES.

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas		A necessidade de adaptação foi identificada?	
		SIM	NÃO
ÁREA INTERNA	RESTAURANTES, COPAS E SIMILARES		
	Ajustes nos equipamentos de apoio (apoio de bandejas)		
	Ajustes na disposição de equip. e nas passagens internas p/ permitir circulação mínima		
	Troca de mobiliário (instalação de mesas acessíveis)		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		
	Alteração de dimensões de corredores (largura, extensão)		
	Alteração no piso dos ambientes (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Retirada de elementos (obstáculos à livre circulação e rota acessível)		
	Ajustes na iluminação das áreas comuns (p.e. rota acessível)		
	Inserção de sinalização (informativa e de emergência)		
	Inserção de rampas e equipamentos mecânicos (p.e. plataforma, elevador)		
	Alteração de dimensões de rampas e escadas (largura, extensão/patamar)		
	Ajustes construtivos em rampas e escadas para inserção de elementos (p.e. corrimãos)		
	Alteração no piso de rampas e escadas (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Ajustes / troca de equipamentos mecânicos (elevador, plataforma)		
Ajustes construtivos p/ instalação/operação de equip. mecânicos (elevador, plataforma)			

FIGURA 30 – TABELA AUXILIAR A&A - TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES E DEMANDAS DE ADAPTAÇÃO– ÁREA INTERNA – RESTAURANTES E SIMILARES.

Proposta de revisão da lista de verificação de acessibilidade

Como já mencionado, a Matriz A&A foi desenvolvida em 2011 e sua tabela de avaliação de acessibilidade estava fundamentada na versão 2004 da norma NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A versão atualmente vigente desta norma foi publicada em 2020 e traz alterações que devem ser consideradas.

A nova versão da norma trouxe algumas mudanças que melhoram a compreensão sobre sua aplicação, com a reordenação dos capítulos e com a inclusão de um item específico para equipamentos urbanos. Um exemplo de alteração foi que antes escadas com largura superior a 2,40 m eram obrigadas a ter um corrimão intermediário, o que poderia ser um problema em locais de tráfego intenso, como arenas e estádios. Na versão vigente (2020) esse problema não existe

mais, pois passam a ser admitidas duas situações: corrimãos laterais ou corrimão intermediário duplo.

Em 11 de setembro de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 175 a portaria interministerial nº 323³³, de 10 de setembro de 2020, do Ministério da Economia e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos - MMFDH. Tal portaria dispõe sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nos imóveis de uso público dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, além da divulgação da situação de acessibilidade das edificações públicas federais. Definiu-se nesta portaria que o laudo de acessibilidade é a peça na qual o profissional habilitado, de engenharia ou arquitetura, emite suas conclusões sobre a conformidade da edificação às normas de acessibilidade e, se for o caso, indica os projetos necessários à adaptação. Ainda na portaria consta que o MMFDH disponibilizará no sítio eletrônico³⁴ o Manual de Adaptações de Acessibilidade contendo formulário eletrônico padrão para realização do laudo de acessibilidade. É com base no modelo

³³ Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-323-de-10-de-setembro-de-2020-276902528>

³⁴ <https://www.gov.br/mdh/pt-br>

de laudo-padrão disponibilizado pelo MMFDH que foi feita a revisão e adaptação da lista de verificação para a adoção na proposta de atualização da Matriz A&A.

Antes de discorrer sobre a revisão da lista de verificação de acessibilidade, é importante apresentar algumas informações obtidas por meio de entrevista com membros da Coordenação-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva³⁵ sobre como o MMFDH desenvolveu seu formulário eletrônico padrão para o laudo de acessibilidade.

O Tribunal de Contas da União - TCU realizou auditoria operacional sobre acessibilidade nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, que culminou no Acórdão 2.170/2012-TCU-Plenário, posteriormente revisado pelo Acórdão 3.244/2013-TCU-Plenário.

Por meio dos Acórdãos, o TCU determinou à Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) a elaboração de um plano, de abrangência nacional, com o objetivo de dotar órgãos e entidades públicas federais de plena acessibilidade a suas dependências e a serviços por eles ofertados. O Plano

Nacional abrange o Manual para Adaptações em Acessibilidade e seus instrumentos.

O Manual para Adaptações de Acessibilidade, que contém o Laudo-Padrão de Acessibilidade (lista de verificação) foi desenvolvido pela empresa de consultoria Baggio Arquitetura & Computação Gráfica SS, em 2016, no âmbito de Projeto de Cooperação Internacional com a UNESCO. Para a elaboração do Manual, dentre outros, foi feita a análise de relatórios de auditoria e adaptação de prédios da administração pública federal realizados pela Controladoria Geral da União (CGU), em 2015 (relativos a 2014). Também foram analisadas as experiências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil que, à época, já se encontravam em processo de adaptação, com vistas à acessibilidade, em andamento.

A primeira edição do Manual de Adaptações de Acessibilidade foi publicada em 09/01/2017. A atualização do instrumento tem sido feita pelo Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência e atualmente, está em sua 3ª edição (de 06/11/2020)³⁶,

³⁵ Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

³⁶ Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/manual-de-adaptacoes-de-acessibilidade>

atualizada após a publicação da norma NBR 9050/2020 da ABNT.

A portaria interministerial nº 271³⁷, de 11 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos instituiu o laudo-padrão. A portaria interministerial nº 323 alterou a regulamentação do tema, revogando a Portaria nº 271, de 2016. O laudo-padrão é um modelo que pode ser utilizado pelos órgãos públicos federais para verificação das condições de acessibilidade em seus edifícios.

Depois de obtidas as informações acima, o próximo passo foi obter o Manual de Adaptações de Acessibilidade e o material da lista de verificação, avaliar sua aderência à versão 2020 da norma NBR 9050, e prover adaptações para melhor ajustar ao modo de trabalhar até então adotado no processo da Matriz A&A.

Ao elaborar a lista de verificação de acessibilidade (Laudo-Padrão de Acessibilidade) o MMFDH destacou que não

se tratou de simples transcrição dos itens da norma NBR 9050/2020, pois isso redundaria em um documento de difícil manuseio e até mesmo impraticável de utilização. Ao mesmo tempo não se poderia reduzir a lista de verificação, pois haveria o risco de negligenciar verificações importantes.

Da mesma forma, os ajustes propostos na referida lista de verificação têm como objetivo proporcionar melhor aderência do seu uso aos processos da matriz.

Quanto às etapas de implantação de acessibilidade, não faz parte do escopo da matriz avaliar contratação de projetos, orçamento de serviços e obras de adaptação nem a contratação dos serviços comuns de engenharia (etapas 2 e 3 previstas no manual).

Para o preenchimento da lista de verificação de acessibilidade adaptada algumas atividades devem ser desenvolvidas, como demonstrado na figura a seguir. A depender do caso, pode não ser possível realizar a atividade 1, simplesmente pela inexistência de informações disponíveis ou a precariedade das informações disponibilizadas pode

³⁷ Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2016/Mai/13/diario-oficial-da-uniao-secao-1/portaria-no-246-de-10-de-maio-de-2016-dispoe-sobre>

interferir no uso destas (por exemplo, levantamentos cadastrais desatualizados). Indispensável é a atividade 2, pois registros fotográficos e vídeos realizados durante a visita de campo são viáveis de serem feitos até mesmo com o uso de celulares, e tais registros são evidências objetivas do estado do local. Por fim, a atividade 3 demonstra a coleta e a análise das informações do nível de atendimento dos requisitos de acessibilidade.

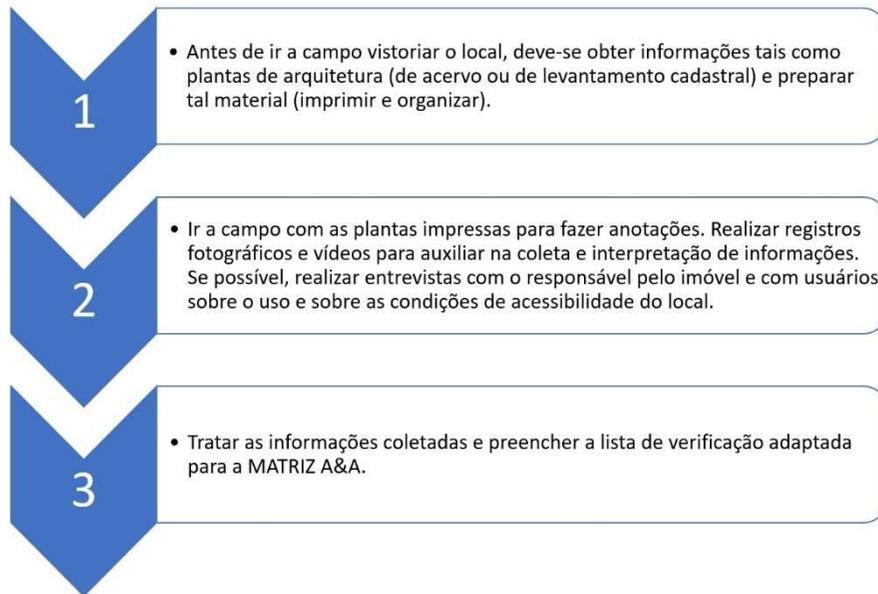


FIGURA 31 – ATIVIDADES DA ETAPA DE PREENCHIMENTO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE.

A lista de verificação adaptada (arquivo em software Excel) está organizada em vinte abas. A organização das abas toma por base um percurso virtual imaginário, no qual o observador vai se aproximando da edificação, partindo do levantamento de informações, seguindo pela área externa ao local (onde passa a observar estacionamentos e calçadas), chegando à entrada do edifício, e por fim, percorrendo internamente o local. Da mesma forma, é recomendável que o registro fotográfico e de vídeo siga esse mesmo roteiro de observação.

Entendendo então que a lista de verificação de acessibilidade é uma ferramenta, foi conveniente separá-la do arquivo da matriz, e passar a utilizar o laudo-padrão do governo federal. A lista original, baseada na versão 2004 da NBR 9050 carecia de atualização, uma vez que a citada norma atualmente está na versão 2020. Ou seja, a etapa 2 do processo da matriz continua existindo, mas sendo operacionalizada por outra ferramenta, outra lista atualizada.

Conclusões do capítulo

Na revisão da matriz, a contribuição que a Carta de Burra trouxe foi a ideia de “processo” de trabalho. A experiência adquirida ao longo de dez anos de uso da Matriz A&A também indicou a oportunidade de adotar a ideia de processos para sua aplicação e entender a matriz como um método. Isso não significa alterar a forma de trabalho empreendida até o momento nas verificações de autenticidade e de acessibilidade, mas ajuda a explicar o método proposto.

Para facilitar o uso da matriz alguns atributos foram retirados da tabela de avaliação qualitativa de autenticidade, sem prejuízos para o levantamento de informações de patrimônio. Ainda nesta tabela, a inserção de novas orientações específicas sobre a busca de informações sobre determinados elementos (piso, parede, fachadas etc.) ajuda a tornar o método mais eficaz e completo.

Nessa mesma linha, outra oportunidade vislumbrada foi o desenvolvimento de um Manual de Uso da matriz, de modo a auxiliar a aplicação do método por outros profissionais não tão familiarizados com ela. Espera-se que o manual e as

melhorias propostas para a matriz possam contribuir ainda mais para sua difusão, seu conhecimento e sua aplicação, de modo a aumentar os estudos realizados e, talvez, as adaptações para acessibilidade no Patrimônio Cultural.

Na versão original, criada em 2011, a Matriz A&A era referenciada como uma “ferramenta” e era operacionalizada em uma planilha eletrônica com três abas de trabalho (uma para levantamento de acessibilidade, outra para avaliação qualitativa de autenticidade e outra para o cruzamento de informações). Na versão proposta na revisão que ora se apresenta, esse arranjo é alterado porque retira do arquivo da matriz, ainda em planilha eletrônica, a lista de verificação de acessibilidade.

As questões de atendimento de requisitos de acessibilidade agora são tratadas em outro arquivo auxiliar, adaptado a partir do laudo-padrão do governo federal. As informações detalhadas obtidas desse arquivo auxiliar, ou seja, as “saídas” são então inseridas no arquivo da matriz, na tabela auxiliar de acessibilidade, sob a forma de tipologias de demandas de adaptação. É nessa tabela auxiliar de

acessibilidade que se dá a avaliação detalhada dos possíveis impactos das demandas de adaptação sobre o patrimônio.

A partir da separação da lista de verificação de acessibilidade, a Matriz A&A só precisará ser atualizada se mudarem suas etapas, e não mais por conta de alterações normativas de acessibilidade, por exemplo. Outras listas de verificação de acessibilidade podem ser adotadas, inclusive com base nos requisitos obrigatórios de acessibilidade presentes na legislação de outros países, e ainda assim a Matriz A&A poderá ser utilizada.

Outra vantagem na separação da lista de verificação de acessibilidade do arquivo da matriz é que a verificação dos requisitos de acessibilidade, no caso do Brasil, pode ser oriunda de laudos de acessibilidade produzidos pelos próprios órgãos gestores do *bem* (quando forem edifícios relacionados por exemplo, à esfera pública federal), ou seja, a etapa 2 do método pode ser realizada por entidades diferentes das que realizarão as etapas 1 e 3 (em que é recomendável que sejam realizadas por um mesmo grupo de profissionais), como o IPHAN. Isso permite, no caso de bens acautelados em nível federal, que edifícios da administração pública federal que já

disponham de laudos de acessibilidade apresentem projetos de adaptação e que o IPHAN possa, a partir desses laudos, realizar as etapas 1 e 3 do método Matriz A&A, ou seja, levantar as informações de *autenticidade* e os possíveis impactos das adaptações sobre o patrimônio.

Embora os argumentos apresentados sejam focados em *bens* de gestão federal, não há impedimentos ou limitações para que o método seja aplicado em quaisquer *bens*, inclusive internacionais.



FIGURA 32 – COLUNAS DO PALACIO DO STF – FACHADA OESTE.

CAPÍTULO 3. Aplicação da Matriz A&A atualizada no Palácio do Supremo Tribunal Federal

Neste capítulo é apresentado o estudo de caso realizado para testar a aplicação da versão atualizada da matriz no Palácio do Tribunal Federal – STF - em Brasília, um representante da arquitetura moderna e monumental.

Como forma de aproximação ao palácio, é proposto um roteiro que se inicia com o plano urbanístico de Lucio Costa para Brasília, numa abordagem sutil, de forma a contextualizar a inserção do edifício na escala monumental da cidade, e em seguida é apresentada a relevância do palácio, que goza de tombamento, assim como o conjunto urbano no qual está inserido.

Dando continuidade ao roteiro mencionado, são apresentadas informações sobre as intenções de projeto descritas por Oscar Niemeyer nos principais meios de propaganda dos quais fez uso na época, em especial a revista Módulo. Na sequência aborda-se o histórico da construção e das intervenções após a inauguração conjunta do palácio e da cidade de Brasília em 21 de abril de 1960.

Para descrever o palácio e seus atributos é proposto um passeio imaginário no qual o observador toma conhecimento primeiro da área externa, da ambiência, para depois se aproximar do objeto de estudo, a partir dos seus acessos e adentrando as dependências pelo térreo e subindo aos demais pavimentos.

Conhecido o palácio e seus atributos, são apresentados os resultados obtidos pelo método da Matriz A&A. Inicialmente é apresentado o resumo da tabela de avaliação qualitativa de autenticidade e o resumo das principais demandas de adaptação identificadas com a aplicação da lista de verificação de acessibilidade. Por fim, é apresentada a análise dos possíveis impactos que as adaptações demandadas podem causar no Palácio do STF.

Breve histórico do Palácio do STF: do plano de Lucio Costa para Brasília até as intervenções mais recentes

A INSERÇÃO DO PALÁCIO NO PLANO DE LUCIO COSTA PARA BRASÍLIA

Vencedor do concurso nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, lançado em 19 de setembro de 1956 pelo edital da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, Lucio Costa apresenta em 1957 a sua proposta para o projeto de Brasília.

O plano urbanístico partiu do cruzamento de dois eixos (rodoviário e monumental), com implantação adaptada à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, com o arqueamento do eixo rodoviário para conter

a implantação dentro de uma área imaginária de um triângulo equilátero.

Lucio Costa ordenou o espaço baseado nas escalas de uso, onde cada função urbana cria estruturas morfológicas próprias e identificáveis: a “monumental” (edifícios públicos), a “residencial”, a “gregária” (espaço de convivência e lazer), e a “bucólica” (para recreação à beira do lago). A característica fundamental do projeto está nessa ordenação de escalas de uso principal que afeta a densidade populacional e o tratamento da paisagem através do emprego de técnicas “rodoviárias e paisagísticas”. Este tratamento consiste em garantir uma condição de vida mais reservada no interior das superquadras, que ficariam protegidas por densas cintas de árvores em seu perímetro. E por outro, em expor como imagem da cidade apenas a sua parte cívica.

A partir do cruzamento dos eixos, onde se previa a plataforma da rodoviária, indo em direção leste, apresenta-se a esplanada dos ministérios, de forma retangular e terraplano arrimado ³⁸. Os ministérios da Justiça e das Relações

³⁸ Lucio Costa justifica, no relatório do Plano Piloto, que a utilização dessa técnica oriental milenar de terraplenos garante-se coesão do conjunto e ênfase monumental.

Exteriores possuem posição de destaque, ocupando os cantos desse retângulo, próximos ao Palácio do Congresso. Inserida num terrapleno arrimado triangular³⁹, em cota mais baixa que a esplanada, está a Praça dos Três Poderes, na qual em cada vértice deveriam estar locados os edifícios representativos do Governo, do Supremo Tribunal e do Congresso (este último de frente para a esplanada).

Importante destacar que o caráter monumental idealizado por Lucio Costa para trechos da cidade não dizia respeito à ostentação, mas sim ao sentido de expressão palpável, consciente daquilo que vale e significa (IPHAN, 2014d).

A carga simbólica da cidade-capital está na *escala monumental*, com seus palácios, sedes governamentais e espaços cívicos. A *arquitetura monumental* corresponde aos exemplares presentes da *escala monumental*, ou seja, aquela porção do Plano Piloto cuja estrutura urbana foi destinada às atividades de caráter representativo do Governo Federal. Tais

exemplares representam a arquitetura mais notória e representativa da capital, com grande carga simbólica e que são amplamente difundidas pelas mídias (ROSSETTI, 2012).

O Palácio do Supremo Tribunal Federal é um dos palácios situados na Praça dos Três Poderes, concebida por Oscar Niemeyer, após o Palácio do Planalto. Considerada como o espaço público mais significativo de Brasília, a praça seca e seu ambiente cívico articulam o diálogo simbólico entre os poderes e unem os três palácios que os simbolizam: o Palácio do Planalto (Poder Executivo), o Palácio do Congresso (Poder Legislativo) e o Palácio do Supremo Tribunal Federal – STF (Poder Judiciário) (ROSSETTI, 2012).

³⁹ No relatório do Plano Piloto, Lucio Costa menciona que o triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, é a forma elementar apropriada para conter os edifícios dos poderes fundamentais.



FIGURA 33 – VISTA PANORÂMICA DA PRAÇA DOS TRÊS PODERES – A PARTIR DO PISO DA PRAÇA.



FIGURA 34 – VISTA PANORÂMICA DA PRAÇA DOS TRÊS PODERES – A PARTIR DA VARANDA DO STF.

RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Palácio do Supremo Tribunal Federal é parte do Conjunto Urbanístico de Brasília que tem tombamento distrital⁴⁰, federal⁴¹ e ainda integra a lista do Patrimônio Mundial⁴² da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. O edifício recebeu proteção individual em 2007, quando houve o reconhecimento da importância e significação da obra, por comemoração do aniversário de cem anos de Oscar Niemeyer⁴³ (IPHAN, 2007). Posteriormente, em 2017, o IPHAN homologou⁴⁴ o tombamento do conjunto e realizou a inscrição nos livros do Tombo em 2021.

O relatório⁴⁵ de Matheus Gorovitz, que embasou o tombamento provisório do bem, analisou o conjunto da obra de Oscar Niemeyer no ano de 2007, e destacou os valores

presentes de modo geral, como sendo: a) concisão e pureza; b) simplificação da forma plástica e seu equilíbrio com os problemas funcionais e construtivos; c) soluções compactas, simples e geométricas; d) conveniência de unidade e harmonia entre edifícios; e) estrutura integrada na concepção plástica original; f) intenção de motivar afeto do observador por meio da leveza, da surpresa e da emoção; e g) componentes estruturais delgados, esbeltos e filiformes. De modo geral, são esses os valores reconhecidos nos edifícios que constituem o conjunto das obras tombadas, dentre as quais está o Palácio do Supremo Tribunal Federal em Brasília (IPHAN, 2008).

⁴⁰ Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/05A_decreto_10829_87_Poligonal.pdf
https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=1987/10_Outubro/DODF%20194%2014-10-1987&arquivo=DODF%20194%2014-10-1987.pdf

⁴¹ Homologação do tombamento pelo ministro da Cultura, Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/03/1990&jornal=1&pagina=100&totalArquivos=176>
Portaria nº 4, de 13 de março de 1990, em Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN 216
Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992, do IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf

Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, do IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_mapas.pdf

⁴² Inscrição nº 445, de 7 de dezembro de 1987.

⁴³ Edital de notificação do Processo de Tombamento nº 1550-T-07, publicado no Diário Oficial da União nº 232, seção 3, pg. 14, de 4 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/12/2007&jornal=3&pagina=14&totalArquivos=196>

⁴⁴ Portaria nº 55, de 6 de junho de 2017, do IPHAN, publicada no Diário Oficial da União nº 108, seção 1, pág. 16, de 07/06/2017. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/06/2017&jornal=1&pagina=16&totalArquivos=256>

⁴⁵ Anexo I do processo de tombamento 1.550-T07

INTENÇÕES DE PROJETO

A divulgação de informações e dos próprios projetos arquitetônicos foi estratégica no convencimento da ideia de transferência da capital. Para isso, Oscar Niemeyer usou dois periódicos, a revista Brasília⁴⁶ e a revista Módulo⁴⁷. Enquanto a primeira estava voltada a prestar contas das ações e servir de informe das iniciativas governamentais para a nova capital, a segunda tinha função específica voltada para arquitetura e artes plásticas.

Niemeyer utilizou-se do amplo espaço que tinha na revista Módulo, e por meio de vários depoimentos explicou suas intenções projetuais. Com relação à Praça dos Três Poderes, de acordo com o inventário do Palácio do STF produzido pelo IPHAN em 2013, na edição nº 9 em 1958, o arquiteto argumentou que a unidade foi sua principal preocupação, e concebeu para isso um elemento estrutural que atuasse como denominador comum aos palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, assegurando ao conjunto a sobriedade das grandes praças na Europa, dentro

das escalas de valores fixadas pelo plano de Lucio Costa (SILVA, 2012).

Na edição nº 21, de dezembro de 1960, Niemeyer deixou claro que não desejava adotar as seções usuais, – colunas cilíndricas ou retangulares, - mais simples e econômicas, mas procurava outras formas que, mesmo contrariando certas exigências funcionalistas, que pudessem caracterizar os edifícios com maior leveza, situando-os como que soltos ou apenas apoiados no solo. Isso justifica as formas adotadas e as extremidades em vértice, formas que dão aos visitantes aspectos novos e inesperados, como formas de surpresa e emoção (IPHAN, 2013).

No inventário do STF, consta que Niemeyer na edição nº 15, de outubro de 1959, mencionou que a previsão imaginativa sugeriu, nos trabalhos de Brasília, várias soluções. Uma delas foi afastar as colunas externas do corpo principal dos edifícios, permitindo que os visitantes pudessem se aproximar, contorná-las, sentindo sua verdadeira escala e o espaço que as cerca – que as separa do edifício propriamente

⁴⁶ Publicação da Companhia Urbanizadora da Capital Federal - NOVACAP, como parte da exigência de divulgação mensal dos atos da empresa pública

⁴⁷ Oscar Niemeyer era um dos dirigentes juntamente com Joaquim Cardozo

dito – em toda a sua variedade de formas. Noutro trecho cita que evitou as soluções em que as colunas – quase ligadas ao corpo principal dos edifícios – impedissem a multiplicação do aspecto necessário, ou seja, ter a variedade de percepções do edifício a partir de diferentes pontos de observação. No Palácio do STF, afirmou que a forma da estrutura e das próprias colunas teve sua origem nessa especulação visual, conforme os desenhos indicam, dando àqueles que circulam pela Praça dos Três Poderes uma série de aspectos – sempre diferentes – do Palácio do Supremo Tribunal Federal (IPHAN, 2013).

Ao se referir ao Palácio do Planalto e ao Palácio do STF, na edição nº 10, de agosto de 1958, Niemeyer falou que a singeleza do projeto e as proporções relativamente reduzidas do edifício não impediram que o partido adotado lhe conferisse as características de dignidade e nobreza reclamadas, características essas que as colunas e galerias externas acentuavam convenientemente (IPHAN, 2013).

Cabe destacar a relação entre a expressão arquitetônica vinculada à técnica estrutural, e no caso de diversas obras em Brasília, isso significa a relação entre o arquiteto Oscar Niemeyer e o engenheiro Joaquim Cardozo, também um

colaborador da revista *Módulo*. Niemeyer destaca que forma estrutural e forma arquitetônica passam a integrar-se na solução plástica e na expressão artística que se pretende, e Cardozo revela que forma estrutural também tem sua importância à manifestação artística (SILVA, 2012).



FIGURA 35 – PALÁCIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF - FACHADA NORTE.

A CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO

O anteprojeto arquitetônico do palácio foi elaborado entre outubro e novembro de 1957, e já em dezembro do mesmo ano foi iniciado o projeto executivo. Em razão do prazo exíguo para a entrega das obras para fins da inauguração da cidade em 21 de abril de 1960, o projeto executivo de arquitetura, e demais especialidades, teve seu desenvolvimento concomitante com a execução das obras. Para desenvolver o projeto arquitetônico, Oscar Niemeyer contou com a colaboração dos arquitetos Nauro Esteves e Sabino Barroso Machado. Os projetos estruturais em concreto armado ficaram a cargo do engenheiro Joaquim Cardozo, com colaboração de Werner Müller, sendo que os primeiros registros são de janeiro de 1958 (SILVA, 2012).

As obras do Palácio do STF ficaram a cargo do Departamento de Urbanismo e Arquitetura, da NOVACAP⁴⁸, então chefiado por Oscar Niemeyer. Aprovada a contratação das obras por regime de administração, em 7 de julho de 1958, é firmado o contrato com a construtora Rabello. Nessa ocasião,

⁴⁸ Empresa pública criada para conduzir as obras e transferência da capital para Brasília.

as obras de fundação do edifício já haviam sido contratadas para serem executados por outra empresa (IPHAN, 2013).

Participaram das obras as construtoras Rabello S.A. (principal construtor no caso do Palácio do STF), a empresa Estacas Franki Ltda (serviços de fundações), a empresa Instalações Alvorada S.A Comércio e Indústria e a construtora Planalto Ltda. Como principais fornecedores tem-se a empresa Revestimentos Sociedade Marmífera Brasileira, a empresa Esquadrias Metalúrgica Metamex S.A e a empresa Impermeabilização CAVO – Companhia de Viação e Obras (SILVA, 2012).

A obra foi iniciada simultaneamente com a do Palácio do Planalto, apesar do Palácio do Congresso já estar em andamento. Mas foi a obra do Palácio do STF a primeira a receber materiais de acabamento ⁴⁹. Os serviços de acabamento realizados com antecedência são registros que ajudam a compreender parte das decisões acerca dos materiais empregados nos prédios da Praça dos Três Poderes.

⁴⁹ Isso possibilitou que o prédio abrigasse parte das reuniões do Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte, ocorrido em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, entre 17 e 25 de setembro de 1959.

Mudanças de especificações durante a obra foram consequência do cenário de atividades em concomitância com a construção da cidade, ambos os eventos com prazos limites em proximidade premente (SILVA, 2012).

Além das condicionantes de prazo para a inauguração da cidade, o que levava a projetos executivos sendo desenvolvidos juntamente com as obras em andamento, outro desafio para a construção era o distanciamento entre o local de execução das obras e os principais fornecedores de materiais. Tanto prazo quanto custo influenciaram nas decisões projetuais e construtivas no palácio do STF, de acordo com o depoimento de Niemeyer na edição nº18 da revista Módulo, onde acabamentos foram substituídos, como no caso do mármore inicialmente especificado como sendo importado e de melhor aspecto para um mármore nacional com padrão aproximado (SILVA, 2012).

A inauguração da capital, em 21 de abril de 1960, ensejou a instalação oficial do Supremo Tribunal Federal, com a realização de sessão solene. Oficialmente a obra do palácio

foi concluída em 25 de janeiro de 1961, conforme o termo de recebimento e vistoria, embora se encontrasse em funcionamento desde a inauguração (IPHAN, 2013).

INTERVENÇÕES APÓS A INAUGURAÇÃO

Após inaugurado, o palácio apresentava área construída de 9.050 m², sendo 7.705 m² considerado o térreo, o segundo e o terceiro pavimentos, e 1.345 m² no subsolo. Segundo levantamentos de 2012, apresentava área construída de 10.065 m², com o subsolo passando para 2.360 m² (SILVA, 2012).

As primeiras alterações na edificação ocorreram em 1960, com a instalação de cortinas e persianas⁵⁰ nas janelas, obstruindo a transparência imaginada pelo arquiteto. A definição da cor apropriada contou com a colaboração de Athos Bulcão (IPHAN, 2013).

Para atender a demanda por espaço, a construção do primeiro anexo do STF - composto de dois blocos com o total

⁵⁰ Preocupação exarada pelos ministros do STF, quando da transferência para a capital, era o fornecimento de persianas para amenizar a claridade excessiva da região.

de 14.484 m² - foi iniciada em 1971 e concluída em dezembro de 1973, incluindo o túnel que dá acesso ao palácio (IPHAN, 2013).

No sentido de amenizar eventual impacto visual do Anexo I sobre o palácio, Niemeyer estabeleceu a inserção de árvores na fachada do anexo (SILVA, 2012).

Para reorganizar as atividades, agora distribuídas entre os dois prédios, iniciaram-se, em 1974, as discussões para ampla reforma do palácio, que durou de 1976 a 1978, com os projetos elaborados pelo escritório de Niemeyer (IPHAN, 2013).

Esta reforma foi uma das intervenções mais significativas, pois agregou elementos e valor ao projeto original, como a instalação de painel mural de Athos Bulcão nas paredes do Plenário, a instalação de iluminação noturna para a estátua "A Justiça", à frente do Palácio, a instalação de painel de metal, na cor branca, tendo no centro uma escultura, em bronze, simbolizando a Justiça, de autoria de Alfredo Ceschiatti e a instalação de "brise-soleil" na fachada Sul do Edifício Anexo I (IPHAN, 2013).

Outras modificações alteraram a relação entre os ambientes e a Praça dos Três Poderes, por exemplo a realizada no Plenário. Anteriormente definido como um núcleo isolado desde as propostas originais, o Plenário foi ampliado, aumentando não só a relevância do espaço - *com novas acomodações para público e convidados, dando-lhe, assim, a escala e importância indispensáveis* -, mas, também, estabelecendo nova relação de integração com a praça. Assim, a modificação permitiu que o principal espaço do palácio pudesse ser percebido também externamente, quando as cortinas estão recolhidas (SILVA, 2012).

Mas, para possibilitar essa ampliação, foi necessária modificação estrutural, com a remoção de pilares integrados na alvenaria, para evitar obstáculos à visão do público. Novos apoios foram criados com novas fundações no subsolo e em cada lateral, correspondente aos trechos que seriam retirados os pilares no térreo. Foram executadas, a partir do piso do segundo pavimento, vigas protendidas de 2,95 m de altura, com abas inferiores para sustentação da laje e do pilar existente neste nível. Em cada lateral, portanto, um novo

sistema de pilares e vigas passou a sustentar os níveis acima do térreo (SILVA, 2012).

A inserção da escada que interliga o salão nobre ao segundo pavimento, ocorrida na reforma de 1976, exigiu outra alteração estrutural. A execução exigiu a abertura de grande trecho da laje dupla nervurada no piso do pavimento de chegada. Observa-se que ambas as intervenções demonstram não só qualidade projetual e técnica na consecução da reforma, mas também a robustez da estrutura que aceitou as modificações sem sofrer danos aparentes no funcionamento do conjunto originalmente planejado e construído (SILVA, 2012).

De modo geral, as intervenções ocorridas nos edifícios (palácio e anexos) não afetaram a concepção plástica e estrutural, garantindo a preservação de características compositivas essenciais. Dentre essas características, ressaltam-se os conceitos modernistas presentes, principalmente, no palácio; a estruturação em concreto armado; a utilização de alvenaria de tijolos para vedação, além de esquadrias metálicas e envidraçadas e a forma geométrica retangular prismática, marcada pela forte presença de seus

pilares externos laterais. Tais intervenções resumem-se a manutenções, revisões, modernizações e substituições de materiais para adequações a novas demandas de uso; e pouco tiveram de interferência no que de fato é relevante: a arquitetura e sua relação com a Praça dos Três Poderes (IPHAN, 2013).

Outras intervenções de destaque: em 1988 houve uma reforma e modernização dos elevadores e reparo/polimento do mármore; em 1992, a troca de peças de mármore quebradas na lateral da laje de cobertura e nas escadas norte/sul; em 2002, reforma geral no segundo e no terceiro pavimentos; em 2004, ampliação do platô no Plenário; e, em 2007, reforma de banheiros (IPHAN, 2013).

As intervenções mais recentes, em andamento, são a reforma no subsolo e a restauração das esquadrias das fachadas (troca de vidros e da estrutura metálica de suporte).



FIGURA 36 – OBRA DE RESTAURAÇÃO DAS FACHADAS DO PALÁCIO DO STF – MAIO DE 2020.

O palácio e seus atributos

ESCLARECIMENTOS INICIAIS

Como mencionado, para descrever o palácio e os seus atributos, o caminho imaginário que se propõe é de fora para dentro, ou seja, do espaço exterior do palácio (sua localização e envolvente), passando pelos acessos até chegar às suas dependências, adentrando os ambientes internos mais reservados. Dessa forma, serão apresentadas inicialmente as informações sobre a praça, na qual o palácio está inserido, para depois abordá-lo propriamente. É um percurso de aproximação ao objeto, tanto para o entendimento do patrimônio quanto da análise das questões de acessibilidade.

Outro esclarecimento necessário diz respeito às principais referências usadas para tratar de questões do patrimônio. Além de contar com informações do processo de tombamento do edifício⁵¹, foi possível acessar o relatório técnico detalhado do inventário⁵² do STF. Não é sempre que se pode dispor de informações substanciais oriundas de um

⁵¹ Tombado como parte de um conjunto de obras de Oscar Niemeyer.

⁵² Contratado pelo IPHAN, por meio de sua Superintendência no Distrito Federal. Processo Licitatório IPHAN-DF nº 01551.000647/2011-29, Tomada de Preços nº 02/11.

processo de tombamento e de um relatório de inventário, o que nesse caso já poderia ser considerado suficiente para ter subsídios de abordagem das possibilidades ou restrições de adaptação para acessibilidade. De forma complementar, estudos acadêmicos também robustos foram selecionados, como a tese de doutorado de Elcio Gomes da Silva⁵³ e a dissertação de mestrado de Bruna Barbosa de Lima⁵⁴, ambos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Outras referências trouxeram contribuições para o trabalho de forma pontual.

Quanto à delimitação física da área de estudo, embora a edificação avaliada seja o Palácio do Supremo Tribunal Federal (edifício-sede), foi preciso delimitar um contorno físico para direcionar outras questões da pesquisa (ver Figura 37). Se por um lado a ambiência principal do palácio é a praça, foi necessário fazer um recorte para viabilizar as verificações de acessibilidade (ver Figura 38), sem negligenciar, no entanto, as relações dos palácios do Planalto e do STF⁵⁵.

Nos estudos realizados para inventariar o conjunto de edifícios do STF - o palácio e seus dois anexos -, foram definidas áreas de ambiência. A setorização proposta no relatório considerou aspectos geográficos, históricos e urbanísticos, incluindo a implantação dos edifícios, as relações com a paisagem e com outros bens culturais.

No relatório do inventário está reconhecida uma forte ligação histórica e urbanística do palácio com a Praça dos Três Poderes e com as construções que a envolvem, principalmente o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. Define-se, dessa forma, uma ambiência específica envolvendo o triângulo equilátero da Praça e algumas relações urbanísticas e arquitetônicas do entorno. Outra ambiência identificada se refere ao espaço de ligação entre o palácio e o Anexo I, em que tal ambiência se configura principalmente pelo paisagismo adotado, elemento de extrema importância na implantação dos anexos, de modo a minimizar seus impactos e interferências em relação ao edifício principal.

⁵³ Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11159>

⁵⁴ Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37347>

⁵⁵ Relação de conexão entre os dois palácios, que se dá principalmente pelas colunas, versões derivadas da coluna do Palácio da Alvorada.

A delimitação adotada para a aplicação da matriz A&A tomou por base as formas de acesso ao edifício a partir do transporte público, do acesso privado e de um acesso simbólico (via praça) usado em ocasiões especiais. Assim, a via de acesso na praça atua como delimitador, e estão contempladas no estudo as calçadas até a parada de ônibus próxima, a ligação entre o estacionamento adjacente e os acessos ao palácio e ao Anexo I, este último incluído por ser um dos pontos de identificação dos usuários que adentram o palácio. O Anexo I não será abordado no levantamento de valores (só a ambiência entre este e o palácio) e terá suas condições de acessibilidade verificadas só no acesso ao balcão de identificação. Adotando-se essas duas ambiências descritas no inventário⁵⁶, foi feito um recorte com relação à praça, definindo-se assim a envolvente do estudo de caso.

Cabe esclarecer que o subsolo não está contemplado no estudo, pois, além de estar em reforma durante o

⁵⁶ A mancha roxa (Setor A) constitui-se do conjunto da Praça dos Três Poderes configurada pelo triângulo equilátero formado pelo Palácio do Supremo Tribunal Federal, Palácio do Planalto, Congresso Nacional, além de outras pequenas construções instaladas na Praça. A mancha azul (Setor B) representa a transição/afastamento existente entre o edifício sede e o Anexo I, caracterizada principalmente pela adoção de paisagismo com árvores que minimizam o impacto gerado pela implantação dos anexos. O espaço é constituído por uma

levantamento de campo, a pandemia de COVID-19⁵⁷ prejudicou o livre acesso às dependências do palácio.



FIGURA 37 – SETORIZAÇÃO DAS AMBIÊNCIAS. FONTE: INVENTÁRIO DO STF (IPHAN, 2013, P. 341).

via de acesso asfaltada e jardins adjacentes às fachadas do edifício sede e do Anexo I (Relatório do inventário do STF).

⁵⁷ Em 20 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em 11 de março de 2020, como pandemia.



FIGURA 38 – ENVOLVENTE DO ESTUDO – INTERVENÇÃO SOBRE VISTA AÉREA/BASE. FONTE: GOOGLE EARTH EDITADO PELO AUTOR.

A AMBIÊNCIA E O EDIFÍCIO

Inicialmente, Lucio Costa havia definido que os palácios do Poder Executivo e do Poder Judiciário ficariam nos vértices norte e sul do triângulo equilátero imaginado para a Praça dos Três Poderes, mas sem definir exatamente qual palácio ficaria em qual vértice. Entre a praça idealizada na época do concurso e a praça inicialmente projetada por Niemeyer já havia alguns ajustes necessários para a acomodação dos edifícios no terreno (IPHAN, 2013).

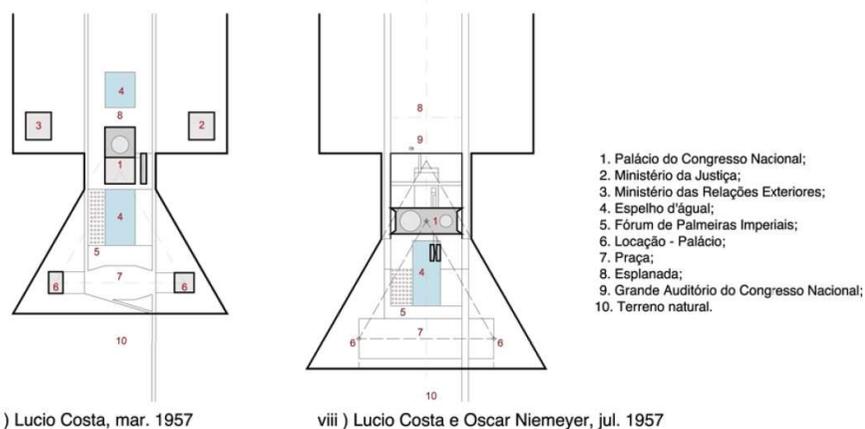


Figura 35.a
Praça dos Três Poderes
N → 0 100m

Na ambiência da praça, o Palácio do Planalto e o do STF diferem em relação à organização e disposição dos pilares e à proporção e implantação no terreno. A relação que cada um deles estabelece com a Praça dos Três Poderes é diferenciada pela existência do prolongamento da via norte do eixo monumental à frente do Palácio do Planalto, estabelecendo de certa forma uma barreira física, o que não ocorre no Supremo Tribunal Federal. Sendo assim, o Palácio do Planalto se mantém com certa distância da praça, enquanto o Palácio do Supremo Tribunal Federal se insere diretamente nela, sem elementos de separação. Dessa forma, abarca uma relação particular com a esplanada e certo distanciamento em relação ao fluxo de automóveis que se concentra nas pistas do eixo monumental.

Niemeyer implantou o Palácio do STF no vértice sul do triângulo, em sentido oposto ao do Palácio do Planalto, mas ainda estabelecendo a conexão visual e plástica entre os dois edifícios por meio das colunas (IPHAN, 2013).

O padrão que define a unidade entre os dois palácios tem sua origem nas colunas⁵⁸ do Palácio da Alvorada, que nos palácios da Praça dos Três Poderes foram divididas ao meio no sentido vertical e colocadas perpendicularmente às lajes. No Planalto, estão postas nas fachadas frontal e posterior e, no STF, estão dispostas nas fachadas laterais.



FIGURA 40 – AMBIÊNCIA ENTRE O PALÁCIO DO STF E O ANEXO I.



FIGURA 41 – COLUNAS DO PALÁCIO DO STF.

⁵⁸ A partir da solução construtiva para as colunatas do Palácio da Alvorada, Niemeyer promoveu variações para as colunas do Palácio do STF, sendo então um desdobramento do desafio projetual para as sedes dos poderes da nova capital, conforme inventário do STF.

Concebido a partir dos preceitos da arquitetura moderna, o edifício se estrutura com elementos de concreto armado, conta com alvenaria de tijolos para vedação, além de esquadrias metálicas e enormes panos de vidro. As fachadas norte e sul contam com cinco pilares retangulares cada, revestidos por chapas metálicas (que escondem as tubulações de águas pluviais) (IPHAN, 2013; SILVA, 2012).

O edifício tem a função de ser a sede da Cúpula do Poder Judiciário no Brasil, o Supremo Tribunal Federal – STF. Composto por onze ministros, dentre as competências do Supremo Tribunal Federal, merece destaque o papel de “guardião da Constituição”. Responsável pelo julgamento da constitucionalidade dos atos normativos federais ou estaduais, do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos membros do Congresso Nacional, do Procurador-Geral da República e dos seus próprios ministros, no caso de ações penais comuns (IPHAN, 2013).

A rampa principal marca continuidade entre o piso da praça e o do palácio, destacando-se como uma conexão simbólica entre o povo e as autoridades, respectivamente. De forma trapezoidal, articula-se com duas escadas laterais e

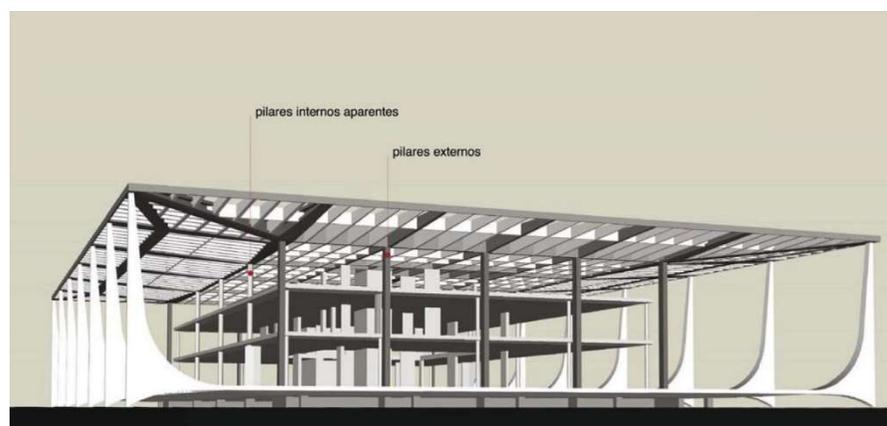
simétricas antes de conectar com o piso do palácio. Rotineiramente o acesso ao edifício se dá pela escada sul e pelo túnel do Anexo I (IPHAN 2013; ROSSETTI, 2012).



FIGURA 42 – RAMPA PRINCIPAL DO PALÁCIO DO STF E A PRAÇA DOS TRÊS PODERES.

As colunas se conectam em curva com a laje de piso elevada sem tocar o solo, configurando-se como uma base recuada de sustentação que constitui parte do subsolo. Além disso, tais colunas contribuem com os pilares retangulares para

a sustentação da laje de cobertura, de mesma dimensão da usada como piso. Estrutura-se com pilares de seção retangular que se externam nas fachadas principal e posterior, conjugados com colunas de seção circular, internas ao pano de vidro. Na fachada principal (norte), o piso é estendido à frente conformando uma rampa de acesso ao térreo.



Sistema estrutural do plano de cobertura
Sustentação da cobertura sobre o pórtico de acesso e sobre a varanda lateral
Esqueleto estrutural - colunas, pilares, vigamento principal e nervuras (estimadas)
Modelo virtual, 2011

FIGURA 43 – ESQUEMA ESTRUTURAL DO PALÁCIO DO STF. FONTE: SILVA, 2012, P. 425.



FIGURA 44 – FACHADA NORTE DO PALÁCIO DO STF – RAMPA E ESCADAS EM MÁRMORE.

Tanto o piso da rampa de acesso quanto da laje, e dos seus pilares de sustentação, são revestidos com placas de mármore branco⁵⁹, proporcionando clareza ao edifício e dessa forma, contribuindo para reforçar o contraste com a paisagem. Como piso externo do plano intermediário, nota-se a utilização de mármore visivelmente de melhor qualidade, cujo

⁵⁹ Na época da construção de Brasília, foram usadas rochas de diversos tipos, com destaque para o mármore branco do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente do município de Italva e, por isso, denominado mármore Branco Italva.

aspecto se assemelha ao mármore de Carrara, tanto na área das varandas, quanto no interior do pavimento térreo. As placas possuem dimensões ajustadas ao ordenamento determinado pelos eixos construtivos e assentamento regular de juntas das pedras. A rampa de acesso recebe, na parte em nível, o mesmo acabamento, enquanto no trecho inclinado foram utilizadas pedras em faixas de 10cm, com acabamento bruto e assentamento com juntas alternadas (SILVA, 2012).

O palácio se desenvolve como um volume envidraçado recuado, abrigado sob a laje plana. Sua forma geométrica retangular é marcada pela forte presença de seus pilares externos laterais, configurada por fachadas cortina⁶⁰. A forte presença do mármore branco⁶¹ se destaca no revestimento das colunas emblemáticas, distribuídas uniformemente em cada lateral (fachadas Leste e Oeste), definindo um ritmo constante a tais fachadas e perspectivas variadas sobre o conjunto (IPHAN, 2013).

⁶⁰ Termo usualmente adotado para se referir a fachadas leves, dispostas externamente à estrutura do edifício e compostas por estrutura metálica e vidro, configurando uma pele sobre o edifício.

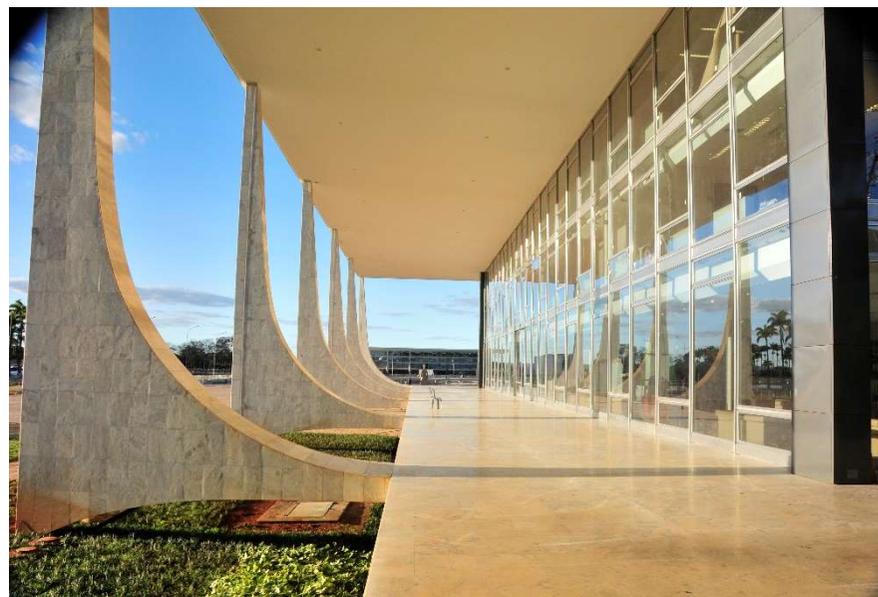


FIGURA 45 – FACHADA OESTE DO PALÁCIO DO STF – COLUNAS, VARANDA E ESQUADRIAS.

A laje de cobertura tem dimensões de 75m x 56m, e a altura total do prédio é de 12m. A planta segue a racionalidade da modulação da estrutura para prover os espaços. Tem quatro pavimentos: o subsolo com área de 2.360 m² e os demais com áreas iguais de 1.632 m².

⁶¹ As colunas externas receberam o mármore branco nacional no mesmo padrão definido para o Palácio da Alvorada, com peças apicoadas padronizadas de 50cm X 30cm, sendo que, nos trechos curvos, parte das peças possui acabamento de superfície. O mesmo material em pedra apicoada também reveste os topos dos planos e das lajes à vista.

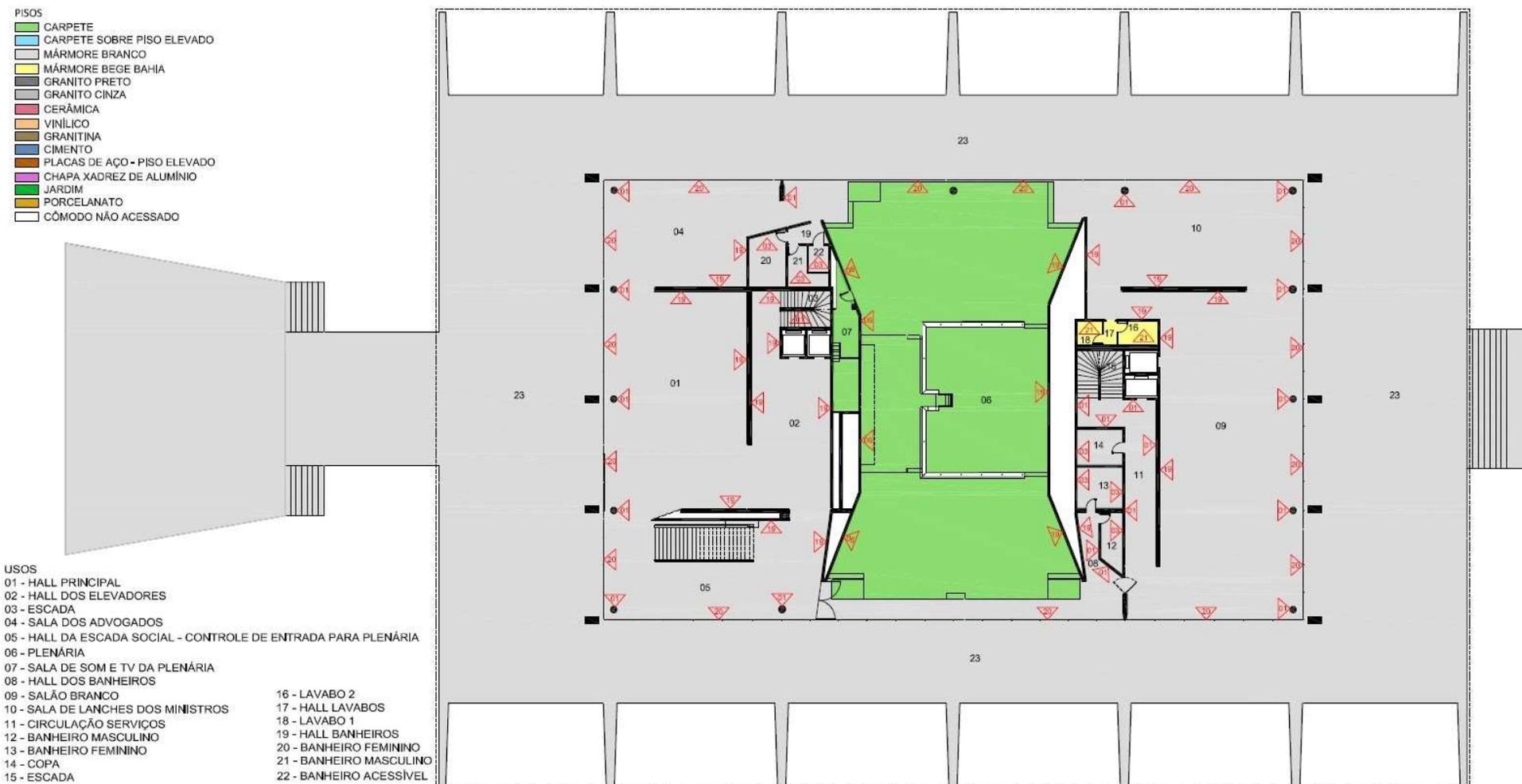


FIGURA 46 – ADAPTAÇÃO DA PLANTA BAIXA DO TÉRREO, PRANCHA 1/18. FONTE: INVENTÁRIO DO STF (IPHAN, 2013, P. 125).

O acesso principal é feito pelo hall que abriga a galeria com exposição de bustos em bronze das “personalidades do mundo jurídico e político”. O hall é delimitado por paredes revestidas em mármore bege bahia e apresenta piso em mármore branco. O espaço é fluido e não apresenta portas. Todo o pano de vidro é protegido por cortinas, tipo painéis em lona crua, que foram instalados no ano de 1987 (IPHAN, 2013).

Ainda no hall, à direita, está a escada principal que conduz ao segundo pavimento, de aspecto monumental e tratamento requintado, com degraus prismáticos revestidos em mármore. Apresenta guarda-corpo metálico em seção circular com proteção de madeira para o corrimão. Sob a escada foi instalado o controle de acesso com bancadas, computadores e detector de metais. Ao fundo uma porta de vidro dá acesso ao Plenário (IPHAN, 2013).

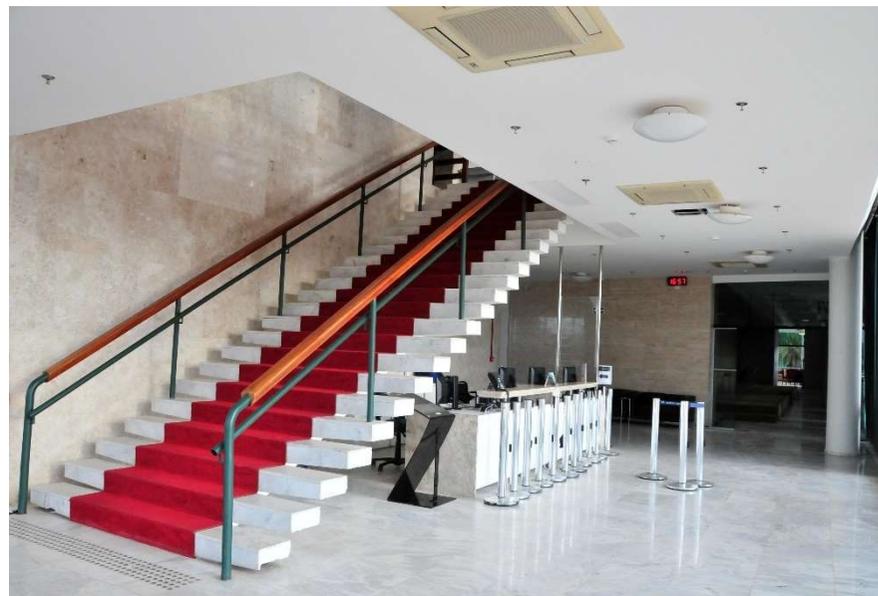


FIGURA 47 – ESCADA PRINCIPAL DE ACESSO AO MUSEU NO SEGUNDO PAVIMENTO.

Pela esquerda do hall também é possível acessar o Plenário, sendo antecedido pela Sala dos Advogados, onde está o quadro “Os bandeirantes de ontem e de hoje”, de Massanori Uragami e móveis que pertenceram à primeira Corte Suprema, além de espelho estilo Luís XIV (STF, 2019).



FIGURA 48 – SALA DOS ADVOGADOS NO HALL PRINCIPAL.

As dependências do palácio desempenham funções representativas e funcionais diversas. No térreo, o Salão Branco abriga a “Galeria de retratos dos ex-presidentes do STF”, sendo tradição que o presidente atual inaugure o retrato de seu antecessor (STF, 2019).

Atrás do plenário estão ambientes de apoio como copa, sanitários, escada de serviços, elevadores privativo e público, além de lavabos. Os sanitários e copa apresentam piso e bancadas em mármore e paredes revestidas por laminado

melamínico na cor branco gelo. Com acesso para o plenário e voltado para a fachada leste está a Sala de Lanches dos Ministros, piso em mármore branco e paredes revestidas em mármore bege bahia (assim como o Salão Branco) (IPHAN, 2013).



FIGURA 49 – SALÃO BRANCO.

O espaço interno mais relevante no edifício do Palácio do STF é o Plenário, onde ocorrem as sessões públicas com surpreendente pé direito hierarquizando e destacando as atividades que ali se desenrolam. O plenário ocupa o centro da

planta do palácio, no térreo, e suas alas laterais podem se abrir diretamente para a galeria da colunata. A transparência das esquadrias com grandes planos de vidro traz a singularidade e o simbolismo, de modo que o espaço principal da mais alta Corte do país se mostra em relação transparente com o exterior (ROSSETTI, 2012).

A configuração atual do plenário é resultado das obras de reforma realizadas entre 1976 e 1978 (IPHAN, 2013). Quando inaugurado, contava com um terço dos lugares existentes atualmente, e onde estão hoje as cadeiras laterais existiam antes gabinetes de ministros e hall público (STF, 2019).

Apresenta o centro rebaixado com teto alteado côncavo em tabuado de madeira e as laterais em declive com teto mais baixo também em madeira. O piso é revestido em carpete bege⁶². Há cadeiras instaladas nas laterais⁶³ voltadas para o centro, e em parte dessa área central. Uma mesa em “U” é disposta ao centro com treze lugares. No lado oposto é

instalada a cabine de som e camarim para gravação (IPHAN, 2013).

Os revestimentos em lambri de madeira, utilizados originalmente nas paredes, cederam lugar ao revestimento do mesmo carpete bege utilizado no piso. Nesta mudança, a presença da madeira foi contemplada no elegante forro, onde o revestimento em régua de jacarandá passou a ser adotado como teto abobadado (SILVA, 2012).

O projeto da nova capital foi uma das tentativas de integrar completamente arquitetura às artes. Desde o início foram chamados artistas para colaborar no detalhamento dos projetos arquitetônicos, como Alfredo Ceschiatti, Athos Bulcão, Bruno Giorgi e Roberto Burle Marx. Essa conjugação das artes vem ao encontro da tentativa de projetar observando diversas escalas, proposta por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, permitindo atenção a detalhes que conduzem o olhar do observador (IPHAN, 2013).

⁶² Adotado na reforma de 1976

⁶³ Acrescidas na reforma de 1976



FIGURA 50 – PLENÁRIO DO PALÁCIO DO STF, BENS INTEGRADOS (PAINEL E CRUCIFIXO).

No plenário do palácio está o painel em relevo que compõe o fundo da sala, de autoria de Athos Bulcão, idealizado em 1969 em mármore bege bahia, sobre três paredes contíguas, medindo 2707cm x 640cm x 4cm. O painel tem composição geométrica abstrata formada pela repetição de módulos iguais, resultado da sobreposição de três peças, que resultam em quartos de círculo em baixo relevo no canto inferior direito de cada módulo. Apenas um módulo apresenta dimensões diferentes, instalado na parte central e à direita, no qual está fixado outro bem integrado: o crucifixo de madeira com detalhes dourados, de autoria de Alfredo Ceschiatti (IPHAN, 2018c). O painel foi instalado durante a reforma ocorrida entre 1976 e 1978 (IPHAN, 2013).

O painel é protegido pelo governo do Distrito Federal⁶⁴, que tombou um conjunto de 195 obras de Athos Bulcão, como painéis, relevos, vitrais, pisos, divisórias, portas, muros, forros, pinturas, castiçais e pia batismal, situados em diversos locais da capital. O tombamento é o reconhecimento de que sua obra

serve de parâmetro para o desenvolvimento cultural nacional, que contribuiu, decisivamente, para marcar a identidade da paisagem urbana de Brasília, e que sua vasta obra de integração de arte à arquitetura é tida como única no gênero (DISTRITO FEDERAL, 2009).

Além do crucifixo⁶⁵ instalado no painel do Plenário Ceschiatti, há outras duas obras homônimas relacionadas com o palácio. No hall da entrada principal está a porta simbólica de acesso ao Plenário onde, num painel de chapa metálica côncava está fixada a escultura “A Justiça”, de 1975, em bronze, tendo sido inaugurada em 1978 por ocasião do sesquicentenário da criação do STF (STF, 2019). De caráter figurativo, representa uma cabeça de mulher, e tem proporções de influência neoclássica, apesar da intensificação dos ângulos da figura e leve estilização dos traços (IPHAN, 2013).

⁶⁴ Decreto Distrital nº 31.067, de 23 de novembro de 2009, disponível em https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2009/11_Novembro/DODF%20226%2024-11-2009&arquivo=DODF%20226%2024-11-2009%20SECAO1.pdf

⁶⁵ Instalado em 1978 ao final da reforma, que dentre outros, instalou o painel de Athos Bulcão no Plenário.

Externamente, na frente do palácio (fachada norte), está a escultura “A Justiça”⁶⁶. Elaborada em 1961, é constituída por um único bloco de granito de Petrópolis, medindo 3,30m x1,48 m, com base de 0,40 m (IPHAN, 2013). De olhos vendados e espada em mãos, a estátua representa a personificação da deusa da justiça (Themis, na mitologia grega, e Iustitia, na mitologia romana). A escultura compõe o ambiente da Praça dos Três Poderes (STF, 2019).



FIGURA 51 – ESTÁTUA “A JUSTIÇA”.

⁶⁶ O único bem integrado previsto no projeto inicial.



FIGURA 52 – ESTÁTUA “A JUSTIÇA”.

O segundo pavimento do palácio tem um grande vazio central em razão do pé direito duplo no plenário. Ao redor desse vazio desenvolve-se uma circulação que conduz às salas voltadas para as fachadas, e para as escadas, elevadores e sanitários. As salas não apresentam forros, e o teto foi feito diretamente com a laje pintada de branco. Em todas as salas há sistema de refrigeração de ar, e o pano de vidro é protegido com cortinas de teto para impedir a incidência direta do sol (IPHAN, 2013).

Uma possibilidade de acesso, a partir do hall principal no térreo, é a partir da escada principal inserida na reforma de 1976, que dá acesso a um grande hall ligado à sala de exposições do Museu do Supremo Tribunal Federal. No hall são vistas duas estátuas de mármore pertencentes ao acervo do Museu. Embora alterações tenham ocorrido desde a inauguração, a distribuição dos cômodos corresponde à inicial (IPHAN, 2013).

⁶⁷ Tipo de tapeçaria criada na França no século XV.

⁶⁸ Foi deputado constituinte em 1890, ministro da Justiça em 1898, nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1902 e juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional entre 1923/1930 (principal órgão judiciário da Liga das Nações, conforme material de divulgação do STF).

O Salão Nobre, no segundo pavimento, é onde são recepcionados os chefes de Estado de países estrangeiros. Conta com mobiliário do século XIX, em estilo francês, tapeçarias estilo Gobelin⁶⁷, lustres em bronze e cristais e porcelanas japonesas. No hall estão esculturas em pedra tais como o busto de Epitácio Pessoa⁶⁸, “Os dois magistrados”⁶⁹ e “A República”⁷⁰(STF, 2019).

Os demais ambientes têm função de apoio administrativo, com salas da Secretaria de Segurança, Comitê de Imprensa, Comunicação Interna, Seção de Clipping, Fotografia, Núcleo de Programação Visual, Pesquisa e Redação, Coordenação Adjunta de Comunicação, Secretaria de Comunicação Social e Copa (IPHAN, 2013).

⁶⁹ Feito em pedra vulcânica e de autoria de Remo Bernucci, conforme material de divulgação do STF.

⁷⁰ Esculpida em mármore carrara, de 1912, é de autoria de Nicolina Couto, conforme material de divulgação do STF.

USOS

- 01 - ASSESSORIA DE CERIMONIAL
- 02 - ASSESSORIA DE CERIMONIAL
- 03 - COPA
- 04 - BANHEIRO
- 05 - CHEFIA - CERIMONIAL
- 06 - ASSESSORIA DE SEGURANÇA
- 07 - COMITÊ DE IMPRENSA
- 08 - COMUNICAÇÃO INTERNA E SEÇÃO DE CLIPPING
- 09 - FOTOGRAFIA
- 10 - NÚCLEO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL
- 11 - PESQUISA E REDAÇÃO
- 12 - COORDENAÇÃO ADJUNTA DE COMUNICAÇÃO
- 13 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 14 - COPA
- 15 - MUSEU DO STF - SEÇÃO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL
E RESERVA TÉCNICA
- 16 - MUSEU DO STF - SALA DE EXPOSIÇÕES
- 17 - HALL PRINCIPAL
- 18 - SALÃO DO CERIMONIAL
- 19 - HALL DOS ELEVADORES
- 20 - ESCADA
- 21 - BANHEIRO FEMININO
- 22 - ESCADA
- 23 - CIRCULAÇÃO
- 24 - BANHEIRO MASCULINO

PISOS

- CARPETE
- CARPETE SOBRE PISO ELEVADO
- MÁRMORE BRANCO
- MÁRMORE BEGE BAHIA
- GRANITO PRETO
- GRANITO CINZA
- CERÂMICA
- VINÍLICO
- GRANITINA
- CIMENTO
- PLACAS DE AÇO - PISO ELEVADO
- CHAPA XADREZ DE ALUMÍNIO
- JARDIM
- PORCELANATO
- CÔMODO NÃO ACESSADO



FIGURA 53 – ADAPTAÇÃO DA PLANTA BAIXA DO SEGUNDO PAVIMENTO, PRANCHA 2/18. FONTE: INVENTÁRIO DO STF (IPHAN, 2013, P. 126).

O terceiro pavimento apresenta configuração diferente daquela encontrada no seu projeto original, entretanto fundamenta-se da mesma forma: circulação circular percorrendo todo o perímetro, um amplo espaço central com hall de escada e elevadores de um lado e sanitários e copa do outro, além de salas circundando todas as fachadas (IPHAN, 2013).

No terceiro pavimento, o Hall da Presidência conta com mobiliário histórico e galeria de retratos de ministros da Corte, desde sua instalação em 1829 como Supremo Tribunal de Justiça, até a atualidade. Destaca-se a presença de uma mesa, adquirida em 1880 para compor o acervo do STF, em estilo Luiz Felipe (STF, 2019).

O Gabinete da Presidência, voltado para a Praça dos Três Poderes, ocupa parte das fachadas norte e leste. Decorado com mobiliário estilo compósito⁷¹, há poltronas e espelho em jacarandá, todos em estilo Vitoriano. No estilo Manuelino⁷² há armários-estantes e escrivaninhas usados quando a sede do STF ainda era no Rio de Janeiro. A mesa de

reuniões, o móvel mais antigo do ambiente, é de 1870, feita em peroba-do-campo, usada como mesa de lanches pelos ministros na época do Império. (STF, 2019).

Na Presidência o piso é revestido em carpete bege com pontos coloridos e as paredes são rebocadas e pintadas de branco. Ligado à Presidência está um pequeno lavabo com piso e bancada em mármore bege bahia e paredes revestidas em porcelanato bege e espelho. As demais salas de apoio comportam Juízes Auxiliares, Secretário Geral, Assessorias da Presidência, Diretor Geral, Assessoria Jurídica, Secretaria Processual e Coordenação de Projetos. No centro da planta os ambientes são sanitários, copa, salas de assessoria e de reuniões (IPHAN, 2013).

⁷¹ Caracterizado pela heterogeneidade de elementos.

⁷² Estilo criado em Portugal que definiu formas de decoração de monumentos durante o reinado de D. Manuel (1495/1521).

USOS

- 01 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA - REUNIÃO, ESTAR E DESPACHO
- 02 - LAVABO PRESIDÊNCIA
- 03 - LAVABO RECEPÇÃO PRESIDÊNCIA
- 04 - RECEPÇÃO PRESIDÊNCIA E APOIO
- 05 - COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA PRESIDÊNCIA
- 06 - ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR - SGP
- 07 - ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SGP
- 08 - ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SGP
- 09 - SECRETARIA PROCESSUAL - GABINETE DA PRESIDÊNCIA
- 10 - ASSESSORIA JURÍDICA - DIRETOR GERAL DA PRESIDÊNCIA
- 11 - GABINETE DIRETOR GERAL E APOIO
- 12 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA
- 13 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA
- 14 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA
- 15 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA
- 16 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA
- 17 - ASSESSORIA CHEFE DE GESTÃO ESTRATÉGICA
- 18 - CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
- 19 - GABINETE DO SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA E RECEPÇÃO
- 20 - GABINETES DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA E RECEPÇÃO
- 21 - HALL DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
- 22 - CIRCULAÇÃO PRIVADA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
- 23 - DEPÓSITO
- 24 - ESCADA
- 25 - SALA DE REUNIÕES DA PRESIDÊNCIA
- 26 - ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
- 27 - BANHEIRO FEMININO
- 28 - CIRCULAÇÃO
- 29 - AR CONDICIONADO
- 30 - ESCADA
- 31 - BANHEIRO MASCULINO
- 32 - RACK
- 33 - COPA
- 34 - ESTAGIÁRIOS DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
- 35 - ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
- 36 - SALA DE REUNIÃO

PISOS

- CARPETE
- CARPETE SOBRE PISO ELEVADO
- MÁRMORE BRANCO
- MÁRMORE BEGE BAHIA
- GRANITO PRETO
- GRANITO CINZA
- CERÂMICA
- VINÍLICO
- GRANITINA
- CIMENTO
- PLACAS DE AÇO - PISO ELEVADO
- CHAPA XADREZ DE ALUMÍNIO
- JARDIM
- PORCELANATO
- CÔMODO NÃO ACESSADO

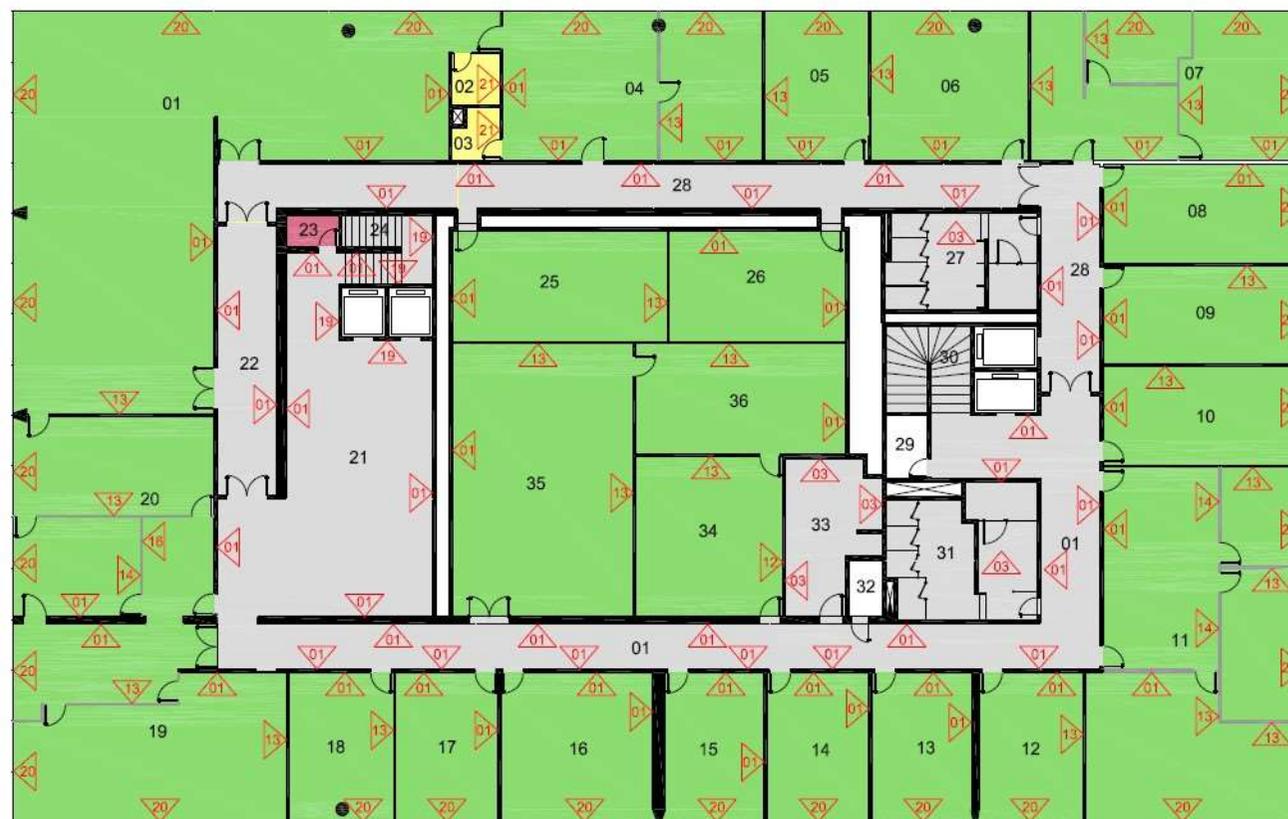


FIGURA 54 – ADAPTAÇÃO DA PLANTA BAIXA DO TERCEIRO PAVIMENTO, PRANCHA 3/18. FONTE: INVENTÁRIO DO STF (IPHAN, 2013, P. 127).

Resultados da Matriz A&A

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE AUTENTICIDADE

Neste item serão apresentados alguns dos resultados obtidos durante a avaliação qualitativa de autenticidade, e a definição de quais seriam apresentados foi aleatória. A avaliação como um todo é extensa e todo o conteúdo pode ser acessado nas tabelas anexas a esta dissertação e no Apêndice I. Todas as quatro (4) dimensões estão representadas por um dos cinco (5) atributos, como expresso a seguir:

Para a dimensão ARTÍSTICA e o atributo FORMA, foi identificado o seguinte:

As colunas emblemáticas do Palácio do STF são fruto dos estudos das colunas do Palácio da Alvorada. A variação para o STF se processa com base nos mesmos fundamentos e atendem às mesmas regras verificadas na solução adotada para o Planalto, ou seja, premissas de equilíbrio entre espaçamento, forma e proporção. Niemeyer consegue imprimir tamanha força à forma dos elementos, que eles passam a representar, simbolicamente, o edifício. A caixa de vidro (que

representa o núcleo do palácio) recuada das bordas e a transparência do edifício demonstram a aplicação da fachada cortina, da planta livre e da relação franca entre exterior e interior, conceitos preponderantes na arquitetura moderna. A presença da rampa principal dá ao edifício seu caráter de monumentalidade e a forma de suas colunas dão a sensação de leveza, quase flutuando rente ao chão. A presença da estátua "A Justiça" instalada no piso da praça, à frente do palácio, representa a integração entre arquitetura e demais formas de arte, algo intencional do projetista para todos os edifícios que concebeu na cidade.

Para a dimensão HISTÓRICA e o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, foi identificado o seguinte:

A história da construção do edifício, inserida na história da construção da nova capital, passa pela capacidade operacional das construtoras e dos artífices que trabalharam. Enquanto Niemeyer e Cardozo projetavam concomitantemente com o desenvolvimento das obras, o prazo de entrega da obra inviabilizava que os projetos contassem com todo o detalhamento necessário. Além disso, a adoção de soluções inovadoras, tanto pelo arquiteto como pelo engenheiro exigiu

dos construtores e artífices capacidade imaginativa e de realização únicos. Exemplo disso é a engrenagem embutida na estrutura metálica de suporte das esquadrias originais, além do exímio corte das peças de mármore nas colunas.

Para a dimensão SOCIAL e o atributo USO e FUNÇÃO, foi identificado o seguinte:

Assim como o Palácio do Planalto e do Congresso, o Palácio do STF tem forte valor simbólico para a sociedade. Enquanto representante de um dos poderes da república, manifestações sociais muitas vezes têm o edifício como foco, justamente por esta representatividade, em geral com o objetivo de pressionar os ministros sobre algum julgamento de decisão relevante.

Para a dimensão CIENTÍFICA e o atributo MATERIAIS, foi identificado o seguinte:

Estudar materiais utilizados (composição e comportamentos químicos, térmicos, de desempenho etc.) tais como o mármore, a estrutura metálica e o alumínio das esquadrias, possibilita conhecer as formas mais adequadas de intervir no edifício. As peças antes acabadas a mão e

assentadas sobre uma parede estrutural evoluíram para sistemas que configuram uma fina camada superficial como envoltória do edifício, chamada de máscara, da qual a arquitetura moderna se beneficia e passa a explorar, e isso ajuda a entender as soluções arquitetônicas projetadas. Na situação em que alguns materiais e produtos são descontinuados pela indústria, conhecer os materiais originais é fundamental para prover substituições condizentes com o bem, tanto do ponto de vista estético como do desempenho.

AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE

Neste item serão apresentadas as tipologias de adaptação requeridas a partir das demandas de ajustes provenientes das não-conformidades relativas aos requisitos de acessibilidade.

Na área externa ao edifício, incluindo as calçadas, acesso e entradas do edifício, as travessias na via local, o trajeto dos usuários entre o ponto de identificação no Anexo I, passando pelo piso em pedra portuguesa da praça (na área delimitada do estudo) até chegar nas escadas e rampa da

entrada principal, foram identificadas, de forma resumida foram identificadas as seguintes necessidades de adaptação: alteração no piso das calçadas (troca, retirada, inserção de revestimento); retirada de elementos (obstáculos) no piso das calçadas; ajustes construtivos para inserção de rampa chanfrada/rebaixo nas calçadas ou inserção de travessia elevada na via local; melhorias no acesso com a inserção de mapa acessível e alteração no piso do acesso (troca, retirada, inserção de revestimento); nas entradas do edifício, ajustes construtivos em rampas e escadas para inserção de elementos (p.e. corrimãos) e alteração no piso de rampas e escadas (troca, retirada, inserção de revestimento).

Na área interna do edifício, incluindo informações sobre circulação interna, esquadrias, sanitários e o plenário, de forma resumidas foram identificadas as seguintes demandas de ajustes: ajustes construtivos em escadas para inserção de elementos (p.e. corrimãos) e alteração de acessórios (maçanetas, fechaduras) nas portas. Nos sanitários há a necessidade de inserção de acessórios (barras, espelhos, papelera, dispositivo de emergência), de alteração de dimensões de portas (largura), alteração de acessórios

(maçanetas, fechaduras), de inserção de sinalização tanto nas portas como nas paredes (informativa e de emergência), de ajustes construtivos para portas (alargamento de vãos) e soleiras (tratamento de ressaltos), de instalação e/ou troca de metais (torneira) e acessórios (cabide, saboneteira, toalheiro) e de instalação/troca de mictório e válvula. No plenário há a necessidade de definição e sinalização de assentos (pessoa obesa, em cadeiras de rodas, c/mobilidade reduz.) e de ajustes no piso das rampas para acessibilidade (troca, retirada, inserção de revestimento) para melhoria da aderência.

O detalhamento das não-conformidades, com registro fotográfico, está no **Apêndice III**, que permite melhor visualização das informações contidas no **Apêndice II** (o qual apresenta todas as vinte abas da lista de verificação de acessibilidade, da planilha eletrônica).

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DAS ADAPTAÇÕES

A seguir são apresentados alguns dos resultados obtidos sobre a avaliação qualitativa de autenticidade. A avaliação completa está no **Apêndice I**.

Para a dimensão ARTÍSTICA e o atributo FORMA, foi identificado o seguinte:

A inserção de ladrilhos hidráulicos como piso tátil de alerta não impacta negativamente as calçadas, desde que a cor escolhida seja compatível (sem destoar excessivamente da própria calçada). A inserção de ladrilhos hidráulicos como piso tátil de alerta no piso em pedra portuguesa, nos trechos que antecedem as duas escadas na entrada principal, pode ser experimentada, pois não afetam a percepção visual a partir da praça, desde que a cor seja compatível com a pedra, e no caso de avaliação negativa a inserção pode ser removida e o piso em pedra refeito sem representar dano, pois ações de refazimento do piso em pedra são corriqueiras. É possível instalar piso tátil de alerta por elementos (tipo colagem direta, por exemplo), e não em placas, com adesivo tipo dupla face no piso em mármore nos trechos que antecedem as escadas e avaliar sua efetividade e removê-los sem que a instalação cause danos no piso, a exemplo das fitas pretas aderentes já instaladas nos degraus. A colocação de piso tátil tanto de alerta como direcional na rampa e no trecho que conecta as escadas até a porta de entrada do palácio pode causar grande impacto

negativo visual e a sua função pode ser atendida por outros elementos delimitadores e direcionadores do tráfego de pessoas, como pelas barreiras de delimitação já utilizadas pelo cerimonial do palácio. A colocação de piso tátil direcional no piso da praça em pedra portuguesa, no trecho que liga a calçada em placas até a entrada principal, pode comprometer a leitura da paginação do piso e não se mostra adequada, o que requer a busca de alternativas. A inserção de passagem elevada na via local não representa nenhum impacto negativo, desde que seja em asfalto, pois caso seja em concreto pode causar impacto visual negativo e dar a sensação de conexão entre os edifícios que prejudique a separação pretendida pelo arquiteto, inclusive ao propor o paisagismo com árvores na frente do Anexo I. Alternativa às passagens elevadas seria a execução de rebaixos nos trechos de piso em mármore que antecedem a escada sul do palácio (o que representa intervenção mais difícil de ser revertida) e a escada da entrada do Anexo I (onde o rebaixo prejudicará a área disponível para circulação). Ajustes construtivos nas grelhas de ventilação do subsolo que estão no piso em pedra portuguesa (próximo à calçada em placas de concreto) não representam riscos ao

patrimônio, podendo ser realizada a redução das dimensões dessas grelhas, melhorando assim a rota acessível. Ajustes construtivos para a alteração da inclinação da rampa da entrada principal não são compatíveis, pois alteram a relação de proporção entre o elemento e o edifício. A inserção de guarda-corpos e corrimãos podem alterar a leitura do edifício, a depender do ponto do observador (se mais perto ou mais longe do edifício). Pelo uso esporádico do acesso simbólico da rampa do palácio, não se entende compatível inserção de elementos fixos, mas é possível avaliar a utilização de elementos removíveis, instalados quando necessário. Embora de acesso exclusivo dos ministros e dos funcionários, na escada da fachada sul é possível avaliar a instalação de um corrimão central duplo, nos padrões da norma com fixação cuidadosa no piso da escada e da varanda. A furação cuidadosa, semelhante à já realizada nos degraus para a fixação do carpete vermelho usado em ocasiões especiais, podem garantir que em caso de reversibilidade os furos remanescentes sejam preenchidos com pó de pedra e fiquem imperceptíveis. A instalação desse corrimão pode auxiliar o deslocamento dos ministros, em geral, pessoas idosas. O

alargamento dos vãos das portas de acesso aos sanitários coletivos (hoje com 70 cm) é essencial e em nada compromete o edifício. Após o alargamento dos vãos das portas de acesso aos sanitários coletivos a inserção de novas portas deve respeitar a compatibilidade de cor com as demais portas próximas, no corredor próximo. A inserção de acessórios nos sanitários não prejudica o edifício, ao contrário, o modernizam e demonstram o quão versátil as plantas dos pavimentos são. A instalação de mapa acessível no hall principal pode alterar a percepção do espaço destinado aos bustos e ao bem integrado no painel ondulado (escultura metálica "A Justiça").

Para a dimensão HISTÓRICA e o atributo USO e FUNÇÃO, foi identificado o seguinte:

A inserção de piso tátil e as ações de conservação no piso qualificam melhor o trajeto dos usuários, tanto nos acessos gerais quanto no percurso entre o Anexo I (local de identificação) e o palácio. Dessa forma, impactam positivamente no uso e no desempenho da função do edifício. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem. A

demarcação de assentos exclusivos para atendimento dos requisitos de acessibilidade, por meio de identificação removível e em tecido é possível e reforça o caráter de uso público do plenário, reforçando a função institucional do palácio e histórica da Suprema Corte.

Para a dimensão SOCIAL e o atributo USO e FUNÇÃO, foi identificado o seguinte:

Adaptações nos pisos, com a inserção de piso tátil, melhorias das travessias na via local e melhorias nos pisos para deslocamento nos acessos por exemplo têm o potencial de democratizar o usufruto do palácio, o que de alguma forma pode contribuir para que maior parcela da sociedade estabeleça compromisso de preservação. Inserções e readequações de acessórios por exemplo qualificam melhor os sanitários, melhorando o desempenho do uso e da função do palácio, afetando positivamente a rotina diária dos funcionários. A demarcação de assentos exclusivos para atendimento dos requisitos de acessibilidade, por meio de identificação removível e em tecido é possível e reforça o caráter de uso público do plenário, reforçando a função institucional do palácio e histórica da Suprema Corte, o que pode contribuir para a

sensação de respeito aos direitos, em especial à diversidade, e contribuindo para a sensação de pertencimento.

Para a dimensão CIENTÍFICA e o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, foi identificado o seguinte:

As intervenções nos pisos externos não devem estabelecer conexões que passem a estabelecer conexões antes inexistentes, e não intencionadas pelo arquiteto. Dessa forma, passagens elevadas para travessia da via local que passa entre o palácio e o Anexo I devem ser avaliadas com cuidado. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

Conclusões do capítulo

Para poder identificar os atributos do Palácio do STF foi preciso recorrer à verificação das intenções projetuais, tanto de Lucio

Costa para a criação da nova capital, quanto de Oscar Niemeyer para a Praça dos Três Poderes e para os Palácios da Alvorada e do Planalto.

O processo de tombamento, o inventário e os trabalhos acadêmicos selecionados foram de grande contribuição para o levantamento de informações sobre o edifício, tanto sobre as características arquitetônicas quanto sobre os aspectos da engenharia, o que permitiu valorar com alto grau de detalhamento os atributos do palácio.

A forma de aproximação do objeto de análise, por meio do passeio imaginário (no qual o observador toma conhecimento primeiro da área externa, da ambiência, para depois se aproximar do objeto de estudo, a partir dos seus acessos, e em seguida, adentrar as dependências do edifício), mostrou-se adequada para entender o palácio e seus atributos e para avaliar os requisitos de acessibilidade.

A versão revisada e atualizada do método Matriz A&A demonstrou sua pertinência e aplicabilidade para o levantamento de informações sobre as não-conformidades de acessibilidade, a identificação dos valores e por fim, os

possíveis impactos que as adaptações demandadas podem causar no palácio.

A partir das dimensões artística, histórica, social e científica, foi possível realizar a avaliação qualitativa de autenticidade e valorar todos os atributos propostos na nova versão da matriz (forma, materiais, uso e função, tradições e técnicas, localização e envolvente).

O Palácio do STF possui atualmente várias adaptações para acessibilidade. No entanto, algumas oportunidades de melhoria e necessidades de ajustes foram identificadas. Ao avaliar os possíveis impactos que as adaptações demandadas podem causar no Palácio do STF, a matriz permite visualizar não só os potenciais danos ao edifício, mas também as adaptações compatíveis com os requisitos de proteção do edifício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Documentos normativos e orientativos, tais como as cartas e documentos patrimoniais de caráter internacional, como o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC e a Política de Patrimônio Cultural Material – PPCM, ambos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, mostraram-se relevantes para abordar os principais conceitos adotados na matriz A&A, quais sejam, *autenticidade*, *significância cultural*, *referência cultural*, *dimensões*, *valores*, *aspectos* e *atributos*.

A participação social na *preservação* e na gestão do Patrimônio Cultural está presente tanto a Carta de Burra, que aborda o processo da gestão de bens com *significância cultural*, quanto no INRC, que utiliza o conceito de *referência cultural*, e na PPCM. A adoção das premissas consideradas nos documentos de abrangência nacional, como o INRC e a PPCM, não restringe ou diminui o alcance da contribuição que

a matriz pode ter, uma vez que ela adota conceitos difundidos internacionalmente (*autenticidade*, *valor* e *atributo*).

No campo da legislação, as conexões dos diversos documentos analisados demonstram como eles contribuem e se sustentam mutuamente, e esse reconhecimento é importante para embasar as tratativas de *adaptação* do Patrimônio Cultural para atendimento da acessibilidade universal.

A revisão e atualização da matriz viabilizou adotar a ideia de processos para sua aplicação e entender a matriz como um método, sem que isso represente alterar a forma de trabalho adotada e ajudou a explicar melhor o método proposto. Durante a revisão e atualização, no intuito de facilitar o seu uso, alguns atributos foram retirados da tabela de avaliação qualitativa de autenticidade sem prejuízos para o levantamento de informações.

Tão importante entender a matriz como um método, e não simplesmente como uma ferramenta, foi separar a ferramenta “lista de verificação de acessibilidade”, o que proporcionou que a Matriz A&A só venha a requerer novas atualizações se mudarem seus processos, e não mais por

conta de alterações normativas de acessibilidade por exemplo. Mas o maior ganho nessa separação é o de viabilizar que outras listas de verificação de acessibilidade possam ser adotadas, inclusive contemplando a legislação de outros países. Dessa forma, a matriz ganha mais amplitude de utilização.

No caso do Brasil, a matriz revisada possibilita que a verificação dos requisitos de acessibilidade seja proveniente de laudos de acessibilidade produzidos pelos próprios órgãos gestores do *bem* (quando forem edifícios relacionados por exemplo à esfera pública federal). Assim o uso da matriz revisada pode ser ampliado e aplicado de modo a contribuir de forma prática para os órgãos gestores do patrimônio, como o IPHAN.

Dessa forma, bens acautelados em nível federal que sejam edifícios da administração pública federal e que já disponham de laudos de acessibilidade, podem ter projetos de adaptação submetidos ao IPHAN, que então pode, a partir das informações de *autenticidade*, avaliar os possíveis impactos das adaptações sobre o bem.

Embora os argumentos apresentados sejam focados em *bens* de gestão federal, não há impedimentos ou limitações para que o método seja aplicado em quaisquer *bens*, inclusive internacionais

A verificação do desempenho da versão revisada e atualizada da matriz foi feita com a aplicação do método no Palácio do Supremo Tribunal Federal – STF, um edifício representante da arquitetura moderna e monumental em Brasília.

Para conhecer um bem, edifício ou espaço, é preciso buscar informações inclusive sobre o contexto em que ele está inserido. No caso do Palácio do STF foi preciso recorrer à verificação das intenções projetuais, tanto de Lucio Costa para a criação da nova capital, quanto de Oscar Niemeyer para a Praça dos Três Poderes e para os Palácios da Alvorada e do Planalto.

A busca por fontes de informações adequadas é um processo exaustivo e deve ser o mais amplo possível. Contar com informações sobre o processo de tombamento e o inventário do palácio, além de trabalhos acadêmicos,

proporcionou dispor de informações detalhadas e relevantes para a avaliação qualitativa de *autenticidade*.

A forma de aproximação do objeto de análise, por meio do passeio imaginário (no qual o observador toma conhecimento primeiro da área externa, da ambiência, para depois se aproximar do objeto de estudo, a partir dos seus acessos, e adentra as dependências do edifício), ajuda a orientar a percepção e as análises dos especialistas, tanto na tomada de registros fotográficos e videográficos, como na observação da ambiência e envolvente do *bem*, pois de certa forma, é um passeio intuitivo.

Mesmo o Palácio do STF já contando atualmente com várias adaptações para acessibilidade, a aplicação da matriz possibilitou identificar oportunidades de melhoria e necessidades de ajustes. Além dos potenciais impactos negativos que as adaptações podem ter sobre o bem, o método possibilitou também listar impactos positivos e dar ideia de como adaptações compatíveis com os requisitos de proteção do edifício podem ser desenvolvidas.

Embora a demanda social em prover adaptações de acessibilidade seja pautada no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e na obrigatoriedade legal de se adaptar os edifícios e os espaços do Patrimônio Cultural, o benefício é para todos indistintamente, pois o envelhecimento das pessoas as leva a apresentarem limitações em ouvir, enxergar, andar e se comunicar, dentre outras, e inclusive pessoas jovens estão sujeitas a passarem por essas mesmas limitações, ainda que de forma temporária (como uma lesão que as obrigue a se locomover apenas por cadeira de rodas).

Não há dúvidas de que a democratização do acesso ao Patrimônio Cultural aumenta sua difusão e promoção, o que pode contribuir inclusive para sua *preservação*.

Como risco potencial positivo que as intervenções para acessibilidade podem causar no patrimônio, pode-se entender que as intervenções físicas no *bem* podem proporcionar a continuidade da vivência de experiências não daqueles atores sociais que já reconhecem valor naquele bem, mas de novos atores.

Finalizada a pesquisa, alguns desdobramentos de novas investigações podem ser listados:

1. A portaria nº 366 do IPHAN pode ser uma inspiração para a discussão e publicação de outra portaria que trate de adaptações para acessibilidade em patrimônio. O processo de discussão para a elaboração da portaria nº 366 contou com o esforço conjunto do IPHAN, do Ministério Público Federal e de representantes dos Corpos de Bombeiro de todo o país, compatibilizando as exigências para a segurança, prevenção e combate a incêndios com o mínimo impacto sobre o patrimônio. As discussões sobre adaptações de acessibilidade em patrimônio poderiam contar com a participação ampla de representantes do IPHAN, do Ministério Público e de entidades representantes das pessoas com deficiência, de forma que as demandas de adaptação possam ser viabilizadas e compatibilizadas numa portaria que trate das necessidades e possibilidades de adaptação do patrimônio aos requisitos de acessibilidade, atingindo o equilíbrio e pragmatismo necessário aos dias de hoje;
2. As ferramentas atuais que operacionalizam os processos do método estão ambientadas no software Excel. O uso cada vez mais corriqueiro de aplicativos, indica a possibilidade de substituição dessas ferramentas por recursos tecnológicos mais amigáveis, no caso os aplicativos que possam ser então usados em celulares, por exemplo;
3. As informações extraídas da avaliação qualitativa de autenticidade, em especial sobre a dimensão científica, indicam um vasto campo de futuras pesquisas possíveis de serem realizadas sobre todos os atributos. MATERIAIS e TRADIÇÕES e TÉCNICAS são os mais expressivos de serem explorados, por haver atualmente poucas informações sobre eles, se compararmos com os outros atributos. Estudar materiais utilizados (composição e comportamentos químicos, térmicos, de desempenho etc.) tais como o

mármore, a estrutura metálica e o alumínio das esquadrias, possibilita conhecer as formas mais adequadas de intervir no edifício. No caso do STF, investigar as técnicas adotadas na construção do edifício contribui para entender determinadas posturas construtivas adotadas em razão do prazo exíguo de construção e da indisponibilidade de projetos executivos detalhados para a empreitada. Assim, é possível reconhecer não só as falhas construtivas, mas também a engenhosidade de construtores e artífices que participaram da obra.

A partir do entendimento da Matriz A&A como um método composto de processos que são operacionalizados por ferramentas, como já mencionado, é possível extrapolar a sua aplicação. A matriz é uma forma de levantar a autenticidade, as necessidades de demanda de adaptação de acessibilidade e confrontá-las avaliando os potenciais impactos sobre o patrimônio. Se no lugar das demandas de adaptação para acessibilidade, forem consideradas as demandas de

adaptação para atendimento aos requisitos de prevenção e combate a incêndio e pânico, por exemplo, então é possível aplicar o método Matriz A&A, e avaliar os potenciais impactos das demandas de adaptação sobre o patrimônio. Aumenta-se assim, a gama de utilização do método, que pode ser usado para investigar diversas demandas de adaptação, sejam elas para atender requisitos de acessibilidade, seja de proteção contra incêndio, seja de sustentabilidade (conforto térmico, acústico, entre outros). Dessa forma, propõe-se adotar um novo nome para a matriz: **MÉTODO MATRIZ A&A (Autenticidade & Adaptação)**.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BERNARDI, Cristiane **Kröling**. A evolução da NBR 9050. Guia de Rodas, 2020. Disponível em: <https://guiaderodas.com/nbr-9050-norma-de-acessibilidade/>. Acesso em: 11 maio 2021.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder

Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 nov. 2000a. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000b. Seção 1, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Do parecer no tocante à alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, e alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, em virtude de decisão judicial transitada em

julgado. Parecer homologado, n. 948/2019, de 09 de outubro de 2019. Relator: Luiz Roberto Liza Curi.

_____. Portaria Interministerial nº 323, de 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-323-de-10-de-setembro-de-2020-276902528>. Acesso em: 8 maio 2021.

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC: controle total da qualidade total (no estilo japonês)**. 9. Ed. Nova Lima: Editora FALCONI, 2014.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário Filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DISTRITO FEDERAL. Decreto Distrital nº 31.067, de 23 de novembro de 2009. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 nov. 2009. Seção 1. p. 19. Disponível em https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2009/11_Novembro/DODF%20226%2024-11-2009&arquivo=DODF%20226%2024-11-2009%20SECAO1.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

FERREIRA, Oscar Luís. **Patrimônio cultural e acessibilidade**: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005. 2011, 335 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9381>. Acesso em: 8 maio 2021.

FERREIRA, Oscar Luís; MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva. **Acessibilidade, Autenticidade e Patrimônio recente no Brasil: O Palácio Itamaraty e o Instituto Central de Ciências - ICC**. In:

4º CONGRESSO PORTUGUÊS DE CONSTRUÇÃO – ITECONS, 2012, Coimbra. Anais... Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. [12] f., il.

FERREIRA, Oscar Luís; MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva. **Palace of Justice Raymundo Faoro: access for all to Brazilian modern heritage sites**. In: WORLD CONGRESS ON HOUSING SCIENCE: CHANGIN NEEDS, ADAPTIVE BUILDINGS, SMART CITIES, 39., 2013, Milan, Anais... Milan: IAHS, 2013.

FERREIRA, Oscar Luís; MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva. **O pavilhão OCA 2 da Universidade de Brasília: a adaptação do patrimônio moderno às exigências de acessibilidade universal**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO REHABEND, 2014, Santander, Espanha. Anais... Santander: Universidad de Cantabria, 2014.

FERREIRA, Oscar Luís; MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva. **A autenticidade como instrumento de orientação para a adaptação do patrimônio cultural brasileiro à acessibilidade universal: o caso do adro do convento franciscano em Olinda (PE)**. In: VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído – ENEAC 2018 e VIII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, 2018, Fortaleza, Brasil, 2018.

GETTY CONSERVATION INSTITUTE. **Eames house conservation management plan**. Los Angeles, 2018. Disponível em: https://www-lb.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/eames_cmp.pdf. Acesso em: 08 maio 2021.

ICOMOS Australia. The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013. Burra: ICOMOS Australia, 2013. Disponível em: <https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. **Instrução Normativa nº 01**. Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

_____. **Edital de notificação do tombamento de obras projetadas por Oscar Niemeyer (processo 1.550 T-07)**. Brasília, IPHAN, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/12/2007&jornal=3&pagina=14&totalArquivos=196>.

Acesso em: 8 maio 2021.

_____. **Processo eletrônico 01450.011563/2008-53**. SEI – Sistema Eletrônico de Informações. Brasília, IPHAN, 2008. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_proceso_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcr-bog9d9GHjcw2DQ5YbX5K-dn0qfuqHbrxMhD7cMrEIAxwtl. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. **Portaria nº 420**. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. **Inventário do Supremo Tribunal Federal**. Elaboração Memória Arquitetura. Realização IPHAN. Brasília: IPHAN, 2013.

_____. **Carta ao cidadão**. Brasília: IPHAN, 2014a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CartaCida-daoweb.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. **Instrução Normativa nº 01**. Brasília: IPHAN, 2014b.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2014c. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_Cader-noAcessibilidade_m.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. **Brasília, cidade que inventei**. Brasília: IPHAN, 2014d.

_____. **Portaria nº 375**. Brasília: IPHAN, 2018a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. **Portaria nº 366**. Brasília: IPHAN, 2018b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_3662018_incendios.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. **Inventário da obra de Athos Bulcão em Brasília**. Brasília: IPHAN, 2018c.

JOKILEHTO, Jukka. **Considerations on authenticity and integrity in world heritage context**. Italy, 2006. Disponível em: https://sites.eca.ed.ac.uk/ear/files/2011/11/EAR_30_1.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

JUNCÀ UBIERNA, José Antonio (Org). **Accesibilidad Universal al Patrimonio Cultural**: fundamentos, criterios y pautas. Madrid, 2011. KERR, James Semple. **Conservation Plan**: a guide to the preparation of conservation plans for places of European cultural significance. 7 ed. Sydney. ICOMOS Australia, 2013. Disponível em: <https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Conservation-Plan-7th-Edition-reduced-file-size.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

LIMA, Bruna Barbosa de. **Sistema de revestimento em mármore nas fachadas do Congresso Nacional: cenários do estado de conservação**. 2019. 167 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37347>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva; FERREIRA, Oscar Luís. Escola Parque 308 Sul em Brasília: a adaptação do patrimônio moderno às exigências de acessibilidade universal. In: REHABEND 2016 – EURO-AMERICAN CONGRESS ON CONSTRUCTION, PATHOLOGY, REHABILITATION, TECHNOLOGY AND HERITAGE MANAGEMENT, 6., 2016, Burgos. Anais...Burgos: University of Burgos, 2016.

MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva; FERREIRA, Oscar Luís. **Palácio Itamaraty em Brasília: análise de adequação às normas brasileiras sobre acessibilidade e propostas de melhoria, respeitando a autenticidade**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – PLURIS 2012: REABILITAR O URBANO, 5., 2012, Brasília. Anais... Brasília: UnB; UFSCAR; USP; UMINHO, 2012. [12] f., il. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11501>. Acesso em: 8 maio 2021.

MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva; FERREIRA, Oscar Luís. **The convent of San Francisco in Olinda: the authenticity as a guide for the adaptation of Brazilian cultural heritage sites to universal accessibility**. In: REHABEND 2020 – EURO-

AMERICAN CONGRESS ON CONSTRUCTION, PATHOLOGY, REHABILITATION, TECHNOLOGY AND HERITAGE MANAGEMENT, 6., 2020, Granada. Anais...Granada: University of Cantabria, 2020. Disponível em: https://www.rehabend.unican.es/wp-content/uploads/2021/02/Libro_RESUMENES.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Sousa. **Estudos de direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ROSSETTI, Eduardo. **Arquiteturas de Brasília**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012.

RUSSEL, Roslyn; WINKWORTH Kylie. **Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections**. Australia: Collections Council of Australia, 2009.

SILVA, Elcio Gomes da. **Os palácios originais de Brasília**. 2012. 597 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11159>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **Portas abertas: programa de visitação do STF**, Brasília: STF, 2019.

UNESCO. **Convenção do Patrimônio Mundial**. UNESCO/WHC, Paris, 1972. Disponível em:

<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 1 maio 2021.

_____. World Heritage Centre. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. WHC, Paris, 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 1 maio 2021.

APÊNDICE I – Matriz A&A_2021- STF – Avaliação Qualitativa de Autenticidade e dos Impactos das Adaptações

Os resultados obtidos pela aplicação do método MATRIZ A&A sobre a avaliação qualitativa de autenticidade são apresentados por completo neste Apêndice. Aqui também está a demonstração das análises parciais dos impactos das adaptações sobre o patrimônio, obtidas em respostas às três (3) perguntas-padrão e provenientes da tabela auxiliar_A&A.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO (Documentação)	DIMENSÃO ARTÍSTICA
FORMA	As colunas emblemáticas do Palácio do STF são fruto dos estudos das colunas do Palácio da Alvorada. A variação para o STF se processa com base nos fundamentos e atendem às mesmas regras verificadas na solução adotada para o Planalto, ou seja, premissas de equilíbrio entre espaçamento, forma e proporção. Niemeyer consegue imprimir força à forma dos elementos, que passam a representar o edifício. A caixa de vidro (o núcleo do palácio) recuada das bordas e a transparência do edifício demonstram a aplicação da fachada cortina, da planta livre e da relação franca entre exterior e interior, conceitos da arquitetura moderna. A presença da rampa principal dá ao edifício seu caráter de monumentalidade e a forma de suas colunas lhe conferem leveza. A presença da estátua "A Justiça" instalada no piso da praça, à frente do palácio, representa a integração entre arquitetura e demais formas de arte, algo intencional do projetista para todos os edifícios que concebeu na cidade.
MATERIAIS	O uso do vidro na fachada cortina contribui para expressar a relação franca entre exterior e interior. O uso do mármore branco, tanto no piso quanto no revestimento das colunas, garante monumentalidade ao edifício, e seu caráter de excepcionalidade juntamente com os demais palácios representativos dos poderes.
USO E FUNÇÃO	Construído para ser a sede máxima do Poder Judiciário no país o palácio é ao mesmo tempo simples e elegante. Enquanto ambientes internos específicos, especialmente decorados, se destinam à recepção de chefes de estados e demais autoridades, elementos externos como a rampa em frente à praça e a escada na fachada Sul hierarquizam os acessos e são fruto das intenções projetuais do arquiteto.
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	De forma significativa, o sistema estrutural em concreto armado contribui para a expressão plástica pretendida pelo arquiteto. A relação de Niemeyer com o engenheiro Joaquim Cardozo viabilizou a forma estética pela forma estática. Rompendo muitas vezes com as normas vigentes à época, Cardozo viabilizou em grande parte a distinção de Niemeyer quanto à parte dos valores de reconhecimento do arquiteto: simplificação da forma plástica e seu equilíbrio com os problemas funcionais e construtivos; soluções compactas, simples e geométricas; estrutura integrada na concepção plástica original e componentes estruturais delgados, esbeltos e filiformes. Dessa forma, procura-se restringir os elementos estruturais à função de expressar a arquitetura. Exemplo disso é o ordenamento estrutural testificado pelo intercolúnio e ratificado pelos suportes aparentes no interior.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	O edifício, inserido na Praça dos Três Poderes, estabelece uma inter-relação com o Palácio do Planalto a partir das similaridades entre volumes e suas colunas. A estátua "A Justiça" em granito antecede o edifício na praça simbolizando sua função, enquanto o paisagismo (parte da escala bucólica) o protege de impactos visuais que o Anexo I poderia causar. A inserção dos bancos em concreto no piso da praça nas proximidades do palácio guarda relação com a intenção do arquiteto que menciona seu desejo de proporcionar ao observador a aproximação do edifício e sua contemplação a partir de vários ângulos de observação.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO (Documentação)	DIMENSÃO
	HISTÓRICA
FORMA	Tanto o Palácio do STF quanto o Palácio da Alvorada são ícones da arquitetura moderna brasileira, reconhecidos internacionalmente. As colunas do STF são desdobramentos do projeto e do protótipo que Niemeyer fez para a solução do Palácio da Alvorada. Se a construção de uma nova capital, cujo plano urbanístico seria depois reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO, por si só já representa algo significativo na história de um país, a forma de concepção projetual inovadora de Niemeyer também o é. A fachada cortina, a planta livre e a relação interior/exterior franca representam elementos de desdobramento do movimento moderno.
MATERIAIS	O mármore nacional utilizado, tanto no piso como revestimento das colunas, viabilizou o cumprimento de prazo da entrega do edifício para a data da inauguração da cidade. A estrutura metálica e o alumínio das esquadrias também estão associados ao início da industrialização desse setor no Brasil. Apesar de ser o principal material natural adotado na construção, a rocha era um recurso escasso no Brasil, e até século XX, sua extração era realizada em pequenas pedreiras, de modo rudimentar.
USO E FUNÇÃO	A criação da nova capital requeria a transferência das atividades rotineiras de cada instituição ou órgão público. O histórico da construção e das intervenções posteriores mostram a necessidade de que o edifício pudesse atender as demandas dos seus usuários, incluindo os ministros. Muitos eram resistentes à transferência da capital, e por conseguinte, das funções administrativas dos poderes da república. A conclusão a contento do edifício na data da inauguração da cidade, viabilizou a realização de sessão solene simultânea na qual todos os três poderes foram instalados em 21 de abril de 1960, simbolizando a transferência da capital.
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	A história da construção do edifício, inserida na história da construção da nova capital, passa pela capacidade operacional das construtoras e de seus artífices. Enquanto Niemeyer e Cardozo projetavam concomitantemente com o desenvolvimento das obras, a exiguidade dos prazos inviabilizava que os projetos contassem com todo o detalhamento necessário. Além disso, a adoção de soluções inovadoras, tanto pelo arquiteto como pelo engenheiro exigiu dos construtores e artífices capacidade imaginativa e de realização únicos. Exemplo disso é a engrenagem embutida na estrutura metálica de suporte das esquadrias originais, além do exímio corte das peças de mármore nas colunas.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	Impossível dissociar o edifício dos Palácios do Planalto e do Congresso, da Praça dos Três Poderes e até mesmo da esplanada dos ministérios. Posicionado na praça desde o relatório do plano piloto concebido por Lucio Costa, toda a envolvente do edifício justifica o próprio palácio, são elementos complementares indissociáveis.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO (Documentação)	DIMENSÃO SOCIAL
FORMA	O edifício está inserido no conjunto urbano de Brasília. A partir de 2007, o edifício foi tombado provisoriamente, sendo o tombamento homologado somente em 2017. Outra iniciativa de proteção foi a realização de inventário em 2013 pelo IPHAN. Vários estudos acadêmicos têm o edifício como objeto de estudo, somando-se ao conjunto de informações oficiais.
MATERIAIS	A transparência do edifício, fruto do uso do vidro na fachada cortina, contribui com a ideia simbólica de transparência no serviço público. Apesar do uso necessário de cortinas em razão da incidência solar, é possível ter relativa visibilidade de pessoas trabalhando no interior do edifício.
USO E FUNÇÃO	Assim como o Palácio do Planalto e do Congresso, o Palácio do STF tem forte valor simbólico para a sociedade. Enquanto representante de um dos poderes da república, manifestações muitas vezes têm o edifício como foco, justamente por essa representatividade. Normalmente objetivando pressionar os ministros sobre algum julgamento de decisão relevante.
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	Os serviços de manutenção e conservação são fundamentais, tendo em vista que o edifício está em pleno uso. É compreensível que possua uma dinâmica constante de intervenções, desde as mais simples às mais complexas, como a revisão de impermeabilização da cobertura ou reparos estruturais. Desta maneira, os setores de arquitetura e de engenharia deverão atuar de modo a preservar as características do bem.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	Em maio de 2019, o GDF transferiu a gestão de parte da praça para o STF que hoje tem como atribuições cuidar do espaço em frente à sede do Judiciário e da área verde que circunda o órgão, o que inclui o Bosque dos Ministros e o Bosque dos Pinus. O propósito do acordo foi revitalizar e preservar a área da praça, incentivando a prática de atividades culturais voltadas ao fortalecimento do turismo cívico e em benefício da população do Distrito Federal.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO (Documentação)	DIMENSÃO
	CIENTÍFICA
FORMA	<p>O estudo da forma do edifício contribui para a identificação dos elementos e conceitos da arquitetura moderna brasileira. Verificar a presença de fachada cortina, planta livre, relação franca entre exterior e interior e a integração da arquitetura com outras formas de arte contribuem para o entendimento da arquitetura como disciplina.</p>
MATERIAIS	<p>Estudar os materiais utilizados (composição e comportamentos químicos, térmicos, de desempenho, entre outros), tais como o mármore, a estrutura metálica e o alumínio das esquadrias, possibilita conhecer as formas mais adequadas de intervir no edifício. As peças antes acabadas a mão e assentadas sobre uma parede estrutural evoluíram para sistemas que configuram uma fina camada superficial como envoltória do edifício, chamada de máscara, da qual a arquitetura moderna se beneficia e passa a explorar, e isso ajuda a entender as soluções arquitetônicas projetadas. Na situação em alguns materiais e produtos são descontinuados pela indústria, conhecer os materiais originais é fundamental para prover substituições condizentes com o bem, tanto do ponto de vista estético como do desempenho.</p>
USO E FUNÇÃO	<p>Estudar a hierarquização dos ambientes a partir do uso e da função do edifício e de suas dependências ajuda a entender a concepção e intenção projetuais do autor da obra.</p>
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	<p>Investigar as técnicas construtivas utilizadas contribui para a definição de posturas de intervenção tendo em vista exiguidade dos prazos de construção e muitas vezes da inexistência de projetos executivos detalhados para a empreitada. É possível assim reconhecer, não só as falhas construtivas, mas também a engenhosidade de construtores e artífices. Trabalhar nos limites da resistência dos materiais, avançar em áreas não cobertas pelas normas técnicas da época, exigiu conhecimento e arrojo, assim como se deve reconhecer a contribuição dos construtores e sua capacidade de planejamento, detalhamento próprio e simulações do modo de execução, para materializar a forma plástica concebida pelo arquiteto.</p>
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	<p>Entender a relação do palácio e sua localização é essencial para a preservação o que requer estudos que tenham como foco não só este palácio, mas todos os outros edifícios relacionados. Esse entendimento, por exemplo, embasou a retirada do revestimento em mármore das fachadas do Palácio da Justiça para evitar "diálogo" deste com os palácios da praça.</p>

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO ARTÍSTICA

FORMA

A inserção de ladrilhos hidráulicos como o piso tátil de alerta não impacta negativamente as calçadas, desde que a cor escolhida seja compatível (sem destoar excessivamente da própria calçada). A inserção de ladrilhos hidráulicos como piso tátil de alerta no piso em pedra portuguesa, nos trechos que antecedem as duas escadas na entrada principal, pode ser experimentada, pois não afetam a percepção visual a partir da praça, desde que a cor seja compatível com a pedra, e no caso de avaliação negativa a inserção pode ser removida e o piso em pedra refeito sem representar dano, pois ações de refazimento do piso em pedra são corriqueiras. É possível instalar piso tátil de alerta por elementos (tipo colagem direta, por exemplo), e não em placas, com adesivo tipo dupla face no piso em mármore nos trechos que antecedem as escadas e avaliar sua efetividade e removê-los sem que a instalação cause danos no piso, a exemplo das fitas pretas aderentes já instaladas nos degraus. A colocação de piso tátil tanto de alerta como direcional na rampa e no trecho que conecta as escadas até a porta de entrada do palácio pode causar grande impacto negativo visual e a sua função pode ser atendida por outros elementos delimitadores e direcionadores do tráfego de pessoas, como pelas barreiras de delimitação já utilizadas pelo cerimonial do palácio. A colocação de piso tátil direcional no piso da praça em pedra portuguesa, no trecho que liga a calçada em placas até a entrada principal, pode comprometer a leitura da paginação do piso e não se mostra adequada, o que requer a busca de alternativas. A inserção de passagem elevada na via local não representa nenhum impacto negativo, desde que seja em asfalto, caso se utilize o concreto pode haver impacto visual negativo na intenção clara do arquiteto na separação dos volumes reforçada pela proposição do paisagismo com árvores na frente do Anexo I. Alternativa às passagens elevadas seria a execução de rebaixos nos trechos de piso em mármore que antecedem a escada Sul do palácio (o que representa intervenção mais difícil de ser revertida) e a escada da entrada do Anexo I (onde o rebaixo prejudicará a área disponível para circulação). Ajustes construtivos nas grelhas de ventilação do subsolo que estão no piso em pedra portuguesa (próximo à calçada em placas de concreto) não representam riscos ao patrimônio, podendo ser realizada a redução das dimensões dessas grelhas, melhorando assim a rota acessível.

Ajustes construtivos para a alteração da inclinação da rampa da entrada principal não são compatíveis, pois alteram a relação de proporção entre o elemento e o edifício. A inserção de guarda-corpos e corrimãos podem alterar a leitura do edifício, a depender do ponto do observador (se mais perto ou mais longe do edifício). Pelo uso esporádico do acesso simbólico da rampa do palácio, não se entende compatível inserção de elementos fixos, mas é possível avaliar a utilização de elementos removíveis, instalados quando necessário. Embora de acesso exclusivo dos ministros e dos funcionários, é possível avaliar a instalação de um corrimão central duplo, nos padrões da norma com fixação cuidadosa no piso da escada e da varanda, na escada da fachada Sul. A furação cuidadosa, semelhante à já realizada nos degraus para a fixação do carpete vermelho usado em ocasiões especiais, podem garantir que em caso de reversibilidade os furos remanescentes sejam preenchidos com pó de pedra e fiquem imperceptíveis. A instalação desse corrimão pode auxiliar o deslocamento dos ministros, em geral, pessoas idosas. O alargamento dos vãos das portas de acesso aos sanitários coletivos (hoje com 70 cm) é essencial e em nada compromete o edifício.

Após o alargamento dos vãos das portas de acesso aos sanitários coletivos, a inserção de novas portas deve respeitar a compatibilidade de cor com as demais portas próximas, no corredor. A inserção de acessórios nos sanitários não prejudica o edifício, ao contrário, o modernizam e demonstram o quão versátil as plantas dos pavimentos são. A instalação de mapa acessível no hall principal pode alterar a percepção do espaço destinado aos bustos e ao bem integrado no painel ondulado (escultura metálica "A Justiça").

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO ARTÍSTICA

MATERIAIS

Em hipótese alguma, quaisquer pisos táteis inseridos podem destoar dos pisos adjacentes. Podem ser avaliados pisos em ladrilho hidráulico nas calçadas e no piso da praça, no início das escadas de acesso principal, e piso tátil por elementos por colagem direta no piso em mármore (interno e externo), desde que colados com fita tipo dupla face, semelhante ao que já está instalado nos ambientes internos do palácio (nas entradas dos elevadores, por exemplo). Aqui, o contraste do piso tátil com o piso adjacente pode representar prejuízos aos valores dos materiais empregados. Inserções sobre o piso existente têm que necessariamente serem passíveis de remoção e não podem comprometer a superfície dos pisos em caso de retirada posterior. Mesmo que piso colados com fita tipo dupla face requeiram manutenção mais constante que outras soluções, a prioridade é a reversibilidade e a proteção dos pisos existentes e valorados. A adoção de elementos do piso tátil na cor metálica prata apresenta boa destoa menos e proporcionam requinte, se mostrando mais compatível com o piso em mármore. O piso em mármore não é antiderrapante, mas não se identificam alternativas de melhoria sem que haja comprometimento. Além disso, considerando as formalidades e as ocasiões em que a rampa principal é utilizada há estratégias de melhorias dessa condição, como o uso de carpete vermelho que melhora a aderência e o deslocamento das pessoas.

Não é possível a troca do piso em mármore por outro material que proporcione melhor aderência para o tráfego de pessoas em situações em que o piso esteja molhado. A troca do piso em mármore ou a alteração da superfície comprometem a expressão artística original do arquiteto.

Após o alargamento dos vãos das portas de acesso aos sanitários coletivos a inserção de novas portas deve respeitar a compatibilidade de material com as demais portas próximas, no corredor, caso contrário podem prejudicar a leitura e a ideia de conjunto dessas esquadrias. Várias adaptações já foram realizadas nos sanitários, de modo a torná-los acessíveis. Há a necessidade de ajustes em relação à nova versão da norma de acessibilidade, e esses ajustes não comprometem o edifício, pois do ponto de vista dos materiais, os ambientes dos sanitários já foram alterados.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO ARTÍSTICA

USO e FUNÇÃO

A adoção de elementos do piso tátil na cor metálica destoa menos do piso em mármore e proporciona resultado compatível com o uso dos principais ambientes do palácio. Mesmo em ambiente externo, se o piso for em mármore, o piso tátil por elementos deve ser colado e na cor metálica prata. Nos ambientes internos, o piso tátil de alerta instalado se mostra adequado e não compromete o material do piso (em mármore). Além disso, há a possibilidade de fixação do piso de alerta por elementos no sistema de colagem em carpete, para o caso da rampa no tablado do plenário, no entanto é necessário avaliar sua efetividade.

Ajustes construtivos para a alteração da inclinação da rampa da entrada principal não são compatíveis com o uso dela, destinado a ocasiões especiais e simbólicas, e alternativas de procedimento de uso podem ser estudadas e implementadas

A inserção e revisão dos acessórios nos sanitários não prejudica o edifício e contribuem positivamente para a sua atualização, atendendo as demandas atuais compatíveis com seu uso e função onde os ambientes administrativos, com salas de trabalho, se mostram inclusivos.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO ARTÍSTICA

TRADIÇÕES E TÉCNICAS

A inserção de piso em ladrilho hidráulico (piso tátil de alerta) nas calçadas em concreto moldado in loco não representa riscos e não deve destoar demais em cor do piso da calçada. Deve-se ter cuidado em inserir os ladrilhos nos trechos de piso em pedra portuguesa no início das duas escadas da entrada principal para que o requadro no piso em pedra, ao redor dos ladrilhos, não represente alteração significativa na paginação ou que comprometa a estabilidade do piso e permita o deslocamento das pedras, normalmente assentadas sobre um colchão de areia ou argamassa seca e consolidadas com argamassa apropriada, apiloamento e finalização.

Intervenções no piso em mármore podem alterar a paginação das peças e comprometer o arranjo técnico realizado pelos artífices assentadores

Os ajustes específicos, como troca de portas de acesso aos sanitários, instalação de acessórios nos sanitários (papeleiras, porta-objetos etc.) em nada compromete as tradições e técnicas que valoram o edifício.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO ARTÍSTICA**LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE**

Nenhum ajuste em calçadas, tais como a inserção de piso tátil, rampas ou rebaixos deve implicar na retirada de árvores para instalação de rampa externa e/ou plataforma elevatória na entrada para não afetar negativamente a ambiência e o paisagismo e a relação de proporção deste com o edifício.

Ajustes construtivos para a alteração da inclinação da rampa da entrada principal são incompatíveis com o uso e podem alterar a relação de proporção entre o elemento e a praça.

Nenhum ajuste deve implicar na retirada de bancos em concreto na praça ou de árvores para instalação de rampa externa e/ou plataforma elevatória na entrada para não afetar negativamente a ambiência e o paisagismo e a relação de proporção deste com o edifício.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO HISTÓRICA

FORMA

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções nos pisos e paredes sobre o atributo FORMA, que prejudique o valor HISTÓRICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO HISTÓRICA

MATERIAIS

O uso de placas pré-moldadas de concreto para calçamento, além de representar um momento de experimentação do pré-moldado como forma de "industrializar" a construção civil, pode ser identificado em diversos locais da cidade e foi muito utilizado para dar agilidade na construção. Na esplanada dos ministérios esse tipo de calçamento foi utilizado no Palácio Itamaraty diferenciando este ministério dos demais. A calçada em placas de concreto nas duas laterais do palácio também confere destaque em relação ao piso da praça em pedra portuguesa. Inserção de piso tátil só e possível como alerta na travessia da via local. As inserções de elementos táteis no piso em mármore podem ser realizadas desde que a fixação seja por fita adesiva incolor e que não provoque manchas no piso. Quaisquer intervenções no piso em mármore devem evitar ao máximo furações e possíveis quebras que demandem substituição de peças.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO HISTÓRICA

USO e FUNÇÃO

A inserção de piso tátil e as ações de conservação no piso qualificam melhor o trajeto dos usuários, tanto nos acessos gerais quanto no percurso entre o Anexo I (local de identificação) e o palácio. Dessa forma, impactam positivamente no uso e no desempenho da função do edifício.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

A demarcação de assentos exclusivos para atendimento dos requisitos de acessibilidade, por meio de identificação removível e em tecido é possível e reforça o caráter de uso público do plenário, reforçando a função institucional do palácio e histórica da Suprema Corte.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO HISTÓRICA

TRADIÇÕES E TÉCNICAS

Caso a inserção de piso de alerta em ladrilho hidráulico nas duas escadas da entrada principal seja realizada e avaliada como inadequada, sendo então necessária sua remoção (reversibilidade), para o refazimento do piso em pedra portuguesa nesse trecho deve-se considerar a técnica construtiva desse tipo de piso, eliminando quaisquer resquícios da instalação dos ladrilhos (substrato, por exemplo).

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO HISTÓRICA**LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE**

Alterações nos pisos externos devem ser discretas, evitando-se sempre que sejam percebidas pelo observador posicionado no piso da praça em frente ao palácio (após a via que secciona a praça em frente ao palácio).

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO SOCIAL

FORMA

Adaptações nos pisos, como a inserção de piso tátil, melhorias das travessias na via local e melhorias nos pisos para deslocamento nos acessos por exemplo têm o potencial de democratizar o usufruto do palácio e contribuir para um maior compromisso de parcela da sociedade na preservação do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO SOCIAL

MATERIAIS

Qualquer intervenção em relação ao piso em mármore deve ser cuidadosa, como a adoção de piso tátil por elementos colados. Parte do reconhecimento da importância da obra advém da percepção, por parte da sociedade, do grau de conservação dos bens patrimoniais.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO SOCIAL

USO e FUNÇÃO

Adaptações nos pisos, com a inserção de piso tátil, melhorias das travessias na via local e melhorias nos pisos para deslocamento nos acessos por exemplo têm o potencial de democratizar o usufruto do palácio, o que de alguma forma pode contribuir para que maior parcela da sociedade estabeleça compromisso de preservação.

Inserções e readequações de acessórios por exemplo qualificam melhor os sanitários, melhorando o desempenho do uso e da função do palácio, afetando positivamente a rotina diária dos funcionários

A demarcação de assentos exclusivos para atendimento dos requisitos de acessibilidade, por meio de identificação removível e em tecido é possível e reforça o caráter de uso público do plenário, reforçando a função institucional do palácio e histórica da Suprema Corte, o que pode contribuir para a sensação de respeito aos direitos, em especial à diversidade, e contribuindo para a sensação de pertencimento

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO SOCIAL

TRADIÇÕES E TÉCNICAS

A adoção de técnicas tradicionais nas intervenções no piso em pedra portuguesa, por exemplo, contribui para o respeito aos pioneiros, à construção da cidade e da praça, bem como a preservação do "saber fazer tão necessário aos procedimentos de preservação.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO SOCIAL**LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE**

A comunidade ao ver serviços de limpeza que danificam o piso da praça por consequência pode não valorar o piso e ao contrário, ao identificar serviços sendo realizados de forma respeitosa pode ser influenciada positivamente no sentido da preservação. O cuidado com as intervenções nos pisos tem o potencial de passar a mensagem de preservação à sociedade.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO CIENTÍFICA

FORMA

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções nos pisos e paredes sobre o atributo FORMA, que prejudique o valor CIENTÍFICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO CIENTÍFICA

MATERIAIS

A inserção de materiais atuais, como argamassas industrializadas e colas, deve ser realizada com cautela. O comportamento e composição (térmico, químico etc.) dos materiais antigos deve ser estudado para a verificação de compatibilidade, em especial, o mármore.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO CIENTÍFICA

USO e FUNÇÃO

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções nos pisos e paredes sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudique o valor CIENTÍFICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO CIENTÍFICA

TRADIÇÕES E TÉCNICAS

A incompatibilidade de desempenho e comportamento (térmico, químico etc.) de novos materiais utilizados no assentamento de piso tátil, seja em ladrilho hidráulico seja por elementos, tais como argamassas industrializadas deve ser verificada para evitar danos no piso adjacente em pedra portuguesa e no piso em mármore.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS - DIMENSÃO CIENTÍFICA

LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE

As intervenções nos pisos externos não devem estabelecer conexões que estabeleçam conexões antes inexistentes, e não intencionadas pelo arquiteto. Dessa forma, passagens elevadas para travessia da via local entre o palácio e o Anexo I devem ser evitadas e, se necessárias, avaliadas com cuidado.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

Matriz de Autenticidade e Acessibilidade - Matriz A&A	
Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade sobre o Patrimônio Cultural	
ATRIBUTOS	DIMENSÃO
	ARTÍSTICA
FORMA	<p>A inserção de ladrilhos hidráulicos como o piso tátil de alerta não impacta negativamente as calçadas, desde que a cor escolhida seja compatível (sem destoar excessivamente da própria calçada). A inserção de ladrilhos hidráulicos como piso tátil de alerta no piso em pedra portuguesa, nos trechos que antecedem as duas escadas na entrada principal, pode ser experimentada, pois não afetam a percepção visual a partir da praça, desde que a cor seja compatível com a pedra, e no caso de avaliação negativa a inserção pode ser removida e o piso em pedra refeito sem representar dano, pois ações de refazimento do piso em pedra são corriqueiras. É possível instalar piso tátil de alerta por elementos (tipo colagem direta, por exemplo), e não em placas, com adesivo tipo dupla face no piso em mármore nos trechos que antecedem as escadas e avaliar sua efetividade e removê-los sem que a instalação cause danos no piso, a exemplo das fitas pretas aderentes já instaladas nos degraus. A colocação de piso tátil tanto de alerta como direcional na rampa e no trecho que conecta as escadas até a porta de entrada do palácio pode causar grande impacto negativo visual e a sua função pode ser atendida por outros elementos delimitadores e direcionadores do tráfego de pessoas, como pelas barreiras de delimitação já utilizadas pelo cerimonial do palácio. A colocação de piso tátil direcional no piso da praça em pedra portuguesa, no trecho que liga a calçada em placas até a entrada principal, pode comprometer a leitura da paginação do piso e não se mostra adequada, o que requer a busca de alternativas. A inserção de passagem elevada na via local não representa nenhum impacto negativo, desde que seja em asfalto, caso se utilize o concreto pode haver impacto visual negativo na intenção clara do arquiteto na separação dos volumes reforçada pela proposição do paisagismo com árvores na frente do Anexo I. Alternativa às passagens elevadas seria a execução de rebaixos nos trechos de piso em mármore que antecedem a escada Sul do palácio (o que representa intervenção mais difícil de ser revertida) e a escada da entrada do Anexo I (onde o rebaixo prejudicará a área disponível para circulação). Ajustes construtivos nas grelhas de ventilação do subsolo que estão no piso em pedra portuguesa (próximo à calçada em placas de concreto) não representam riscos ao patrimônio, podendo ser realizada a redução das dimensões dessas grelhas, melhorando assim a rota acessível. Ajustes construtivos para a alteração da inclinação da rampa da entrada principal não são compatíveis, pois alteram a relação de proporção entre o elemento e o edifício. A inserção de guarda-corpos e corrimãos podem alterar a leitura do edifício, a depender do ponto do observador (se mais perto ou mais longe do edifício). Pelo uso esporádico do acesso simbólico da rampa do palácio, não se entende compatível inserção de elementos fixos, mas é possível avaliar a utilização de elementos removíveis, instalados quando necessário. Embora de acesso exclusivo dos ministros e dos funcionários, é possível avaliar a instalação de um corrimão central duplo, nos padrões da norma com fixação cuidadosa no piso da escada e da varanda, na escada da fachada Sul. A furação cuidadosa, semelhante à já realizada nos degraus para a fixação do carpete vermelho usado em ocasiões especiais, podem garantir que em caso de reversibilidade os furos remanescentes sejam preenchidos com pó de pedra e fiquem imperceptíveis. A instalação desse corrimão pode auxiliar o deslocamento dos ministros, em geral, pessoas idosas. O alargamento dos vãos das portas de acesso aos sanitários coletivos (hoje com 70 cm) é essencial e em nada compromete o edifício. Após o alargamento dos vãos das portas de acesso aos sanitários coletivos, a inserção de novas portas deve respeitar a compatibilidade de cor com as demais portas próximas, no corredor. A inserção de acessórios nos sanitários não prejudica o edifício, ao contrário, o modernizam e demonstram o quão versátil as plantas dos pavimentos são. A instalação de mapa acessível no hall principal pode alterar a percepção do espaço destinado aos bustos e ao bem integrado no painel ondulado (escultura metálica "A Justiça").</p>

Matriz de Autenticidade e Acessibilidade - Matriz A&A	
	Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade sobre o Patrimônio Cultural
ATRIBUTOS	DIMENSÃO
	ARTÍSTICA
MATERIAIS	<p>Em hipótese alguma, quaisquer pisos táteis inseridos podem destoar dos pisos adjacentes. Podem ser avaliados pisos em ladrilho hidráulico nas calçadas e no piso da praça, no início das escadas de acesso principal, e piso tátil por colagem direta no piso em mármore (interno e externo), desde que colados com fita tipo dupla face, semelhante ao que já está instalado nos ambientes internos do palácio (nas entradas dos elevadores, por exemplo). Aqui, o contraste do piso tátil com o piso adjacente pode representar prejuízos aos valores dos materiais empregados. Inserções sobre o piso existente têm que necessariamente serem passíveis de remoção e não podem comprometer a superfície dos pisos em caso de retirada posterior. Mesmo que piso colados com fita tipo dupla face requeiram manutenção mais constante que outras soluções, a prioridade é a reversibilidade e a proteção dos pisos existentes e valorados. A adoção de elementos do piso tátil na cor metálica prata apresenta boa destoa menos e proporcionam requinte, se mostrando mais compatível com o piso em mármore. O piso em mármore não é antiderrapante, mas não se identificam alternativas de melhoria sem que haja comprometimento. Além disso, considerando as formalidades e as ocasiões em que a rampa principal é utilizada há estratégias de melhorias dessa condição, como o uso de carpete vermelho que melhora a aderência e o deslocamento das pessoas. Não é possível a troca do piso em mármore por outro material que proporcione melhor aderência para o tráfego de pessoas em situações em que o piso esteja molhado. A troca do piso em mármore ou a alteração da superfície comprometem a expressão artística original do arquiteto. Após o alargamento dos vãos das portas de acesso aos sanitários coletivos a inserção de novas portas deve respeitar a compatibilidade de material com as demais portas próximas, no corredor, caso contrário podem prejudicar a leitura e a ideia de conjunto dessas esquadrias. Várias adaptações já foram realizadas nos sanitários, de modo a torná-los acessíveis. Há a necessidade de ajustes em relação à nova versão da norma de acessibilidade, e esses ajustes não comprometem o edifício, pois do ponto de vista dos materiais, os ambientes dos sanitários já foram alterados.</p>
USO e FUNÇÃO	<p>A adoção de elementos do piso tátil na cor metálica destoa menos do piso em mármore e proporciona resultado compatível com o uso dos principais ambientes do palácio. Mesmo em ambiente externo, se o piso for em mármore, o piso tátil por elementos deve ser colado e na cor metálica prata. Nos ambientes internos, o piso tátil de alerta instalado se mostra adequado e não compromete o material do piso (em mármore). Além disso, há a possibilidade de fixação do piso de alerta por elementos no sistema de colagem em carpete, para o caso da rampa no tablado do plenário, no entanto é necessário avaliar sua efetividade. Ajustes construtivos para a alteração da inclinação da rampa da entrada principal não são compatíveis com o uso dela, destinado a ocasiões especiais e simbólicas, e alternativas de procedimento de uso podem ser estudadas e implementadas. A inserção e revisão dos acessórios nos sanitários não prejudica o edifício e contribuem positivamente para a sua atualização, atendendo as demandas atuais compatíveis com seu uso e função onde os ambientes administrativos, com salas de trabalho, se mostram inclusivos.</p>

Matriz de Autenticidade e Acessibilidade - Matriz A&A	
Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade sobre o Patrimônio Cultural	
ATRIBUTOS	DIMENSÃO
	ARTÍSTICA
TRADIÇÕES e TÉCNICAS	A inserção de piso em ladrilho hidráulico (piso tátil de alerta) nas calçadas em concreto moldado in loco não representa riscos e não deve destoar demais em cor do piso da calçada. Deve-se ter cuidado em inserir os ladrilhos nos trechos de piso em pedra portuguesa no início das duas escadas da entrada principal para que o requadro no piso em pedra, ao redor dos ladrilhos, não represente alteração significativa na paginação ou que comprometa a estabilidade do piso e permita o deslocamento das pedras, normalmente assentadas sobre um colchão de areia ou argamassa seca e consolidadas com argamassa apropriada, apiloamento e finalização. Intervenções no piso em mármore podem alterar a paginação das peças e comprometer o arranjo técnico realizado pelos artífices assentadores. Os ajustes específicos, como troca de portas de acesso aos sanitários, instalação de acessórios nos sanitários (papeleiras, porta-objetos etc.) em nada compromete as tradições e técnicas que valoram o edifício.
LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE	Nenhum ajuste em calçadas, tais como a inserção de piso tátil, rampas ou rebaixos deve implicar na retirada de árvores para instalação de rampa externa e/ou plataforma elevatória na entrada para não afetar negativamente a ambiência e o paisagismo e a relação de proporção deste com o edifício. Ajustes construtivos para a alteração da inclinação da rampa da entrada principal são incompatíveis com o uso e podem alterar a relação de proporção entre o elemento e a praça.

Matriz de Autenticidade e Acessibilidade - Matriz A&A	
	Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade sobre o Patrimônio Cultural
ATRIBUTOS	DIMENSÃO
	HISTÓRICA
FORMA	Não foram identificados impactos das possíveis intervenções nos pisos e paredes sobre o atributo FORMA, que prejudique o valor HISTÓRICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.
MATERIAIS	O uso de placas pré-moldadas de concreto para calçamento, além de representar um momento de experimentação do pré-moldado como forma de "industrializar" a construção civil, pode ser identificado em diversos locais da cidade e foi muito utilizado para dar agilidade na construção. Na esplanada dos ministérios esse tipo de calçamento foi utilizado no Palácio Itamaraty diferenciando este ministério dos demais. A calçada em placas de concreto nas duas laterais do palácio também confere destaque em relação ao piso da praça em pedra portuguesa. Inserção de piso tátil só e possível como alerta na travessia da via local. As inserções de elementos táteis no piso em mármore podem ser realizadas desde que a fixação seja por fita adesiva incolor e que não provoque manchas no piso. Quaisquer intervenções no piso em mármore devem evitar ao máximo furações e possíveis quebras que demandem substituição de peças. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.
USO e FUNÇÃO	A inserção de piso tátil e as ações de conservação no piso qualificam melhor o trajeto dos usuários, tanto nos acessos gerais quanto no percurso entre o Anexo I (local de identificação) e o palácio. Dessa forma, impactam positivamente no uso e no desempenho da função do edifício. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem. A demarcação de assentos exclusivos para atendimento dos requisitos de acessibilidade, por meio de identificação removível e em tecido é possível e reforça o caráter de uso público do plenário, reforçando a função institucional do palácio e histórica da Suprema Corte.
TRADIÇÕES e TÉCNICAS	Caso a inserção de piso de alerta em ladrilho hidráulico nas duas escadas da entrada principal seja realizada e avaliada como inadequada, sendo então necessária sua remoção (reversibilidade), para o refazimento do piso em pedra portuguesa nesse trecho deve-se considerar a técnica construtiva desse tipo de piso, eliminando quaisquer resquícios da instalação dos ladrilhos (substrato, por exemplo). Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.
LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE	Alterações nos pisos externos devem ser discretas, evitando-se sempre que sejam percebidas pelo observador posicionado no piso da praça em frente ao palácio (após a via que secciona a praça em frente ao palácio). Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor HISTÓRICO do bem.

Matriz de Autenticidade e Acessibilidade - Matriz A&A	
Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade sobre o Patrimônio Cultural	
ATRIBUTOS	DIMENSÃO
	SOCIAL
FORMA	Adaptações nos pisos, como a inserção de piso tátil, melhorias das travessias na via local e melhorias nos pisos para deslocamento nos acessos por exemplo têm o potencial de democratizar o usufruto do palácio e contribuir para um maior compromisso de parcela da sociedade na preservação do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.
MATERIAIS	Qualquer intervenção em relação ao piso em mármore deve ser cuidadosa, como a adoção de piso tátil por elementos colados. Parte do reconhecimento da importância da obra advém da percepção, por parte da sociedade, do grau de conservação dos bens patrimoniais. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.
USO e FUNÇÃO	Adaptações nos pisos, com a inserção de piso tátil, melhorias das travessias na via local e melhorias nos pisos para deslocamento nos acessos por exemplo têm o potencial de democratizar o usufruto do palácio, o que de alguma forma pode contribuir para que maior parcela da sociedade estabeleça compromisso de preservação. Inserções e readequações de acessórios por exemplo qualificam melhor os sanitários, melhorando o desempenho do uso e da função do palácio, afetando positivamente a rotina diária dos funcionários. A demarcação de assentos exclusivos para atendimento dos requisitos de acessibilidade, por meio de identificação removível e em tecido é possível e reforça o caráter de uso público do plenário, reforçando a função institucional do palácio e histórica da Suprema Corte, o que pode contribuir para a sensação de respeito aos direitos, em especial à diversidade, e contribuindo para a sensação de pertencimento.
TRADIÇÕES e TÉCNICAS	A adoção de técnicas tradicionais nas intervenções no piso em pedra portuguesa, por exemplo, contribui para o respeito aos pioneiros, à construção da cidade e da praça, bem como a preservação do "saber fazer tão necessário aos procedimentos de preservação. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.
LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE	A comunidade ao ver serviços de limpeza que danificam o piso da praça por consequência pode não valorar o piso e ao contrário, ao identificar serviços sendo realizados de forma respeitosa pode ser influenciada positivamente no sentido da preservação. O cuidado com as intervenções nos pisos tem o potencial de passar a mensagem de preservação à sociedade. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor SOCIAL do bem.

Matriz de Autenticidade e Acessibilidade - Matriz A&A	
Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade sobre o Patrimônio Cultural	
ATRIBUTOS	DIMENSÃO
	CIENTÍFICA
FORMA	Não foram identificados impactos das possíveis intervenções nos pisos e paredes sobre o atributo FORMA, que prejudique o valor CIENTÍFICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo FORMA, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.
MATERIAIS	A inserção de materiais atuais, como argamassas industrializadas e colas, deve ser realizada com cautela. O comportamento e composição (térmico, químico etc.) dos materiais antigos deve ser estudado para a verificação de compatibilidade, em especial, o mármore. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo MATERIAIS, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.
USO e FUNÇÃO	Não foram identificados impactos das possíveis intervenções nos pisos e paredes sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudique o valor CIENTÍFICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo USO e FUNÇÃO, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.
TRADIÇÕES e TÉCNICAS	A incompatibilidade de desempenho e comportamento (térmico, químico etc.) de novos materiais utilizados no assentamento de piso tátil, seja em ladrilho hidráulico seja por elementos, tais como argamassas industrializadas deve ser verificada para evitar danos no piso adjacente em pedra portuguesa e no piso em mármore. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo TRADIÇÕES e TÉCNICAS, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.
LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE	As intervenções nos pisos externos não devem estabelecer conexões que estabeleçam conexões antes inexistentes, e não intencionadas pelo arquiteto. Dessa forma, passagens elevadas para travessia da via local entre o palácio e o Anexo I devem ser evitadas e, se necessárias, avaliadas com cuidado. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos gerais sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem. Não foram identificados impactos das possíveis intervenções de ajustes construtivos específicos sobre o atributo LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE, que prejudiquem o valor CIENTÍFICO do bem.

APÊNDICE II – Matriz A&A_2021 - STF – Lista de verificação de acessibilidade

Os resultados obtidos pela aplicação do método MATRIZ A&A sobre a verificação de conformidade de atendimento aos requisitos de acessibilidade são apresentados por completo neste Apêndice. Estão destacados em amarelo os itens de não-conformidade identificados e que geraram as demandas de adaptação avaliadas. Assinalados em verde estão os itens que, embora estejam não-conformes de acordo com a norma de acessibilidade, o atendimento à função do especificado em norma é atendido de forma diferente e não foi considerado como demanda de adaptação.

A inserção das imagens da lista de verificação neste apêndice se deu da melhor forma possível para dar legibilidade às informações de uma planilha eletrônica extensa.

Lista de Verificação de Acessibilidade (MATRIZ A&A)

(adaptação do laudo de acessibilidade do MMFDH)

INFORMAÇÕES GERAIS DO LOCAL, CALÇADAS, PASSEIO, ESTACIONAMENTO E ACESSO AO LOCAL (EDIFICAÇÃO OU ESPAÇO)

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	Palácio do Supremo Tribunal Federal		TOTAL DE PAVTOS	3	AJUSTAR	
CIDADE	Brasília	ENDEREÇO	Praça dos Três Poderes			
ESTADO	DF	Nº	CEP	70175-900		
BAIRRO		COMPLEMENTO				
ATENDE PÚBLICO	SIM	<input checked="" type="checkbox"/>	AUTOR DO PROJETO	Oscar Niemeyer		
	NÃO	<input type="checkbox"/>	DATA DA VISTORIA	21/09/20		
SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	PRÓPRIO	<input checked="" type="checkbox"/>	O LOCAL (EDIFÍCIO/ESPAÇO) POSSUI TOMBAMENTO OU É PROTEGIDO DE ALGUMA OUTRA FORMA	SIM	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo IPHAN 1550-T-07 (01450.011563/200853)
	LOCADO	<input type="checkbox"/>		NÃO	<input type="checkbox"/>	
	CEDIDO	<input type="checkbox"/>				
RESPONSÁVEL (EIS) PELA VISTORIA TÉCNICA (NOME, FORMAÇÃO (Eng. ou Arq.), CREA / CAU	Marco Aurélio da Silva Máximo - engenheiro civil - 8948/CREA-DF		Nº DA ART OU RRT			

RETORNAR

Informações complementares sobre Patrimônio Cultural

O local (edifício/espço) pertence a conjunto urbano tombado

O local (edifício/espço) possui inventário de patrimônio

SIM	NÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Item normativo		1. CALÇADA ou PASSEIO PÚBLICO			ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	N.A.	Observações			
6.12.3	a)	Possui faixa livre para pedestre com largura mínima de 1,20 m, livre de conflitos de circulação (pedestres x serviço x automóveis)?			X			o escopo do estudo inclui as calçadas e trajetos ao redor do edifício, sua conexão com a entrada do Anexo I pelo térreo, a calçada em frente ao Anexo I e sua conexão com as calçadas dos estacionamentos próximos à fachada Oeste, não incluindo os estacionamentos propriamente. A inclusão da entrada do Anexo I se justifica porque nesse acesso também pode ocorrer a identificação de usuários que participam das sessões plenárias no Palácio (VER FIGURA 36)
6.12.2	b)	A inclinação longitudinal acompanha a inclinação das vias lindeiras?			X			
6.12.1	c)	Os desníveis entre o lote e o nível da calçada são vencidos sempre no interior do lote ou na faixa de acesso quando existente?			X			
4.3.3	d)	Obstáculos aéreos, como marquises, placas, toldos e vegetação estão localizados a uma altura superior a 2,10 m?			X			
6.1.1.2	e)	É livre de obstáculos (elementos de mobiliário urbano, como bancos, orelhões, postes, balizadores, canteiros etc.) no piso que comprometam a rota acessível?			X			
6.12.1	f)	A inclinação transversal da faixa livre (passeio) é de no máximo 3%?			X			
		NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	
						X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente	

Item normativo	1.1 QUANTO AO PISO UTILIZADO:		SIM	NÃO	N.A.	Observações
6.3.2	a)	É antiderrapante?	X			
6.3.2	b)	É contínuo, regular, estável, sem ressaltos ou depressões?	X			Há muitos trechos com pavimento com peças quebradas, irregulares e lacunas
5.4.6; NBR 16.537 (Seção 6)	c)	Possui piso tátil de alerta onde necessário, próximo a desníveis, portas de acesso à edificação, elementos de mobiliário suspensos, escadas ou rampas, por exemplo?		X		Não há piso tátil de alerta nas passagens de pedestres sinalizadas, nas demais travessias não sinalizadas (de acesso à escada que dá acesso à entrada do Palácio pela fachada Sul e em frente à escada de acesso ao Anexo I) nem ao redor do telefone público (Anexo I). Isso requer adaptação.
5.4.6; NBR 16.537 (Seção 7)	d)	Possui piso tátil direcional onde necessário (locais amplos e sem referência/balizamento), configurando uma rota acessível e conduzindo à entrada do edifício?		X		O uso de piso direcional deve ser criterioso. As calçadas existentes proporcionam relativa referência ao deslocamento. É recomendável avaliar a real necessidade, a partir de estudo com usuários (pessoas com deficiência visual).
			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	

Item normativo	1.2 QUANTO ÀS GUIAS (MEIO-FIO) REBAIXADAS PARA PEDESTRES:		SIM	NÃO	N.A.	Observações
6.12.7.1	a)	Na existência de recuo para parada de veículos, o mesmo foi feito de maneira a não prejudicar ou interferir na faixa de circulação do pedestre (faixa livre mínima de 1,20 m)?			X	Não há recuo na área delimitada para o estudo
6.12.7.1	b)	Existe guia (meio-fio) rebaixada ou faixa de pedestres elevada?		X		A faixa de pedestres existente não é elevada. Algumas guias rebaixadas existentes necessitam de ajustes (próximas à fachada Oeste), pois há danos no revestimento (isso requer adaptação).
6.12.7.3	c)	O rebaixo de meio-fio está localizado em frente à faixa de pedestres ou nas esquinas onde houver travessia de pedestres?		X		Há trechos em que as calçadas e rebaixos estão associados à faixa de pedestres, mas nas proximidades da entrada do Anexo I não. Além disso, os dois rebaixos que conectam a calçada da fachada Leste com a entrada do Anexo I estão desencontrados e entre eles há um quebra-molas na via que os separa. Isso requer adaptação.
6.14.1.2	d)	Existe rebaixo de meio-fio associado à vaga para embarque e desembarque de pessoa com deficiência garantindo continuidade à rota acessível?			X	Na área do estudo não há estacionamento a ser considerado
6.12.7.3	e)	A rampa e as abas laterais têm inclinação máxima de 8,33%?	X			As rampas dos rebaixos são retas, não tem abas
6.12.7.3	f)	A rampa possui largura mínima de 1,50 m?	X			
6.12.7.3; NBR 16.537 (Seção 6)	g)	A rampa é sinalizada com piso tátil de alerta?		X		Antes das travessias, deve-se instalar sinalização de alerta nas calçadas. Isso requer adaptação
6.3.2	h)	O piso da rampa é em material antiderrapante?	X			
			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	

Item normativo	1.3 QUANTO ÀS GUIAS REBAIXADAS PARA VEÍCULOS E ACESSOS A GARAGENS:		SIM	NÃO	N.A.	Observações
6.12.4	a)	Em caso de guia rebaixada para veículo, esta respeita a faixa livre exclusiva de pedestres, deixando essa calçada com inclinação transversal máxima de 3% e sem cortes?			X	Inexistente na área do estudo
6.15	b)	O portão de acesso à garagem, enquanto abre ou fecha, tem seu movimento limitado à faixa de acesso ou ao lote, sem invadir a faixa livre de circulação de pedestres?			X	Inexistente na área do estudo
6.15; 5.6.4.2	c)	Portão de acesso à garagem possui sistema de sinalização visual e sonora?			X	Inexistente na área do estudo

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

Item normativo	1.4 QUANTO ÀS JUNTAS, GRELHAS E TAMPAS DE INSPEÇÃO EM ROTAS ACESSÍVEIS:		SIM	NÃO	N.A.	Observações
6.3.5; 6.3.6; 6.3.4.1	a)	Grades, ralos, juntas de dilatação e tampas de inspeção estão niveladas com o piso (admite-se ressalto máximo de 5 mm)?		X		Embora na maior parte este quesito seja atendido, no caminho que usuários que participam das sessões plenárias percorrem ao se dirigirem da entrada do Anexo I (ponto de identificação de pessoas) ao Palácio há trecho de piso em pedra portuguesa próximo à fachada Leste do edifício (trechos da rota acessível) onde há grelhas metálicas e danos no piso. Isso requer adaptação
6.3.5; 6.3.6	b)	Os vãos das grelhas têm distanciamento máximo de 15 mm e o sentido das aberturas é transversal ao deslocamento ou têm formato quadricular/circular quando houver fluxos em mais de um sentido de circulação?		X		A grelha metálica na calçada (piso em placas de concreto próxima à fachada leste) deve ser realocada ou recoberta para não afetar o deslocamento. Isso requer adaptação.

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
		X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

Item normativo	1a. EDIFICAÇÃO EM OBRAS		SIM	NÃO	N.A.	Observações
6.12.5	a)	Em caso de obra, reforma em andamento no prédio, o tapume preserva a circulação na faixa livre de pedestre (1,20 m)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	Não se trata de obra
6.12.5	b)	No caso do tapume ocupar a calçada, há uma circulação provisória com no mínimo 1,20 m de largura sobre o leito carroçável?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	Não se trata de obra
6.12.5	c)	Essa circulação possui rampa para saída e retorno à calçada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	Não se trata de obra
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	
			<input type="checkbox"/>	X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente	

Item normativo	2. ESTACIONAMENTO	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	N.A.	Observações
6.3.2; 6.14.1.2	a) O piso do estacionamento é antiderrapante, regular e estável?			X	Além do edifício, o escopo do estudo inclui as calçadas e trajetos ao redor do edifício, sua conexão com a entrada do Anexo I, a calçada em frente ao Anexo I e sua conexão com as calçadas dos estacionamentos próximos à fachada Oeste, não incluindo os estacionamentos propriamente.
6.14.3; Lei nº 13.146/2015; Resolução nº 304/08 do Contran	b) Possui 2% das vagas destinadas a veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, com no mínimo uma vaga?			X	
6.14.1.2	c) Estas vagas estão localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos?			X	
6.14.1.2	d) Possui espaço adicional de circulação, vinculado à vaga, com no mínimo 1,20 m, sinalizado no piso conforme norma, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres? (Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou oblíquo ao meio fio)			X	
6.12.7.3; 6.14.1.2	e) Existe rebaixamento de guia junto à vaga acessível ligando-a à rota acessível?			X	
5.5.2.3; 6.14.1.2; Resolução nº 304/08 do Contran	f) Em vaga para pessoa com deficiência existe placa de sinalização vertical com o Símbolo Internacional de Acesso e com identificação escrita conforme Resolução CONTRAN?			X	
5.5.2.3; 6.14.1.2; Resolução nº 236/07 do Contran	g) As vagas reservadas possuem sinalização horizontal (no piso) com o Símbolo Internacional do Acesso?			X	
6.14.1.2	h) O percurso entre a vaga e o acesso à edificação ou elevadores é de no máximo 50 m?			X	
6.14.3, Lei nº 10.741/03; Resolução nº 303/08 do Contran	i) Possui 5% das vagas destinadas a pessoas idosas, com no mínimo uma vaga?			X	
6.14.1.1	j) As vagas para as pessoas idosas estão localizadas próximas aos acessos da edificação?			X	
6.14.1.1; Resolução nº 303/08 do Contran	k) Em vaga para pessoa idosa, existe placa de sinalização vertical conforme Resolução CONTRAN?			X	
6.14.1.1; Resolução nº 303/08 do Contran	l) As vagas reservadas possuem sinalização horizontal com o nome IDOSO?			X	

	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
Item normativo	3. ACESSO À EDIFICAÇÃO (Portas / vãos principais ou secundários que permitem a entrada ao prédio pela calçada frontal, pátios ou acessos laterais)				
		SIM	NÃO	N.A.	Observações
6.2.2	a)		X		As portas são pesadas, com puxadores inadequados, por exemplo. Os vãos de abertura são suficientes. Deve-se levar em consideração que a entrada de público ocorre de forma controlada e sem autonomia
6.2.2	b)		X		Pode-se avaliar a possibilidade de automação das portas, facilitando até mesmo o uso pelo pessoal da segurança que controla o acesso.
5.3.2	c)			X	
6.2	d)	X			
6.2.8, Seção 5 e sub-itens	e)		X		A inserção de sinalização direcional deve ser estudada com cautela e deve-se ter em mente a dinâmica do uso e da rotina diária do local (principalmente em dias de sessão plenária quando o acesso é controlado com revistas e a autonomia de deslocamento dos usuários é controlada e orientada).
5.2.8.1.7; 5.4.2; Anexo B	f)		X		A inserção de mapa acessível no hall de entrada do Palácio deve ser estudada com cautela e deve-se ter em mente a dinâmica do uso e da rotina diária do local (principalmente em dias de sessão plenária quando o acesso é controlado com revistas e a autonomia de deslocamento dos usuários é controlada e orientada).
		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	

Item normativo	3.1 QUANTOS AOS PISOS NOS ACESSOS:		SIM	NÃO	N.A.	Observações
6.3.2	a)	É antiderrapante?	X			O trecho de piso considerado como acesso é feito em pedra portuguesa entre a via de acesso à entrada principal (que secciona a Praça dos Três Poderes) e a edificação, e os trechos nas laterais do Palácio (fachadas Leste e Oeste)
6.3.2	b)	É regular, estável e não trepidante?		X		No caminho que usuários que participam das sessões plenárias, ao se dirigirem da entrada do Anexo I (ponto de identificação de pessoas) à entrada principal, têm que percorrer calçada em placas de concreto e piso em pedra portuguesa próximo à fachada leste do edifício há trechos no piso com falhas de assentamento e danos (piso quebrado). Isso requer conservação.
6.3.8; 5.4.6; NBR16.537 (Seção 6)	c)	Possui piso tátil de alerta onde necessário (exemplos: próximo a desníveis, portas de acesso à edificação, elementos de mobiliário suspensos, escadas ou rampas)?		X		Antes do início das escadas em mármore (entrada principal) é necessário instalar piso de alerta no piso em pedra portuguesa. Isso requer adaptação.
6.3.8; 5.4.6; NBR16537 (Seção 7)	d)	Possui piso tátil direcional onde necessário (locais amplos e sem referência/ balizamento)?		X		Após a calçada em placas de concreto (que liga a entrada do Anexo I ao Palácio) o trecho que os usuários têm que percorrer no piso em pedra portuguesa (na fachada leste) até a entrada principal carece de direcionamento para a pessoa cega. Isso requer adaptação.
9.2; NBR16537 (Seção 7)	e)	Possui piso tátil direcional dos acessos da edificação até o balcão de informação?		X		Pode-se pensar em estratégias de suprir a ausência desse tipo de elemento, por exemplo: para os dias de sessões, pode-se utilizar as barreiras de delimitação como direcionadores de deslocamento.

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
		X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

ENTRADAS DO LOCAL, RAMPAS E ESCADAS EXTERNAS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	Palácio do Supremo Tribunal Federal
---------------------------	-------------------------------------

3. ACESSO À EDIFICAÇÃO		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
Item normativo	3.2 CARACTERÍSTICAS DAS ENTRADAS:	SIM	NÃO		
6.1; 6.1.1.2; 6.3.4.1	a) Existe rampa em qualquer caso em que ocorra um desnível maior que 2 cm?	X			A rampa da entrada principal será analisada no item específico 3.3 QUANTO ÀS RAMPAS NO ACESSO. O piso em pedra portuguesa é relativamente plano, com lacunas que requerem conservação
6.6.2.5	b) A rampa atende à largura mínima de 1,50 m, sendo admissível 1,20 m?			X	
6.6.2.1	c) A rampa atende à inclinação máxima de 8,33%?			X	
6.6.3; 6.6.4; 6.9	d) Possui guia de balizamento, corrimão e guarda-corpos quando não houver paredes laterais e patamares nas dimensões requeridas?			X	
6.3.4.1	e) A diferença entre o exterior e a soleira da porta de entrada tem no máximo 0,5 cm ou, quando maior que 0,5 cm e menor que 2 cm, é chanfrada na proporção 1:2 (50%)?	X			As portas das duas entradas (de acesso principal pela fachada Norte e da de acesso pela fachada Sul) são de correr com duas folhas, com trilhos no chão
6.1.1.2	f) Se a entrada é alcançada por escada, existe a opção de rampa ou equipamento eletromecânico?		X		Na entrada do Anexo I sim. Na entrada do Palácio pela fachada Sul, só há escada com 7 degraus. Isso requer adaptação. Deve-se considerar ainda que o uso do acesso pela escada da fachada Sul é restrito aos ministros que contam também com a possibilidade de acesso pela garagem do Anexo I e/ou pelo túnel do subsolo que interliga os dois edifícios.
6.3.7	g) Na existência de capacho na entrada, está embutido no piso ou possui desnível máximo de 0,5 cm?	X			Não é embutido, mas o desnível não supera 0,5 cm
6.11.2.4	h) As portas de acesso atendem à largura livre mínima de 0,80 m e altura de 2,10 m?	X			As portas das duas entradas (de acesso principal pela fachada Norte e da de acesso pela fachada Sul) são de correr com duas folhas, com dimensões aproximadas de 4,0 x 4,0 metros (cada folha com dois vãos de 2,0 metros e altura de 4,0 metros). A porta do Anexo I também atende.
6.11.2.13	i) Portas e paredes envidraçadas têm faixa de sinalização visual com no mínimo 50 mm de espessura, instalada a uma altura entre 0,90 m e 1,00 m ou elementos gráficos equivalentes?		X		A moldura das portas (com travessas e montantes) favorece sua percepção visual, tanto no Palácio quanto na entrada do Anexo I.
6.11.2.13	j) Nas portas das paredes envidraçadas que façam parte de rotas acessíveis, existe faixa de sinalização visual emoldurando-as, com dimensão mínima de 50 mm de largura?		X		A moldura das portas (com travessas e montantes) favorece sua percepção visual, tanto no Palácio quanto na entrada do Anexo I.
6.11.2.11	k) Na existência de portas de correr, os trilhos ficam na parte superior?		X		Os trilhos das portas ficam no piso, mas não interferem negativamente no deslocamento
6.11.2.11	l) Em caso de estarem na parte inferior, os trilhos estão nivelados com a superfície do piso?	X			
6.11.2.11	m) As frestas dos trilhos, na parte inferior das portas de correr, são inferiores a 1,5 cm?	X			
6.2.5	n) Na existência de catracas ou cancelas, alguma delas possui acessibilidade?			X	
6.2.7	o) Em caso de portas giratórias, há uma entrada alternativa acessível?			X	
Anexo B	p) Os tons e/ou cores da parede e piso são diferentes?	X			

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
		X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

Item normativo	3.3 QUANTO ÀS RAMPAS NO ACESSO:	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO		
6.1.1.2	a) Existe rampa no acesso?	X			Aqui o objeto analisado é a rampa da entrada principal
6.6.2.5	b) A rampa atende à largura mínima de 1,20 m ?	X			A rampa de acesso principal (na fachada Norte) tem dimensões maiores que o mínimo (cerca de 9,5 metros de extensão por largura que varia de 1,7,0 m até 22,5 m)
6.3.2	c) O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante?		X		O piso em mármore não é antiderrapante. No entanto, considerando as formalidades e as ocasiões em que a rampa principal é utilizada há estratégias de melhorias dessa condição, como o uso de carpete vermelho que melhora a aderência e o deslocamento das pessoas. O patamar é plano, uma espécie de prolongamento do avarandado.
6.6.2 (tabelas 4 e 5)	d) A inclinação da rampa está em conformidade com a tabela de dimensionamento de rampas?		X		A rampa de acesso principal (na fachada Norte) tem inclinação equivalente a 10%. No entanto, considerando as formalidades e as ocasiões em que a rampa principal é utilizada uma pessoa em cadeira de rodas necessariamente deverá contar com ajuda para subir.
6.6.2.4	e) A inclinação transversal máxima é de 2% em rampa interna ou 3% em rampa externa?	X			A rampa não tem inclinação transversal
6.6.4	f) Existe previsão de patamar com dimensão longitudinal mínima 1,20 m no início e no término da rampa, além da área de circulação adjacente?	X			O patamar é plano, uma espécie de prolongamento do avarandado. Há um trecho com largura constante de 9,70 m e outro com largura constante de 17 metros (que antecede à rampa da entrada principal)
6.6.4	g) Há, entre os segmentos de rampa, um patamar de no mínimo 1,20 m de comprimento na direção do movimento?			X	Só há um segmento de rampa
5.4.6; NBR 16.537 (Seção 6)	h) Possui faixa de piso tátil de alerta no início e término da rampa?		X		Para o caso da necessidade de instalação próxima a desníveis, no deslocamento em dias de sessões pode-se utilizar as barreiras de delimitação como direcionadores de deslocamento. Início e fim de rampas não possuem piso de alerta. As peças de alerta poderiam ser instalados com adesivo tipo dupla-face (como já instalaram em vários ambientes internos). Mesmo no caso das fitas adesivas antiderrapantes sujeitas à intempéries, nota-se que o piso em mármore não ficou manchado, o que pode indicar a possibilidade de instalação do piso de alerta. Isso requer adaptação.
6.9.1	i) Os corrimãos são construídos em materiais rígidos e resistentes, firmemente fixados às paredes e oferecem condições de segurança na utilização?		X		Embora não seja razoável instalar corrimãos na rampa principal, seja considerando o uso esporádico, ou pelos procedimentos que podem ser adotados para compensar a ausência, é possível imaginar equipamentos e utensílios removíveis e instaláveis somente em ocasiões de uso especial. Se hoje não temos, ou não vislumbramos, tecnologia para tal fim não significa que no futuro não possa haver. Por exemplo, pode-se imaginar corrimãos que viessem a ser instalados somente em ocasiões especiais (o que deixaria a rampa na maior parte do tempo sem nenhum acessório
4.6.5	j) O corrimão possui seção circular entre 30 mm e 45 mm?		X		Isso requer adaptação
6.9.3.2	k) O corrimão prolonga-se 0,30 m antes do início e após o término da rampa?		X		Isso requer adaptação
6.9.3.4	l) O corrimão possui extremidades curvadas com desenho contínuo e sem protuberâncias?		X		Isso requer adaptação
4.6.5	m) Respeita o afastamento mínimo de 40 mm entre a parede e o corrimão?		X		Isso requer adaptação
6.9.3.2	n) O corrimão é duplo e contínuo nos dois lados da rampa, com alturas de 0,70 m e 0,92 m na face superior?		X		Isso requer adaptação
6.9.3.5	o) Caso a rampa possua largura igual ou superior a 2,40 m, existe corrimão intermediário?		X		Isso requer adaptação
6.6.2.8; 6.9.1; NBR 9.077 (item 4.8); NBR 14.718	p) Na ausência de paredes, existe guarda-corpo associado na altura exigida pelas normas?		X		Pode-se pensar em estratégias de suprir a ausência desse tipo de elemento, por exemplo: para os dias de uso da via de acesso especial (que secciona a Praça dos Três Poderes) pode-se utilizar barreiras de delimitação como direcionadores de deslocamento, restringindo o trecho de largura de rampa na qual as pessoas poderiam trafegar.
6.6.2.8; 6.6.3	q) Na ausência de paredes laterais, existe guia de balizamento com altura mínima de 5 cm?		X		Pode-se pensar em estratégias de suprir a ausência desse tipo de elemento, por exemplo: para os dias de sessões pode-se utilizar as barreiras de delimitação como direcionadores de deslocamento.
5.4.3	r) Há sinalização em Braille, informando sobre os pavimentos, no início e no final das rampas fixas, instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão?			X	Trata-se de rampa externa
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	X			JUSTIFICATIVA O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

Item normativo	3.4 QUANTO ÀS ESCADAS NO ACESSO:	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO		
6.1	a) Existe escada no acesso?	X			Há uma escada na fachada Sul e duas na fachada Norte que requerem ajustes, além da escada de acesso ao Anexo I
6.3.2	b) O piso dos degraus é antiderrapante e estável?		X		Tanto o piso da escada da entrada pela fachada Sul quanto o piso das duas escadas da entrada principal (pela fachada Norte), além do piso da escada na entrada do Anexo I, são em mármore que sob condição molhada ficam escorregadios. Faixas antiderrapantes foram instaladas nos degraus das três escadas, mas requerem manutenção, pois há trechos já danificados e com ausência. Nas escadas do acesso principal ao Palácio há trechos danificados no piso. Isso requer conservação.
6.7.1	c) A escada integrante da rota acessível não possui espelho vazado?	X			
6.7.2	d) Possui largura mínima de 1,20 m?	X			
6.8.7	e) Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos) com no mínimo 1,20 m de dimensão longitudinal?			X	Não há desnível dessa magnitude
6.8.8	f) Entre os lances existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m?			X	
5.4.6; NBR 16.537 (Seção 6)	g) Possui faixa de piso tátil de alerta no início e término da escada?		X		Início e fim de escadas não possuem piso de alerta, e poderiam ser instalados com adesivo tipo dupla-face (como já instalaram em vários ambientes internos). Mesmo no caso das fitas adesivas antiderrapantes sujeitas à intempéries nota-se que o piso em mármore não ficou manchado, o que pode indicar a possibilidade de instalação do piso de alerta antes e depois das escadas. Isso requer adaptação. A entrada do Anexo I tem relativa acessibilidade (com plataforma elevatória), mas com falhas de sinalização tátil no piso, por exemplo. As entradas Norte e Sul do Palácio apresentam necessidades de ajustes. Isso requer adaptação.
6.9.3.2	h) O corrimão é duplo e contínuo nos dois lados da escada, com alturas de 0,70 m e 0,92 m na face superior?		X		Mesmo a escada do Anexo I requer adaptação
6.9.1	i) Os corrimãos são construídos em materiais rígidos e resistentes, firmemente fixados às paredes e oferecem condições de segurança na utilização?		X		Requer adaptação
4.6.5	j) O corrimão possui seção circular entre 30 mm e 45 mm?		X		Requer adaptação
4.6.5	k) Respeita o afastamento mínimo de 40 mm entre a parede e o corrimão?			X	Não há paredes
6.9.3.2	l) O corrimão prolonga-se 0,30 m antes do início e após o término da escada?		X		Requer adaptação
6.9.3.4	m) O corrimão possui extremidades curvadas com desenho contínuo e sem protuberâncias?		X		Requer adaptação
6.9.3.5	n) Caso a escada possua largura igual ou superior a 2,40 m, existe corrimão intermediário?		X		As duas escadas do acesso principal têm largura de 3,6 m, a escada da fachada Sul tem largura de 10,13 m e a escada de acesso ao Anexo I tem mais de 2,40 m (sem corrimãos intermediários). Isso requer adaptação
6.9.3.6	o) Caso existam corrimãos intermediários, estes somente são interrompidos quando o comprimento do patamar for superior a 1,40 m, garantindo o espaçamento mínimo de 0,80 m entre o término de um segmento e o início do seguinte, conforme Figura 77 da norma?			X	
6.6.2.8; 6.9.1; NBR 9.077 (item 4.8); NBR 14.718	p) Na ausência de paredes, existe guarda-corpo associado na altura exigida pelas normas?		X		A escada de entrada ao Anexo I atende. As demais não atendem
5.4.4.2	q) Possui sinalização visual aplicada aos pisos e espelhos em suas bordas laterais e/ou nas projeções dos corrimãos, contrastante com o piso adjacente, preferencialmente fotoluminescente ou retroiluminada?		X		Isso requer adaptação
6.8.2	r) As dimensões dos pisos e espelhos dos degraus são constantes em toda a escada ou degraus isolados, atendendo ao seguinte: a) $0,63\text{ m} \leq p + 2e \leq 0,65\text{ m}$, b) pisos (p): $0,28\text{ m} \leq p \leq 0,32\text{ m}$ e c) espelhos (e): $0,16\text{ m} \leq e \leq 0,18\text{ m}$	X			
6.8.4	s) Em construções novas, o primeiro e o último degraus de um lance de escada distam no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente?			X	
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	SIM	NÃO		JUSTIFICATIVA
		X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

CIRCULAÇÃO INTERNA (HORIZONTAL E VERTICAL) - GENERALIDADES

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO: Palácio do Supremo Tribunal Federal

Item normativo	4. EDIFICAÇÃO - CIRCULAÇÃO INTERNA	TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO					
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
6.11.1	a) Os corredores têm largura mínima de 0,90 m (uso comum com extensão até 4,00 m), 1,20 m (uso comum com extensão até 10,00 m), 1,50 m (para corredores com extensão superior a 10,00 m) e 1,50 m para corredores de uso público?	X			X			Há corredores com larguras de 1,75 m, 2,20 m, 2,35 m,	X			Há corredores nas seguintes larguras: 2,00 m, 2,35 m, 1,75 m, 2,35 m	
6.3.2	b) O piso é antiderrapante, regular, estável e não trepidante?	X			X			Revestimento em mármore branco, carpete (no plenário), mármore bege bahia (nos sanitários)	X			Revestimento em mármore branco, carpete, mármore bege bahia (nos lavabos) e cerâmica (depósito ao lado da escada e próximo à presidência)	
5.4.6; NBR 16.537 (Seção 6)	c) Possui piso tátil de alerta onde necessário, próximo a desníveis, elevadores, elementos de mobiliário suspensos, escadas ou rampas, por exemplo?	X			X				X				
5.4.6; NBR 16.537 (Seção 7)	d) Existe piso tátil direcional na rota acessível onde necessário (locais amplos e sem referência/ balizamento)?		X			X		Não se percebe a necessidade uma vez que as paredes servem como balizamento		X		Não se percebe a necessidade uma vez que as paredes servem como balizamento	
4.3.3	e) No espaço de circulação, há livre passagem sem interrupções por mobiliário, vaso de planta, elementos suspensos com mais de 10 cm de profundidade etc.?		X			X		Há bebedouros suspensos e há também hidrantes, embora todos possuam sinalização tátil de alerta no piso		X		Em alguns trechos dos corredores estão instalados bebedouros suspensos e há também hidrantes, embora todos possuam sinalização tátil de alerta no piso	
4.3.3	f) Quando da impossibilidade de um mobiliário ser instalado fora da rota acessível, ele é projetado com diferença mínima em valor de reflexão da luz (LRV) de 30 pontos, em relação ao plano de fundo e detectável com bengala longa?			X			X				X		
6.1.2	g) A rota acessível possui iluminação natural ou artificial com nível mínimo de iluminância de 150 lux medidos a 1,00 m do chão (exceto cinemas, teatros e similares)?	X			X				X				

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

Item normativo	4.2 CIRCULAÇÃO VERTICAL	TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO					
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
6.3	a) Existe circulação vertical acessível a pessoas em cadeira de rodas ligando todos os pavimentos? (A circulação vertical pode ser realizada por escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos e é considerada acessível quando atender no mínimo a duas formas de deslocamento vertical).	X			X				X				

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

CIRCULAÇÃO INTERNA - RAMPAS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO: **Palácio do Supremo Tribunal Federal**

		TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
Item normativo	4. EDIFICAÇÃO - CIRCULAÇÃO INTERNA	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
		4.2.1 QUANTO ÀS RAMPAS:											
6.1.1.2	a) Existe rampa interna?		X				X				X		
6.6.2.5	b) A rampa atende à largura mínima de 1,20 m?			X			X				X		
6.3.2	c) O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante?			X			X				X		
6.6.2 (tabelas 4 e 5)	d) A inclinação da rampa está em conformidade com a tabela de dimensionamento de rampas?			X			X				X		
6.6.2.4	e) A inclinação transversal máxima é de 2% em rampa interna ou 3% em rampa externa?			X			X				X		
6.6.4	f) Existe previsão de patamar com dimensão longitudinal mínima 1,20 m, no início e término da rampa, além da área de circulação adjacente?			X			X				X		
6.6.4	g) Há, entre os segmentos de rampa, um patamar de no mínimo 1,20 m de comprimento, na direção do movimento?			X			X				X		
5.4.6	h) Possui faixa de piso tátil de alerta no início e término da rampa?			X			X				X		
6.9.1	i) Os corrimãos são construídos em materiais rígidos e resistente, firmemente fixados às paredes e oferecem condições de segurança na utilização?			X			X				X		
4.6.5	j) O corrimão possui seção circular entre 30 mm e 45 mm?			X			X				X		
6.9.3.2	k) O corrimão prolonga-se 0,30 m antes do início e após o término da rampa?			X			X				X		
6.9.3.4	l) O corrimão possui extremidades curvadas com desenho contínuo e sem protuberâncias?			X			X				X		
4.6.5	m) Respeita o afastamento mínimo de 40 mm entre a parede e o corrimão?			X			X				X		
6.9.3.2	n) O corrimão é duplo e contínuo nos dois lados da rampa, com alturas de 0,70 m e 0,92 m na face superior?			X			X				X		
6.9.3.5	o) Caso a rampa possua largura igual ou superior a 2,40 m, existe corrimão intermediário?			X			X				X		
6.6.2.8; 6.9.1; NBR 9.077 (item 4.8); NBR 14.718	p) Na ausência de paredes, existe guarda-corpo associado na altura exigida pelas normas?			X			X				X		
6.6.2.8 e 6.6.3	q) Na ausência de paredes laterais, existe guia de balizamento com altura mínima de 5 cm?			X			X				X		
5.4.3	r) Há sinalização em Braille, informando sobre os pavimentos, no início e no final das rampas fixas, instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão?			X			X				X		
		SIM	NÃO		JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO		JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO		JUSTIFICATIVA
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

CIRCULAÇÃO INTERNA - ESCADAS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	Palácio do Supremo Tribunal Federal
---------------------------	-------------------------------------

Item normativo	4. EDIFICAÇÃO - CIRCULAÇÃO INTERNA	TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO			
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO		SIM	NÃO		SIM	NÃO		
6.1	a) Existe escada na edificação?	X			X			X			Há duas escadas de serviço que interligam os andares, sendo uma em "U" mais próxima à fachada Norte (com largura de 1,20 m e com degraus em leque e outra à fachada Sul (com largura de 1,60 m e degraus em leque). Há ainda a escada principal que dá acesso ao museu no segundo pavimento (reta e sem patamar)
6.3.2	b) O piso dos degraus é antiderrapante e estável?	X			X			X			Foram instaladas faixas de fita aderente nos degraus. Para a escada de acesso ao museu, de aspecto monumental e tratamento requintado, seus degraus prismáticos são revestidos em mármore com a instalação de carpete vermelho.
6.7.1	c) A escada integrante da rota acessível não possui espelho vazado?	X			X			X			
6.7.2	d) Possui largura mínima de 1,20 m?	X			X			X			
6.8.7	e) Possui, no mínimo, um patamar a cada 3,20 m de desnível ou onde houver mudança de direção?		X			X			X		O pé direito do térreo é de 4,05 m, do 2º é de 3,20 m e o do 3º é de 2,80 m. Só na ligação entre o térreo e o 2º pavimentos seria necessário, mas não se vislumbra uma adaptação simples e/ou viável na escada de acesso ao museu. Isso requer estudos de viabilidade.
6.8.8	f) Entre os lances existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m?			X			X			X	
5.4.6; NBR 16.537 (Seção 6)	g) Possui faixa de piso tátil de alerta no início e no término da escada?	X			X			X			
6.9.3.2	h) O corrimão é duplo e contínuo nos dois lados da escada, com alturas de 0,70 m e 0,92 m na face superior?		X			X			X		O corrimão é simples (na escada de serviço) e duplo na escada principal. Isso representa necessidade de adaptação.
6.9.1	i) Os corrimãos são construídos em materiais rígidos e resistentes, firmemente fixados às paredes e oferecem condições de segurança na utilização?	X			X			X			O corrimão é simples (na escada de serviço) e duplo na escada principal. Isso representa necessidade de adaptação.
4.6.5	j) O corrimão possui seção circular entre 30 mm e 45 mm?		X			X			X		Os corrimãos têm seção circular maior que 45 mm. Isso representa necessidade de adaptação.
4.6.5	k) Respeita o afastamento mínimo de 40 mm entre a parede e o corrimão?	X			X			X			Os corrimãos têm seção circular maior que 45 mm. Isso representa necessidade de adaptação.
6.9.3.2	l) O corrimão prolonga-se 0,30 m antes do início e após o término da escada?		X			X			X		Isso representa necessidade de adaptação
6.9.3.4	m) O corrimão possui extremidades curvadas com desenho contínuo e sem protuberâncias?		X			X			X		Isso representa necessidade de adaptação
6.9.3.5	n) Caso a escada possua largura igual ou superior a 2,40 m, existe corrimão intermediário?			X			X			X	A largura das escadas é inferior a 2,40 m
6.9.3.6	o) Caso existam corrimãos intermediários, estes somente são interrompidos quando o comprimento do patamar for superior a 1,40 m, garantindo o espaçamento mínimo de 0,80 m entre o término de um segmento e o início do seguinte, conforme Figura 77 da norma?			X			X			X	Não existem corrimãos intermediários já que a largura da escada é inferior a 2,40 m
6.6.2.8; 6.9.1; NBR 9.077 (Item 4.8); NBR 14.718	p) Na ausência de paredes, existe guarda-corpo associado na altura exigida pelas normas?		X			X			X		A escada é confinada por paredes
5.4.4.2	q) Possui sinalização visual aplicada aos pisos e espelhos em suas bordas laterais e/ou nas projeções dos corrimãos, contrastante com o piso adjacente, preferencialmente fotoluminescente ou retro iluminada?		X			X			X		Isso requer adaptação
6.4.2	r) No caso de existirem escadas compondo as rotas de fuga, são previstas, fora do fluxo de circulação, áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeira de rodas?		X			X			X		Há espaço disponível para a demarcação de área de resgate. Isso representa necessidade de adaptação.
5.5.1.3	s) Nas escadas interligando vários pavimentos há, junto às portas corta-fogo, sinalização tátil, visual e/ou sonora, informando o número do pavimento?	X			X				X		
5.5.2.1; NBR 16.820	t) O acesso às áreas de resgate está identificado conforme o disposto na ABNT NBR16820?		X			X			X		Não há áreas de resgate demarcadas, embora haja espaço. Isso representa necessidade de adaptação.
5.5.2.2	u) A área de resgate possui sinalização horizontal, com o SIA com dimensões mínimas de 15 x 15 cm, junto à demarcação da área de espera para cadeira de rodas, nas dimensões do M.R. (0,80 m x 1,20 m)?		X			X			X		Não há áreas de resgate demarcadas, embora haja espaço. Isso representa necessidade de adaptação.
5.4.3	v) Há sinalização em Braille, informando sobre os pavimentos, no início e no final das escadas, instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão?		X			X			X		Isso requer adaptação
6.8.2	w) As dimensões dos pisos e espelhos dos degraus são constantes em toda a escada ou degraus isolados, atendendo ao seguinte: a) 0,63 m ≤ p + 2e ≤ 0,65 m, b) pisos (p): 0,28 m ≤ p ≤ 0,32 m e c) espelhos (e): 0,16 m ≤ e ≤ 0,18 m	X			X			X			A única exceção são os degraus em leque nas escadas de serviço, onde o estreitamento de alguns patamares compromete o deslocamento.
6.8.4	x) Em construções novas, o primeiro e o último degraus de um lance de escada distam no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente?			X			X			X	Não se trata de construção nova
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	X			X			X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

CIRCULAÇÃO INTERNA - ELEVADORES

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO: Palácio do Supremo Tribunal Federal

		TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
Item normativo	4. EDIFICAÇÃO - CIRCULAÇÃO INTERNA 4.2.3 QUANTO AOS ELEVADORES (NBR9050 E ABNT NBR NM 313) :	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
6.1.1.2	a) Existe elevador na edificação interligando todos os pavimentos?	X				X				X			
6.3.1	b) O piso da cabine possui superfície rígida e antiderrapante?	X				X				X			
Anexo B (informativo)	c) O piso da cabine contrasta com o da circulação?	X				X				X			
Anexo B (informativo)	d) As portas do elevador contrastam com o acabamento da parede circundante?	X				X				X			
NBR NM 313 (5.3.1)	e) Os elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m?	X				X				X			
NBR NM 313 (Tabela 1)	f) Em elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, as portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m x 2,10 m?	X				X				X			
6.10.1; NBR16.537 (Seção 6)	g) Possui sinalização com piso tátil de alerta junto à porta do elevador?	X				X				X			
NBR NM 313 (5.3.2.3)	h) Há espelho ou vidro que permita ao usuário de cadeira de rodas observar obstáculos enquanto se move para trás ao sair do elevador?	X				X				X			
NBR NM 313 (5.3.2.1)	i) Possui corrimão fixado nos painéis laterais e de fundo atendendo a altura entre 0,85 m e 0,90 m da sua face superior ao piso?	X				X				X			
6.10.1	j) Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas?	X				X				X			
NBR NM 313 (5.4.3)	k) Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimentará?	X				X				X			
NBR NM 313 (Tabela 2)	l) A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso?	X				X				X			
NBR NM 313 (Tabela 2)	m) A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso?	X				X				X			
5.4.5.1	n) As botoeiras têm informações em relevo e em Braille de sua operação e estão compatíveis com a ABNT NM 313 e ABNT NBR ISO 9386-1?	X				X				X			
NBR NM 313 (5.3.3.1)	o) O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de no máximo 15 mm?	X				X				X			
NBR NM 313 (5.3.3.2)	p) A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de no máximo 35 mm?	X				X				X			
5.4.5.2	q) O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille e instalado a uma altura entre 1,20 m e 1,60 m medida do piso?	X				X				X			
NBR NM 313 (5.4.4.3)	r) Há interfone ou outra forma de comunicação para solicitar auxílio?	X				X				X			
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

CIRCULAÇÃO INTERNA - PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO
Palácio do Supremo Tribunal Federal

		TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
Item normativo		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
4. EDIFICAÇÃO - CIRCULAÇÃO INTERNA													
4.2.4 QUANTO ÀS PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS ISO 9386:													
6.1.1.2	a) Existe plataforma elevatória na edificação?		X				X				X		
ISO 9386 9.1.1.4.3 (a)	b) Possui entrada livre mínima de 0,90 m (Edificações com acesso público)?			X			X				X		
ISO 9386 9.2.1.3 / 9.2.1.4	c) A cabine tem dimensão mínima de 0,90 m x 1,40 m?			X			X				X		
6.10.3.2	d) Se a plataforma é vertical e de percurso aberto, o desnível a ser vencido é de até 2,00 m?			X			X				X		
6.10.3.1	e) Se a plataforma é vertical de percurso aberto, possui fechamento lateral até a altura de 1,10 m?			X			X				X		
ISO 9386 seção 1 c)	f) Se a plataforma é vertical e de percurso fechado, o desnível a ser vencido é de até 4,00 m?			X			X				X		
6.10.3.3	g) Se a plataforma é vertical, possui dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos equipamentos e nos pavimentos atendidos para utilização assistida?			X			X				X		
6.2.5	h) Se a plataforma é vertical, existe dispositivo de segurança (cancelas) isolando os locais de chegada e saída do equipamento?			X			X				X		
6.10.4.2	i) Se a plataforma é de percurso inclinado, existe assento escamoteável para uso de pessoa com mobilidade reduzida?			X			X				X		
6.10.4.3	j) Se a plataforma é de percurso inclinado, existe, na área de espera, sinalização tátil e visual informando a obrigatoriedade de acompanhamento por pessoal habilitado durante sua utilização e dispositivo de solicitação para tal auxílio a uma altura de 0,80 m a 1,00 m do piso?			X			X				X		
6.10.4.4	k) Se a plataforma é de percurso inclinado, a projeção do seu percurso está sinalizada no piso?			X			X				X		
6.10.4.4; 5.5.2	l) Para qualquer tipo de plataforma: a área de espera de embarque está demarcada?			X			X				X		
		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

ESQUADRIAS (Janelas e Portas em geral, exceto as de acesso a sanitários)

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	Palácio do Supremo Tribunal Federal
---------------------------	-------------------------------------

Item normativo	5. ESQUADRIAS (identificar no campo observações os locais das portas não-conformes e informar as quantidades a serem adaptadas ou instaladas)	TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO		
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA
		SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
6.11.2.4	a) As portas atendem à largura livre mínima de 0,80 m e altura de 2,10 m? (vão livre)	X			X			X		
6.11.2.4	b) Nas portas com duas folhas, pelo menos uma delas possui o vão livre de 0,80 m?	X			X			X		
6.11.2.8	c) As portas do tipo vai e vem têm visor com largura mínima de 0,20 m, tendo sua face inferior situada entre 0,40 m e 0,90 m do piso, e a face superior no mínimo a 1,50 m do piso?			X			X			X
6.11.2.6	d) Possui maçaneta tipo alavanca e com altura entre 0,80 m e 1,10 m?		X			X			X	
4.6.6.1	e) A maçaneta possui acabamento sem arestas e recurvado na extremidade?	X			X			X		
6.11.2.2	f) No deslocamento frontal do usuário, quando as portas abrirem no sentido do deslocamento do usuário, há um espaço livre de 0,30 m contíguo à maçaneta, com profundidade de 1,20 m?	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.
6.11.2.2	g) Nas portas que abrem no sentido oposto ao deslocamento do usuário, há espaço livre de 0,60 m, contíguo à maçaneta, com profundidade de 1,50 m?	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.
6.11.2.3	h) No deslocamento lateral do usuário, existe 0,60 m de espaço livre de cada um dos lados da porta?	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.	X		Nos percursos em áreas comuns o requisito é atendido. Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e sendo alterado conforme a demandas dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.
5.4.1	i) Possui sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente?	X			X			X		
5.4.1	j) A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?	X			X			X		
6.11.2.13	k) Portas e paredes envidraçadas têm faixa com no mínimo 50 mm de espessura, instalada a uma altura entre 0,90 m e 1,00 m ou elementos gráficos equivalentes?	X		As portas de acesso ao Plenário são de vidro temperado com faixas nas cores azul e cinza			X			X
6.11.2.13	l) Nas portas das paredes envidraçadas que fazem parte de rotas acessíveis existem faixas de sinalização visual emoldurando-as, com dimensão mínima de 50 mm de largura?		X	As molduras das fachadas (montantes e travessas) são suficientes para visualização do obstáculo. Da forma como estão instaladas as portas de vidro que dão acesso ao plenário (confinadas por alvenaria, não se vislumbra a necessidade de sinalização de emolduramento			X			X
6.11.3	m) A altura do peitoril respeita o cone visual de pessoa em cadeira rodas (aprox. 60 cm)?	X		A fachada é toda envidraçada, desde o piso	X		A fachada é toda envidraçada, desde o piso	X		A fachada é toda envidraçada, desde o piso
6.11.3	n) Os comandos das janelas são entre 0,60 m e 1,20 m do piso?									
6.11.2.6	o) As portas podem ser abertas com um único movimento?		X	As maçanetas em geral não são de alavanca e seu tipo arredondado não é conveniente. Isso representa necessidade de adaptação		X	As maçanetas em geral não são de alavanca e seu tipo arredondado não é conveniente. Isso representa necessidade de adaptação		X	As maçanetas em geral não são de alavanca e seu tipo arredondado não é conveniente. Isso representa necessidade de adaptação
6.11.2.1	p) No caso de portas em sequência, existe um espaço de transposição com um círculo de 1,50 m de diâmetro entre as portas abertas?	X			X			X		
6.3.4	q) A soleira da porta não apresenta desnível ou o desnível é chanfrado quando este estiver entre 5 a 20 mm?	X			X			X		
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	X		JUSTIFICATIVA O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X		JUSTIFICATIVA O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X		JUSTIFICATIVA O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

SANITÁRIOS NÃO COLETIVOS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	Palácio do Supremo Tribunal Federal
---------------------------	-------------------------------------

Item normativo	6. SANITÁRIO ACESSÍVEL OU BOXE SANITÁRIO ACESSÍVEL	TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
7.4.3; Decreto nº 5.296/04 (§1º do art. 22)	a) Tratando-se de edificação nova, posterior a dezembro/2004 (identificar data do habite-se), existe sanitário acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, com entrada independente dos sanitários coletivos?			X	Não é uma edificação nova			X	Não é uma edificação nova			X	Não é uma edificação nova
7.4.3; Decreto nº 5.296/04 (§2º do art.22)	b) Tratando-se de edificação antiga, anterior a dezembro/2004 (identificar data do habite-se), esta dispõe de pelo menos um sanitário acessível, por pavimento, com entrada independente dos sanitários coletivos?	X			O térreo possui um sanitário acessível, unissex, próximo ao hall dos advogados, ao lado do plenário				O pavimento possui dois sanitários coletivos, um masculino e um feminino, onde no interior há um box acessível				O pavimento possui dois sanitários coletivos, um masculino e um feminino, onde no interior há um box acessível
7.3.1	c) O sanitário está localizado em rota acessível?	X				X				X			
7.3.1	d) Os sanitários acessíveis estão próximos ou integrados às demais instalações sanitárias?	X				X				X			
5.6.4.1	e) Os sanitários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual) próximo à bacia, acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante?		X		Isso requer adaptação		X		Isso requer adaptação		X		Isso requer adaptação
6.3.4.1	f) A entrada é sem desnível ou possui desnível entre 5 mm e 20 mm tratado conforme Figura 68?	X				X				X			
6.3.2	g) O piso é antiderrapante?	X			Em condições molhadas não apresenta boa aderência	X			Em condições molhadas não apresenta boa aderência	X			Em condições molhadas não apresenta boa aderência
7.5 e Figura 100	h) As dimensões mínimas do sanitário acessível permitem giro de 360° (diâmetro de 1,50 m), conforme Figura 100 da NBR9050?		X		O único sanitário acessível tem dimensões de 1,50 m x 1,90 m. Mas atende o disposto na fig 101, conforme descrito na linha abaixo	X				X			
7.5 e Figura 101	i) Em caso de impossibilidade de atendimento das medidas mínimas, atende à Figura 101 da NBR9050?	X					X				X		
6.11.2.4	j) A porta possui um vão livre de 0,80 m?	X				X				X			
7.5 (f)	k) O sentido de abertura da porta é para fora?	X				X				X			
6.11.2 e 7.5 (f)	l) No caso de boxe acessível, a porta do sanitário no qual ele está inserido abre para fora ou possui espaço ao lado da porta para facilitar sua abertura?			X	Não se trata de box	X			Abre para dentro, mas há espaço para abertura	X			Abre para dentro, mas há espaço para abertura
4.6.6.1	m) A maçaneta é do tipo alavanca, com pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta e instalada a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado?		X		Isso requer adaptação		X		Embora a maçaneta não seja do tipo alavanca, é do tipo trava deslizante que permite o uso adequado		X		Embora a maçaneta não seja do tipo alavanca, é do tipo trava deslizante que permite o uso adequado
7.5 (f), 6.11.2.7 e 4.6.6.3	n) A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, fixado na parte interna da porta, afastado 0,10 m do batente e instalado na altura da maçaneta conforme a Figura 86? Na inexistência de maçaneta, o puxador horizontal está instalado a uma altura entre 0,80 m a 1,10 m medida do eixo do puxador ao piso acabado?	X				X				X			
5.4.1	o) Possui sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente?	X				X				X			
5.4.1	p) A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?	X				X				X			
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação

Item normativo	6-1 QUANTO À BACIA SANITÁRIA:			ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES			
	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA				
7.5	a)	Possui área de transferência (0,80 m x 1,20 m) lateral, diagonal e perpendicular para a bacia sanitária?			X				X									
7.5 (o)	b)			X			Só há um			X				X	Só há um			
7.7.2.1	c)	Tem 43 cm a 45 cm de altura sem o assento (46 cm de altura com assento)?			X				X					X				
7.7.2.1	d)	A bacia NÃO possui abertura frontal?			X				X					X				
7.7.2.1	e)	Se a altura da bacia sanitária foi aumentada através de uma base (sóculo), ela ultrapassa no máximo 5 cm, acompanhando a base da bacia, e sem cantos vivos?					X	Não há sóculo			X			X	Não há sóculo			
7.7.2.2	f)	Possui barras de apoio com comprimento mínimo de 80 cm, fixadas na parede de fundo e na lateral da bacia sanitária, distando 0,75 m do piso acabado ou outra configuração conforme item 7.7.2 ?					X	Existem duas barras horizontais. Isso representa necessidade de adaptação			X			X	Existem duas barras horizontais. Isso representa necessidade de adaptação			
7.7.2.3.1	g)	A barra de apoio localizada na lateral do sanitário dista 0,50 m da borda frontal da bacia?					X	Isso representa necessidade de adaptação			X			X	Isso representa necessidade de adaptação			
7.7.2.3.1	h)	Existe barra reta com comprimento mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária?					X	Isso representa necessidade de adaptação			X			X	Isso representa necessidade de adaptação			
7.7.2.3.3	i)	O eixo de instalação da barra de apoio fixada na parede de fundo dista 0,30 m em relação ao eixo da bacia sanitária?					X	Isso representa necessidade de adaptação			X			X	Isso representa necessidade de adaptação			
7.7.2.3.1	j)	A distância entre o eixo do vaso e a face da barra horizontal lateral é de 40 cm?					X	Isso representa necessidade de adaptação			X			X	Isso representa necessidade de adaptação			
7.6.3	k)	As barras de apoio possuem seção circular entre 30 mm e 45 mm de diâmetro?			X				X					X				
7.6.3	l)	As barras de apoio distam 40 mm da parede?			X				X					X				
7.7.3.1	m)	O acionamento da válvula de descarga atende à altura máxima de 1,00 m e é de fácil acionamento?			X				X					X				
7.7.2.3.3	n)	No caso de caixa acoplada, a barra sobre esta, possui altura máxima de 89 cm?					X	Não é caixa acoplada externa			X			X	Não é caixa acoplada externa			
7.7.3.2	o)	O acionamento de descarga em caixa acoplada é do tipo alavanca ou sensores?					X				X			X				
				SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA		
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?				X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma			x		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma			x		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma		

Item normativo	6-2 QUANTO AO LAVATÓRIO:			ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES			
	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA				
7.5 (e)	a)	Está fixado a uma altura de 0,78 m a 0,80 m do piso?			X				X					X				
7.8 e Figura 113	b)	O lavatório permite área de aproximação para pessoa com deficiência com no mínimo 0,30 m além da borda frontal sob a projeção do lavatório?			X				X					X				
7.8.1	c)	O comando da torneira está no máximo a 0,50 m da face externa frontal do lavatório?			X				X					X				
7.8.2	d)	As torneiras são acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo equivalente?			X				X					X				
7.8.1	e)	Possui barra(s) de apoio(s) horizontal(is) instalada(s) na mesma altura do lavatório, com distância máxima de 50 cm do eixo do lavatório, mínima de 4 cm das bordas laterais e máxima de 20 cm da borda frontal?			X				X					X				
7.8.1	f)	Possui barra(s) de apoio(s) vertical(is) com comprimento mínimo de 40 cm, instalada(s) a uma altura de 90 cm do piso e a uma distância máxima de 50 cm do eixo do lavatório?			X				X					X				
7.5 e Figura 99	g)	O lavatório é sem coluna ou com coluna suspensa, respeitando as dimensões livres de acordo com a Figura 99 da NBR9050?			X				X					X				
7.10.3	h)	No caso de lavatório instalado em bancada, a altura superior da cuba está entre 78 e 80 cm, e possui altura livre inferior de, no mínimo, 73 cm?					X		X					X				
7.8	i)	Há uma área livre de aproximação do lavatório com dimensão de 1,20 m x 0,80 m frontal ao lavatório?			X				X					X				
				SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA		
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?					X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente.			X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma			X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma		

Item normativo	6-3 QUANTO AO MICTÓRIO:			ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA					
												JUSTIFICATIVA			
7.10.4.1	a)	Existe área de aproximação frontal para pessoa com mobilidade reduzida (diâmetro de 0,60 m) e para pessoa em cadeira de rodas (0,80 m x 1,20 m)?			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente	
7.10.4.3	b)	Para os modelos suspensos, têm altura (na borda frontal) de 0,60 m a 0,65 m?			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente	
7.10.4.2	c)	Acionamento da descarga, tipo alavanca ou automática, com altura de 1,00 m do seu eixo?			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente	
7.10.4.3	d)	Possui barras de apoio em ambos os lados com afastamento de 0,30 m (a partir do eixo), comprimento mínimo de 0,70 m, fixadas com altura de 0,75 m do piso acabado?			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente			X	Não há mictório e o sanitário é unissex com uma bacia sanitária somente	
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente.		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente.		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente.				

Item normativo	6-4 QUANTO AOS ACESSÓRIOS:			ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA					
												JUSTIFICATIVA			
7.11.1	a)	O espelho, quando instalado em parede sem pias, a borda inferior está no máximo a 0,50 m do piso e a borda superior a no mínimo 1,80 m?			X	Os espelhos estão instalados em paredes com pias			X	Os espelhos estão instalados em paredes com pias			X	Os espelhos estão instalados em paredes com pias	
7.11.1	b)	O espelho, quando instalado sobre o lavatório, a borda inferior está no máximo a 0,90 m do piso e a borda superior a no mínimo 1,80 m?	X					X				X			
7.11.2	c)	A papelreira embutida está em altura mínima de 0,55 m do piso?		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação	
7.11.2	d)	A papelreira embutida dista no máximo 0,20 m da borda frontal do sanitário?		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação	
7.11.2	e)	A papelreira de sobrepor está alinhada com a borda frontal da bacia e o acesso ao papel está a 1,00 m do piso acabado?		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação	
7.11	f)	Os acessórios (cabide, saboneteira, toalheiro, porta-objeto) atendem à altura entre 0,80 m e 1,20 m?		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação	
7.5 e 4.6.2	g)	Se existir ducha higiênica, está instalada na área de alcance manual conforme Figuras 16 e 17 da NBR 9050:2020?			X				X				X		
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma		X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma		X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma		

SANITÁRIOS COLETIVOS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO: **Palácio do Supremo Tribunal Federal**

		TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
Item normativo	6a. SANITÁRIOS COLETIVOS (caso haja boxe acessível, preencher a guia anterior para o boxe)	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
7.10.1	a) Nos boxes comuns em edificações novas (posteriores a outubro de 2015), as portas têm vão livre mínimo de 0,80 m e contém área livre com no mínimo 0,60 m de diâmetro?			X	Não é uma edificação nova			X	Não é uma edificação nova			X	Não é uma edificação nova
7.10.1	b) Nos boxes comuns em edificações existentes (anteriores a outubro de 2015), as portas têm vão livre mínimo de 0,60 m, abrindo para fora (recomendável)?		X		Abrem para dentro, mas é mais conveniente dessa forma para não obstruir o espaço já bastante reduzido entre os boxes e as bancadas		X		Abrem para dentro, mas é mais conveniente dessa forma para não obstruir o espaço já bastante reduzido entre os boxes e as bancadas		X		Abrem para dentro, mas é mais conveniente dessa forma para não obstruir o espaço já bastante reduzido entre os boxes e as bancadas
7.10.2	c) Existe pelo menos um boxe sanitário comum com barras de apoio para uso de pessoas com mobilidade reduzida?		X		Isso representa necessidade de adaptação		X				X		
6.3.4.1	d) A entrada do sanitário coletivo é sem desnível ou possui desnível entre 5 mm e 20 mm tratado conforme Figura 68?	X				X				X			
6.3.2	e) O piso é antiderrapante?	X			Em condições molhadas não apresenta boa aderência	X			Em condições molhadas não apresenta boa aderência	X			Em condições molhadas não apresenta boa aderência
6.11.2.4	f) A porta possui um vão livre de 0,80 m?		X		A porta de acesso tem vão de 0,7 m. No entanto, considerando que no térreo há um sanitário individual acessível e unissex, e que pessoas em cadeira de rodas não precisarão adentrar nos sanitários coletivos, não se entende a ampliação do vão como indispensável, mas recomendável		X		Isso representa uma necessidade de adaptação/troca de porta e aumento do vão, pois caso contrário a pessoa em cadeira de rodas não conseguirá acessar o box acessível (que fica dentro do sanitário coletivo)		X		Isso representa uma necessidade de adaptação/troca de porta e aumento do vão, pois caso contrário a pessoa em cadeira de rodas não conseguirá acessar o box acessível (que fica dentro do sanitário coletivo)
6.11.2.7, 7.11.5 e 4.6.6.3	g) A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, fixado na parte interna da porta, afastado 0,10 m do batente (do lado da dobradiça) e instalado na altura da maçaneta conforme Figura 86? Na inexistência de maçaneta, o puxador horizontal está instalado a uma altura entre 0,80 m a 1,10 m medidos do eixo do puxador ao piso acabado?			X	A porta de acesso não tem puxador horizontal. No entanto, considerando que no térreo há um sanitário individual acessível e unissex, e que pessoas em cadeira de rodas não precisarão adentrar nos sanitários coletivos, não se entende a inserção da barra como indispensável		X		A porta de acesso não tem puxador horizontal, sua maçaneta não é do tipo alavanca. Isso representa necessidade de adaptação		X		A porta de acesso não tem puxador horizontal, sua maçaneta não é do tipo alavanca. Isso representa necessidade de adaptação
4.6.6.1	h) A maçaneta é do tipo alavanca, com pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta e instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado?		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		A porta de acesso não tem puxador horizontal, sua maçaneta não é do tipo alavanca. Isso representa necessidade de adaptação		X		A porta de acesso não tem puxador horizontal, sua maçaneta não é do tipo alavanca. Isso representa necessidade de adaptação
5.4.1	i) Possui sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (altura entre 1,20 m e 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente?	X				X				X			
5.4.1	j) A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m e 1,20 m) ou sonora?	X				X				X			
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

Item normativo	6-1A QUANTO AO LAVATÓRIO EM SANITÁRIOS COLETIVOS:	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	
7.5	a)	X				X				X			
7.10.3	b)	X				X				X			
7.10.3	c)		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação
7.8.1	d)	X				X				X			
7.8.2	e)	X				X				X			
7.8.1	f)		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação
7.8.1	g)		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

Item normativo	6-2A QUANTO AO MICTÓRIO:	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	
7.10.4	a)		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação
7.10.4.1	b)		X		O espaço para pessoa com mobilidade reduzida é suficiente e a pessoa em cadeira de rodas será atendida no sanitário acessível e unissex, não requerendo adaptação		X				X		
7.10.4.3	c)	X				X				X			
7.10.4.2	d)	X				X				X			
7.10.4.3	e)		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

Item normativo	6-3A QUANTO AOS ACESSÓRIOS:	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES
		SIM		NÃO SE APLICA		SIM		NÃO SE APLICA		SIM		NÃO SE APLICA	
7.11.1	a)			X	Os espelhos estão instalados em paredes com pias			X	Os espelhos estão instalados em paredes com pias			X	Os espelhos estão instalados em paredes com pias
7.11.1	b)	X				X				X			
7.11	c)	X				X				X			
7.11.3	d)		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação
7.11.4	e)		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação		X		Isso representa necessidade de adaptação

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
		X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma	X		O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

Item normativo	6-4A QUANTO AOS CHUVEIROS:	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES
		SIM		NÃO SE APLICA		SIM		NÃO SE APLICA		SIM		NÃO SE APLICA	
7.12.1				X	Banheiros acessíveis e vestiários com banheiros conjugados devem prever área de manobra para rotação de 360° para circulação de pessoa em cadeira de rodas.			X	Banheiros acessíveis e vestiários com banheiros conjugados devem prever área de manobra para rotação de 360° para circulação de pessoa em cadeira de rodas.			X	Banheiros acessíveis e vestiários com banheiros conjugados devem prever área de manobra para rotação de 360° para circulação de pessoa em cadeira de rodas.
7.12.1.2	a)		X			X				X			
7.12.4	b)		X			X				X			
7.12.4	c)		X			X				X			
7.12.1.1	d)		X			X				X			
7.12.1.1	e)		X			X				X			
7.12.1.1 e Figura 127	f)		X			X				X			
7.12.3 e Figura 127	g)		X			X				X			
7.12.2 e 7.12.3	h)		X			X				X			

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

MOBILIÁRIO - BEBEDOUROS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO | Palácio do Supremo Tribunal Federal

		TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO								
Item normativo	07. MOBILIÁRIO 7.1 BEBEDOUROS	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES						
		SIM	NÃO		NÃO SE APLICA	SIM		NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA			
8.5.1.1	a) No caso de bebedouros de bica, esta é do tipo jato inclinado, localizada no lado frontal do bebedouro?			X			X			X			X			
8.5.1.2	b) Os bebedouros estão instalados com, no mínimo, duas alturas diferentes de bica: 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado?			X			X			X			X			
8.5.1.3	c) O bebedouro de 0,90 m possui altura livre inferior de 0,73 m?			X			X			X			X			
8.5.1.3	d) Há possibilidade de aproximação frontal sob o equipamento, garantido um M.R.?			X			X			X			X			
8.5.2	e) Havendo copos descartáveis, estes estão entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado?	X					X			X			X			
8.5.2	f) Os outros modelos (garralho, filtro etc.), assim como o manuseio dos copos, estão posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado?	X					X			X			X			
8.5.2	g) Estes modelos permitem a aproximação lateral de uma Pessoa com Cadeira de Rodas?	X					X			X			X			
		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA		
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação		

MOBILIÁRIO - BALCÃO DE ATENDIMENTO, BALCÃO DE INFORMAÇÕES, TOTENS DE AUTOATENDIMENTO

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO | Palácio do Supremo Tribunal Federal

		TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO								
Item normativo	07. MOBILIÁRIO (Em recepções e áreas de atendimento) 7.2 BALCÃO DE ATENDIMENTO / INFORMAÇÕES / RECEPÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES						
		SIM	NÃO		NÃO SE APLICA	SIM		NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA			
	a) Existe balcão de atendimento?		X			X			X							
9.2.1.1	b) Balcão de atendimento está facilmente identificado e localizado em rota acessível?			X		X			X							
9.2.1.4	c) Balcão de atendimento possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?			X		X			X							
9.2.1.5	d) Balcão de atendimento possui altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão?			X		X			X							
5.3.2.2	e) O balcão possui o Símbolo Internacional de Acesso próximo à parte rebaixada?			X		X			X							
5.3.4	f) O balcão possui o Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva?			X		X			X							
9.2.1.3	g) No balcão de atendimento a face do atendente é uniformemente iluminada?			X		X			X							
		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA			SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA		
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação		

Item normativo	7.2.2 BALCÃO DE INFORMAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	
	a) Existe balcão de informações?	X				X				X			
9.2.3.1	b) Balcão de informações está facilmente identificado e localizado em rota acessível?	X			O balcão e todo o sistema de scanner/revista estão interligados no hall da entrada principal			X				X	
9.2.3.4	c) Balcão de informações possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,90 m a 1,05 m do piso?	X						X				X	
9.2.3.5	d) Balcão de informações garante aproximação lateral à pessoa em cadeira de rodas e circulação adjacente que permite rotação de 180°?	X						X				X	
5.3.2.2	e) O balcão possui o Símbolo Internacional de Acesso próximo à parte rebaixada?		X		A inserção de placas com o símbolo internacional de acesso pode ser facilmente provida. Isso requer adaptação			X				X	
5.3.4	f) O balcão possui o Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva?		X		As sessões transmitidas contam com tradutor em LIBRAS.			X				X	
9.2.3.2	g) No balcão de informação a face do atendente é uniformemente iluminada?	X						X				X	
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	X			O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma		X			O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação	X		

Item normativo	7.2.3 TOTENS DE AUTOATENDIMENTO	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO			OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	
	a) Existe totem de autoatendimento?			X				X				X	
9.4.3.2	b) Em áreas de atendimento, no caso de dispensers de senha ou totens de autoatendimento, estes estão localizados em área de piso nivelado e sem obstruções?			X				X				X	
9.4.3.4	c) Pelo menos um desses equipamentos possui um M. R. para aproximação de pessoa em cadeira de rodas?			X				X				X	
9.4.3.5	d) Os controles estão localizados entre 0,80 m e 1,20 m do piso, com profundidade de no máximo 0,30 m em relação à face frontal externa do equipamento?			X				X				X	
9.4.3.8	e) O equipamento apresenta instruções e informações visuais e auditivas ou táteis em posição visível, conforme Seção 5?			X				X				X	
5.1.3	f) No caso de displays de senhas, a informação é compreensível por pessoas com deficiência, sendo apresentada de forma visual e sonora?			X				X				X	
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação		X			O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação	X		

MOBILIÁRIO - ASSENTOS FIXOS - ESPERA ATENDIMENTO

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	Palácio do Supremo Tribunal Federal
---------------------------	-------------------------------------

Item normativo	07. MOBILIÁRIO 7.3 ASSENTOS FIXOS - ESPERA ATENDIMENTO	TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO					
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
8.9.3 e 6.1	a)			X	As entradas tanto do Palácio como do Anexo I não possuem área de espera			X	Não há área de espera no pavimento			X	Não há área de espera no pavimento
5.3.5.1 e Decreto nº 5.296/04	b)			X				X				X	
10.19.3	c)			X				X				X	
10.19.3	d)			X				X				X	
4.7.1	d)			X				X				X	
6.1	e)			X				X				X	

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA
	X			X		X			X			X			
				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação

MOBILIÁRIO - TELEFONES PÚBLICOS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	Palácio do Supremo Tribunal Federal
---------------------------	-------------------------------------

Item normativo	07. MOBILIÁRIO 7.4 TELEFONES PÚBLICOS	TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO					
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
	a)	X					X					X	
8.1	b)	X					X					X	
8.1	c)		X		Não há piso tátil de alerta na calçada ao redor do telefone (elemento suspenso). Isso representa necessidade de adaptação			X				X	
8.3.2	d)			X			X					X	
8.3.2	e)			X			X					X	

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA
	X			X		X			X			X			
				X	O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação				X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação

MOBILIÁRIO - INTERIOR DOS AMBIENTES		TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO					
Item normativo	07. MOBILIÁRIO 7.5 INTERIOR DAS SALAS	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
		4.3	a) A circulação entre os móveis ou passagens internas é no mínimo de 0,90 m e possui áreas de giro para retorno?	X						X	Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e alterado conforme demanda dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.		
9.3.1.3	b) As mesas possuem largura mínima de 0,90 m e altura da superfície de trabalho entre 0,75 m e 0,85 m?			X				X	Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e alterado conforme demanda dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.			X	Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e alterado conforme demanda dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.
9.3.1.4	c) As mesas permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 0,73 m embaixo da superfície de trabalho, garantindo largura mínima de 0,80 m e profundidade mínima de 0,50 m?			X	As únicas mesas de trabalho no térreo do Palácio são as dos seguranças, na entrada pela fachada sul.			X	Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e alterado conforme demanda dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.			X	Cabe destacar que o layout no interior das salas de trabalho é dinâmico e alterado conforme demanda dos usuários. Importante observar essa demanda para prover readequações que venham a ser necessárias.
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA	
			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação			X	O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação	

VESTIÁRIOS

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO: **Palácio do Supremo Tribunal Federal**

Item normativo	8. VESTIÁRIOS	TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
a)	Existe vestiário?			X	Não há vestiário no pavimento			X	Não há vestiário no pavimento			X	Não há vestiário no pavimento
6.11.2.4	b) A porta possui um vão livre de 0,80 m?			X				X				X	
6.11.2.7 / 7.11.5 4.6.6.3	c) A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta, afastado 0,10 m do batente (do lado da dobradiça) e instalado na altura da maçaneta conforme Figura 86? Na inexistência de maçaneta, o puxador horizontal está instalado a uma altura entre 0,80 m a 1,10 m medidos do eixo do puxador ao piso acabado?			X				X				X	
4.6.6.1	d) A maçaneta é do tipo alavanca, com pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta e instalada a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado?			X				X				X	
5.4.1	e) Possui sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (altura entre 1,20 m e 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente?			X				X				X	
5.4.1	f) A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou no batente em altura entre 0,90 m e 1,20 m) ou sonora?			X				X				X	
6.3.4.1	g) A entrada é sem desnível ou possui desnível entre 5 mm e 20 mm tratado conforme Figura 68?			X				X				X	
6.3.2	h) O piso é antiderrapante?			X				X				X	
7.14.2	i) Os bancos possuem encosto?			X				X				X	
7.14.2 Figura 132	j) Os bancos possuem profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m e altura de 0,46 m do piso, e possuem um espaço livre inferior com 0,30 m de profundidade, com área de transferência lateral com dimensões mínimas de 0,80 x 1,20 m?			X				X				X	
7.14.3	k) A altura de utilização dos armários está entre 0,40 m e 1,20 m do piso acabado?			X				X				X	
7.14.5	l) Os cabides e porta-objetos estão instalados em altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado?			X				X				X	
7.14.5	m) Os porta-objetos possuem profundidade máxima de 0,25 m e são isentos de superfícies cortantes ou abrasivas?			X				X				X	
7.11.1	n) O espelho, quando instalado em parede sem plás, a borda inferior está no máximo a 0,50 m do piso e a borda superior a no mínimo 1,80 m?			X				X				X	
7.11.1	o) O espelho, quando instalado sobre o lavatório, a borda inferior está no máximo a 0,90 m do piso e a borda superior a no mínimo 1,80 m?			X				X				X	
Para cabinas individuais:													
7.14.1	p) A cabina possui dimensão mínima de 1,80 x 1,80 m?			X				X				X	
7.14.1.2	q) A porta da cabina possui um vão livre mínimo de 0,80 m?			X				X				X	
7.14.1.2	r) O sentido de abertura da porta é para fora?			X				X				X	
7.14.1.2	s) A maçaneta é do tipo alavanca, com pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta e instalada a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado?			X				X				X	
7.14.1.2	t) A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, fixado na parte interna da porta, afastado 0,10 m do batente (do lado da dobradiça) e instalada na altura da maçaneta, conforme a Figura 86? Na inexistência da maçaneta, o puxador está instalado a uma altura entre 0,80 m a 1,10 m medidos do eixo do puxador ao piso acabado?			X				X				X	
7.14.1	u) Possui superfície para troca de roupas na posição deitada, de dimensões mínimas de 0,70 m de largura, 1,80 m de comprimento e altura de 0,46 m?			X				X				X	
7.14.1.1	v) Há duas barras de apoio horizontais junto à superfície de troca de roupas, com comprimento mínimo de 0,80 m, ambas em altura de 0,75 m do piso acabado?			X				X				X	
7.14.1.1	w) Estas barras são fixadas, uma na parede da cabeceira a 0,30 m de distância da parede lateral e outra na parede lateral a 0,50 m da parede da cabeceira?			X				X				X	
7.14.1.1	x) Possui cabide instalado em altura entre 0,80 m e 1,20 m?			X				X				X	
7.14.1.1	y) Possui espelho instalado a 0,30 m do piso e com a borda superior a no mínimo 1,80 m?			X				X				X	

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA	SIM		NÃO		JUSTIFICATIVA
			X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação			X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação			X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação

BIBLIOTECAS		TÉRREO			2º PAVTO			3º PAVTO					
Item normativo	9. BIBLIOTECAS	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES			
		SIM	NÃO		NÃO SE APLICA	SIM		NÃO	NÃO SE APLICA		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
	a) Existe Biblioteca?			X	O pavimento não possui biblioteca			X	O pavimento não possui biblioteca atualmente			X	O pavimento não possui biblioteca
10.16	b) Os locais de pesquisa, salas de estudo e leitura, terminais de consulta são acessíveis?			X				X				X	
4.3	c) Possui largura mínima de circulação de 0,90 m?			X				X				X	
10.16.2	d) Possui 5% das mesas acessíveis, com no mínimo uma?			X				X				X	
10.16.6	e) Possui 5% dos terminais de consulta acessíveis?			X				X				X	
10.16.3	f) A distância entre as estantes possui, no mínimo, 0,90 m da largura?			X				X				X	
10.16.3	g) Nos corredores entre as estantes, existe, a cada 15 m, um local que permite giro de 360° (diâmetro de 1,50 m) para a cadeira de rodas?			X				X				X	
10.16.4	h) A altura de utilização das prateleiras está entre 0,40 m e 1,20 m do piso acabado?			X				X				X	
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação

AUDITÓRIOS E SIMILARES

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO: Palácio do Supremo Tribunal Federal

Item normativo	10. AUDITÓRIOS E SIMILARES	TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
	a) Existe auditório?	X					X					X	
10.3.1 e Decreto nº 5.296/04	b) A quantidade de espaços reservados para pessoas em cadeira de rodas na área destinada ao público é de 2% ou 20 espaços mais 1% do que exceder mil lugares (a depender da capacidade de lotação conforme art. 23 do Decreto nº 5.296/04)?	X					X					X	
10.3.4	c) Os espaços para pessoas com cadeira de rodas possuem dimensões mínimas de 0,80 m x 1,20 m, acrescidos de uma faixa de no mínimo 0,30 m de afastamento das fileiras de trás e da frente e estão instalados em piso plano horizontal?	X					X					X	
10.3.1 e Decreto nº 5.296/04	d) A quantidade de assentos para pessoas com mobilidade reduzida na área destinada ao público atende é de 2% ou 20 assentos mais 1% do que exceder mil lugares (a depender da capacidade de lotação conforme art.23 do Decreto nº 5.296/04)?	X					X					X	
10.3.4.2	e) O assento para pessoa com mobilidade reduzida possui um espaço livre frontal de no mínimo 0,60 m?	X					X					X	
10.3.4.4 Dec. 5296/04	f) Existem assentos para pessoa obesa (1% do total ou 10 assentos, a depender da capacidade de lotação conforme art. 23 do Decreto nº 5.296/04) com largura mínima de 0,75 m, profundidade entre 0,47 m e 0,51 m e altura do assento entre 0,41 m e 0,45 m?	X					X					X	
10.3.4.4	g) O assento para pessoa obesa possui um espaço livre frontal de no mínimo 0,60 m?	X					X					X	
10.3.1	h) Os locais destinados a pessoa com cadeira de rodas e os assentos para pessoa com mobilidade reduzida e pessoa obesa estão distribuídos pelo recinto?	X					X					X	
10.3.5	i) Existe espaço para cão-guia junto de um assento preferencial, com dimensões de 0,70 m de comprimento, 0,40 m de profundidade e 0,30 m de altura?	X					X					X	
10.3.1	j) Esses espaços estão localizados junto a assento para acompanhante?	X					X					X	
10.3.1	k) Esses locais estão indicados por sinalização?		X				X					X	
10.3.2	l) Esses locais garantem a visualização da atividade desenvolvida no palco, ou seja, atendendo a um ângulo visual de no máximo 30° a partir do limite superior da tela ou boca de cena até a linha do horizonte visual (altura de 1,15 m) do usuário?	X					X					X	
10.3.1	m) Estes locais estão localizados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga?	X					X					X	
5.5.1.2	n) Há sinalização visual e sonora nas saídas de emergência?	X					X					X	
10.4.3 e 10.4.4	o) O palco possui acesso através de rampa ou equipamento eletromecânico para o usuário de cadeira de rodas?	X					X					X	
10.4.3	p) A rampa para o palco possui largura mínima de 0,90 m, inclinação máxima de 16,66% para vencer uma altura máxima de 0,60 m ou inclinação máxima de 10% para vencer alturas superiores a 0,60 m?	X					X					X	
10.4.3	q) A rampa possui guia de balizamento? (não é necessário guarda-corpo e corrimão)		X				X					X	
5.4.6 e NBR 16537 (Seção 6)	r) O desnível entre o palco e a platéia está indicado com sinalização tátil de alerta no piso?			X			X					X	
10.4.5 e 5.2.8.1.6	s) Há local, no palco, para posicionamento do intérprete de Libras identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez)?			X			X					X	
10.4.5 e 5.2.8.1.6	t) Há foco de luz posicionado de forma a iluminar o intérprete de Libras?			X			X					X	

NECESSITA ADAPTAÇÃO ?	TÉRREO		2º PAVTO		3º PAVTO		JUSTIFICATIVA	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
X			X		X		X	

O elemento é inexistente e é necessário ou, sendo existente, não atende a norma

O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

RESTAURANTES, COPAS E SIMILARES

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO: **Palácio do Supremo Tribunal Federal**

		TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
Item normativo	11. RESTAURANTES, COPAS E SIMILARES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
9.3.3.1	a) Nas superfícies de apoio para bandejas ou similares, as bandejas, talheres, pratos, copos, temperos, alimentos e bebidas estão dispostos dentro da faixa de alcance manual?			X	A copa do pavimento é de acesso restrito ao pessoal que serve aos gabinetes, não sendo de acesso público e não serão avaliadas dessa forma.			X	A copa do pavimento é de acesso restrito ao pessoal que serve aos gabinetes, não sendo de acesso público e não serão avaliadas dessa forma.			X	A copa do pavimento é de acesso restrito ao pessoal que serve aos gabinetes, não sendo de acesso público e não serão avaliadas dessa forma.
9.3.3.2	b) Os alimentos e bebidas estão dispostos de forma a permitir o alcance visual?			X				X				X	
9.3.3.3	c) As superfícies de apoio para bandejas ou similares possuem altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado?			X				X				X	
9.3.3.3	d) É garantida a dimensão de no mínimo 0,90 m de circulação no entorno do balcão de autosserviço?			X				X				X	
10.8.1	e) Possui pelo menos 5% (com no mínimo uma do total) de mesas acessíveis para usuários de cadeira de rodas, sinalizadas com o SIA?			X				X				X	
4.3	f) É garantida uma faixa de circulação de 0,90 m entre as mesas e área de manobra para acesso?			X				X				X	
9.3.2.3	g) As mesas possuem altura de tempo entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado?			X				X				X	
9.3.2.4	h) As mesas permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 0,73 m embaixo da superfície, garantindo largura mínima de 0,80 m e profundidade mínima de 0,50 m?			X				X				X	
9.2.2.1	i) Caixas de pagamento são facilmente identificados e localizados em rotas acessíveis?			X				X				X	
9.2.2.2	j) A altura do balcão do caixa está entre 0,80 m e 0,90 m do piso acabado?			X				X				X	
9.2.2.2	k) O caixa possui espaço para aproximação frontal ou lateral? (para aproximação frontal, deve haver recuo de 0,30 m de profundidade por, no mínimo, 0,73 m de altura e circulação que permita giro de 180°; para aproximação lateral, deve haver passagem livre de 0,90 m)			X				X				X	
10.9.7	l) Nas copas estão asseguradas condições de circulação, aproximação e alcance dos utensílios?			X				X				X	
10.9.7	m) As pias das copas possuem altura de no máximo 0,85 m, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m?			X				X				X	
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

ILUMINAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA, SINALIZAÇÃO

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO: **Palácio do Supremo Tribunal Federal**

		TÉRREO				2º PAVTO				3º PAVTO			
Item normativo	12. ILUMINAÇÃO	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES	ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
6.1.2	a) A rota acessível possui iluminação natural ou artificial com nível mínimo de iluminância de 150 lux medido a 1,00 m do chão?	X				X				X			
6.11.2.13	b) Portas e paredes envidraçadas em áreas de circulação possuem bom nível de iluminação de ambos os lados?	X					X	Não há portas envidraçadas nas áreas comuns de circulação no pavimento.			X		Não há portas envidraçadas nas áreas comuns de circulação no pavimento.
9.2.1.3	c) No balcão de atendimento a face do atendente é uniformemente iluminada?	X					X	Não há balcão de atendimento no pavimento			X		Não há balcão de atendimento no pavimento
	NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		x		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente		x		O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente

Item normativo		13. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA				ATENDE O ITEM NORMATIVO				OBSERVAÇÕES			
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
5.5.1.1	a)	Existem elementos de sinalização de emergência direcionando o usuário para as saídas de emergência ou rotas de fuga?	X							X			
5.5.1.2	b)	As rotas de fuga e as saídas de emergência são sinalizadas, para localização, advertência e instruções, com informações visuais, sonoras e táteis?	X							X			
5.5.1.3	c)	Nas escadas interligando vários pavimentos há, junto às portas corta-fogo, sinalização tátil, visual e/ou sonora, informando o número do pavimento?			X						X		Não há porta corta-fogo. A edificação é antiga e conta com brigada de incêndio que supre as deficiências construtivas.
5.5.2.1	d)	O acesso às áreas de resgate está identificado conforme o disposto na ABNT NBR 16820?			X						X		Não há espaço para áreas de resgate. A edificação é antiga e conta com brigada de incêndio que supre as deficiências construtivas.
5.5.2.2	e)	Em área de resgate há sinalização de piso do espaço para pessoa em cadeira de rodas?			X						X		Não há espaço para áreas de resgate. A edificação é antiga e conta com brigada de incêndio que supre as deficiências construtivas.
		NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X					X				O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente.

Item normativo		14. SINALIZAÇÃO				ATENDE O ITEM NORMATIVO				OBSERVAÇÕES			
		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	
		SIM	NÃO			SIM	NÃO			SIM	NÃO		
5.2.8.1.2	a)	Existem placas de sinalização informando sobre os sanitários, acessos verticais e horizontais e números de pavimentos?	X							X			
5.2.8.1.4	b)	A sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos?	X							X			
5.3.5.1	c)	Há placas indicando os atendimentos preferenciais disponíveis (Símbolo Internacional de Acesso e Figuras 38 a 42)?			X						X		O funcionamento do Palácio, considerando onde de fato pode ocorrer algum tipo de atendimento ao público (na entrada principal), conta com procedimento operacional que garante prioridade na revista e identificação dos usuários ao Plenário
		NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		X					X				O elemento é inexistente e não é necessário, o que dispensa a realização de adaptação. Ou os elementos atendem de forma suficiente.

APÊNDICE III – Detalhamento de não- conformidades de acessibilidade e demandas de adaptação - STF

Neste apêndice é apresentado o detalhamento das não-conformidades de atendimento aos requisitos normativos de acessibilidade, incluindo o registro fotográfico representativo. São essas não-conformidades que significam demandas de adaptação.

Inserção de piso tátil de alerta nas calçadas nas áreas das travessias da via local (que separa o palácio do Anexo I). Nas calçadas em concreto moldado *in loco* pode-se cortar o piso e assentar placas de piso tátil em material resistente (ladrilho hidráulico), mas deve-se atentar para a cor desse novo piso



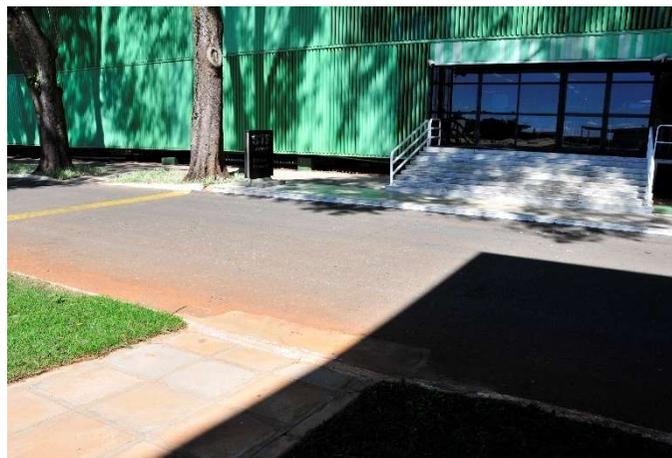
CALÇADA ENTRE O PONTO DE ÔNIBUS E O PALÁCIO

Inserção de piso tátil direcional no trecho entre a entrada do Anexo I e a entrada principal do palácio, passando pela calçada em placas de concreto e pelo piso em pedra portuguesa. Por ser área externa, o ideal é o uso de piso tátil em ladrilho hidráulico. Mas deve-se também ter em mente a forma como as pessoas cegas fazem uso dos pisos, pois as diferenças de rugosidade e textura podem ser suficientes. A inserção de piso direcional, tanto na calçada em placas de concreto quanto do trecho em pedra portuguesa (na fachada leste) pode ser inviável e de alto impacto. As calçadas existentes proporcionam relativa referência ao deslocamento. É recomendável avaliar a real necessidade, a partir de estudo com usuários (pessoas com deficiência visual).



CALÇADA ENTRE O ANEXO I E A ENTRADA PRINCIPAL DO PALÁCIO

Nivelamento entre o greide da via local com as calçadas nos pontos de travessia (naqueles já demarcados e em outros naturais de percursos, mas não demarcados, como o caso da área em frente à entrada do Anexo I). O nivelamento pode ser obtido por rebaixos nas calçadas ou pela construção de passagem elevada para pedestres na via local asfaltada.



TRAVESSIA ENTRE O ANEXO I E A CALÇADA DE ACESSO AO PALÁCIO

Ajustes em grelhas e tampas de caixas de inspeção existente na rota acessível. A grelha metálica na calçada (piso em placas de concreto próxima à fachada leste) deve ser realocada ou recoberta para não afetar o deslocamento. Isso pode ser realizado com pequeno ajuste tanto na grelha como no deslocamento e reassentamento da grelha



GRELHAS NO PISO NA ROTA ACESSÍVEL

Necessidade de ajustes na porta de acesso principal ao palácio, visto ser muito pesada e de difícil manuseio por qualquer pessoa. Pode-se avaliar a possibilidade de automação da porta, mas sempre tendo em mente que seu uso nunca será de forma autônoma pelos usuários, por se tratar de um acesso controlado, provido por pessoal especializado, por questões de segurança



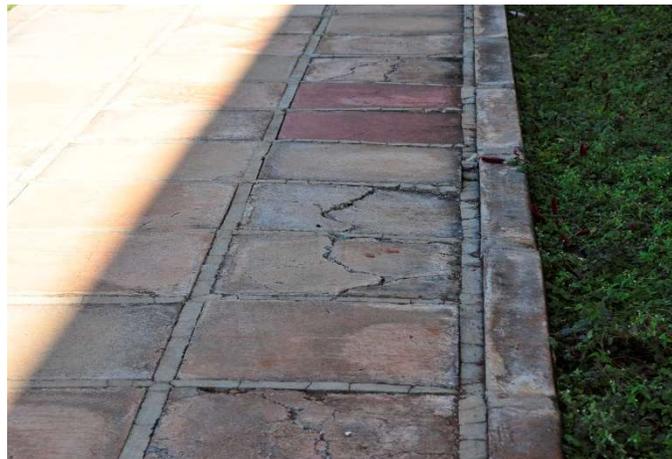
PORTAS DO ACESSO PRINCIPAL

Inserção de sinalização informativa e direcional e de mapa acessível no acesso externo e no hall principal. Deve-se avaliar com cautela tal demanda, pois a inserção de elementos no hall pode impactar na relação entre os elementos já existentes no hall, tanto nos bens integrados quanto nas demais obras móveis. Deve-se ter em mente a dinâmica do uso e da rotina diária do local (principalmente em dias de sessão plenária quando o acesso é controlado com revistas e a autonomia de deslocamento dos usuários é controlada e orientada);



HALL PRINCIPAL

Necessidade de ações de conservação para reparar o piso calçada em placas de concreto e piso em pedra portuguesa próximo à fachada leste do edifício (caminho que usuários têm que percorrer quando participam das sessões plenárias, ao se dirigirem da entrada do Anexo I - ponto de identificação de pessoas - à entrada principal);



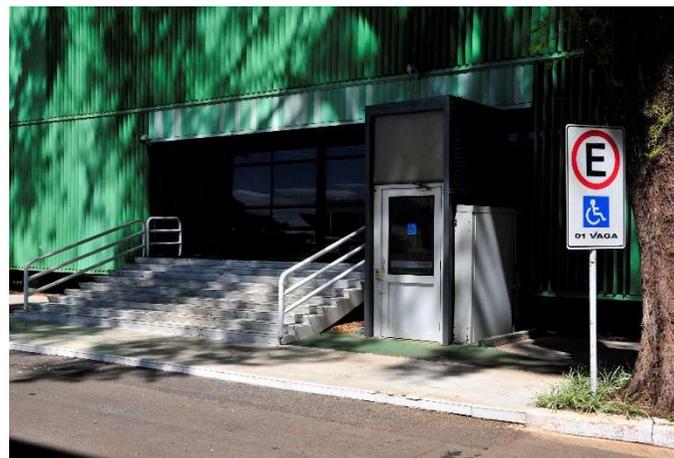
TRECHOS DANIFICADOS NAS CALÇADAS

Inserção de piso tátil de alerta antes das escadas e da rampa de acesso à entrada principal, no piso em pedra portuguesa. No caso do piso direcional, pode-se pensar em estratégias de suprir a ausência desse tipo de elemento, por exemplo, para os dias de sessões, pode-se utilizar as barreiras de delimitação como direcionadores de deslocamento



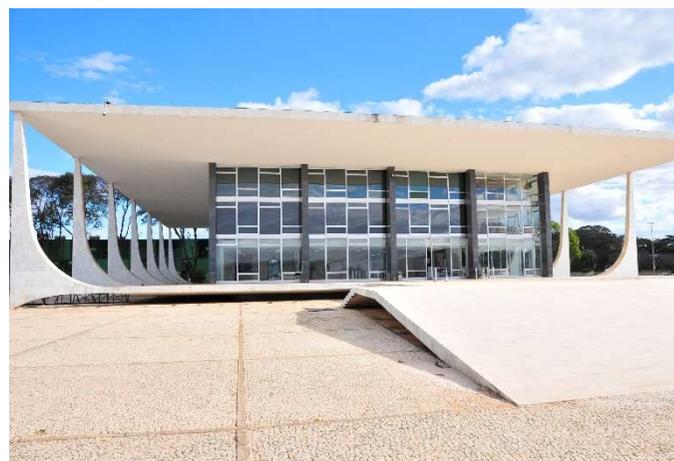
ESCADA DE ACESSO À ENTRADA PRINCIPAL

Quando o acesso se dá por meio de escadas, há a necessidade de inserção de rampas ou equipamentos mecânicos. Na entrada do Anexo I há plataforma elevatória. Na entrada do palácio pela fachada Sul, só há escada com 7 degraus, sendo esse acesso é restrito aos ministros que contam também com a possibilidade de acesso pela garagem do Anexo I e/ou pelo túnel do subsolo que interliga os dois edifícios



PLATAFORMA ELEVATÓRIA NO ACESSO AO ANEXO I

Ajustes nas condições de aderência do piso de rampas e escadas no acesso foram identificadas. O piso em mármore não é antiderrapante. No entanto, considerando as formalidades e as ocasiões em que a rampa principal é utilizada há estratégias de melhorias dessa condição, como o uso de carpete vermelho que melhora a aderência e o deslocamento das pessoas. O patamar é plano, uma espécie de prolongamento do avarandado. Seriam necessários ajustes na inclinação da rampa de acesso principal (na fachada Norte), pois tem inclinação equivalente a 10%. No entanto, considerando as formalidades e as ocasiões em que a rampa principal é utilizada uma pessoa em cadeira de rodas necessariamente deverá contar com ajuda para subir.



RAMPA DE ACESSO À ENTRADA PRINCIPAL

Inserção de piso tátil de alerta próximo a desníveis nas rampas da entrada principal. No deslocamento em dias de sessões pode-se utilizar as barreiras de delimitação como direcionadores de deslocamento. Início e fim de rampas não possuem piso de alerta e as peças de alerta (tipo pino-cola) poderiam ser instalados com adesivo tipo dupla-face (como já instalaram em vários ambientes internos). Mesmo no caso das fitas adesivas antiderrapantes sujeitas às intempéries, nota-se que o piso em mármore não ficou manchado, o que pode indicar a possibilidade de instalação do piso de alerta.



ESCADA DE ACESSO À ENTRADA PRINCIPAL

Inserção de corrimãos nas escadas e rampas de acesso, tanto na entrada pela fachada norte como pela sul. Embora não seja razoável instalar corrimãos na rampa principal, seja considerando o uso esporádico, ou pelos procedimentos que podem ser adotados para compensar a ausência, é possível imaginar equipamentos e utensílios removíveis e instaláveis somente em ocasiões de uso especial. Se hoje não temos, ou não vislumbramos, tecnologia para tal fim não significa que no futuro não possa haver. Por exemplo, pode-se imaginar corrimãos que viessem a ser instalados somente em ocasiões especiais (o que deixaria a rampa na maior parte do tempo sem nenhum acessório)



ESCADA DE ACESSO À ENTRADA SUL

Inserção de guarda-corpos nas rampas e escadas. Pode-se pensar em estratégias para suprir a ausência desse tipo de elemento, por exemplo: para os dias em que ocorra o uso da via de acesso especial (que secciona a Praça dos Três Poderes) pode-se utilizar barreiras de delimitação como direcionadores de deslocamento, restringindo o trecho de largura de rampa na qual as pessoas poderiam trafegar, dessa forma o usuário fica distante da área de desnível.



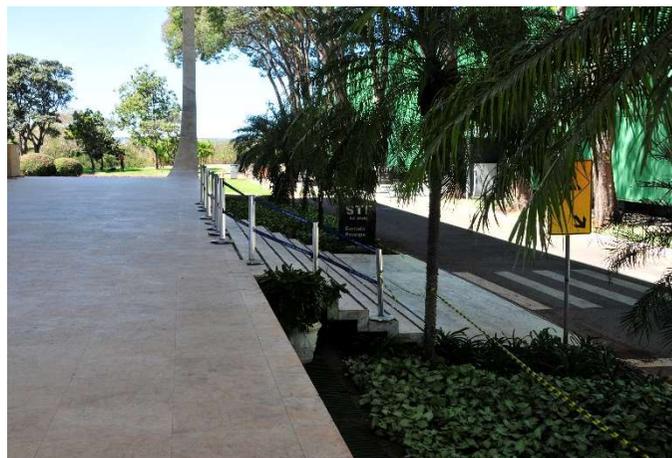
RAMPA DE ACESSO À ENTRADA PRINCIPAL

Necessidades de melhorias nas condições de aderência e estabilidade no piso das escadas, o que requer ações de conservação. Tanto o piso da escada da entrada pela fachada Sul quanto o piso das duas escadas da entrada principal (pela fachada Norte), além do piso da escada na entrada do Anexo I, são em mármore que sob condição molhada ficam escorregadios. Faixas antiderrapantes foram instaladas nos degraus das três escadas, mas requerem manutenção, pois há trechos já danificados e com ausência. Nas escadas do acesso principal ao Palácio há trechos danificados no piso



ESCADA DE ACESSO À ENTRADA PRINCIPAL

Inserção de piso tátil de alerta nas escadas. Início e fim de escadas não possuem piso de alerta, e poderiam ser instalados com adesivo tipo dupla-face (como já instalaram em vários ambientes internos). Mesmo no caso das fitas adesivas antiderrapantes sujeitas às intempéries nota-se que o piso em mármore não ficou manchado, o que pode indicar a possibilidade de instalação do piso de alerta antes e depois das escadas. Isso requer adaptação. A entrada do Anexo I tem relativa acessibilidade (com plataforma elevatória), mas com falhas de sinalização tátil no piso, por exemplo. As entradas Norte e Sul do Palácio apresentam necessidades de ajustes



ESCALADA DE ACESSO À ENTRADA SUL

Inserção de corrimão intermediário nas escadas. As duas escadas do acesso principal têm largura de 3,6 m, a escada da fachada Sul tem largura de 10,13 m e a escada de acesso ao Anexo I tem mais de 2,40 m (sem corrimãos intermediários). Isso requer adaptação



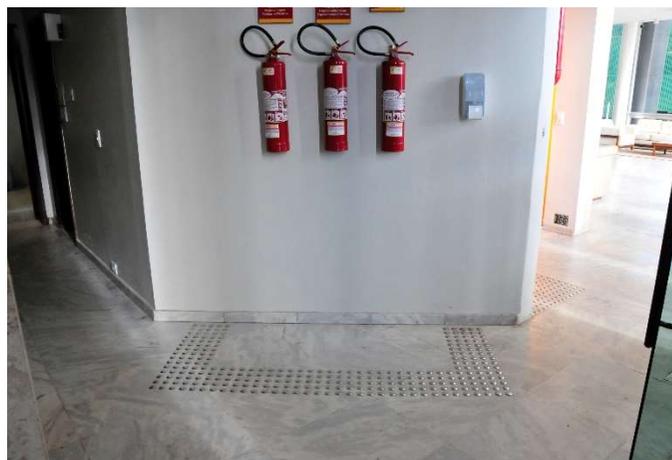
ESCALADA DE ACESSO À ENTRADA SUL

Inserção de sinalização visual nos pisos e espelhos das escadas. A instalação de sinalização adesiva pode ser avaliada, mas deve-se levar em conta sua utilidade nas escadas externas, uma vez que tal sinalização pode não atender ao que se espera



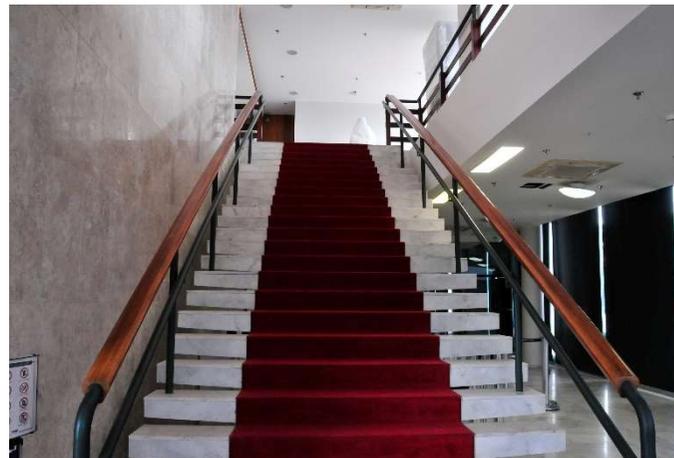
ESCADAS DO ANEXO I E DA ENTRADA SUL DO PALÁCIO

Na circulação horizontal no palácio, não se percebe a necessidade de instalação de piso tátil direcional, uma vez que as paredes servem como balizamento e o deslocamento dos usuários é hierarquizado pelo pessoal da segurança. O espaço de circulação em geral é livre e desimpedido, e elementos suspensos são sinalizados com piso de alerta



LIGAÇÃO ENTRE O SALÃO BRANCO E ÁREA TÉCNICA ATRÁS DO PLENÁRIO

Ajustes para inserção de patamar na escada principal que liga o térreo ao segundo pavimento. O pé direito do térreo é de 4,05 m, do 2º é de 3,20 m e o do 3º é de 2,80 m. Só na ligação entre o térreo e o 2ª pavimento, ultrapassa o limite normativo de 3,20 m. Seria necessário ajustar, mas não se vislumbra uma adaptação simples e/ou viável na escada de acesso ao museu. Isso requer estudos de viabilidade arquitetônica e estrutural.



ESCALA PRINCIPAL DE LIGAÇÃO DO TÉRREO AO SEGUNDO PAVIMENTO

Necessidade de demarcação de áreas de resgate próximas às escadas de serviço. Há espaço para essa demarcação, que pode ser feita com fita adesiva, sem danificar o piso



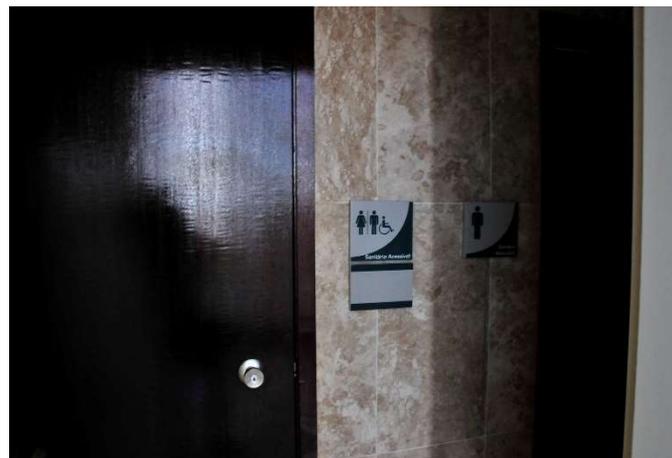
ELEVADORES E ESCADA DE SERVIÇO

Inserção de sinalização visual nos pisos e espelhos das escadas internas (principal e as de serviço), inserção de guarda-corpo (escada principal) e alteração nos corrimãos das escadas (todas) são demandas de adaptação identificadas



ESCADA DE SERVIÇO

Substituição de maçanetas em geral. Não são do tipo alavanca e seu tipo arredondado não é conveniente, o que prejudica a abertura das portas



PORTA DO SANITÁRIO ACESSÍVEL NO TÉRREO

Nos sanitários acessíveis, há necessidade de inserção de dispositivos de sinalização de emergência, troca de maçanetas em alguns casos (portas com maçanetas redondas), readequação e novas instalações de barras, alteração de lavatórios para permitir aproximação frontal, instalação de acessórios (papeleira, cabideiro, porta-objetos)



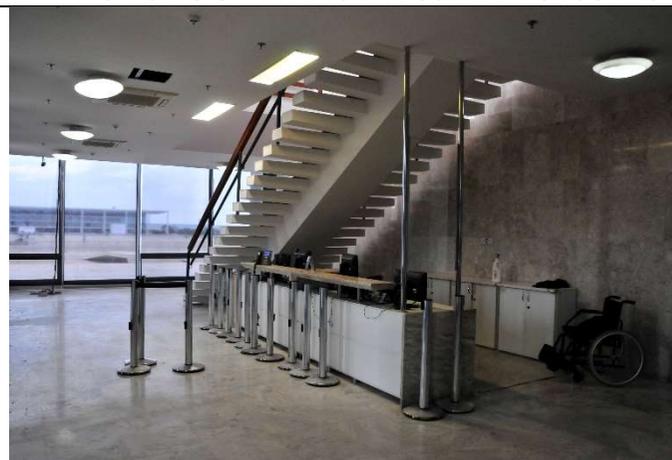
SANITÁRIO ACESSÍVEL – SEGUNDO PAVIMENTO

Nos sanitários coletivos, há a necessidade de ajustes nas portas de acesso, pois o vão das portas é de 70 cm. Isso representa uma necessidade da adaptação/troca de porta e aumento do vão, pois caso contrário a pessoa em cadeira de rodas não conseguirá acessar o box acessível (que fica dentro do sanitário coletivo). A porta de acesso não tem puxador horizontal, sua maçaneta não é do tipo alavanca. Isso representa necessidade de adaptação. Além disso, há a necessidade de ajustes nos lavatórios e inserção de acessórios (papeleira, porta-objetos, cabideiro) e de mictórios para pessoas com mobilidade reduzida.



LAVATÓRIO DO SANITÁRIO ACESSÍVEL – SEGUNDO PAVIMENTO

No balcão de informações e identificação no hall no térreo, requer a inserção de placas com o símbolo internacional de acesso pode ser facilmente provida



BALCÃO DE INFORMAÇÕES NO TÉRREO

No plenário, inserção de sinalização sobre os assentos exclusivos. Embora não haja sinalização permanente no chão ou nos assentos, é possível prover capas para algumas cadeiras, sinalizando os assentos exclusivos/preferenciais, quando for necessário



CADEIRAS DO PLENÁRIO

No plenário, há rampa de acesso para pessoas em cadeiras de rodas. Embora não haja palco, foi avaliada a introdução de rampa de acesso ao tablado onde se localizam as pessoas em cadeira de rodas. O revestimento da rampa em carpete dificulta o deslocamento por uma pessoa em cadeira de rodas. Ajustes no revestimento da rampa são necessários



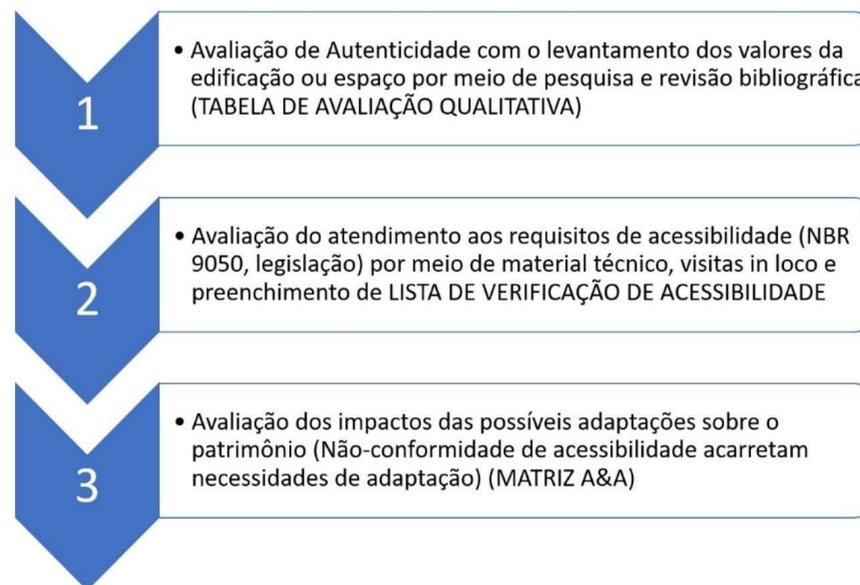
RAMPA PARA PESSOAS EM CADEIRAS DE RODAS NO PLENÁRIO

APÊNDICE IV – Manual de Uso da Matriz A&A_2021

O manual de uso da MATRIZ A&A 2021 foi desenvolvido para orientar a aplicação do método. Traz informações sobre as duas ferramentas atualmente utilizadas na operacionalização das três etapas previstas no método.

Cabe esclarecer ao usuário que por método entende-se a sequência lógica para se atingir a meta desejada, portanto ele desempenha uma função estratégica. O recurso a ser utilizado no método é a ferramenta, que executa uma função operacional, portanto, mais limitada, embora igualmente importante para a solução do problema.

A figura a seguir demonstra as três (3) etapas que compõem o método MATRIZ A&A.



SOBRE A FERRAMENTA DAS ETAPAS 1 E 3 – AVALIAÇÃO DE AUTENTICIDADE

1. ABERTURA DO ARQUIVO

Ao abrir o arquivo (extensão xls) da lista de verificação adaptada, será mostrada uma mensagem de segurança em função das macros. Deve-se clicar no botão “Habilitar conteúdo”, caso contrário, as funcionalidades automáticas não funcionarão. Após abrir um arquivo de trabalho, pode ser que nos próximos acessos tal procedimento não seja necessário.

2. A LÓGICA E A FORMA DE PREENCHIMENTO

Embora o preenchimento das informações se dê de forma intuitiva, e em muitos casos basta posicionar o mouse sobre a célula para ler nos comentários as orientações de preenchimento, alguns detalhes devem ser esclarecidos e serão descritos a seguir.

O arquivo contém três abas: a **tabela autenticidade** (onde se evidencia a avaliação qualitativa de autenticidade), a **tabela auxiliar A&A** (na qual estão informadas as demandas de adaptação por tipologia e as análises de impactos dessas demandas sobre os valores do bem) e a **matriz A&A** (onde estão concatenadas todas as análises dos impactos da aba anterior). Portanto, as três abas estão organizadas de forma lógica e sequencial de acordo com o processo estabelecido no método MATRIZ A&A.

Após abrir o arquivo, da esquerda para a direita, o usuário vê a aba referente à tabela autenticidade. Em cada um dos cruzamentos entre dimensão e atributo, deve ser descrito, de forma resumida, suficiente e adequada, de que forma os valores do bem estão presentes. Embora a imagem a seguir mostre as células preenchidas com as respectivas orientações

de preenchimento, destaca-se que no arquivo essas orientações estão inseridas como uma nota; e o usuário, ao passar o mouse sobre cada célula vazia, tem a visão então da nota orientativa. A tabela completa é apresentada a seguir:

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO	DIMENSÃO ARTÍSTICA
FORMA	Como a dimensão artística pode ser percebida na forma da edificação ou do espaço? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente na forma do bem.
MATERIAIS	Qual a contribuição dos materiais constituintes da edificação ou do espaço para a sua dimensão artística? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente nos materiais do bem
USO E FUNÇÃO	De que modo se pode relacionar o uso e a função com a sua dimensão artística? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente no uso e na função do bem
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	De que maneira as tradições e técnicas e habilidades dos artesãos participam da dimensão artística da edificação ou espaço? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente nas tradições e técnicas aplicadas ao bem.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	Como a localização da edificação ou do espaço, e a envolvente contribuem para a dimensão artística? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor artístico presente na localização e envolvente do bem.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO	DIMENSÃO HISTÓRICA
FORMA	De que maneira a forma relaciona-se com a dimensão histórica? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente na forma do bem.
MATERIAIS	De que maneira os materiais expressam os momentos históricos presentes na edificação ou espaço? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente nos materiais do bem.
USO E FUNÇÃO	Como o uso e função podem ser interpretados e como representam a dimensão histórica do bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente no uso e na função do bem
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	Como as técnicas e das tradições contribuem para a compreensão da dimensão histórica e a ela se relacionam de modo a garantir a preservação do bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente nas tradições e técnicas aplicadas ao bem
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	Como a compreensão da relação do bem com seu entorno e com sua dimensão histórica podem garantir sua preservação? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor histórico presente na localização e envolvente do bem

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO	DIMENSÃO
	SOCIAL
FORMA	De que maneira a comunidade colabora no sentido de preservar o bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído na forma do bem.
MATERIAIS	De que maneira os materiais existentes no bem reforçam ou não a identidade com a comunidade? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído aos materiais do bem.
USO E FUNÇÃO	De que maneira a edificação ou espaço é utilizado pela comunidade reforçando ou não seu sentimento de identidade? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído ao uso e função do bem.
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	De que maneira a sociedade pode colaborar ou já colabora para preservação de técnicas e tradições presentes no bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído às tradições e técnicas aplicadas ao bem.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	De que maneira a sociedade poderá colaborar ou já colabora com a preservação do sítio e na garantia de seu acesso? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para o valor social atribuído à localização e envolvente do bem.

Tabela de Avaliação Qualitativa de Autenticidade do Patrimônio Cultural Com base no Documento de Nara sobre Autenticidade	
Versão Marco A. S. Máximo (2021) - atualização e revisão da Matriz A&A, desenvolvida por Oscar Luís Ferreira (2011*)	
*Tabela baseada no 'Nara Grid' desenvolvido por Koenraad van Balen (2008)	
ATRIBUTO	DIMENSÃO
	CIENTÍFICA
FORMA	De que maneira o estudo da forma da edificação ou do espaço colabora na compreensão do tipo ou estilo arquitetônico do bem, garantindo a sua preservação? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para a compreensão do tipo/estilo arquitetônico
MATERIAIS	De que maneira as pesquisas científicas colaboram com a preservação do bem? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para a pesquisa de materiais presentes no bem.
USO E FUNÇÃO	De que maneira o estudo do uso e da função do bem colaboram para a compreensão do tipo ou estilo arquitetônico ou de outros aspectos construtivos? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para a compreensão do tipo/estilo arquitetônico ou de outros aspectos construtivos.
TRADIÇÕES E TÉCNICAS	De que maneira as investigações das técnicas aplicadas ao bem contribuem para sua preservação? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para a compreensão das técnicas empregadas na construção do bem.
LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE	De que maneira a investigação da localização e situação do bem podem colaborar com a sua preservação? Pesquisar se os elementos: 1) pisos, paredes e fachada; 2) paisagismo, layout, hierarquia entre ambientes; 3) elevadores, escadas e rampas; 4) sistema estrutural e seus elementos; 5) instalações, tais como hidráulicas, elétricas etc.; 6) portas, mobiliário e bens integrados, contribuem para pesquisas sobre a localização e envolvente do bem.

Na tabela de avaliação qualitativa de autenticidade, além de orientações com perguntas gerais há orientações com perguntas específicas sobre como as dimensões podem estar materializadas ou contidas nos atributos e em determinados elementos físicos. Sem negligenciar todas as possibilidades de obtenção de informações em outros elementos, as perguntas específicas, de forma complementar, buscam trazer à tona informações sobre os elementos que podem ter o maior impacto nas adaptações. Dessa forma, elementos antes relegados a uma posição de menor importância, ganham a oportunidade de ser melhor investigados e valorados, ampliando o reconhecimento que se pode ter sobre o objeto analisado.

A próxima aba apresenta a tabela auxiliar A&A, cujo preenchimento inicia-se pelo cabeçalho, com informações gerais sobre o objeto da análise. Informações como nome, endereço, quantidade de pavimentos, o nome do(s) autor(es) do projeto, existência ou não de tombamento e inventário, são alguns exemplos. As marcações na cor azul delimitam o espaço onde devem ser assinaladas as demandas de adaptação, agrupadas por tipologia e por área, lembrando que

essas informações são resultado da consolidação das não-conformidades de acessibilidade identificadas na lista de verificação de acessibilidade, que é ambientada em outro arquivo (ou oriundas de algum laudo de acessibilidade).

O espaço delimitado por células na cor marrom é onde são descritas as análises dos possíveis impactos das adaptações requeridas sobre o bem. Para isso, faz-se uso de três perguntas-padrão que devem ser aplicadas a cada um dos vinte cruzamentos entre as quatro dimensões (artística, histórica, social e científica) com os cinco atributos estabelecidos (forma, materiais, uso e função, tradições e técnicas, localização e envolvente).

Importante observar que a altura máxima de uma linha no Excel é de 409, e a largura máximo de uma coluna é de até 255 caracteres. Portanto, as informações lançadas devem ser sucintas, objetivas e claras em razão da limitação de espaço disponível para edição.

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas
A necessidade de adaptação foi identificada?
SIM
NÃO

ÁREA EXTERNA	CALÇADAS/PASSEIOS/ESTACIONAMENTO		
	Alteração no piso (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Alteração de dimensões (largura e inclinação)		
	Alteração de trajeto (inclinação/obstáculos)		
	Retirada de elementos (obstáculos)		
	Ajustes construtivos para inserção de rampa chanfrada/rebaixo ou travessia elevada		
	Alteração no piso do estacionamento (troca, execução de pintura)		
	Inserção de sinalização (placas, pintura no piso)		
	ACESSO À EDIFICAÇÃO/ESPAÇO		
	Inserção de sinalização (informativa e de emergência)		
Inserção de mapa acessível			
Alteração no piso (troca, retirada, inserção de revestimento)			
ENTRADAS DO LOCAL (RAMPAS, ESCADAS EXTERNAS, EQUIPAMENTOS MECÂNICOS)			
Inserção de rampas e equipamentos mecânicos (p.e. plataforma)			
Ajustes construtivos para instalação / operação de equipamentos mecânicos (elevador, plataforma)			
Alteração de dimensões de rampas e escadas (largura, extensão/patamar)			
Ajustes construtivos em rampas e escadas para inserção de elementos (p.e. corrimãos)			
Alteração no piso de rampas e escadas (troca, retirada, inserção de revestimento)			
Alteração de dimensões de portas (largura)			

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas

A necessidade de adaptação foi identificada?

SIM

NÃO

ÁREA INTERNA	CIRCULAÇÃO INTERNA (HORIZONTAL E VERTICAL)		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		
Alteração de dimensões de corredores (largura, extensão)			
Alteração no piso dos ambientes (troca, retirada, inserção de revestimento)			
Retirada de elementos (obstáculos à livre circulação e rota acessível)			
Ajustes na iluminação das áreas comuns (p.e. rota acessível)			
Inserção de sinalização (informativa e de emergência)			
Inserção de rampas e equipamentos mecânicos (p.e. plataforma, elevador)			
Alteração de dimensões de rampas e escadas (largura, extensão/patamar)			
Ajustes construtivos em rampas e escadas para inserção de elementos (p.e. corrimãos)			
Alteração no piso de rampas e escadas (troca, retirada, inserção de revestimento)			
Ajustes / troca de equipamentos mecânicos (elevador, plataforma)			
Ajustes construtivos p/instalação/operação de equip. mecânicos (elevador, plataforma)			
ESQUADRIAS			
Alteração de dimensões de portas (largura)			
Alteração do tipo de porta (de correr, nº de folhas)			
Alteração de acessórios (maçanetas, fechaduras)			
Alteração no sentido de abertura			
Inserção de sinalização tanto nas portas como nas paredes (informativa e de emergência)			
Ajustes construtivos p/ portas (alargamento de vãos) e soleiras (tratamento de ressaltos)			

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas

A necessidade de adaptação foi identificada?

SIM

NÃO

ÁREA INTERNA

SANITÁRIOS COLETIVOS e NÃO COLETIVOS

Ajustes construtivos para alteração de dimensões (todo o ambiente, box, box de chuveiro)

Alteração no piso dos ambientes (troca, retirada, inserção de revestimento)

Inserção de acessórios (barras, espelhos, papelreira, dispositivo de emergência)

Instalação / troca de bacias sanitárias acessíveis

Alteração de dimensões de portas (largura)

Alteração do tipo de porta (de correr, nº de folhas)

Alteração de acessórios (maçanetas, fechaduras)

Alteração no sentido de abertura

Inserção de sinalização tanto nas portas como nas paredes (informativa e de emergência)

Ajustes construtivos p/ portas (alargamento de vãos) e soleiras (tratamento de ressaltos)

Instalação / troca de lavatórios

Instalação / troca de metais (torneira) e acessórios (cabide, saboneteira, toalheiro)

Instalação / troca de mictório e válvula

Ajustes na iluminação (p.e. rota acessível)

BEBEDOUROS

Instalação / realocação / troca de bebedouros

Ajustes na altura de instalação

Ajustes nas instalações hidros sanitárias e elétricas para a instalação / realocação

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas

A necessidade de adaptação foi identificada?

SIM

NÃO

ÁREA INTERNA	MOBILIÁRIO - BALCÃO DE ATENDIMENTO, BALCÃO DE INFORMAÇÕES, TOTENS DE AUTOATENDIMENTO		
	Instalação / realocação / troca de balcões e totens		
	Alteração de dimensões (largura, altura, recuo inferior)		
	Inserção de sinalização (informativa)		
	MOBILIÁRIO - ASSENTOS FIXOS - ESPERA ATENDIMENTO		
	Instalação / realocação / troca de assentos (pessoa obesa e módulo de referência)		
	Ajustes na disposição e layout		
	Inserção de sinalização (informativa)		
	MOBILIÁRIO - INTERIOR DOS AMBIENTES		
	Ajustes na disposição para permitir livre circulação mínima		
Instalação / troca de mesas de trabalho com dimensões adequadas			

Tipologia de intervenções para acessibilidade (IpA) a serem consideradas de acordo com as demandas identificadas

A necessidade de adaptação foi identificada?

SIM

NÃO

ÁREA INTERNA	VESTIÁRIOS		
	Ajustes construtivos para alteração de dimensões (ambiente e cabinas individuais)		
	Alteração no piso dos ambientes (troca, retirada, inserção de revestimento)		
	Inserção de acessórios (barras, cabides, porta-objetos, espelhos etc.)		
	Alteração de dimensões de portas (largura)		
	Alteração do tipo de porta (de correr, nº de folhas)		
	Alteração de acessórios (maçanetas, fechaduras)		
	Alteração no sentido de abertura		
	Inserção de sinalização tanto nas portas como nas paredes (informativa e de emergência)		
	Ajustes construtivos p/ portas (alargamento de vãos) e soleiras (tratamento de ressaltos)		
Instalação / troca de bancos			
Ajustes na iluminação (p.e. rota acessível)			
BIBLIOTECAS			
Ajustes na disposição de equip. e nas passagens internas p/permitir circulação mínima			
Troca de mobiliário (instalação de mesas acessíveis)			
Ajustes / troca de estantes e prateleiras (altura de utilização)			
Instalação / ajustes de terminais de consulta acessíveis			
Ajustes na iluminação (p.e. rota acessível)			

Todas as categorias de *valores* estão relacionadas entre si. Os *valores* artísticos (dimensões) são compreendidos a partir das qualidades visuais, características de estilo, composição, volumetria, relação entre cheios e vazios, proporções entre as partes, elementos que permitem perceber mudanças e alterações ao longo tempo. Já os *valores* históricos estão presentes na idade de materiais e substâncias, nas técnicas construtivas que retratam um período, e na associação do *bem* a eventos históricos, dentre outros. Os *valores* sociais estão relacionados ao uso da edificação para encontros, celebrações, manifestações, que de algum modo qualificam a edificação e o local, conferindo importância e reforçando os laços de identidade. Percebe-se claramente a relação, por exemplo, entre a dimensão histórica e a social. Os *valores* científicos estão relacionados a pesquisas das características construtivas, composição de materiais, sua degradação, ação do clima, sendo então relacionados à *preservação física do bem*.

Para as dimensões foram então destacadas as três perguntas-padrão aplicadas aos cruzamentos dos cinco atributos. Ressalta-se que no arquivo essas perguntas-padrão

são orientações inseridas como uma nota na célula; e o usuário, ao passar o mouse sobre cada célula vazia, tem então a visão da nota orientativa, inclusive com exemplos práticos. Consequência das variações de cruzamentos das dimensões com os atributos e com as três perguntas-padrão, resulta num total de sessenta perguntas a serem respondidas, num esforço considerável e que muitas vezes não se finaliza de uma única análise, requerendo que o usuário retome a análise por mais de uma vez. Sendo assim, achou-se por bem que as variações de intervenção fossem repetidas no enunciado de cada nota orientativa de cada célula, auxiliando então o analista nesse trabalho extenso. Mas, por questão de limitação de espaço, na visualização dos cruzamentos as orientações foram simplificadas. A seguir estão as orientações para o preenchimento de informações.

DIMENSÃO ARTÍSTICA				
FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>1) Como as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), podem alterar a dimensão artística quando de algum modo podem causar modificações na forma (p.e. alterações de proporção e/ou de inter-relação entre elementos constituintes), da edificação ou do espaço?</p> <p>Exemplo: o aumento na largura de uma calçada pode diminuir um canteiro de plantas (paisagismo) afetando a relação de proporção das áreas verdes com o edifício.</p> <p>Exemplo: a retirada de árvores para instalação de rampa externa e/ou plataforma elevatória na entrada de um edifício pode alterar o paisagismo e a relação de proporção deste com o edifício.</p>	<p>1) Em que medida as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), podem alterar os materiais do bem que configuram sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: a instalação de corrimãos em parede de uma escada pode danificar o revestimento, no caso de edificação histórica (parede de adobe)</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), afetam o uso e a função da edificação ou espaço com relação à sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: a inserção de novos elementos num adro de um convento histórico pode prejudicar a visibilidade do convento a partir do adro, razão pela qual deve-se primar pela racionalidade e equilíbrio. As intervenções podem potencializar o uso turístico do local.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), podem afetar as tradições e técnicas construtivas que configuram a dimensão artística do bem?</p> <p>Exemplo: o embutimento de instalação elétrica numa parede de madeira de uma edificação histórica pode comprometer o valor artístico.</p>	<p>1) Como as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), podem afetar a localização e a envolvente onde se situa a edificação ou o espaço alterando assim sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: alteração em calçadas, com substituições de placas cimentícias intercaladas por grama, podem descaracterizar a excepcionalidade do edifício frente aos demais edifícios adjacentes, por exemplo, que era a intenção do projetista (ver calçada do Itamaraty).</p>

FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>2) Como as intervenções de ajustes construtivos gerais podem alterar a dimensão artística quando se referem a alterações de forma da edificação ou do espaço?</p> <p>Exemplo: a inserção de uma rampa externa, mesmo sendo removível e mesmo não causando impactos diretos em piso e paredes, dependendo de suas dimensões, pode afetar a fachada do edifício (alterando a percepção da fachada, a inter-relação de elementos constituintes e desequilibrando a volumetria e a visada).</p>	<p>2) Em que medida as intervenções de ajustes construtivos gerais podem alterar os materiais do bem que configuram sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: a inserção de uma rampa externa, mesmo sendo removível, a depender do material constituinte (p.e. metal não galvanizado) pode manchar ou causar danos químicos num piso histórico, seja pelo simples contato entre materiais diferentes seja pela ação do intemperismo (água de chuva e sol).</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais afetam o uso e a função da edificação ou do espaço com relação à sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: a instalação de iluminação pública e de mobiliário urbano, de sinalização, além dos elementos táteis para acessibilidade no adro de um convento histórico podem contribuir para aumentar a ocupação do espaço de modo mais permanente e diário, aumentando o fluxo de pessoas e o uso do espaço de forma positiva, aumentando as possibilidades de contemplação do valor artístico.</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais podem afetar as tradições e técnicas construtivas que configuram a dimensão artística do bem?</p> <p>Exemplo: o trabalho tradicional de artífices deve ser valorizado. O seccionamento de gradis num processo de demolição para aumento de larguras de passagem pode afetar a leitura do desenho dos gradis.</p>	<p>2) Como as intervenções de ajustes construtivos gerais podem afetar a localização e a envolvente onde se situa a edificação ou o espaço alterando assim sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: ao tentar prover uma entrada acessível, pode-se abrir vãos na fachada e inserir rampas que podem passar a estabelecer uma conexão mais franca entre o interior e o exterior de um edifício, o que pode ser benéfico ou não (ao dar a falsa sensação de uma conexão mais franca interior/exterior que nunca existiu ou que não tenha sido a intenção do projetista). Essa nova entrada criada para ser acessível pode quebrar a hierarquia dos ambientes e alterar o fluxo de deslocamentos internos num edifício, que pode ou não ser benéfico.</p>

FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>3) Como os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem alterar a dimensão artística quando se referem a alterações de forma (p.e. alterações de proporção e/ou de inter-relação entre ambientes e elementos constituintes, alteração de fluxos de deslocamento, alteração de hierarquia dos espaços), da edificação ou do espaço?</p> <p>Exemplo: a retirada de cadeiras de um auditório para disponibilizar espaços para o M.R. (módulo de referência) (espaço para pessoa em cadeiras de rodas) pode alterar a percepção do espaço ocupado pelo conjunto de cadeiras em relação ao volume de todo o auditório, podendo requerer que na distribuição dos espaços para os M.R. seja priorizada a percepção dessa relação de volumes/espaços e não as diretrizes normativas de acessibilidade.</p>	<p>3) Em que medida os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem alterar os materiais do bem que configuram sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: a retirada de cadeiras de um teatro histórico para disponibilizar espaços para o M.R. (módulo de referência) (espaço para pessoa em cadeiras de rodas) pode danificar o material do piso.</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout afetam o uso e a função da edificação ou do espaço com relação à sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: a retirada de cadeiras de um auditório para disponibilizar espaços para o M.R. (módulo de referência) (espaço para pessoa em cadeiras de rodas) pode alterar a percepção do espaço ocupado pelo conjunto de cadeiras em relação ao volume de todo o auditório, podendo requerer que na distribuição dos espaços para os M.R. seja priorizada a percepção dessa relação de volumes/espaços e não as diretrizes normativas de acessibilidade.</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem afetar as tradições e técnicas construtivas que configuram a dimensão artística do bem?</p> <p>Exemplo: o trabalho tradicional de artífices deve ser valorizado. Alterações em portas com a inserção de barras horizontais metálicas em aço inox podem afetar a leitura do desenho das portas.</p>	<p>3) Como os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem afetar a localização e a envolvente onde se situa a edificação ou o espaço alterando assim sua dimensão artística?</p> <p>Exemplo: o aumento de larguras de passagens em paredes ou corredores pode alterar a transição de um ambiente (interior/exterior) para outro e a alterar sensação que o observador passaria a ter nessa transição. O aumento dessas larguras de passagens deve ser sempre o mínimo necessário para o atendimento de acessibilidade ou de segurança contra incêndio e pânico, e pode até mesmo ser inviável.</p>

DIMENSÃO HISTÓRICA				
FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), podem alterar a dimensão artística quando de algum modo podem afetar a forma da edificação ou espaço no que se refere ao valor histórico do bem?</p> <p>Exemplo: alterações no piso de um adro, por exemplo, com revisão de inclinações e criação de planos rampados, pode suprimir elementos de significado simbólico, como os passos da liturgia religiosa católica.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), podem afetar materiais que configuram a dimensão histórica do bem?</p> <p>Exemplo: a instalação de corrimãos em parede de uma escada pode inserir novos materiais de assentamento incompatíveis com os materiais originais/similares no caso de edificação histórica (parede de adobe).</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), afetam o uso e a função da edificação ou do espaço com relação à sua dimensão histórica?</p> <p>Exemplo: a requalificação de um piso, ou a inserção de elementos para a acessibilidade podem reativar o uso de determinado espaço, permitindo trazer de volta usos e ocupações tradicionais que fazem parte da história de celebrações, por exemplo de um edifícios ou espaço religioso.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), podem afetar as tradições e técnicas que configuram a dimensão histórica do bem?</p> <p>Exemplo: a retirada de partes de um piso histórico (p.e. em pedras ou tijoleira) para inserção de elementos de acessibilidade pode representar um risco caso o travamento das peças pré-existentes for alterado ou perdido.</p>	<p>1) Como as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e. árvores, mobiliário e equipamentos), podem afetar a relação do bem com seu entorno de modo a interferir com sua dimensão histórica?</p> <p>Exemplo: a inserção de novas calçadas pode estabelecer conexões entre elementos que não existiam anteriormente, o que pode ser negativo ao dar a falsa sensação de conjunto, mas também poder ser positiva.</p>

FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidros sanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral podem afetar a forma da edificação ou espaço no que se refere ao valor histórico do bem?</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidros sanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral podem afetar materiais que configuram a dimensão histórica do bem?</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidros sanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral afetam o uso e a função da edificação ou do espaço com relação à sua dimensão histórica?</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidros sanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral podem afetar as tradições e técnicas que configuram a dimensão histórica do bem?</p>	<p>2) Como as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidros sanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral podem afetar a relação do bem com seu entorno de modo a interferir com sua dimensão histórica?</p> <p>Exemplo: intervenções de adaptação em calçadas em frente a um casarão, seja pela mudança no piso, seja pela inserção de rampas podem afetar negativamente toda a calçada de um centro histórico. Para se reconhecer valor e intervir numa calçada de um centro histórico, por exemplo, deve-se avaliar sua inserção na malha urbana, e não só em frente a um edifício objeto de estudo de adaptação.</p>

FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem afetar a forma da edificação ou do espaço no que se refere ao valor histórico do bem?</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem afetar materiais que configuram a dimensão histórica do bem?</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout afetam o uso e a função da edificação ou do espaço com relação à sua dimensão histórica?</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem afetar as tradições e técnicas que configuram a dimensão histórica do bem?</p>	<p>3) Como os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem afetar a relação do bem com seu entorno de modo a interferir com sua dimensão histórica?</p>

DIMENSÃO SOCIAL				
FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes podem afetar as relações da comunidade quanto à preservação da forma do bem?</p> <p>Exemplo: adaptações para acessibilidade têm o potencial de democratizar o usufruto de um bem, o que pode contribuir para que maior parcela da sociedade estabeleça compromisso de preservação com o bem, em todos os atributos, sejam eles relacionados com a forma, com os materiais constituintes, com o uso e função, com as técnicas e tradições, e com a envolvente daquele bem.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes podem alterar as relações da comunidade com os materiais que compõem ou reforçam sua identidade com o bem?</p> <p>Exemplo: adaptações para acessibilidade têm o potencial de democratizar o usufruto de um bem, o que de alguma forma pode contribuir para que maior parcela da sociedade estabeleça compromisso de preservação com o bem, em todos os atributos, sejam eles relacionados com a forma, com os materiais constituintes, com o uso e função, com as técnicas e tradições, e com a envolvente daquele bem.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e árvores, mobiliário e equipamentos), podem alterar a maneira como a edificação ou espaço é utilizado pela comunidade, reforçando ou não seu sentimento de identidade?</p> <p>Exemplo: a inserção de passagens elevadas para pedestres em vias públicas pode facilitar o deslocamento de todos, não só de pessoas com deficiência, idosas ou com mobilidade reduzida, o que favorece o usufruto do bem. Isso pode aumentar, retomar e manter o usufruto do espaço (pessoas idosas que já frequentaram e não podiam, podem retomar o usufruto a partir de melhorias no piso). Isso pode contribuir positivamente para a promoção e difusão do Patrimônio.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e árvores, mobiliário e equipamentos), podem alterar a forma como a comunidade colabora para a preservação de técnicas e tradições presentes no bem?</p> <p>Exemplo: a implementação de adaptações para acessibilidade têm o potencial de democratizar o usufruto de um bem, o que de alguma forma pode contribuir para que maior parcela da sociedade estabeleça compromisso de preservação com o bem, em todos os atributos, sejam eles relacionados com a forma, com os materiais constituintes, com o uso e função, com as técnicas e tradições, e com a envolvente daquele bem.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e árvores, mobiliário e equipamentos), podem alterar a forma como a comunidade colabora na preservação do sítio e na garantia de seu acesso?</p> <p>Exemplo: a implementação de adaptações para acessibilidade têm o potencial de democratizar o usufruto de um bem, o que de alguma forma pode contribuir para que maior parcela da sociedade estabeleça compromisso de preservação com o bem, em todos os atributos, sejam eles relacionados com a forma, com os materiais constituintes, com o uso e função, com as técnicas e tradições, e com a envolvente daquele bem.</p>

FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais podem afetar as relações da comunidade quanto à preservação da forma do bem?	2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais podem alterar as relações da comunidade com os materiais que compõem ou reforçam sua identidade com o bem?	2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais podem alterar a maneira como a edificação é utilizada pela comunidade, reforçando ou não seu sentimento de identidade? Exemplo: a inserção de plataformas elevatórias, favorecendo usufruto do bem, podendo contribuir positivamente para a promoção e difusão do Patrimônio Cultural, uma vez que os usuários passam a ter seus direitos respeitados.	2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidrosanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral podem alterar a forma como a comunidade colabora para a preservação de técnicas e tradições presentes no bem?	2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidrosanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral podem alterar a forma como a comunidade colabora na preservação do sítio e na garantia de seu acesso?

FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem afetar as relações da comunidade quanto à preservação da forma do bem?</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem alterar as relações da comunidade com os materiais que compõem ou reforçam sua identidade com o bem?</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem alterar a maneira como a edificação é utilizada pela comunidade, reforçando ou não seu sentimento de identidade?</p> <p>Exemplo: a retirada de cadeiras de um auditório para disponibilizar espaços para o M.R. (módulo de referência) (espaço para pessoa em cadeiras de rodas), assentos para pessoas obesas e para pessoas com mobilidade reduzida pode contribuir positivamente para os usuários do local possam se sentir acolhidos, incluídos na vida cultural de uma cidade, por exemplo histórica e que possa ter uma parcela significativa de idosos.</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem alterar a forma como a comunidade colabora para a preservação de técnicas e tradições presentes no bem?</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem alterar a forma como a comunidade colabora na preservação do sítio e na garantia de seu acesso?</p> <p>Exemplo: a inserção de mobiliário (p.e. bancos) no adro de um convento pode favorecer a permanência e usufruto do local, reforçando o sentimento de pertencimento da comunidade com o bem, podendo manter e aumentar o interesse da comunidade na preservação.</p>

DIMENSÃO CIENTÍFICA				
FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes podem interferir no estudo da forma da edificação ou espaço?</p> <p>Exemplo: o piso em mármore do Palácio do STF em Brasília, aplicado na área externa (no avarandado, na escada da fachada sul, na rampa e nas escadas da fachada oeste delimitam o edifício e a troca do mármore por outro piso, por exemplo nas escadas alteraria esses limites.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes podem interferir na preservação do bem?</p> <p>Exemplo: a inserção de novos materiais deve prezar pela compatibilidade, não somente de estilo e de distinguibilidade, mas também do ponto de vista químico e térmico. Por exemplo, reações químicas podem passar a ocorrer entre materiais novos e os originais de modo a favorecer o aparecimento de manifestações patológicas. Desempenhos térmicos distintos podem acarretar deslocamentos e deformações tais que a acarretar fissuras.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes podem interferir para a compreensão do uso e da função do bem de modo a alterar a compreensão do tipo ou estilo arquitetônico do bem?</p> <p>Exemplo: a substituição de revestimento de paredes e de pisos do avarandado do Palácio do STF em Brasília, por exemplo, requer abordagem cautelosa para não alterar a paginação original.</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes (externos e internos), tais como troca, retirada e/ou inserção de revestimento, alteração de dimensões e de trajeto, e a retirada de obstáculos (p.e árvores, mobiliário e equipamentos), podem alterar ou inserir novas técnicas que demandem novas pesquisas para a preservação do bem?</p> <p>Exemplo: revestimento de fachadas em mármore, por exemplo executados na década de 60 em edifícios de Brasília, erram assentados com a técnica do "bolão" (uma bola de argamassa de assentamento geralmente distribuída só no centro das peças, deixando os cantos com vazios, favorecendo o descolamento).</p>	<p>1) De que maneira as intervenções nos pisos e paredes podem alterar ou exigir investigações sobre a localização e a envolvente de modo a garantir a preservação do bem?</p> <p>Exemplo: alteração no revestimento de um edifício pode alterar sua relação com os demais edifícios de uma mesma praça ou sítio. Na Praça dos Três Poderes em Brasília os três edifícios representativos dos poderes têm elementos das fachadas revestidos em mármore o que lhes proporciona conexão. Já os dois ministérios diferenciados dos demais na esplanada, o da Justiça e o das Relações Exteriores, têm suas fachadas em concreto aparente. O revestimento em mármore que chegou a ser utilizado no ministério da justiça em determinada época alterava a relação de conexão desejada pelo arquiteto projetista.</p>

FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais podem interferir no estudo da forma da edificação ou espaço?</p> <p>Exemplo: o aumento da largura de portas das fachadas leste e oeste do Palácio do STF para melhorar as condições de segurança de evacuação do plenário em situações de sinistros poderia alterar a significação das entradas principais (fachadas norte e sul).</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais podem interferir na preservação do bem?</p> <p>Exemplo: a substituição de estrutura metálica de suporte das fachadas envidraçadas de um edifício, tal qual o Palácio do STF em Brasília, elimina do edifício um elemento que é testemunha do desenvolvimento tecnológico da época, em que a indústria siderúrgica nacional dava seus primeiros passos, sendo insuficiente o fornecimento de elementos estruturais metálicos para dar agilidade à construção da nova capital, requerendo então fornecimento de aço norte americano.</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais podem interferir para a compreensão do uso e da função do bem de modo a alterar a compreensão do tipo ou estilo arquitetônico do bem?</p> <p>Exemplo: o nivelamento com argamassa e pintura de uma parede em concreto, pode descaracterizar um edifício brutalista.</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais podem alterar ou inserir novas técnicas que demandem novas pesquisas para a preservação do bem?</p> <p>Exemplo: toda inserção de elementos novos, com técnicas diferentes das empregadas nos materiais pré-existentes deve requerer cautela e estudos prévios. O uso de tintas que não permitam que paredes antigas/históricas "respirem" podem levar elementos construtivos à ruína ou piorar significativamente o conforto térmico e ambiental do interior de edificações, onde o apropriado pode ser o uso de tinta mineral.</p>	<p>2) De que maneira as intervenções de ajustes construtivos gerais (inserções/reforços/retiradas/demolições em paredes, pisos, larguras de passagens, elementos estruturais, substituições de louças/acessórios e instalações hidrosanitárias e elétricas, por exemplo) para instalação/inserção/alteração de portas, bebedouros, balcões de atendimento/informação e totens, rampas, escadas, plataformas e elevadores (externos e internos), sanitários, vestiários, mobiliário e equipamentos em geral podem alterar ou exigir investigações sobre a localização e a envolvente de modo a garantir a preservação do bem?</p> <p>Exemplo: a inserção de elevador panorâmico e de passarela metálica para prover acessibilidade num edifício histórico, dependendo da relação de dimensões entre o edifício e esses elementos (p.e. o catetinho em Brasília), pode alterar negativamente a relação do bem com seu entorno.</p>

FORMA	MATERIAIS	USO e FUNÇÃO	TRADIÇÕES E TÉCNICAS	LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE
<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem interferir no estudo da forma da edificação ou espaço?</p> <p>Exemplo: o aumento da largura de portas das fachadas leste e oeste do Palácio do STF para melhorar as condições de segurança de evacuação do plenário em situações de sinistros poderia alterar a significação das entradas principais (fachadas norte e sul).</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem interferir na preservação do bem?</p> <p>Exemplo: alguns ambientes no Palácio do STF são destinados ao uso em ocasiões especiais, contando com mobiliário e decoração específicos. A alteração de uso e retirada desse mobiliário, sem que outro ambiente adequado seja disponibilizado, pode pôr em risco a preservação, como ocorrido com o mobiliário (cadeiras etc.) de diversos edifícios públicos em Brasília.</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem interferir para a compreensão do uso e da função do bem de modo a alterar a compreensão do tipo ou estilo arquitetônico do bem?</p> <p>Exemplo: alguns ambientes no Palácio do STF são destinados ao uso em ocasiões especiais, contando com mobiliário e decoração específicos. Em Brasília, diversos edifícios tiveram seu mobiliário projetado e executado especialmente para cada um. A substituição indiscriminada desse mobiliário, coloca em risco os conceitos arquitetônicos e a ideia original dos projetistas.</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem alterar ou inserir novas técnicas que demandem novas pesquisas para a preservação do bem?</p> <p>Exemplo: toda inserção de elementos novos, com composições químicas e comportamentos térmicos diferentes dos pré-existentes deve requerer cautela e estudos prévios. Deve prezar pela compatibilidade, não somente de estilo e de distinguibilidade. Por exemplo, reações químicas podem passar a ocorrer entre materiais novos e os originais de modo a favorecer o aparecimento de manifestações patológicas. Desempenhos térmicos distintos podem acarretar deslocamentos e deformações tais que a acarretar fissuras.</p>	<p>3) De que maneira os ajustes específicos para inserção, alteração, retirada e/ou troca de/em portas, larguras de passagens, mobiliários e layout podem alterar ou exigir investigações sobre a localização e a envolvente de modo a garantir a preservação do bem?</p> <p>Exemplo: na esplanada dos ministérios em Brasília, à exceção do Palácio da Justiça e do Palácio Itamaraty, os demais edifícios possuem brises na fachada oeste e fachada envidraçada na fachada leste. Como medida de melhoria do conforto térmico, os vidros da fachada leste foram substituídos por vidros espelhados, que passaram então a refletir os raios solares do período da manhã na fachada oeste do edifício vizinho, causando aumento de carga térmica já no período da manhã.</p>

Por fim, na última aba está a consolidação dos dados sobre os possíveis impactos das adaptações demandadas pela acessibilidade sobre o patrimônio analisado. É uma tabela de preenchimento automático, com as informações concatenadas oriundas da tabela auxiliar A&A (ver figura a seguir).

Matriz de Autenticidade e Acessibilidade

Matriz A&A

Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade sobre o Patrimônio Cultural

ATRIBUTOS	DIMENSÃO			
	ARTÍSTICA	HISTÓRICA	SOCIAL	CIENTÍFICA
FORMA				
MATERIAIS				
USO e FUNÇÃO				
TRADIÇÕES e TÉCNICAS				
LOCALIZAÇÃO e ENVOLVENTE				

SOBRE A FERRAMENTA DA ETAPA 2 – AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

As orientações aqui descritas tomam por base o laudo-padrão de acessibilidade desenvolvido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal do Brasil, o MMFDH. Com objetivo de tornar o Manual de Uso da Matriz A&A independente da dissertação, foi necessário repetir informações que embasaram a criação do laudo-padrão pelo MMFDH.

Em 11 de setembro de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 175 a portaria interministerial nº 323, de 10 de setembro de 2020, do Ministério da Economia e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos - MMFDH. Tal portaria dispõe sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nos imóveis de uso público dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, além da divulgação da situação de acessibilidade das edificações públicas federais. Definiu-se nesta portaria que o laudo de acessibilidade é a peça na qual o profissional habilitado, de engenharia ou arquitetura, emite suas conclusões sobre a conformidade da edificação às normas de acessibilidade e, se for o caso, indica os projetos necessários

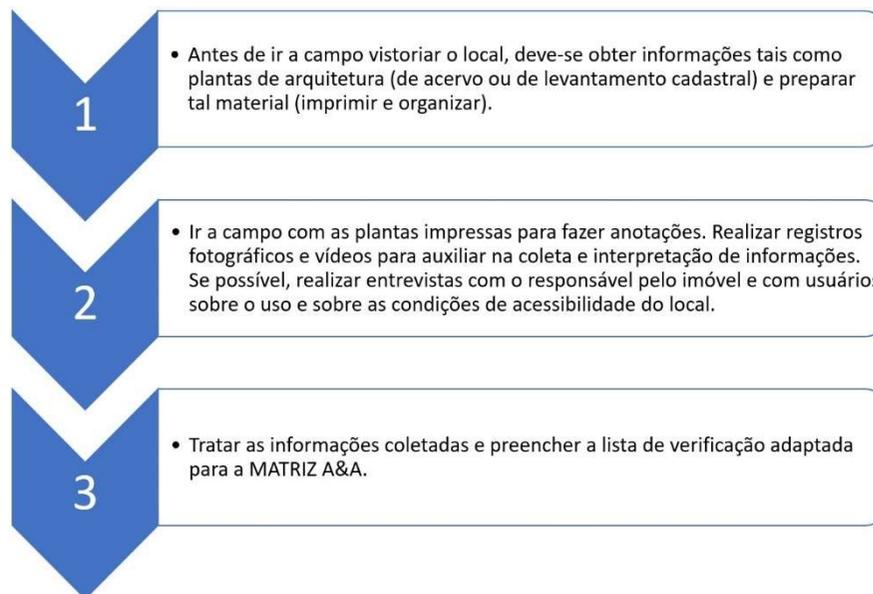
à adaptação. Ainda na portaria consta que o MMFDH disponibilizará no sítio eletrônico o Manual de Adaptações de Acessibilidade contendo formulário eletrônico padrão para realização do laudo de acessibilidade.

A portaria interministerial nº 271, de 11 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos instituiu o laudo-padrão. A portaria interministerial nº 323 alterou a regulamentação do tema, revogando a Portaria nº 271, de 2016. Por fim, o laudo-padrão é um modelo que pode ser utilizado pelos órgãos públicos federais para verificação das condições de acessibilidade em seus edifícios.

Para o preenchimento da lista de verificação de acessibilidade adaptada, algumas atividades devem ser desenvolvidas, como demonstrado na figura a seguir. A depender do caso, pode não ser possível realizar a atividade 1, simplesmente pela inexistência de informações disponíveis ou a precariedade das informações disponibilizadas pode interferir no uso destas (por exemplo, levantamentos cadastrais desatualizados). Indispensável é a atividade 2, pois registros

fotográficos e vídeos realizados durante a visita de campo são viáveis de serem feitos até mesmo com o uso de celulares e tais registros são evidências objetivas do estado do local. Por fim, a atividade 3 demonstra a coleta e a análise das informações do nível de atendimento dos requisitos de acessibilidade.

A lista de verificação adaptada (arquivo em software Excel) está organizada em vinte abas. A organização das abas toma por base um percurso virtual imaginário, no qual o observador vai se aproximando da edificação, partindo do levantamento de informações, seguindo pela área externa ao local (onde passa a observar estacionamentos e calçadas), chegando à entrada do edifício e por fim percorrendo internamente o local. Da mesma forma, é recomendável que o registro fotográfico e de vídeo siga esse mesmo roteiro de observação.



3. ABERTURA DO ARQUIVO

Ao abrir o arquivo (extensão xls) da lista de verificação adaptada, será mostrada uma mensagem de segurança em função das macros. Deve-se clicar no botão “Habilitar conteúdo”, caso contrário, as funcionalidades automáticas não funcionarão. Após abrir um arquivo de trabalho, pode ser que nos próximos acessos tal procedimento não seja necessário.

4. A LÓGICA E A FORMA DE PREENCHIMENTO

Embora o preenchimento das informações se dê de forma intuitiva, e em muitos casos basta posicionar o mouse sobre a célula para ler nos comentários as orientações de preenchimento, alguns detalhes merecem ser esclarecidos e serão descritos a seguir. No cabeçalho da aba **1_Informações e outros** deverão ser preenchidos os dados gerais do local e a data da vistoria.

A lista de verificação tem uma estrutura com perguntas em linhas cujas respostas deverão ser marcadas nas colunas dos pavimentos correspondentes. A planilha automaticamente mostrará a quantidade de colunas correspondente ao número de pavimentos indicados no campo “TOTAL DE PAVTOS” na aba **1_Informações e outros**. Para configurar a quantidade de colunas correspondentes aos pavimentos deve-se proceder da seguinte forma: 1) Clicar no botão “RETORNAR”; 2) Preencher o campo “TOTAL DE PAVTOS” com o número relativo à quantidade de pavimentos do prédio (máximo de 25 pavimentos); 3) Clicar no botão “AJUSTAR”. Ao clicar nesse botão, o software automaticamente configurará as colunas de pavimentos em todas as guias da pasta de trabalho.

A lista de verificação está organizada a partir do pavimento térreo, segundo pavimento até o vigésimo quinto pavimento. Havendo a necessidade de inserir pavimento subsolo e primeiro pavimento, basta proceder da seguinte forma: após selecionar o total de pavimentos a serem considerados no estudo, conforme descrito anteriormente, basta renomear os pavimentos conforme a conveniência. Isto deve ser realizado somente na aba 4.1_Circul, e as demais abas serão atualizadas automaticamente.

Lista de Verificação de Acessibilidade (MATRIZ A&A)

(adaptação do laudo de acessibilidade do MMFDH)

INFORMAÇÕES GERAIS DO LOCAL, CALÇADAS, PASSEIO, ESTACIONAMENTO E ACESSO AO LOCAL (EDIFICAÇÃO OU ESPAÇO)

NOME DO EDIFÍCIO / ESPAÇO			TOTAL DE PAVTOS		AJUSTAR	RETORNAR
CIDADE			ENDEREÇO			
ESTADO			Nº	CEP		
BAIRRO			COMPLEMENTO			
ATENDE PÚBLICO	SIM	<input type="checkbox"/>	AUTOR DO PROJETO			
	NÃO	<input type="checkbox"/>	DATA DA VISTORIA	XX/XX/XXXX		
SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO / ESPAÇO	PRÓPRIO	<input type="checkbox"/>	O LOCAL (EDIFÍCIO/ESPAÇO) POSSUI TOMBAMENTO OU É PROTEGIDO DE ALGUMA OUTRA FORMA	SIM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	LOCADO	<input type="checkbox"/>		NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	CEDIDO	<input type="checkbox"/>				
RESPONSÁVEL (EIS) PELA VISTORIA TÉCNICA (NOME, FORMAÇÃO (Eng. ou Arq.), CREA / CAU)			Nº DA ART OU RRT			

Informações complementares sobre Patrimônio Cultural	SIM	NÃO
O local (edifício/espço) pertence a conjunto urbano tombado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O local (edifício/espço) possui inventário de patrimônio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Cada linha da lista de verificação tem perguntas que deverão ser respondidas com um “X” nas colunas SIM, NÃO e NÃO SE APLICA. Nenhuma guia ou linha deverá ser deletada ou ficar sem preenchimento. Para cada pergunta deve ser assinalada com um “X” a coluna SIM para situações nas quais o item normativo de acessibilidade é atendido integralmente ou quando é existente. Deve-se assinalar a coluna NÃO quando o item normativo não é atendido ou é atendido de forma parcial ou ainda quando é um item inexistente, mas que deveria existir.

Por fim, deve-se assinalar a coluna NÃO SE APLICA em situações em que o item não é exigível no local (edificação ou espaço), por exemplo, uma escada numa edificação de apenas um pavimento. Outra possibilidade é quando um item é marcado como inexistente e as demais questões não são pertinentes (para esse caso, o preenchimento das demais questões se dá de forma automática na planilha eletrônica). Deve-se observar que todas as células com preenchimento na cor cinza, são de preenchimento AUTOMÁTICO, NÃO DEVENDO SER EDITADAS.

Na coluna “Item normativo”, quando o referido item não for oriundo da NBR 9050/2020 será informado de forma

complementar a proveniência (norma, lei etc.). Nos casos em que o item normativo é oriundo da NBR 9050/2020 será indicada apenas a numeração do item correspondente na versão desta norma.

Quando um elemento ocorrer mais de uma vez num mesmo pavimento, por exemplo sanitários, rampas etc., todo o conteúdo das linhas relativo à avaliação do elemento deverá ser copiado logo abaixo do conjunto original de linhas de avaliação correspondente. Para isso, deve-se selecionar o conjunto de linhas que serão copiadas (e não as células), dar o comando “CONTROL + C”, posicionar o mouse na linha a partir da qual o conteúdo será inserido e dar o comando “CONTROL+V”. É recomendável na primeira linha do campo observação (do conjunto de linhas referente ao elemento multiplicado) descrever algo que identifique cada elemento, de preferência de forma ajustada ao descrito nas plantas de arquitetura (se houver) ou de forma relacionada aos ambientes adjacentes ao elemento analisado. Dessa forma é possível descrever melhor a avaliação de cada elemento, sejam quantos forem, num mesmo pavimento.

		ATENDE O ITEM NORMATIVO		NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
1. CALÇADA ou PASSEIO PÚBLICO		SIM	NÃO	N.A.	Observações
a)	Possui faixa livre para pedestre com largura mínima de 1,20 m, livre de conflitos de circulação (pedestres x serviço x automóveis)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
b)	A inclinação longitudinal acompanha a inclinação das vias lindeiras?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
c)	Os desníveis entre o lote e o nível da calçada são vencidos sempre no interior do lote ou na faixa de acesso quando existente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
d)	Obstáculos aéreos, como marquises, placas, toldos e vegetação estão localizados a uma altura superior a 2,10 m?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
e)	É livre de obstáculos (elementos de mobiliário urbano, como bancos, orelhões, postes, balizadores, canteiros etc.) no piso que comprometam a rota acessível?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
f)	A inclinação transversal da faixa livre (passeio) é de no máximo 3%?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

		SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
NECESSITA ADAPTAÇÃO ?		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

1.1 QUANTO AO PISO UTILIZADO:		SIM	NÃO	N.A.	Observações
a)	É antiderrapante?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
b)	É contínuo, regular, estável, sem ressaltos ou depressões?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
c)	Possui piso tátil de alerta onde necessário, próximo a desníveis, portas de acesso à edificação, elementos de mobiliário suspensos, escadas ou rampas, por exemplo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
d)	Possui piso tátil direcional onde necessário (locais amplos e sem referência/balizamento), configurando uma rota acessível e conduzindo à entrada do edifício?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	



Marco Aurelio da Silva Ma... 142 ...

Preenchimento automático, a partir da escolha feita nas colunas SIM ou NÃO. Lembrar de assinalar apenas uma das opções (SIM ou NÃO) com um "X"

17/09/2021 17:24

Responder

Quando um item não existir no local (edifício ou espaço) e for assinalada a coluna “NÃO” ou “NÃO SE APLICA” em perguntas como “existe esse ou aquele item?”, as demais linhas abaixo não pertinentes serão automaticamente preenchidas na coluna “NÃO SE APLICA”.

Nenhum item deve ficar sem resposta, assinalando-se obrigatoriamente SIM, NÃO, ou NÃO SE APLICA. Não se deve marcar duas respostas para o mesmo item. Recomenda-se que os itens marcados como “NÃO SE APLICA” contendam alguma observação na coluna “Observações”. Por fim, pode ser necessário marcar mais de uma linha para que a informação fique clara.

Considerando que toda adaptação que venha a ser necessária deva ser avaliada e somente após o desenvolvimento de um projeto de adaptação deva ser implementada no edifício/espaço do patrimônio, foi oportuno alterar a pergunta “NECESSITA DE PROJETO” na lista de verificação para “NECESSITA ADAPTAÇÃO”, de modo a contemplar algumas situações como o exemplo a seguir: se uma rampa não existir e for necessária (nesse caso, deve-se marcar NÃO na coluna de “ATENDE” e marcar o campo

“NECESSITA ADAPTAÇÃO” em “SIM”. Desta forma, haverá indicação de que é inexistente, porém deverá ter sua necessidade avaliada, pois pode interferir nos *valores* do *bem*. Se a referida rampa inexistente não for de fato necessária, então deve-se marcar NÃO SE APLICA na coluna do item e marcar o campo NÃO na pergunta “NECESSITA ADAPTAÇÃO”.

É possível ter situações em que, mesmo tendo sido apontado um não atendimento de um requisito (o que necessariamente indicaria a exigência de adaptação), a demanda não ser levada a diante. No caso, ao tratar de patrimônio, é importante ponderar sobre a exigência, por isso é essencial primeiro avaliar a autenticidade, para já se ter em mente que o edifício ou espaço público requer tratamento especial. Dessa forma, é recomendável fazer uso do campo observações para descrever a justificativa sobre se a não-conformidade realmente será tratada como demanda de adaptação ou se há alguma ponderação a ser feita em sentido contrário. Toda vez que houver a conclusão de que há necessidade de adaptação é recomendável assinalar em cor que destaque a célula (cor amarela, por exemplo).

		TÉRREO				
Item normativo	6a. SANITÁRIOS COLETIVOS (caso haja boxe acessível, preencher a guia anterior para o boxe)		ATENDE O ITEM NORMATIVO		OBSERVAÇÕES	
	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA			
7.10.1	a)	Nos boxes comuns em edificações novas (posteriores a outubro de 2015), as portas têm vão livre mínimo de 0,80 m e contém área livre com no mínimo 0,60 m de diâmetro?			X	Não é uma edificação nova
7.10.1	b)	Nos boxes comuns em edificações existentes (anteriores a outubro de 2015), as portas têm vão livre mínimo de 0,60 m, abrindo para fora (recomendável)?		X		Abrem para dentro, mas é mais conveniente dessa forma para não obstruir o espaço já bastante reduzido entre os boxes e as bancadas
7.10.2	c)	Existe pelo menos um boxe sanitário comum com barras de apoio para uso de pessoas com mobilidade reduzida?		X		Isso representa necessidade de adaptação
6.3.4.1	d)	A entrada do sanitário coletivo é sem desnível ou possui desnível entre 5 mm e 20 mm tratado conforme Figura 68?	X			
6.3.2	e)	O piso é antiderrapante?	X			Em condições molhadas não apresenta boa aderência
6.11.2.4	f)	A porta possui um vão livre de 0,80 m?		X		A porta de acesso tem vão de 0,7 m. No entanto, considerando que no térreo há um sanitário individual acessível e unissex, e que pessoas em cadeira de rodas não precisarão adentrar nos sanitários coletivos, não se entende a ampliação do vão como indispensável, mas recomendável
6.11.2.7, 7.11.5 e 4.6.6.3	g)	A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, fixado na parte interna da porta, afastado 0,10 m do batente (do lado da dobradiça) e instalado na altura da maçaneta conforme Figura 86? Na inexistência de maçaneta, o puxador horizontal está instalado a uma altura entre 0,80 m a 1,10 m medidos do eixo do puxador ao piso acabado?			X	A porta de acesso não tem puxador horizontal. No entanto, considerando que no térreo há um sanitário individual acessível e unissex, e que pessoas em cadeira de rodas não precisarão adentrar nos sanitários coletivos, não se entende a inserção da barra como indispensável
4.6.6.1	h)	A maçaneta é do tipo alavanca, com pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta e instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado?		X		Isso representa necessidade de adaptação



1_Informações e outros

3.2_Entradas

4.1_Circul

4.2.1_Rampas

4.2.2_Escadas

4.2.3_Elevadores

4.2.4_Plataformas

5_Esquadrías

6_Sanitários Acessíveis

6a_5

Diferentemente do apontado na 3ª edição do Manual de Adaptação de Acessibilidade do MMFDH, que traz as orientações de preenchimento da lista de verificação de acessibilidade, o grau de complexidade das adaptações não é o que define ou não a necessidade de projeto para implementá-las, já que, no caso do patrimônio, sempre será necessária a realização de estudos e projetos para que os *valores do bem* não sejam afetados negativamente.

Para as situações em que um elemento estiver presente no mesmo pavimento (como dois ou mais sanitários, rampas, escadas, acesso ou outros), todo o conjunto de linhas do item deverá ser copiado e colado abaixo do conjunto original tantas vezes quantas necessárias conforme a quantidade de itens existentes.

Embora as abas estejam protegidas sem senha (com o intuito de apenas evitar que células que contenham fórmulas sejam apagadas acidentalmente), caso seja necessário alterar uma célula protegida, basta clicar em **Revisão** e depois em **Desproteger planilha**.

5. CONHECENDO O CONTEÚDO DAS ABAS

Na aba **1_Informações e outros**, a coleta de informações se refere a dados gerais e cadastrais do edifício/espço e a informações sobre os pavimentos externos, (no caso de edificação) e calçadas. Contempla ainda informações sobre estacionamento (questões pertinentes a estacionamentos externos ou internos e quantidades mínimas), acesso à edificação (questões pertinentes à entrada da edificação, barreiras e demais elementos de apoio ao acesso universal.

A aba **3.2_Entradas**, registra a coleta de informações sobre as características das entradas (questões pertinentes a portas, portões, rampas, escadas e demais configurações das entradas à edificação (elementos externos à edificação).

Informações quanto à circulação estão contempladas na aba **4.1_Circul**, onde há as questões pertinentes às circulações horizontais (corredores, pisos táteis, larguras) e existência de circulação vertical acessível.

Na aba **4.2.1_Rampas** são apresentadas questões pertinentes a rampas, geometria, larguras mínimas, corrimãos

e demais elementos de apoio (da circulação interna). Em **4.2.2_Escadas** são abordadas as questões pertinentes aos pisos, larguras, interligação com rotas acessíveis, degraus, espelhos, sinalização de piso, patamares etc. (da circulação interna).

Dando continuidade à circulação interna, na aba **4.2.3_Elevadores** tem-se as questões pertinentes a dimensões de cabines, portas, elementos internos, botoeiras, corrimãos internos e demais configurações exigíveis por norma. Na aba **4.2.4_Plataformas** tem-se questões pertinentes a dimensões internas, portas, elementos internos, botoeiras, dispositivos de segurança e demais configurações exigíveis por norma.

As esquadrias são abordadas na aba **5_Esquadrrias**, onde se tem as questões pertinentes à largura de portas, soleiras, peitoris de janelas e comandos, sinalização entre outros.

A aba **6_Sanitários Acessíveis**, contém as questões pertinentes aos sanitários acessíveis isolados em boxes, dimensões, acessórios de apoio, portas, sinalizações etc. As

questões pertinentes aos aparelhos sanitários em sanitários coletivos, suas geometrias, localizações, afastamentos, alturas etc. estão contempladas na aba **6a_Sanitários coletivos**.

Mobiliário e equipamentos são registrados nas abas **7.1_Bebedouros**, **7.2_Balcões**, **7.3_Assentos**, **7.4_Telefones**, **7.5_Interiores** (questões pertinentes às circulações livres e barreiras formadas por mesas ou outros tipos de mobiliário).

Na aba **8_Vestiários** são abordadas questões pertinentes aos desníveis, tipos de piso, dimensões e existência de acessórios, bancos, boxes, porta-objetos, armários, sinalizações etc.

No caso bibliotecas e espaços similares, na aba **9_Bibliotecas** estão as questões pertinentes à quantidade de mesas acessíveis, largura de circulações, altura de estantes e prateleiras. Para o caso de auditórios e similares, tem-se a aba **10_Auditórios e similares**, na qual estão questões pertinentes aos assentos reservados, quantidade, geometria, localização e sinalizações, rampa de acesso ao palco e condições para intérprete de Libras.

Havendo ambientes com a função de restaurante, copa e similar, utiliza-se a aba **11_Restaurantes e copas**, onde estão as questões pertinentes à quantidade de mesas, circulações, altura de tampos, espaços de aproximação, caixas etc.

Questões pertinentes ao nível de iluminação de ambientes, portas e balcão de atendimento, sinalização de emergência (área de resgate e sinalizações em rotas de fuga) e sinalização geral (placas ou outros elementos de sinalização de atendimentos acessíveis, informações de pavimentos, sinalização para pessoas com deficiência visual) estão contempladas na aba **12a14_illum. e Sinaliz.**

As abas **Conclusão e resumo** e **Anexo Fotográfico** foram excluídas da lista de verificação adaptada, uma vez que o foco da lista de verificação para uso na Matriz A&A não é identificar a necessidade de elaboração de projetos de arquitetura ou de engenharia e anexar fotos num arquivo do software Excel poderia deixar o arquivo com tamanho excessivo. O recomendável é fazer o maior registro fotográfico possível, mas o armazenamento das fotos deve ser separado do arquivo da lista de verificação.